



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

O governo Collor sob o olhar da FIRJAN

Júlio César Oliveira de Souza

São Gonçalo

2014

Júlio César Oliveira de Souza

O governo Collor sob o olhar da FIRJAN



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto
Coorientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Júlio César Oliveira de Souza

O governo Collor sob o olhar da FIRJAN

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em de de 2014.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto
UERJ

Coorientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida
UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a. Inês Emília de Moraes Sarmiento Patrício
UFF

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos
UFRRJ

Prof. Dr^a. (Suplente) Christiane Vieira Laidler
UERJ

São Gonçalo

2014

DEDICATÓRIA

Para Luiza e Daniel (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo em minha vida está chegando ao fim. Ao olhar para trás, mal consigo acreditar que um sonho começa a se tornar realidade. Foi um pouco mais de dois anos pesquisando e realizando leituras sobre assuntos relacionados à pesquisa desse trabalho. Mas também foi um período de alegria, com o nascimento de meu filho, Caio, e de profundo pesar com a morte de meu pai, Daniel. Enfim, a escrita da dissertação foi concomitante a intensas emoções.

Assim, primeiramente, nada mais justo que dedicar e agradecer a realização desse trabalho ao meu pai, figura simples, de parca instrução, mas de grande coração. É num misto de tristeza e alegria que manifesto toda minha gratidão pelos momentos de vitória em que esteve presente. Essa conquista vai ser diferente das outras, embora meu amor por ele tente preencher o vazio de sua presença, ao final de mais uma batalha da vida.

Agradeço ao meu orientador, Sydenham, por quem tenho profunda admiração desde a graduação. Nossas conversas foram de grande valia para realização dessa dissertação. Suas críticas, sempre construtivas, enriqueceram-me como historiador e beneficiaram de maneira ímpar esse trabalho.

Agradeço ao meu coorientador, Gelsom, que plantou a semente do que seria essa dissertação. O meu interesse por estudar temas relacionados a empresários foi aguçado por seus incentivos ainda na graduação.

Agradeço a professora Christiane, que na qualificação trouxe contribuições importantes ao trabalho, orientando-me a explorar mais o diálogo entre política e economia.

Agradeço a minha doce e amada companheira, Daiana, por não me deixar desistir desta empreitada. Seus apelos e argumentos convenceram-me de que era melhor seguir, pois, ainda que o caminho fosse longo e tortuoso, no final, o sentimento seria de enorme satisfação.

Agradeço a minha mãe, Shirley, pelo incentivo de sempre e, principalmente, por me ensinar a dar os primeiros passos no mundo da leitura. Sem você, dificilmente eu teria a disciplina e concentração que tenho hoje.

Agradeço aos meus filhos, Claudia e Caio, por serem o meu incentivo de cada dia.

Agradeço a minha irmã e sobrinho, Daniela e Lucas, pela companhia de sempre.

Agradeço a minha avó, Luiza, por ser minha inspiração.

Agradeço ao meu terapeuta, Gutemberg, por me fazer enxergar que a vida pode ter mais sentido do que imaginamos.

“A realidade social é um processo de incessantes contradições que só podem ser apreendidas em termos dialéticos”
WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a Ciência Social - Os Limites dos Paradigmas do Século XIX*, 2006.

RESUMO

SOUZA, J. C. O. de. *O governo Collor sob o olhar da Firjan*. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

Esta dissertação visa investigar a percepção e a atuação política da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro durante o governo do então Presidente da República, Fernando Collor de Mello. O governo Collor foi signo de uma transição de modelo de acumulação do capital. Cientes desse processo engendrado pela globalização econômica, os empresários fluminenses reuniram-se na V Pleninco, a intenção era a de alicerçar um projeto hegemônico que vislumbrava a manutenção da coerência estruturada da região. Durante os anos de 1990 e 1992, foram implementados dois planos econômicos que dialogavam com uma boa parcela dos interesses desses empresários, embora o resultado econômico esperado a curto prazo e médio prazos não tenham sido alcançados com êxito. Isso contribuiu para o desgaste da imagem do governo perante à população, agentes econômicos e seus pares da classe política. A reação de Collor para manter a governabilidade adveio com a formulação do Projeto de Reconstrução Nacional, o qual foi debatido por empresários, políticos e trabalhadores. Contudo, não havia consenso na FIRJAN de que as reformas propostas pelo governo seriam materializadas a curto e médio prazos, dessa maneira, gerando reação e articulação da entidade industrial em âmbito regional e nacional. A CPI do PC só iria adensar os problemas de relação entre governo e Congresso Nacional. Diferentemente de outras entidades de classe, a FIRJAN apoiou o Presidente da República até sua saída. Toda essa conjuntura é analisada e discutida neste trabalho a partir da perspectiva da FIRJAN.

Palavras-chave: FIRJAN; V Pleninco; Planos Collor I e II; Projeto de Reconstrução Nacional.

ABSTRACT

SOUZA, J. C. O. de. *The Collor government under the gaze of Firjan* . 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

The aim of this dissertation is to investigate the perception and the political performance of Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro during the government of then President of the Republic, Fernando Collor de Mello. Collor's government was symbol of the transition model of storage of capital. Aware of this process engendered by economic globalization, the businessmen from Rio de Janeiro met in V Pleninco, the intention was to solidify a hegemonic project that envisioned the maintenance of structured coherence of the region. During the years 1990 and 1992, two economic plans that dialogued with a good portion of these business interests were implemented, although the economic results expected in the short and medium terms have not been successfully achieved. This situation contributed to the wastage of government's image before the population, economic agents and their peers of the political class. Collor's reaction to keep the governance stemmed with the formulation of the Draft National Reconstruction, which was discussed by businessmen, politicians and workers. However, there was no consensus on FIRJAN that the reforms proposed by the government would be materialized in the short and medium terms, thereby generating reaction and articulation of industrial organization at regional and national extent. PC's CPI would only densify the relationship's problems between government and Congress. Unlike other associations, FIRJAN supported the President until his departure. This whole situation is analyzed and discussed in this paper based on FIRJAN's perspective.

Keywords: *FIRJAN; V Pleninco; Plans Collor I and II; Project of National Reconstruction.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. ELEIÇÃO DE 1989 E V PLENINCO	16
1.1 Os Empresários e a Sucessão Presidencial.....	16
1.2 V Pleninco (Plenária do Empresariado do Estado do Rio de Janeiro) lócus de discussão sobre a ação política do empresariado fluminense.....	23
2. O PLANO COLLOR I	46
2.1 Rupturas e continuidades na classe empresarial frente ao neoliberalismo	46
2.2 O poder do capital e o ambiente institucional brasileiro	56
2.3 Origens, implementação e efeitos do Plano Collor I	64
2.4 O malogro do Plano Collor I e o Pacto Social	78
3. O PLANO COLLOR II, A NOVA TENTATIVA DE ESTABILIZAÇÃO	87
3.1 A aliança entre Brizola e os empresários do Rio de Janeiro.....	87
3.2 A articulação da Firjan frente ao governo.....	95
3.3 Debate político econômico.....	98
3.4 A gerência de Estado e seus desdobramentos.....	108
3.5 A demissão de Zélia Cardoso de Melo e a busca por um entendimento.....	87
4. EMENDÃO E CPI DO PC: CORRELAÇÕES EXISTENTES	125
4.1 O Projeto de Reconstrução Nacional e as Câmaras Setoriais.....	125
4.2 Reformas e Salários, dois pesos de uma mesma medida.....	143
4.3 A aliança entre capital e trabalho.....	148
4.4 Financiamento da produção e perspectivas.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	165

INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá circunscrever o período que vai da eleição presidencial de 1989 até o afastamento de Fernando Collor de Mello do cargo de Presidente da República, ocorrido em setembro de 1992. Nesse intervalo de tempo foi desencadeada uma série de fatos como a primeira eleição direta, após vinte nove anos, para o cargo de Presidente da República; a V PLENINCO¹; a execução dos Planos Collor I e II, ambos malsucedidos, o que resultou numa aproximação entre trabalhadores e empresários; a confecção de um documento intitulado de “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional” cujo conteúdo abarcava questões atreladas a direitos sociais conquistados recentemente dentre outras relacionados à política econômica; e a Comissão Parlamentar de Inquérito que levou à Câmara de Deputados a declarar o impeachment de Collor, em setembro de 1992.

Os temas supramencionados foram dispostos em capítulos a partir de uma perspectiva cronológica. No capítulo 1, procuramos identificar a articulação da FIRJAN durante o processo eleitoral, analisando suas tomadas de posição conforme a disputa da eleição de 1989, na qual Fernando Collor e Lula iriam disputar o segundo turno. A partir deste ponto, podemos afirmar que o empresariado fluminense iniciou um processo de entendimento com a classe trabalhadora que seria materializado a partir de um pacto social um ano depois, visto o insucesso do Plano Collor I. Ainda neste capítulo, analisamos o delineamento dos projetos orquestrados na V PLENINCO, que reuniu empresários de vários segmentos econômicos no estado do Rio de Janeiro. Os objetivos dessa plenária seriam perseguidos durante todo o período Collor, o que desdobraria em uma aliança de ocasião entre empresários e o Presidente da República até seu afastamento em setembro de 1992. É necessário ressaltar que essa aproximação ocorria por meio de uma relação simbiótica, na qual o governo federal facilitaria a entrada de investimentos no estado, destarte acabando com esvaziamento econômico da região, e, em contrapartida, ganharia o apoio político do estado e visibilidade nacional, visto o Rio de Janeiro ser a segunda economia nacional.

No capítulo 2, analisamos do Plano Brasil Novo, que ficou conhecido como Plano Collor. Sua abrangência permeava a política de rendas, finanças públicas, reforma do Estado, política cambial e monetária. Entretanto, o ponto que ficou mais evidência foi a política monetária cujo objetivo era diminuir, de forma significativa, a moeda manual (dinheiro em

¹Reunião plenária da Firjan, na qual são debatidas propostas e reivindicações para o desenvolvimento socioeconômico regional, ao passo que são traçadas estratégias políticas para atingir esse fim.

poder do público) e a moeda escritural (depósitos à vista)² por meio do bloqueio da liquidez. O Plano Collor I não obteve êxito. Como desdobramento de seu malogro, ocorreu a assinatura de um pacto social entre entidades empresariais e de trabalhadores. Outro ponto de destaque é a quebra do padrão de gestão das empresas como reflexo do plano econômico, que nos debruçamos de forma pormenorizada. Já no capítulo 3, procuramos estabelecer uma relação entre o debate político econômico sobre o Plano Collor II e a aliança Brizola-FIRJAN. O governador serviu de elo entre os interesses do empresariado industrial fluminense e sua consecução no que dependia de apoio econômico e político do governo federal. Essa foi uma maneira de atender aos interesses econômicos da região sem ter de negociar a partir de um entendimento nacional.

No capítulo 4, pontuamos os elementos, que consideramos principais, do Projeto de Reconstrução Nacional e procuramos discuti-los por meio da análise da FIRJAN sobre a temática. A ação do governo Collor tinha como objetivo precípuo manter a governabilidade e o apoio das frações da classe dominante. Nessa conjuntura, a entidade industrial vislumbrou a materialização de reformas que seriam capazes de deslocar capital para o processo produtivo, desta maneira tornando as empresas competitivas no novo cenário econômico internacional, cujo padrão de acumulação de capital seria pautado pelo neoliberalismo. Contudo, a crise política pela qual o Presidente da República passou até setembro de 1992, que desencadeara a abertura do processo de impeachment, mudou os planos do empresariado fluminense. A questão central desse capítulo é análise da relação entre reformas e impeachment.

Como fontes, utilizamos atas de conselhos empresariais de economia e de assuntos sociais e trabalhistas da FIRJAN, estas somadas as edições da Revista Firjan - Cijr Informa (veículo de comunicação pertencente à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, com publicação quinzenal desde o início da década de 1990) cujo conteúdo englobava discursos proferidos por empresários e palestrantes (economistas) em seminários, conferências e reuniões de conselho, e propaganda de cunho político voltada para os próprios empresários. Lançamos mão, também, da utilização de jornais, em especial seus cadernos de política e economia. A soma de todo esse leque de informações tornam possível a identificação de prioridades na agenda política dos empresários e seus anseios referentes ao governo em voga naquele contexto.

O estudo dessa entidade industrial fluminense durante o governo Collor pode trazer à luz a percepção e a atuação do empresariado fluminense, possibilitando a identificação do

²RUCKERT, Isabel N., MOREIRA, Edison Marques. *Políticas Monetária e Fiscal: As Duas âncoras do Plano Brasil Novo. Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.21, nº 1, 1993, p. 42.

posicionamento desse segmento em questões de relevância nacional. Pesquisar a FIRJAN torna possível identificar o quanto à política econômica de Collor foi favorável ou desfavorável aos interesses desse grupo de empresários e, concomitantemente, vislumbrar a forma de participação política e articulação desses empresários junto à sociedade.

Como afirma Marc Bloch o ofício do historiador é “compreender o presente pelo passado e correlativamente o passado pelo presente”³, essa inter-relação pode trazer à luz o que somos hoje como sociedade. No caso do Brasil, o impeachment pode revelar o início do processo amadurecimento das instituições e as contradições dos grupos de poder que estão inseridas na perspectiva da fórmula político histórica da revolução permanente⁴. Esta fórmula engendra a dialética entre o movimento da estrutura e o movimento orgânico, ou seja, as relações econômicas estão em constante diálogo com a sociedade política e civil. Em síntese, estamos afirmando que os efeitos da política macroeconômica adotada por Collor reverberaram nos agentes econômicos, dentre eles a FIRJAN cuja postura foi de apoio às mudanças perpetradas pelo governo e de crítica velada em alguns momentos, o que demarcou sua posição neste processo, o qual teve como uma das resultantes a queda do primeiro Presidente da República eleito democraticamente após vinte e cinco anos de ditadura.

A busca pelo entendimento das causas cuja resultante foi o impeachment de Fernando Collor e o esvaziamento do apoio da direita ao presidente, nos levam ao que Bloch chama de verdadeiro objeto da História: os homens no seu tempo⁵. São eles aqui entendidos como a sociedade política e civil, o cerne da discussão. Se lançarmos mão das ideias de John Lewis Gaddis, entenderemos que a História nos faz aprender utilizando o passado e, de forma concomitante, expandi experiência adquirida de modo a obter um consenso sobre um referido tópico histórico. A ampliação do leque de observações leva-nos a uma sistematização do conhecimento adquirido⁶.

Não podemos entender o estudo do passado como forma de adivinhar o futuro, mas é possível afirmar que, por meio da apreensão da experiência por ele deixada associada a sua expansão sistematizada e revista por homens de gerações posteriores, as chances de se agir com sabedoria aumentam⁷. Seguindo esta linha de argumentação, Gaddis afirma: “(...) não

³ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Jorge Zahar Editor. 2002, p. 22.

⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3, p. 40.

⁵ BLOCH, Marc. *Op Cit.* nota 3. p. 21.

⁶ GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 23-24.

⁷ *Ibidem.* p. 23.

existe uma “correta” interpretação do passado, mas que o ato de interpretar é, em si, a expansão da experiência vivenciada por outrem, e da qual poderemos nos beneficiar.”⁸

No entanto, o mesmo autor ensina que a experiência não deve ser aplicada de forma automática. Isto nos leva a questão da utilização da consciência histórica, a qual abarca as qualidades de perceber diferenças, similaridades e de entender que as generalizações nem sempre se aplicam a circunstâncias especiais⁹.

No tocante à aplicabilidade da concepção da experiência histórica, o pensamento de Eric Hobsbawm ratifica a ideia de Gaddis:

“(…) a mera experiência histórica sem muita teoria sempre pode nos dizer muita coisa sobre a sociedade contemporânea. Isso em parte acontece porque os seres humanos são quase os mesmos, e as situações humanas são, de tempos em tempos, recorrentes. Da mesma forma que os mais velhos podem frequentemente dizer “já vi isto antes”, assim também os historiadores, com base no registro acumulado de muitas gerações. E isso é muito relevante.”¹⁰

Em suma, fazer a leitura do processo de acontecimentos sucessivos que desencadearam o impeachment, a partir das experiências do passado, pode ser de grande valia.

Na esteira do pensamento de Reinhart Koselleck, podemos vislumbrar que a interpretação das fontes deve partir de alguma premissa teórica, com intuito de buscar respostas a partir do raciocínio da teoria adotada, pois as fontes não falam por si só. Sobre a questão o autor declara ser verdade que:

“(…) o primado da teoria estimula e obriga à construção de hipóteses, sem a qual nenhuma pesquisa histórica pode ser conduzida.”¹¹
 “As fontes tem poder de veto. Elas nos proíbem de arriscar ou admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis.”¹²

⁸GADDIS, John Lewis. *Op Cit.* nota 6. p.25.

⁹*Ibidem.*

¹⁰HOBSBAWN, Eric. O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?. In: *Sobre a História* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 39.

¹¹KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc Rio, 2006. p. 187.

¹²*Ibidem.* p. 188.

Para se construir argumentos que deem consistência a uma investigação histórica também é preciso inserir o historiador na perspectiva do “progresso”. Segundo Koselleck, o “progresso” é primeiro conceito genuinamente histórico, pois ele apreende a diferença entre experiência e expectativa¹³. Este conceito desdobra-se na aceleração, a qual dita o ritmo dos progressos sócio político e técnico-científico que são cada vez mais instantâneos. Como representante deste intenso processo de mudança em nosso tempo temos a globalização, que se intensifica no Brasil a partir da década de 1990 e traz transformações no campo social, político, econômico. Devemos lembrar que o governo Collor com seu caráter “modernizante” acompanha a onda de globalização. Dentro dessa profusão de transformações, é mister do historiador reconhecer o que de fato muda na ordem sócio-político-econômica e quais são as estruturas duradouras ocultas nesse dado contexto¹⁴.

Somado ao conceito de “progresso”, sendo ele inescapável, pois o historiador está imerso no mesmo, temos a História do Tempo Presente, no caso da investigação histórica do impeachment de Fernando Collor. Este tipo de História vislumbra a pesquisa de um tema de nosso próprio tempo, no qual as testemunhas ainda podem estar vivas e, por vezes, faz parte da própria experiência do historiador. Essa percepção sobre o acontecimento é compartilhada com outros indivíduos¹⁵, e traz consigo um conjunto impressões que devem ser vistas com o olhar isento do historiador.

Este tipo de corrente historiográfica é visto com desconfiança e pode ser julgada como Ciência Política ou Jornalismo por ser muito próxima do acontecimento. Aos olhos dos críticos, falta a distância do fato histórico e a conseqüente pesquisa de seus desdobramentos, de seu processo, para que se possa compreendê-lo. Contudo, segundo Henry Rousso, a História do Tempo Presente é a história do inacabado, ela é a assunção de determinada produção historiográfica cuja análise terá certa duração até a ocorrência de novos acontecimentos, os quais poderão modificá-la¹⁶. Em outras palavras, trabalhar este tipo de História é inserir-se num contexto no qual as mudanças são cada vez mais velozes e, diante deste emaranhado de acontecimentos, a análise de um passado recente pode nos ajudar a compreender a sociedade atual. Destarte, depreendemos que a História Contemporânea é uma reação ao presentismo, o que nas palavras de Rousso está disposto da seguinte forma:

¹³ KOSELLECK. *Op. Cit.* nota 11. p. 320.

¹⁴ *Ibidem.* p. 327.

¹⁵ AREND, Sílvia Maria Fávero, MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. Florianópolis: *Revista Tempo e Argumento*, 2009. p. 202.

¹⁶ *Ibidem.* p. 205.

“O que afirmamos é que não somente a História deve ser levada em conta da análise do mundo.(...) Não sei se conseguimos, mas o objetivo é ser capaz de produzir a História de nosso próprio tempo, tentando obter uma reflexão que permita um recuo relativo.”¹⁷

Podemos inferir que estudar a FIRJAN, aqui entendida como grupo de poder econômico¹⁸, ajuda na análise dos desenhos de cursos de ação imediata e na evolução ideológico política do empresariado industrial. Utilizar, como fonte primária, os discursos proferidos em veículos de comunicação pertencente a FIRJAN e outros especializados em política e economia, torna possível a identificação de prioridades de sua agenda política e seus anseios referentes ao governo em voga naquele contexto. Esses empresários que detém grande poder econômico e de influência fazem parte de uma estrutura de dominação.

Para compreender o papel das organizações empresariais dentro Estado, se faz necessária uma análise preliminar de sua estrutura de dominação. Assim, ocorre a necessidade da produção de um discurso legitimador da sociedade capitalista. Esse papel é realizado, como ensina Nicos Poulantzas, por meio de: “uma relação orgânica entre trabalho intelectual e dominação política, entre o saber e o poder (...)”. Para esse autor, a legitimação de um poder é decorrente de uma prática científica racional, na qual o saber-ciência é investido na ideologia. O Estado expande esse discurso hegemônico por meio de seus aparelhos ideológicos, econômicos e repressivos¹⁹. No caso do Brasil, este paradigma tem como ator uma cúpula tecnocrática, a qual foi capaz de induzir as reformas (diminuição do Estado; mudança da política macroeconômica e promoção do desmonte corporativo) a partir de uma agenda neoliberal sem o diálogo com outras arenas institucionais de negociação²⁰, desta forma demonstrando seu insulamento burocrático que promoveu uma grande centralização das decisões de cunho político-econômico.

No entanto, num cenário no qual abertura política estava em processo desde a década de 1980, a inflexibilidade do governo Collor e seu alto grau de gestão centralizada promoveram um embate com partidos políticos e com entidades de classe (grupos de empresários)²¹. Para Eli Diniz, esse seria o ponto nuclear da crise de Estado no Brasil, pois ocorre um hiato entre as esferas de poder e o mundo dos interesses.²² Isso demonstra que a

¹⁷ AREND, Silvia Maria Fávero, MACEDO, Fábio. *Op Cit.* p. 209.

¹⁸ LOBO, Eulália L. História Empresarial. *In: Domínios da História.* Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 323.

¹⁹ POULANTZAS, Nicos. O Estado, O poder, O Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1991. p. 53.

²⁰ DINIZ, Eli. Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 75.

²¹ BIANCHI, Álvaro Gabriel. O ministério dos industriais : *A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.* São Paulo: UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado). p. 238.

²² *Ibidem.* *Op. Cit.* Nota 20. p. 55.

classe dominante não é homogênea e tem contradições no seu seio de dominação, pois ela composta por diversas frações cujos interesses podem entrar em conflito diante uma opção política²³ que não satisfaça a classe (como exemplo, podemos citar a falta, ou o pouco diálogo entre governo e instituições empresariais durante o governo Collor). O ponto em que há consenso, em se tratando de uma sociedade capitalista, é a manutenção da estrutura de poder, privilégio e propriedade²⁴, ou seja, o objetivo em comum é o fortalecimento da ordem social existente com a manutenção do *status quo*.

A retificação do Estado em virtude das transformações ocorridas em determinada fase histórica é elemento chave para processo de evolução do modelo capitalista. Essa “correção” é exercida com vistas à manutenção da ordem social e das práticas de dominação²⁵. Podemos exemplificá-la com a substituição do modelo desenvolvimentista pelo neoliberal. Esse é ponto chave da análise desse trabalho, no qual procuraremos demonstrar como ocorreu a mudança para a nova ordem capitalista e seus desdobramentos.

²³MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 480.

²⁴*Ibidem*. p. 480.

²⁵GRAMSCI. Antonio. *Op Cit*. Nota 4 . p. 79.

1- ELEIÇÃO DE 1989 E V PLENINCO

Neste capítulo debateremos a participação dos empresários, especialmente os do estado do Rio de Janeiro, na sucessão presidencial de 1989. Toda articulação engendrada por este segmento da sociedade foi voltada para a modernização da economia, vislumbrando agradar ao mercado, mas em moldes conservadores. A defesa de seu status quo fica evidente na formação do MCD (Movimento de Convergência Democrática) que visava deter a ascensão da esquerda, por conseguinte, de seus candidatos, Lula e Brizola, e eleger um legítimo representante da direita, cujas ações deveriam estar alinhadas com os interesses imediatos do empresariado nacional. Nesse contexto, começa-se a difundir a ideia de um ordenamento econômico que pudesse dar resolução ao principal problema em voga, a inflação.

A recessão econômica pela qual o Brasil atravessara durante quase toda a década de 1980 fez com que os empresários do Rio de Janeiro se reunissem em prol de um objetivo, a retomada do desenvolvimento econômico do estado. O cenário eleitoral e a posterior vitória de Fernando Collor tornaram o ambiente político favorável ao debate e à formulação de propostas, que deveriam ser encaminhadas ao novo governo. Nesse sentido, a V Pleninco tinha dupla função, a primeira é a materialização dos anseios dos empresários fluminenses, os quais consistiam na formação de complexos industriais no estado e na transformação da cidade do Rio de Janeiro em um centro financeiro internacional e tecnológico, enquanto a segunda representava a nova faceta de ação política empresarial.

1.1 Os Empresários e a Sucessão Presidencial

O ano de 1989 foi marcado pela emblemática sucessão presidencial. Afinal, desde 1960 não ocorria uma eleição de cunho democrático, em virtude da ditadura militar instaurada no fatídico ano de 1964. Nessa conjuntura, o empresariado brasileiro procurou construir frentes de consenso que fossem capazes de dissuadir a campanha eleitoral de partidos como PDT (Partido Democrático Trabalhista), PT (Partido dos Trabalhadores) e seus eixos de ação, os sindicatos. A classe empresarial, inicialmente, não possuía projeto de Estado ou de governo que fosse capaz de abarcar os múltiplos segmentos empresariais. Tal circunstância implica a incapacidade dos empresários brasileiros de transcender os interesses localizados e negociar propostas de maior abrangência. Para Eli Diniz, (...) no Brasil, os empresários jamais

investiram de forma consistente na criação de organizações de 4º grau, voltadas para representação simultânea de diferentes setores econômicos, como agricultura, indústria e serviços (...) ²⁶

Em síntese, a referência de ação era reestruturação do capitalismo brasileiro. Mas também havia, ainda que de forma embrionária, um movimento no sentido de intensificar esforços numa convergência estratégica. Existiam dois objetivos a serem alcançados: o imediato era a campanha eleitoral, enquanto o segundo iria consistir no acompanhamento do novo presidente e de seu ministério. Consoante René Armand Dreifuss, havia a intenção de criar uma perspectiva programática política que pudesse estabelecer uma liderança intelectual e política em termos de ação hegemônica por meio da ação convergente de institutos, associações e federações ²⁷. A FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) enquadrava-se nesse contexto na medida em que criava projetos de desenvolvimento do capital junto a agências de fomento e realizava debates em sessões, como a V Plenário, com entidades congêneres do estado do Rio de Janeiro.

Criado em 10 de fevereiro de 1989, na editora José Olympio, o MCD (Movimento de Convergência Democrática) representava a nova faceta de ação empresarial. Por meio dele, buscou-se atrair contribuições financeiras e a viabilização de um candidato ao Palácio de Planalto que não fosse afeito a proposições da esquerda. O Movimento enxergava com olhos críticos o mito dos homens providenciais, além de ser contra o radicalismo, entendido como sob a forma de velhas e ultrapassadas ideias do socialismo estatizante do século XIX, representado por Lula e Brizola ²⁸. Sua formação era composta por remanescentes do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), e por membros de pivôs estruturados ao longo da década de 1980, dentre os quais estavam a Câmara de Estudos e Debates Sócio Econômicos, o Instituto Liberal, a Confederação nacional das Instituições Financeiras, a União Brasileira de Empresários e a União Democrática Ruralista.

Durante os debates promovidos pelo MCD no ano de 1989 ficou evidente a preocupação com a formulação de um programa (de Estado e de governo) e a identificação de um candidato viável para Presidência da República. Dentre as opções, o empresariado observava atento Fernando Afonso Collor de Mello, por ter visibilidade eleitoral e, ao mesmo tempo, pertencer a um viés político de direita totalmente palatável aos seus interesses no

²⁶DINIZ, Eli. Neoliberalismo e Corporativismo: As duas faces do capitalismo industrial no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 7, nº 20, Rio de Janeiro, 1992. p. 10.

²⁷DREIFUSS, René. O jogo da direita na nova República. Rio de Janeiro, Vozes. 1989. p. 285.

²⁸*Ibidem*. nota 27, p. 286.

cenário nacional. A simpatia tinha conexão com a vida política pregressa de Collor e sua família.

Segundo Thomas Skidmore, a família de Fernando Collor era um estereótipo das oligarquias regionais nordestinas, na medida em que havia se enriquecido com a cultura da cana-de-açúcar e dependia de subsídios do governo federal. Sinteticamente, sua família era a representação dos regimes dos “coronéis”. Ele resume o perfil de Fernando Collor assim: “Tanto em suas qualidades quanto em seus defeitos, era um autêntico fruto da cultura política brasileira”²⁹. Collor era a ponte entre dois mundos, um ligado aos clãs políticos e aos capangas, estereótipo típico do nordeste brasileiro; enquanto o outro, tinha relação com a parte dinâmica do país, representada pela região sudeste, em especial o estado de São Paulo, já que havia passado boa parte de sua juventude fora de Alagoas³⁰. Em 1972, assumiu a posição a direção da Gazeta de Alagoas, jornal de propriedade de seu pai. Logo após, tornou-se superintendente da Organização Arno de Mello, grupo empresarial da família, constituído pelo jornal, a TV Gazeta, três emissoras de rádio e uma gráfica. A Tv Gazeta fazia parte da sociedade entre seu pai, Arnon de Mello e Roberto Marinho, dono da Tv Globo. Conclui-se que a família Collor tinha ligações com o velho mundo dos clãs políticos e com o novo mundo dos meios de comunicação de massa³¹.

Em 1979, Arno Collor conseguiu um acordo político com o ex-governador desse estado, Divaldo Suruagi, ambos da Aliança Nacional Renovadora (Arena), partido que dava sustentação ao regime militar, para que Fernando Collor fosse nomeado prefeito de Maceió. Ao final dessa gestão, Collor contratou mais de três mil funcionários num intervalo de uma semana, num claro movimento de utilização da máquina pública para benefício próprio. Existem, também, dados colhidos pelo jornal O Estado de São Paulo que denunciavam, à época, a nomeação de nove parentes do então prefeito mais dezenove de sua esposa para cargos na Assembleia Legislativa.

Como deputado federal, eleito em 1982, Fernando Collor apoiou a ementa Dante de Oliveira, cuja proposta era o restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República, entretanto a emenda não obteve o número necessário de votos para que fosse aprovada. O novo Presidente da República foi escolhido de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, nessa ocasião, Collor votou em Paulo Maluf, candidato do regime militar e padrinho do seu segundo casamento. Seu candidato não obteve êxito, sendo derrotado por Tancredo

²⁹SKIDMORE. Thomas. A queda de Collor: uma perspectiva Histórica. In: ROSENN, K. S., DOWNES, R. (Org.). *Corrupção e reforma política no Brasil*, O impacto do impeachment Collor. FGV. 2000. p. 25.

³⁰*Ibidem*.

³¹*Ibidem*. p.26.

Neves, que era apoiado pela Aliança Democrática, união entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro(PMDB) com a dissidência do Partido Democrático Social(PDS) abrigada na Frente Liberal.

No seu governo no estado de Alagoas, começara a surgir o germe daquilo que seria chamado por Raymundo Faoro de conservadorismo aventureiro, cujo significado encerra a utilização de métodos patrimonialistas em detrimento de normas constitucionais e da participação de partidos políticos³². Durante seu mandato, extinguiu, por meio de um decreto, entre outros órgãos, as secretarias de Transporte e Irrigação, sob a justificativa de redução da ordem de 25% das despesas com o funcionalismo estadual. Esse cenário levou a oposição a pedir seu impeachment e a deliberar sobre a proibição das demissões e extinção de cargos públicos, contudo, Collor efetuou duas mil demissões, explicitando seu método de ação pessoal que correspondia ao desprezo por outras instituições, como partidos políticos, poderes legislativo e judiciário, ao passo que construía a imagem de “caçador de marajás” para além das fronteiras do estado de Alagoas³³.

Na esteira da repercussão de suas ações como governador de Alagoas, Collor começou a apresentar-se como candidato à sucessão presidencial. Recebia apoio de políticos como Renan Calheiros, Cláudio Humberto e Cleto Falcão, todos de Alagoas. Vislumbravam a possibilidade da chegada ao Palácio do Planalto se Collor atacasse a política de José Sarney, então Presidente da República, associada a sua imagem vista como moderna. Dreifuss afirma que Collor viera embalado pelo processo de ‘americanização’ da sociedade e do processo eleitoral brasileiro, sobre esse ponto o autor afirma:

(...) Alimentava as expectativas de modernização, não por um programa social, mas pelo mero discurso da reordenação de costumes, ao simples toque de duas varinhas: a anticorrupção e o fim das mordomias.³⁴

Essa espécie de discurso fazia com que Collor mostra-se, a princípio, ser desvinculada da política convencional, pelo menos para uma grande parcela da população brasileira. Mas suas ações faziam parte do seu perfil conservador aventureiro. Esse tipo de conservadorismo ganhou mais força com o editorial do jornalista Roberto Marinho, intitulado de convocação, nele, o então presidente das Organizações Globo, segundo Dreifuss, conclamava:

³²FAORO, Raymundo. Entrevista. In:REZENDE, Maria José. As reflexões de Raymundo Faoro sobre a transição política brasileira nos anos de 1989 e 1990. *Política e sociedade*. Nº 9. 10/2006. p. 105.

³³LEMOS, Renato. Fernando Collor (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em: 03 de janeiro de 2013.

³⁴DREIFUSS, *Op. Cit.* Nota 27, p. 291.

(...) por uma ‘candidatura de consenso’, de cunho ‘moderno e otimista’, que permitisse ‘uma alternativa melhor que a de obrigar o povo brasileiro a escolher entre um projeto caudilhesco-populista (Brizola) e um outro sectário e meramente contestatório (Lula)³⁵.

Como efeito do editorial, políticos tradicionais do PDC (Partido Democrata Cristão), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PL (Partido Liberal) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) começaram a migrar para o PRN (Partido da Renovação Nacional), partido de Collor à época. Em resumo, estava clara a intenção da manutenção do perfil conservador do sistema, mas em bases novas. Collor, em virtude de sua trajetória política conservadora (ex-prefeito biônico de Maceió e ex-governador de Alagoas; havia sido de partidos como a Aliança Renovadora Nacional e Partido Democrático Social) conseguiu catalisar o interesse de políticos tradicionais e de empresários. Um encontro de parte desse grupo com Collor, organizado pelo MCD, representava a simpatia da classe empresarial com o candidato à Presidência da República. Dentre os presentes estava Arthur João Donato, presidente da FIRJAN. Membros de setores militares variados e o presidente da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), Antônio Rogério Magri, também apoiaram sua candidatura³⁶. No governo Collor, Magri foi Ministro do recém-criado Ministério do Trabalho e Previdência. Uma análise prévia da conjuntura em formação indicava o estabelecimento de um consenso durante a trajetória Collor na Presidência da República. Empresários, políticos tradicionais e trabalhadores ligados a CGT dariam a sustentação para a mudança do padrão de acumulação de capital em moldes conservadores.

Apesar da simpatia com a figura de Collor, o empresariado procurou traçar sua estratégia de ação apoiando três candidatos à Presidência da República. A intenção era diminuir o espaço de manobra do PT (Partido dos Trabalhadores) e PDT (Partido Democrático Trabalhista) no primeiro turno, e, num possível segundo turno, compor quadros de apoio ao candidato do PRN³⁷. Vislumbrado manutenção do *status quo*, esta última legenda partidária tornaria possível o estabelecimento da renovação conservadora a partir da candidatura de empresários e profissionais liberais para eleição de 1990 para cargos do poder legislativo, em nível estadual e nacional, e executivo no âmbito dos estados. A cereja do bolo seria o apoio do sindicalismo de resultados, representado pela CGT.

³⁵DREIFUSS, *Op. Cit.* Nota 27, p. 291.

³⁶*Ibidem.*

³⁷*Ibidem.* p. 292.

Com a proximidade da eleição de 1989 e durante os seus primeiro e segundo turnos, ocorreram algumas declarações de cunho político-econômico de empresários ligados a FIRJAN. A apenas dois dias do pleito eleitoral, Donato garantiu que a maioria dos empresários estava disposta a abrir mão de um percentual de seus lucros como forma de contribuição a um programa de estabilização econômica e incitou,

“Os empresários estão conscientes de que não podemos continuar nesta situação de escalada inflacionária e endividamento crescente, só que não podemos fazer sacrifícios em vão. É preciso que o governo também dê sua contribuição.”³⁸

A contribuição assinalada pelo presidente da FIRJAN ficaria mais clara na fala de Sérgio Quintela, líder do MCD no Rio de Janeiro, diretor-presidente da Internacional Engenharia e membro do Conselho Monetário Nacional. Segundo este empresário fluminense de grande expressão, a contrapartida do governo seria dada a partir do corte de gastos, da recomposição das finanças públicas e do combate à sonegação. Porém pontuou que o sacrifício oferecido pelo empresariado só seria realmente testado na medida em que o novo governo fosse abrindo a economia, pois essa conjuntura obrigaria os grupos econômicos a enfrentar a concorrência externa e interna, desta maneira pondo fim aos regimes de oligopólio na economia³⁹.

O 1º turno da eleição para Presidência da República teve como os dois candidatos mais bem votados Fernando Collor e Luís Inácio Lula da Silva. A possibilidade de um homem de esquerda presidir o país fez o mercado financeiro reagir emocionalmente nas palavras de Francisco Souza Dantas, presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O empresário comentara que não era o aspecto ideológico que iria determinar a recuperação das ações. Para Dantas, a valorização das Bolsas só seria possível por meio de um programa de governo que contemplasse um ajuste econômico e sinalizava, “É errado pensar que Fernando Collor vai fazer o mercado explodir. Nenhum finalista do segundo turno apresentou propostas concretas para o ordenamento da economia”⁴⁰. Embora pareça que Dantas não tenha tido preferência por nenhum candidato, é evidente seu interesse por ajustes macroeconômicos que contemplassem os anseios do mercado, com os quais Collor parecia estar mais alinhado. Seu discurso é coerente do ponto de vista neoliberal, pois a verdade econômica a ser ventilada é imbricada no seio social de maneira que fique acima de qualquer posição ideológica, como se

³⁸Caderno de Economia. *O Globo*. 13/11/1989. p 19.

³⁹*Ibidem*.

⁴⁰Caderno de Economia. *O Globo*. 18/11/1989. p 29.

fosse natural, incontestável e inevitável. Uma análise mais cuidadosa da fala de Dantas revela, na verdade, a cobrança de um programa de estabilização econômica ao candidato da direita.

A corrida eleitoral no 2º turno da eleição reverberou no seio empresarial. No dia 28 de novembro, A FIRJAN e o CIRJ (Centro Industrial do Rio de Janeiro) realizaram uma reunião conjunta na qual ficou decidida a realização imediata de um seminário, composto por líderes empresariais e trabalhistas, para estudo e elaboração de um pacto social. Divulgado por meio de um anúncio no Jornal O Globo, o evento seria realizado pelo Centro Empresarial de Estudos Econômicos e Sociais do Rio de Janeiro. A entidade justificou que o entendimento nacional era indispensável para a tranquilidade da nação, retomada do desenvolvimento e consolidação da democracia⁴¹.

Vislumbrando a possibilidade de um pacto social, Donato afirmou que os sacrifícios a serem realizados para estabilização da economia não atingiriam os trabalhadores com renda mais baixa, mas sim a classe empresarial. Caberia aos empresários arcar com os custos inerentes ao ajuste fiscal a ser realizado pelo novo governo, que cortaria subsídios e incentivos fiscais⁴². A ideia de congelamento, proposta pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), não fora aceita pelo presidente da FIRJAN. Ele insistiu na participação dos trabalhadores na negociação de preços e de salários⁴³. Essa conjuntura indica o propósito do estabelecimento de um consenso, que estava sendo arquitetado, inicialmente em nível estadual. A FIRJAN tinha a exata noção que a política de arrocho salarial prejudicaria o parque produtivo. Para a Federação, era momento de alavancar a economia do estado por meio da formação de um mercado interno no país.

No segundo turno eleitoral, em 14 de dezembro, Collor recebeu 42,75% dos votos contra 37,86% dados a Lula, derrotando o candidato da esquerda por uma pequena margem de diferença, apenas 4,89 %. Nesse dado momento, os empresários entendiam que o Presidente eleito deveria antecipar a apresentação de seu programa de combate à inflação. Em entrevista dada ao Jornal O Globo, Donato insistiu num entendimento que pudesse favorecer a governabilidade do país⁴⁴. Os objetivos do empresariado fluminense foram delineados na V Pleninco e seriam apresentados ao novo governo. Todas as discussões dessa plenária foram estruturadas de modo a estabelecer um eixo entre capital-trabalho-Estado.

⁴¹Caderno O País. *O Globo*. 25/11/1989. p 5.

⁴²Caderno de Economia. *O Globo*. 23/12/1989. p 27.

⁴³*Ibidem*. 29.

⁴⁴Caderno de Economia. *O Globo*. 28/12/1989. p 24.

1.2. V Pleninco (Plenária do Empresariado do Estado do Rio de Janeiro) lócus de discussão sobre a ação política do empresariado fluminense

A quinta reunião plenária do empresariado do estado do Rio de Janeiro ocorreu em 25 de janeiro de 1990, quase dois meses antes da posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República. Seu objetivo precípua foi o de instituir proposições que abarcavam interesses desse empresariado e discutir formas de ação política para consolidá-los dentro de uma perspectiva regional.

Na introdução do documento que consolidara a plenária, expõem-se uma expectativa de uma nova era, a qual viria ratificar a transição democrática no Brasil. Nesse sentido, ante às expectativas positivas por parte desse grupo de empresários fluminenses, a ação do empresariado deveria ser prioritariamente política, harmonizando-se com a nova postura da comunidade e em consonância com as aspirações gerais da nação, na busca do desenvolvimento econômico e social, com estabilidade, austeridade, eficiência e modernidade. A V Pleninco também debateu sobre o papel mais ativo do empresariado no cenário político nacional, porém, sem perder de vista as conquistas dos grandes projetos de investimentos e de reformas no Rio de Janeiro⁴⁵.

Patrocinaram a V Pleninco as seguintes entidades empresariais: ACRJ (Associação comercial do Rio de Janeiro); ADEMI (Associação dos dirigentes de empresas do mercado imobiliário); BVRJ (Bolsa de Valores do Rio de Janeiro); CDLRJ (Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro); FACIARJ (Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris no Estado do Rio de Janeiro); FCARJ (Federação do Comércio Atacadista no Estado do Rio de Janeiro); FCVRJ (Federação do Comércio Varejista no Estado do Rio de Janeiro); SERJ (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Rio de Janeiro); SNA (Sociedade Nacional de Agricultura); CIRJ (Centro Industrial do Rio de Janeiro) e FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro)⁴⁶. Essas duas últimas instituições patrocinadoras merecem destaque na medida em que são o objeto do presente trabalho. Destarte, cumpre aqui descrevermos de forma sucinta o seus respectivos históricos e funções dentro do estado do Rio de Janeiro.

A CIRJ foi concebida como associação civil patronal de direito privado com a finalidade de coordenar e defender os interesses da indústria na cidade do Rio do Janeiro. Recebeu sucessivamente os nomes de Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no

⁴⁵ V Pleninco. FIRJAN RJ. 1990. p. 5.

⁴⁶*Ibidem*. p. 7.

momento da fundação, em 1827, de Centro Industrial do Brasil (CIB), em 1904, e de Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), em 1931. Em reunião da assembleia geral realizada em 29 de agosto de 1939, adotou a denominação atual. Em 4 de fevereiro de 1943, como prova do reconhecimento de sua importância enquanto associação civil, passou a ser reconhecida, por meio do decreto nº 11.493 órgão técnico e consultivo do poder público nas questões pertinentes aos interesses da indústria⁴⁷.

A FIRJAN, foi constituída oficialmente em 16 de março de 1975 como associação sindical de âmbito estadual, com sede e foro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, seus fins são o estudo, coordenação, proteção e representação legal das categorias econômicas da indústria, dentro dos limites da base territorial do atual estado do Rio de Janeiro. Essa entidade é a resultante da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974 (Lei da Fusão do Estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro), a qual preconizou a absorção dos acervos de duas entidades sindicais, extintas em 15 de março de 1975: a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ). A primeira dessas entidades fora fundada em 27 de novembro de 1937 com o nome de Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF), e recebera sucessivamente as denominações Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIDF) e Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega). A segunda — FIERJ — funcionava desde 1950 com sede na cidade de Niterói e jurisdição no antigo território fluminense.

A fusão trouxe à cena um embate político, visto a Fiega ter maior volume político, enquanto a FIERJ detinha maior conhecimento das necessidades do território fluminense. Nas negociações, o último presidente da FIERJ, Jair Nogueira, cedeu a presidência da Federação das Indústrias do novo estado do Rio de Janeiro a Mário Leão Ludolf, da Fiega, assumindo como vice-presidente na primeira diretoria da Firjan-CIRJ em 1975. Mario Leão Ludolf fora presidente dessa instituição até 1980, logo após, Artur João Donato⁴⁸ elegeu-se para o respectivo cargo na Firjan e, simultaneamente, no CIRJ. Em sua gestão, Donato criou o sistema Firjan, o qual engloba a própria federação, o CIRJ, o Senai-Rio (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o Sesi-Rio (Serviço Social da Indústria) e o Instituto Euvaldo

⁴⁷CALICCHIO, Vera. CIRJ (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em: 03 de janeiro de 2013.

⁴⁸MARQUES, Teresa Cristina. Artur João Donato (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em: 03 de janeiro de 2013.

Lodi⁴⁹. Donato também aumentou a representação de empresários do interior do estado na FIRJAN, assim como o número de escolas do Senai nos municípios fora da região metropolitana. Depreendemos, nesse sentido, que a criação do sistema visava o fortalecimento da indústria fluminense por meio de diferentes frentes.

A primeira, a FIRJAN, além de nutrir o desejo incentivar a indústria do interior do estado, que não teve atenção durante a gestão de Ludolf, tem a função de desenvolver e coordenar estudos, pesquisas e projetos para orientar as ações de promoção industrial e novos investimentos no estado do Rio de Janeiro. Seus Conselhos Empresariais temáticos e Fóruns Empresarias setoriais discutem tendências e lançam diretrizes para ações de apoio e assessoria às empresas. A segunda, o CIRJ, possibilita às empresas a ele associadas acessar, em condições diferenciadas e com um atendimento personalizado, os serviços oferecidos pelas cinco instituições integrantes do Sistema FIRJAN. A terceira, o Senai, promove a capacitação tecnológica das empresas, por meio de programas de assessoria técnica e tecnológica e de formação profissional, além da qualificação e especialização de trabalhadores em todos os níveis. A quarta, o Sesi, tem o objetivo de promover ações para a promoção da saúde, educação, esporte, lazer e cultura direcionadas aos trabalhadores e às comunidades em que estão inseridos. Ele atua também nas áreas de saúde ocupacional, segurança do trabalho e meio ambiente. Enquanto o Instituto Euvaldo Lodi promove a capacitação empresarial e dá apoio à pesquisa e à inovação tecnológica. Concomitantemente, realiza o trabalho de integração entre indústrias, universidades e instituições de pesquisa no estado do Rio de Janeiro⁵⁰.

Após a essa breve explanação sobre o Sistema FIRJAN, retomemos a análise da V Pleninco. Como patrocinadores especiais da plenária estavam o BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro), a ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto) e o IBEF (Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros). Este foi criado em 1971 na cidade do Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos, que congrega executivos e empresários, cujo objetivo é realizar pesquisas, estudos e projetos em diversos segmentos da economia⁵¹. Já a ANDIMA, era uma entidade civil sem fins lucrativos e de caráter privado com sede na cidade do Rio de Janeiro. Seu objetivo precípua é o de contribuir para o desenvolvimento de mercados que ofereçam oportunidades de negócios a instituições financeiras, aos investidores e às empresas em geral. Esta associação reúne bancos comerciais, múltiplos e de

⁴⁹CALICCHIO, Vera. CIRJ (verbete). *Op Cit.*

⁵⁰<http://www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F790101213013CD7D651D.htm>. Acessado em 13/04/2014.

⁵¹<http://www.ibefrio.org.br/secoes/page/4/Historia>. Acessado em 14/04/2014.

investimento, corretoras, distribuidoras de valores e sociedades de crédito e financiamento. Seu modelo de funcionamento tem como principal característica a segurança na liquidação financeira e na custódia dos títulos negociados no mercado financeiro⁵². O BANERJ, resultante da fusão entre o BEG (Banco do Estado da Guanabara) e o BERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro) em 1974, era o agente financeiro para projetos do governo do estado do Rio de Janeiro⁵³. O banco foi o braço estatal presente na plenária. Sobre este ponto, fica evidente que a intervenção estatal refutada pelos empresários não era de todo verdadeira. O financiamento estatal para reproduzir o capital privado, ainda era um mecanismo utilizado pela iniciativa privada.

Participou como apoiadora especial do evento a AD-RIO (Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro). Fundada 1987, com sede no Rio de Janeiro, a Agência é reconhecida pelo Governo Estadual como de utilidade pública, conforme o Decreto nº 10.942, de 27/01/88. Seu objetivo é a promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado do Rio de Janeiro. Dentro da organização da estratégia de promoção investimentos, cabe a esta Agência a elaboração de estudos de pré-viabilidade, de tendências e vocações de mercado e regionais, além de estudos setoriais que forneçam subsídios a empresas e investidores. A busca de parcerias, tanto técnicas quanto financeiras, para o desenvolvimento dos trabalhos é outro foco que orienta a atuação desta instituição⁵⁴. Dentre seus associados fundadores estão bancos, empresas transnacionais e de capital nacional⁵⁵.

Avaliamos que a V Pleninco concebe a ideia de defesa da coerência estruturada⁵⁶. Este conceito, cunhado por David Harvey, abrange as formas e as tecnologias de produção, as quantidades e qualidades de consumo (padrão e estilo de vida de trabalhadores e burguesia), os padrões de demanda e oferta de mão de obra (hierarquias das habilidades de mão de obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos) e infraestruturas físicas e sociais na configuração de um território. Desta maneira, produção e consumo, luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida definem o espaço regional⁵⁷. Nesse sentido, no intento de manter seu status quo, as instituições de representação empresarial fluminense traçaram projetos de modo a adaptar-se às transformações de escala mundial, as quais poderiam solapar a coerência estruturada no território do Rio de Janeiro. Para tanto,

⁵²<http://www.foregon.com/glossario/104/andima.aspx>. Acessado em 14/04/2014.

⁵³http://www.aafbanerj.org.br/home_memoria.asp. Acessado em 14/04/2014.

⁵⁴<http://www.adrio.org.br/site/empresa.php>. Acessado em 14/04/2014.

⁵⁵*Ibidem*.

⁵⁶HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005, p. 146.

⁵⁷*Ibidem*.

debateram e chegaram a um consenso sobre as seguintes questões: a acumulação e a expansão, cujos excedentes de capital e força de trabalho podem pressionar determinada região, fazendo-a exportar capital e mão de obra (imigração ou migração, no caso de avanço para outras regiões de um mesmo país); revolução tecnológica, que aumenta a produção em intervalos cada vez mais curtos de tempo, mas que, por conseguinte, provoca o desemprego estrutural e tende a aniquilar empresas com baixo investimento em novas tecnologias; luta de classes, as quais podem forçar capitalistas e trabalhadores a migrarem para outros territórios, assim provocando o esvaziamento econômico da região; e ascensão do capital financeiro e das transnacionais, capazes de migrar para qualquer ponto do planeta de acordo com seus próprios interesses, dessa maneira afetando o próprio papel do Estado na economia em virtude do grande volume de capital que representam no contexto internacional. Em síntese, a plenária da indústria e comércio objetivava a adaptação das empresas a um novo ciclo de acumulação de capital, o neoliberalismo, por meio da defesa de uma coerência regional estrutural⁵⁸.

Segundo Harvey, a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo é estruturada por um comportamento dialético que busca uma solução entre a continuidade da preservação de valores de compromissos passados (assumidos em um espaço e tempo específicos) ou a sua desvalorização⁵⁹, destarte depreendemos que essas lideranças empresariais do Rio de Janeiro almejavam a preservação de seus respectivos empreendimentos. Nesse sentido, a plenária da indústria e comércio do Rio de Janeiro foi estrutura em painéis de discussão. Dentre eles, destacamos os seguintes: Desenvolvimento de complexos industriais; Rio de Janeiro- centro internacional de comércio e desenvolvimento tecnológico; Desenvolvimento do Rio de Janeiro como centro financeiro internacional; O Rio no contexto econômico e político empresarial.

No painel Desenvolvimento de Complexos Industriais⁶⁰, participaram: José R. Nunes Firme⁶¹ da ADEMI, como coordenador; José Augusto A. Brito, superintendente da AD-RIO, como expositor; Ricardo Lins de Barros⁶² da FIRJAN e Luiz Geraldo Wately da Ass. Com. de

⁵⁸ HARVEY. *Op. Cit.*, nota 56. p. 150.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ V Pleninco. *Op Cit.* Nota 45. p. 9.

⁶¹ Assumiu a presidência da ADEMI em 1986, de forma interina. Foi eleito, em 1987, para o primeiro mandato e, em 1990, para o segundo. Foi defensor do incremento do turismo no estado do Rio de Janeiro. Por sugestão da ADEMI à época, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro criou a Comissão de Reformulação da legislação de construções de hotéis no Rio de Janeiro, da qual participaram, entre outros, a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), a Riotur (Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro), a Associação e o Sindicato dos Hotéis do Rio, o Sinduscon-Rio (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro) e a própria ADEMI. Fonte: http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=2558. Acessado em 15/04/2014.

⁶² Era empresário da área petroquímica. Na década de 1990, ele presidia a Panamericana. Durante o mandato de Fernando Collor de Mello, foi convidado pelo então Presidente da República a comandar a gigante estatal

Resende, como debatedores; e Paulo Mário Freire⁶³ da FIRJAN como relator. O referido painel tratava de anseios da indústria fluminense em toda cadeia de produção. O cerne da discussão, calcada por estudos realizados pela AD-RIO, estava entorno da criação de novos nichos de produção industrial que seriam açambarcados pela desconcentração espacial da indústria do estado do Rio de Janeiro, esta altamente concentrada na sua região metropolitana. Isso teria como desdobramentos a redução de custos da produção, o fortalecimento da economia estadual de forma mais heterogênea e articulada e a fixação da mão de obra qualificada no território do Rio de Janeiro.

O referido painel tratou de projetos dentre os quais se destacavam a implantação de: um complexo sideroquímico; uma montadora de veículos; um polo petroquímico; e um centro industrial portuário em Sepetiba. No que tange a complexo sideroquímico a ser construído em Itaguaí, a AD-RIO e a SETEPLA TECNOMETAL⁶⁴, promoveram um estudo em conjunto que tinha como conclusão a viabilidade econômica do investimento. Contudo, conforme expôs o relator, e representante da Firjan, seriam necessários investimentos dos governos federal e estadual em infraestrutura para concretizar a instalação do complexo, como ampliação e modernização das vias férreas que ligam Minas Gerais (local de onde viria a matéria prima) ao Rio de Janeiro (neste caso, a região de Magé) e implantação da rodovia Itaguaí-Magé, responsabilidades federal e estadual, respectivamente. Nota-se, assim, uma articulação do processo produtivo desde a origem – com a obtenção da matéria prima no estado de Minas Gerais– até sua finalização, como produto acabado, a ser fornecido a indústrias no estado do Rio de Janeiro.

Sobre a instalação de uma montadora de veículos no estado do Rio de Janeiro, o expositor citou o estudo em conjunto da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)⁶⁵ e da AD-

Petroquisa. Fonte: <http://www.monitormercantil.com.br/index.php?pagina=Noticias&Noticia=133911>. Acessado em 15/04/2014.

⁶³ Foi presidente da Cimento Portland Paraíso e um dos fundadores do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), instituição de caráter privado, criada em 1989, que se debruça em estudos sobre a indústria e o desenvolvimento nacional. Seus trabalhos ressaltam a responsabilidade do setor privado e da empresa na condução do desenvolvimento industrial em parceria com o Estado. Fonte: Fontes: http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/10anos.pdf e http://www.iedi.org.br/artigos/iedi/quem/quem_somos.html. Acessado em 13/05/2014.

⁶⁴ Criada em 1967, a SETEPLA oferece serviços na área de engenharia de projetos e assessoria técnica para empreendimentos nas áreas industriais, transportes, arquitetura/urbanização, meio-ambiente/saneamento e energia. Em 1975 a empresa se reestruturou para se especializar em projetos multidisciplinares de grande porte, trabalhando em todas as etapas de um projeto: concepção, detalhamento e gerenciamento. Em 1984, aliou-se a empresa TECNOMETAL Estudos e Projetos Industriais S.A., que atuava há mais 30 anos nas áreas siderúrgicas e metal-mecânica.

⁶⁵ Devemos destacar que a CSN seria uma das principais fornecedoras de matéria prima para a montadora. A presença de um representante da cidade de Resende no debate do painel, nos leva a crer a articulação de uma cadeia produtiva com redução de custos, visto a proximidade de Volta Redonda (localização da CSN) e Resende, e sua respectiva ligação por meio da Rodovia Presidente Dutra (BR-116).

RIO, o qual recomendava a instalação de um parque automobilístico no estado do Rio de Janeiro, entretanto, destacava que ele não deveria ser como em outros estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná), cuja produção era de carros com baixo teor de tecnologia. Aproveitando as novas exigências dos consumidores, que ansiavam por carros cada vez mais modernos, o Rio de Janeiro, segundo o estudo, deveria aproveitar o seu expressivo parque de informática, natural embrião de um parque produtor de autopeças voltadas para informatização de bordo⁶⁶. Entendemos que o estudo traça a realização da produção de carros por meio de um novo nicho, até então não explorado em território nacional, fato que faria do Rio de Janeiro um novo polo de atração de investimentos ao passo do desenvolvimento de uma indústria de pujança tecnológica, cujos produtos teriam maior valor agregado.

O expositor destacou a mão de obra do Rio de Janeiro como a mais qualificada do país para esse tipo de empreendimento. Citou também que a possível localização da montadora seria no Vale do Paraíba (região próxima de São Paulo, localizada ao sudoeste do Rio de Janeiro) ou próxima ao Complexo Industrial Portuário de Itaguaí, assim como a importância do apoio do governo federal por meio da revisão da lei de informática⁶⁷, de forma a permitir a importação dos equipamentos para a essa indústria, e de uma política de nacionalização própria para este novo tipo de carro a ser produzido no país⁶⁸.

O projeto do Polo Petroquímico visava a integração deste com a economia fluminense pelo fato de a matéria prima (gás natural e nafta) ser farta e disponível no território do Rio de Janeiro. Segundo o estudo realizado pela AD-RIO, os impactos nos campos econômico e social seriam um faturamento anual da ordem de 1,4 bilhão de dólares, a criação de 73.000 vagas de emprego e uma geração de impostos de cerca de 260 milhões de dólares. A implantação do Polo, segundo o expositor, atrairia empreendimentos ligados ao setor de serviços e da indústria plástica, de têxteis, de detergentes, de tintas, de borracha e de bens de capital⁶⁹. Para realização do projeto, o governo federal deveria investir infraestrutura, principalmente em energia e num terminal portuário.

⁶⁶V Pleninco. *Op Cit.* Nota 45. p. 10.

⁶⁷Essa lei era de 1984, criava uma reserva de mercado para os fabricantes nacionais produtos de informática. Tal reserva propiciou a criação de mão de obra especializada no Brasil. Mas, ao final de 1991, ela foi extinta pelo governo Collor, assim abrindo o mercado para as empresas estrangeiras. Essa ação do governo foi ao encontro daquilo que foi expresso na V PLENINCO.

http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/772_os+efeitos+colaterais+da+lei+de+informatica. Acessado em 15/04/2014.

⁶⁸V Pleninco. *Op Cit.* Nota 45. p. 10.

⁶⁹*Ibidem.* p.13.

A discussão sobre a construção de um Polo Petroquímico no estado começou ainda na década de 1980. Fez parte da campanha eleitoral do então governador Wellington Moreira Franco e era entendida com solução antirrecessão, além de assumir a perspectiva de tornar a indústria de produtos petroquímicos autossuficiente, passando o Brasil da condição de importador para a de exportador em alguns anos⁷⁰. Em 1988, foi realizado um seminário promovido ACRJ para discutir sobre a questão. Participaram a FIRJAN, a ACRJ, a Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), empresários, autoridades (dentre elas o governador do estado do Rio de Janeiro) e de técnicos ligados ao setor, como Paulo Belloti, presidente da Petroquisa⁷¹ à época. Em sua explanação, Belloti afirmou que a empresa estatal participaria como coordenadora da implantação do Polo. Também participou do seminário Ricardo Lins de Barros, à época presidente da Siquirj (Sindicato da Indústria Química do Rio de Janeiro), defendendo um modelo empresarial diverso do utilizado até então, no qual fosse contemplada a livre busca por novas tecnologias no processo de produção. Na sua concepção, o modelo tripartite (empresa estatal, capital privado nacional e investimento estrangeiro) adotado em outros Polos Petroquímicos, como o de Camaçari, na Bahia, tinha o grave problema de amarrar a tecnologia a apenas uma empresa multinacional⁷².

Retomando o debate do painel de discussão sobre complexos industriais, entendemos que Lins de Barros, naquele momento debatedor e representante da FIRJAN, tinha conhecimento de todo o processo para conceber o Polo Petroquímico no Rio de Janeiro, além de ter interesses imediatos, haja vista ser um empresário do ramo petroquímico. Ciente da importância de Lins de Barros no Rio de Janeiro, Collor o convidou para ser vice-presidente da Petroquisa. A estratégia do Presidente da República parecia ser bem definida. Por um lado deixava o processo de implementação do Polo nas mãos de um empresário ligado diretamente ao ramo de produção de produtos petroquímicos, por outro, agradava todo um conjunto de empresários que iriam se beneficiar direta ou indiretamente com sua instalação no estado do Rio de Janeiro, desta forma angariando apoio político do 2º estado mais rico da federação. É

⁷⁰ *Revista da Associação Comercial*, nº 1240, 1988. p 23.

⁷¹ Criada em 1967, a Petroquisa Química S. A., foi a primeira subsidiária da Petrobras com o objetivo de desenvolver e consolidar a indústria petroquímica no Brasil. Sua criação decorreu da impossibilidade tecnológica, empresarial e financeira da iniciativa privada, à época, de desenvolver a indústria petroquímica no país, assim como do desinteresse das grandes companhias estrangeiras em investir neste segmento, preferindo exportar produtos acabados de suas fábricas no exterior para o Brasil. Com a criação da Petroquisa, começaram a surgir as primeiras parcerias societárias mediante um modelo que ficou conhecido como tripartite, que estimulou a associação do Estado (por intermédio da Petroquisa), capitais privados nacionais e grupos internacionais detentores de tecnologia. Fonte: <http://www.jorplast.com.br/jpdez04/pag03.html>, acessado em 19/04/2014.

⁷² *Revista da Associação Comercial*, nº 1240, 1988. p 22.

preciso salientar que o empresariado enxergava o Polo Petroquímico como solução para a recessão.

Outro tema debatido foi o projeto de construção do Centro Industrial Portuário de Sepetiba. Segundo o expositor, a infraestrutura tornou-se central na pesquisa da AD-RIO durante o levantamento de dados econômicos do Rio de Janeiro, pois ela determinaria os rumos a serem tomados no que tangenciava aos novos empreendimentos. O escopo traçado foi de uma produção industrial voltada para exportação, daí a importância da construção da ampliação do porto de Itaguaí⁷³. Argumentou-se que o crescimento econômico do estado estava limitado pela malha urbana, mas, em contrapartida, o Rio de Janeiro teria como induzir o avanço da economia por meio da utilização da baía de Sepetiba⁷⁴. Consoante o estudo da AD-RIO, a região possuía condições excepcionais. Suas águas são profundas, ideais para navios de grande porte, ao passo que possuía vasta extensão de terras contíguas interligadas ao município de Itaguaí, assim podendo formar um complexo industrial ao lado do porto. Outro argumento utilizado para ratificar a implantação do projeto, foi a localização em relação ao parque industrial no território nacional. A hinterlândia entre os portos de Paranaguá (localizado no estado do Paraná) e de Vitória (localizado no estado do Espírito Santo) abarcava maior parte da produção industrial do país. Itaguaí estava localizada numa região de convergência das grandes estradas federais provenientes do norte do Brasil, Mato Grosso, Minas Gerais, Brasília e São Paulo⁷⁵, fato relevante em relação a competitividade industrial, uma vez que seria possível realizar articulação de diferentes módulos de transporte, assim diminuindo o tempo de percurso dos insumos, commodities ou produtos industriais. A estimativa para um horizonte de 10 anos (neste caso especificamente, de 1990 a 1999) era de porto ter condições de exportar produtos petroquímicos e sólidos, produtos siderúrgicos, minério de ferro e grãos⁷⁶.

A conclusão do relator era de que a realização da ampliação do porto de Itaguaí só se daria com a mudança da legislação portuária, a qual era privativa da esfera de poder federal. Os empresários pleiteavam adequações para participação da iniciativa privada na concessão

⁷³Em 1973, o governo do então estado da Guanabara promoveu estudos para a implantação do porto de Itaguaí, destinado a atender, principalmente, ao complexo industrial de Santa Cruz (RJ). Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1975, a implantação do porto ficou a cargo da Companhia Docas do Rio de Janeiro. As obras de construção do píer foram iniciadas em 1976, seguidas em 1977 pela dragagem, enrocamento e aterro hidráulico. O porto foi inaugurado em 7 de maio de 1982. Fonte: <http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/Portos/Itaguaui.pdf>. Acessado em 21/04/2014.

⁷⁴Num raio de 500 Km dessa região, estavam concentrados 32% da população do país, 65% do produto industrial, 65% dos serviços e 40% da produção agrícola. Fonte: V Pleninco. Nota 45. p. 23.

⁷⁵V Pleninco. *Op Cit.* Nota 45. p 22.

⁷⁶*Ibidem.* p. 26.

para administração e concessão do porto, além de modificações na forma de contratação da mão de obra (estivadores)⁷⁷.

Em visita ao porto de Itaguaí, sete meses após a realização da V Pleninco, o Secretário Nacional de Transportes, José Henrique D'Amorim Figueiredo, acompanhado do presidente da CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro), Celso Parisi, anunciou que o governo pretendia investir 300 milhões de dólares entre anos de 1992 e 1995, esse montante representava cerca de um terço do custo total estimado para sua expansão⁷⁸.

Assim como no projeto do polo petroquímico, o governo Collor procurou estabelecer um diálogo salutar com os interesses dos empresários do estado Rio de Janeiro. A promessa de investimentos no estado serviria de contrapeso às ações orquestradas pelo governo no campo macroeconômico, como os Planos Collor I e II. O Presidente da República sabia do esvaziamento econômico pelo qual o Rio de Janeiro estava passando desde a década de 1980. Entendendo que o estado poderia fazer parte de sua estratégia política, que logicamente vislumbrava apoio de frações da classe dominante, Collor movimentou-se na direção dos interesses dos empresários do estado. Nomeou Ricardo Lins de Barros, importante empresário do Rio de Janeiro, vice-presidente da Petroquisa sinalizando seu apoio à instalação do Polo Petroquímico no estado. No final da administração do governador Moreira Franco, propiciou o saneamento das contas do BANERJ, importante banco para injeção de capital em obras de infraestrutura, além de liberar investimentos para pesquisas destinadas à produção de ciência e tecnologia por meio da realização empréstimos com bancos do exterior⁷⁹. Esse conjunto de ações do governo demonstrava o desejo de que o apoio econômico do governo central ao Rio de Janeiro fosse revertido em apoio político a Collor. Durante seu governo, essa barganha com empresários fluminenses serviria de contrapeso às críticas de Mario Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Na apresentação conclusão sobre o painel Desenvolvimento de Complexos Industriais, o relator, Paulo Mário Freire, representante da FIRJAN, dissera que para ser competitivo no mercado externo, era preciso ter custos compatíveis com os de nível internacional. Fez consideração sobre a taxa de investimento no Brasil, explicitando que era uma das mais altas do mundo pela sua natural proteção à indústria nacional. Por fim, conclamara toda a sociedade para ajudar a solucionar os problemas do estado do Rio de Janeiro por meio do

⁷⁷V Pleninco. *Op Cit.* Nota 45. p. 51.

⁷⁸ Caderno de Economia/negócios. *O Globo*. 27/08/1990. p 19.

⁷⁹Na V Pleninco foi debatido a questão de investimentos em ciência e tecnologia. Chegou-se ao consenso de que empréstimos destinados a esse fim embora aumentassem o déficit público poderiam reduzi-lo a médio e longo prazo.

apoio aos projetos ora apresentados e engajamento da classe política em prol dos objetivos apresentados na plenária⁸⁰. O discurso do empresário elucidava o pano de fundo da V Pleninco, nela estavam sendo orquestradas maneiras de atrair e fixar o capital no estado do Rio de Janeiro como forma de combater a recessão. A ideia de formação de complexos industriais no território estadual vai ao encontro do objetivo de tornar a indústria mais competitiva em relação à de outros países. Entretanto, não bastavam apenas os projetos e a disposição da classe empresarial para combater os problemas econômicos do estado, se fazia necessário o apoio político e econômico dos governos estadual e, principalmente, federal.

Rio de Janeiro: Centro Internacional de Comércio e Desenvolvimento Tecnológico, esse foi o tema de mais um painel apresentado na plenária da indústria e comércio. Participaram representantes da ACRJ, AD-RIO, FCARJ, autoridades do estado do Rio de Janeiro, dentre elas o Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, José Pelúcio⁸¹, e da FIRJAN, Nuni Kauffmann e Mario Viegas⁸². O painel tangenciou três temáticas: o Rio de Janeiro como centro internacional de comércio; a instalação de um teleporto; e a transformação do estado num centro de desenvolvimento tecnológico. A ideia central da discussão realizada no painel traz à tona o novo empreendedorismo. Como assinala Harvey, ele tem como pilar a noção de “parceria público-privada”, na qual a iniciativa local se integra com poderes governamentais locais, buscando fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos e novas fontes de emprego⁸³.

No que toca a intenção de transformar o Rio de Janeiro num centro internacional de comércio, fica evidente que o empresariado tem noção das transformações no campo econômico-político-social e seus desdobramentos em escala internacional. Face às mudanças, foi apresentada a redefinição de objetivos e interesses nacionais e regionais. Consoante o entendimento dos expositores do painel, dentre eles José Pelúcio, a presença dos países em desenvolvimento na economia internacional do futuro dependeria de vontade política para

⁸⁰ V Pleninco. Nota 45. p. 52.

⁸¹ Formado em Economia, é um dos cientistas mais respeitados no âmbito da Ciência e Tecnologia no país. Criou, no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Fundo de Tecnologia (Funtec), entidade pioneira no financiamento da graduação no Brasil. Ao sair do BNDES, em meados da década de 1970, foi vice-presidente do CNPq e o primeiro presidente da Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), cargos que exercia simultaneamente. Na década de 1980, quando a Fundação Padre Leonel Franca foi fundada, Pelúcio fazia parte do Conselho de Desenvolvimento da PUC-RJ, mais tarde sendo convidado para presidí-la. No governo Moreira Franco, José Pelúcio Ferreira assumiu a recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro. Sua principal realização, como secretário de Ciência e Tecnologia, foi a reativação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Fonte: http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/jose_pelucio_ferreira.html

⁸² Fundador da Concremat, empresa do ramo de construção civil, especializada em análise de concreto e projetos de engenharia. Fonte: <http://www2.concremat.com.br/Quem-Somos-Historia.aspx>

⁸³ HARVEY, *Op. Cit.* Nota 56, p.172.

mobilizar seus próprios recursos de modo a otimizá-los sob a forma de produtos e serviços de valor adicionado⁸⁴. Nesse sentido o Brasil deveria se estabelecer como elemento integrador e, concomitantemente, atuar como centro de mercado e finanças da América Latina. Sob a mesma ótica, o país também teria de rever e atualizar sua infraestrutura de comércio exterior, energia, transportes e recursos humanos integrando-as com a visão moderna de comunicação e informação⁸⁵. Nessa conjuntura, a ACRJ afirmara acreditar que o Rio de Janeiro poderia dar uma contribuição decisiva na estratégia de desenvolvimento do país por meio da criação de um Centro Internacional de Comércio e Desenvolvimento Tecnológico. Para tal objetivo julgava-se imprescindível à ocupação ou recuperação de grandes áreas urbanas através de um plano integrado que articulasse as áreas de habitação, negócios, transportes, saneamento, energia e comunicações com toda uma estrutura especializada na prestação de serviços e no fomento às transações internacionais; a mobilização do governo, iniciativa privada e sociedade civil na busca por recursos; e atração de empresas nacionais e transnacionais com base na oferta de infraestrutura adequada⁸⁶. Sobre esta questão, as atividades ligadas às telecomunicações tornavam-se centrais. Daí a intenção de se construir um Teleporto na cidade do Rio de Janeiro⁸⁷, o qual iria viabilizar o exercício de controle e comando referentes às altas finanças, à coleta de informações e ao seu processamento. Isso se desdobraria em desenvolvimento de uma vasta gama de serviços de apoio, que poderiam coletar e processar informações rapidamente ou permitir consulta rápida a especialistas. Em síntese, significa transformar a localidade em exportadora de serviços (financeiros, informacionais e relativos à produção de conhecimento)⁸⁸.

No terceiro tópico abordado pelo painel, Rio: Centro de Desenvolvimento Tecnológico, foram abordadas as questões que precisariam de apoio do governo federal, dentre elas estavam: o pleito por uma política tecnológica; o aumento de recursos federais para a ciência e tecnologia; a instalação de um centro de pesquisa em microeletrônica através do CPqD⁸⁹ da Telebrás em associação com universidades e empresas fluminenses; reequipamento e ampliação dos centros de pesquisa e laboratórios universitários federais instalados no estado; dar seguimento à implantação do Laboratório Nacional de Plasma e Fusão Nuclear Controlada; dotar a UFF (Universidade Federal Fluminense) de recursos para a

⁸⁴V Pleninco. Nota 45. p. 72.

⁸⁵*Ibidem.* p. 75.

⁸⁶*Ibidem.*

⁸⁷*Ibidem.* p. 77.

⁸⁸HARVEY, *Op.Cit.*, nota 56, p. 177.

⁸⁹O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Padre Roberto Landell (CPqD) foi criado em 1976 na cidade de Campinas, estado de São Paulo. Tem como escopo o desenvolvimento de produtos eletrônicos para o ramo de telecomunicações. Fonte: http://www.telebras.com.br/inst/?page_id=41. Acessado em 24/04/2014.

implantação do Centro de Pesquisa em Biotecnologia Marinha; não colocar entraves ao endividamento externo do Estado que tenha o objetivo de captar recursos para investimento em ciência e tecnologia; criação de vantagens para empresas que investissem em pesquisa e desenvolvimento; fomento à criação de centros de pesquisa e laboratórios nas indústrias, dentre outras⁹⁰.

Esse leque de reivindicações do empresariado fluminense traz em seu bojo novas dimensões em pesquisa e de utilização de ciência e tecnologia, indutoras de reformulações produtivas e de uma nova configuração empresarial, que irão permear o comércio internacional, desdobrando-se numa reformatação política e administrativa dos Estados⁹¹. A respeito deste ponto, René Armand Dreifuss afirma: As colossais inovações científico-tecnológicas que marcam esta época viabilizam reestruturações dos sistemas produtivos e gerenciais, de alcance global, além induzir reorganizações cunho societário.⁹²

A afirmação supramencionada ratifica a ideia de revolução contínua da produção, pois o modo de produção capitalista não pode existir sem a revolução permanente dos meios de produção e da expropriação da mão de obra, dessa forma podemos entender o capital como o motor de transformação em todos os campos da sociedade na medida em que ele abala as condições sociais, tornando as relações antiquadas antes mesmo delas se consolidarem.⁹³

Ciente das transformações de cunho global operadas pela dinâmica do capital e da importância econômica e, principalmente, política do pleito dos empresários do Rio de Janeiro, Collor, após sua posse, nomeia José Goldemberg⁹⁴, cientista renomado, para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. O Secretário, ainda em maio de 1990, anunciou a negociação de dois empréstimos, um com BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e outro com o Bird (Banco Mundial), cujos valores giravam em torno de 100US\$ e 300US\$ milhões, respectivamente. O repasse da verba seria realizado em cinco anos⁹⁵. Todavia, esse aporte de investimentos era de caráter suplementar, ou seja, estava suprindo a demanda que o orçamento do governo não suportou.

⁹⁰V Pleninco. Nota 45. p. 75.

⁹¹DREIFUSS, René Armand. *A Época das Perplexidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 29-30.

⁹²*Ibidem*. p 33

⁹³MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p 29.

⁹⁴Foi Reitor da USP (Universidade de São Paulo) de 1986 a 1990. De 1990 até 1992 ocupou vários cargos durante o Governo Collor. Como Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República modernizou a área de informática. Como Secretário Interino de Meio Ambiente, coube a ele conduzir a participação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-1992). Como Ministro da Educação preparou uma proposta ao Congresso Nacional dando autonomia efetiva às Universidades Federais. Fonte: <http://www.abc.org.br/resultado.php3?codigo=goldemberg>. Acessado em 24/04/2014.

⁹⁵Caderno O Mundo/Ciência e Vida. *O Globo*. 11/05/1990. p. 19.

Existia também outro problema, o governo, por meio da reforma administrativa, reduziu em 30 % o quadro de funcionários do Finep (Financiadora de Estudos e Pesquisas) e extinguiu o Conselho de Ciência e Tecnologia, à época, responsável pela distribuição das verbas na área científico-tecnológico, nas quais estavam inclusas as pastas dos Ministérios da Saúde, Agricultura e Educação⁹⁶. Esse corte de gastos associado a empréstimos contratados junto a organizações internacionais de fomento, traça o perfil do que seria o governo Collor. Uma administração de caráter centralizador que optaria pela redução do Estado em função da redução do déficit público. O controle mais concentrado do orçamento permitiria realizar investimentos de forma mais independente, facilitando seu direcionamento face aos seus interesses, não necessariamente econômicos, mas políticos. O ajuste na máquina administrativa daria fôlego às negociações junto à iniciativa privada.

Embora houvesse embaraços no orçamento destinado à pesquisa, ciência e tecnologia, o governo estava em consonância com alguns dos interesses explicitados na Plenária da Indústria e Comércio. Conforme previsto no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico II, os recursos para o desenvolvimento em pesquisa, ciência e tecnologia poderiam ser pleiteados por instituições públicas ou privadas, nas quais se incluíam universidades e centros de pesquisa. Podemos compreender, por meio de um raciocínio analógico, que boa parte do orçamento iria ao encontro dos interesses do Rio de Janeiro, pois em seu território estavam as universidades e os centros de pesquisa mais importantes do país organizados na chamada Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, cujo objetivo era o de atender às indústrias locais na demanda por desenvolvimentos experimentais, prestação de serviços técnicos, consultoria especializada e treinamento de pessoal⁹⁷.

A desregulação do mercado de capitais também foi tema de discussão na V Pleninco. No painel “Rio de Janeiro como Centro Financeiro Internacional”, houve a explanação sobre as formas de integrar o Brasil ao mercado financeiro internacional como forma de angariar investimentos, escassos durante a década de 1980. Participaram das discussões representantes da BVRJ, ANDIMA, IBEF e do governo do estado do Rio de Janeiro. Embora a FIRJAN não tenha participado de forma direta nesse painel, os interesses da indústria se faziam presentes por meio do Secretário Estadual de Indústria e Comércio, Rodrigo Paulo de Pádua Lopes, que havia sido presidente da Companhia do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro⁹⁸ e da empresa

⁹⁶Caderno Ciência e Vida. *O Globo*. 20/06/1990. p 21.

⁹⁷V Pleninco. *Op Cit*. Nota 45. p. 81.

⁹⁸Criada em 1987 pelo governo do estado, a COPPERJ tinha a finalidade de promover a localização e prover a

multinacional Hanna Minning, cuja atuação era exercida nos setores de mineração e, principalmente, no petroquímico. A chave para o entendimento do desenvolvimento econômico, segundo os preceitos da globalização, era a adoção de mercados livres e do dinheiro saudável. Nessa esteira, o capital das empresas não deve mais estar atrelado somente ao capital nacional devido às novas estratégias orquestradas pelos global players. Dada a conjuntura, o capital busca por ambientes onde exista credibilidade para o seu desenvolvimento, concomitantemente, as empresas devem criar novas formas de organização, vislumbrando uma concorrência mais agressiva e os mercados financeiros. Isso gera a intensificação e a mundialização da concorrência em estreita articulação com a face financeira do capital, visto o peso das transformações tecnológicas. Sobre a questão, Karl Marx sintetiza o cerne da expansão do capital:

“(...) a finalidade direta a que o processo de produção capitalista se propõe, já que o capital quer produzir capital... não é nem diretamente um valor de uso para o próprio consumo, nem uma mercadoria a ser convertida, primeiramente em dinheiro e mais tarde em valor de uso. A finalidade deste processo – é outra, é o enriquecimento, a valorização do valor, sua expansão”⁹⁹.

As transformações proporcionadas pela economia desregrada impactam de forma incisiva o Estado Nacional, na medida em que reduzem seu papel na economia. O papel principal nessa conjuntura passa a ser exercido pelo capital financeiro globalizado, que reorganiza o sistema financeiro global e concentra o poder nas mãos de conglomerados transnacionais. Produz-se, destarte, uma nova forma de dependência que extravasa o poder das nações até mesmo dos países centrais. Todos os interesses devem resignar-se aos do núcleo orgânico do capital¹⁰⁰, o que forçaria os países da periferia a adaptar-se abrindo seus mercados e fazendo ajustes macroeconômicos. Celso Furtado reforça esse argumento: “A doutrina corrente nos apresenta a globalização como imperativo tecnológico, portanto, inescapável para as economias que aspiram a desenvolver-se”¹⁰¹.

infraestrutura básica do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito às necessidades de transporte, energia, telecomunicações, saneamento, abastecimento de água e apoio social. Fonte: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/180c1eb5eed4ca5d032565410063c53e?OpenDocument>. Acessado em 17/04/2014.

⁹⁹MARX, Karl. Teorias sobre la plusvalia. Apud GARLIPP, José Rubens Damas. Marx, Keynes e Polanyi e a economia desregrada. *Três contribuições críticas ao mercado auto-regulado*. Anpec, Rio de Janeiro, 2006, p. 2.

¹⁰⁰GARLIPP, José Rubens Damas. Marx, Keynes e Polanyi e a economia desregrada. *Três contribuições críticas ao mercado auto-regulado*. Anpec, Rio de Janeiro, 2006, p. 4.

¹⁰¹FURTADO, Celso. O Longo Amanhecer Reflexões sobre a Formação do Brasil. São Paulo. Editora Paz e Terra. p. 221.

Esse cenário de mudanças na conjuntura internacional serviu de argumento à intenção de transformar o Rio de Janeiro em um grande centro financeiro internacional. A linha de argumentação apresentada no painel utilizou a abertura da economia da União Soviética como exemplo. Segundo o exposto, a pressão da globalização foi tão intensa que provocou a integração competitiva desse país, mesmo com uma longa tradição isolacionista de seu Politburo (Comitê Central do Partido Comunista Soviético). Outro argumento apresentado foi o fato de a integração ao mercado internacional facilitar a captação de recursos a um baixo custo para as empresas e permitir a administração de sua exposição a um risco cambial e financeiro, à época não proporcionada pela legislação vigente. Após a argumentação, os expositores do painel sugeriram quatro alternativas para implementação do centro financeiro, a saber: 1) criação de um centro “*off-shore*” restrito; 2) criação de um centro “*off-shore*” convencional; 3) criação de um centro “*off-shore*” integrado; 4) criação de um centro “*off-shore*” integrado e acoplado aos demais mercados¹⁰².

A ideia de funcionamento do centro *off-shore* restrito consistia em operações financeiras a serem realizadas por bancos brasileiros no exterior. Isso permitiria aos bancos fazerem transações em moeda estrangeira dentro do território nacional após captação de recursos no exterior. A segunda alternativa, centro *off-shore* convencional, ampliaria as concepções adotadas na primeira alternativa. Nesse tipo de centro financeiro, os bancos estrangeiros teriam permissão para fazer operações com moeda estrangeira em território nacional. Já a terceira alternativa, centro *off-shore* integrado, o capital em forma de moeda estrangeira poderia entrar e sair do país de acordo com os interesses das instituições financeiras. A quarta e última, centro *off-shore* integrado e acoplado, amplia todas as alternativas anteriores. Sua proposta era não somente a liberação de transações financeiras em moeda estrangeira no território nacional, mas também a abertura da Bolsa de Valores e de Futuros a investidores estrangeiros.

O painel destacou a Bolsa Brasileira de Futuros como importante para o país devido ao fato de o Brasil ter vocação agrícola, assim, suas commodities poderiam ser alvo de um grande volume de investimentos¹⁰³. Segundo o documento apresentado na plenária, além de estabelecer a integração competitiva ao mercado internacional, a implementação do Centro Financeiro Internacional na cidade do Rio de Janeiro conteria o esvaziamento econômico da cidade e, por conseguinte, do estado. Conforme análise apresentada, a renda interna global¹⁰⁴,

¹⁰²V Pleninco. Nota 45. p. 89.

¹⁰³*Ibidem.* p. 93.

¹⁰⁴*Ibidem.* p. 94.

no período entre 1970 e 1980, teve incremento em níveis mais baixos que os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Isso refletiu numa taxa anual de crescimento industrial mais baixa em relação a esses estados e na redução do número de bancos presentes no estado¹⁰⁵.

No que tange às conclusões do painel, era consenso a integração da economia brasileira à internacional. Os expositores expressavam que não fazia sentido o Brasil importar 4% do seu PIB (produto interno bruto) e participar apenas de 1% do volume do comércio internacional. E que a integração do país com o comércio físico internacional deveria ser estruturada pela abertura do mercado financeiro, fato este que viabilizaria a dinamização da administração financeira das empresas brasileiras competitivas¹⁰⁶. O desejo deste grupo de empresários só seria possível com a mudança da legislação cambial, que deveria tornar o câmbio flutuante, permitindo transações em moeda estrangeira no território nacional. Esse pleito foi atendido por Collor durante a implementação do Plano Collor I.

Importa aqui destacar o pronunciamento do representante do governo do estado do Rio de Janeiro no painel, Rodrigo Lopes. Segundo ele, o projeto de integração competitiva do Brasil ao mercado financeiro internacional deveria ser realizado em sua forma mais restrita, em virtude das dificuldades da mudança no ordenamento jurídico vigente. Entretanto, julgou oportuno apresentar todo o projeto de criação de um Centro Financeiro Internacional na cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁷.

Entendemos, portanto, que o projeto proposto tem sua gênese na identificação pormenorizada do processo de globalização e de suas benesses para o grupo empresarial presente na plenária. Temas como esvaziamento econômico, desemprego e violência serviram à retórica de abertura de mercado, tanto financeiro, quanto comercial. Não obstante a essa argumentação, é possível depreender que o cerne da preocupação dos empresários era a falta de capital disponível para investimento, o que seria suprido por recursos privados vindos do exterior. Esse desejo dialoga com a análise de Furtado:

A tendência à subutilização do capital explica a grande disponibilidade de recursos líquidos para investimento no exterior, o que está na raiz da globalização. Com efeito, esta resulta da ação conjugada de dois vetores: o esforço da oferta de recursos para investir no exterior, que se observa nos países de capitalismo

¹⁰⁵V Pleninco. *Op Cit.* Nota 45. p. 95.

¹⁰⁶*Ibidem.* p. 96.

¹⁰⁷*Ibidem.* p. 97.

avançado, e a orientação dada a esse processo pelas empresas transnacionais.¹⁰⁸

O quinto e último painel da Plenária da Indústria e Comércio, “O Rio no Contexto Econômico e Político Empresarial”, teve como coordenadores os presidentes das entidades patrocinadoras do evento, como expositores Amaury Temporal¹⁰⁹, vice-presidente do CIRJ, e Ney R. Ottoni de Brito, representante da ACRJ e do IBEF e coordenador da V Pleninco junto com Georges Barrene da FIRJAN, que marcou presença no painel sendo o moderador. O debate girou entorno da ação política do empresariado no ano de 1990, que seria marcado pela assunção de um presidente eleito pelo voto popular após vinte e cinco anos.

Em pronunciamento, Ney de Brito delineou aspectos econômicos presentes no país e tracejou uma perspectiva sobre o governo eleito. O expositor do painel afirmou que o Estado encontrava-se desajustado, absorvendo de 85 a 90% da poupança financeira gerada pela sociedade, e fez comparações entre o Brasil, cuja participação na economia era de 2/3 do capital e 1/3 dos salários, e países socialmente estáveis, nos quais esta proporção era inversa, desta forma ratificando a ideia de grande desequilíbrio na distribuição social da renda¹¹⁰. Esta é uma questão-chave que vai perdurar durante todo o governo Collor. O aumento da participação dos salários no PIB era condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável da economia, avolumando o mercado interno e aumentando os índices de produtividade, desta maneira diminuindo a participação do capital no PIB. Após longo processo de acumulação intensiva de capital às custas de uma parca distribuição de renda durante a ditadura militar, já era evidente, a partir da década de 1980, que esse ciclo econômico estava exaurido. Fazia-se necessário o reescalonamento da participação da massa salarial na economia. No cálculo da classe empresarial, o aumento da renda era um dos fatores que melhorariam o quadro econômico brasileiro.

Ney de Brito também reconheceu que o governo eleito deveria fazer ajustes estruturais que circunscreviam ajustes de caixa, aumento de impostos e corte de despesas. Porém ressaltava que as mudanças deveriam ser pactuadas com o extrato social e a classe empresarial, sendo o empresariado fluminense a interface entre o governo e a comunidade do Rio de Janeiro. Para tal participação no processo de negociações, sugeriu duas medidas : a

¹⁰⁸FURTADO, *Op. Cit.* nota 101. p.14.

¹⁰⁹Foi Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro de 1985 a 1989. De 1982 a 1992 diretor-presidente da Riopart — Participações e Empreendimentos S.A. Fonte: Amaury Temporal (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em: 03 de janeiro de 2013.

¹¹⁰V Pleninco. Nota 45. p. 105.

criação de um centro de ação política no estado do Rio de Janeiro que deveria ser o braço intelectual, o cérebro pensante que coordenaria e direcionaria a ação empresarial; e a pulverização da ação empresarial por meio da criação de redes de comunidades empresariais de base em nível regional¹¹¹. Sustentou também a ideia que os empresários de deveriam manter um relacionamento constante e regular com os políticos fluminenses e não apenas monitorar seus desempenhos¹¹², denotando uma nova forma de atuação junto à classe política, a qual consistia no acompanhamento de todo o trâmite legislativo.

Amaury Temporal julgou oportuno enfatizar duas opções de ação política empresarial. A primeira seria a pressão de “pé de ouvido”, que segundo ele sempre ocorrera no Brasil, no entanto sua eficácia só se verifica nos resultados finais. Já a segunda, consistiria na participação no processo decisório, de forma competente, organizada e permanente, com base programática explícita e definida¹¹³. Em sua concepção, a última deveria ser adotada.

O Presidente da FIRJAN, Artur João Donato, disse acreditar que a solução para os problemas do Rio de Janeiro era de caráter eminentemente político. Para ele, os empresários deveriam esforçar-se politicamente para garantir sua própria expansão. A consciência regionalista, em seu entendimento, refletiria em benefícios em prol do estado e da cidade do Rio de Janeiro, mas para alcançá-los seria importante o apoio da representação política. O entrosamento com parlamentares tornaria possível o direcionamento de decisões em favor da classe empresarial, contudo destacou a importância da participação de outros segmentos como trabalhadores, administradores e intelectuais¹¹⁴. Donato entendera que a estruturação da ação política seria ter a Pleninco suprida tecnicamente e ter o “cérebro pensante” suportando as atividades das comunidades empresariais de base, em nível municipal e local. Essa conjuntura provocaria a aglutinação dos empresários em torno da Pleninco, o que se desdobraria em formulações e diretrizes gerais para as classes produtoras sem prejuízo de, individualmente, defenderem seus interesses setoriais ou regionais¹¹⁵.

O representante da Associação Comercial de Resende, Luiz Geraldo Wately, entendia que ineficiência do governo decorrera da falta de cobrança mais ativa por parte dos empresários. Como resolução para esse problema, indicou a possibilidade da orientação técnica ser exercida por um “cérebro pensante”- o Instituto Mauá¹¹⁶- o qual faria com que a ação política empresarial fosse constante e organizada. Apresentou como sugestão o exercício

¹¹¹V Pleninco. *Op Cit.* Nota 45. p. 105.

¹¹²*Ibidem.* p. 107.

¹¹³*Ibidem.* p. 105.

¹¹⁴*Ibidem.*

¹¹⁵*Ibidem.* Nota 45. p. 108.

¹¹⁶Braço intelectual da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

da prática política por meio de um partido, podendo a participação ser realizada a partir de candidatura, colaboração ou afiliação ativa. Ainda discorrendo sobre a temática, Ricardo Degenszejn¹¹⁷ afirmou que o empresariado não acompanhara de forma sistemática o desempenho político, diferentemente de países desenvolvidos, onde questões de interesse do setor tinham a participação constante e metódica da classe¹¹⁸.

A prática política do empresariado para o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Paulo Protásio, era muito precária e deveria ser revertida rapidamente. Propusera a divulgação de informações de maneira sistemática sobre potencialidades e desempenho de políticos candidatos à reeleição, um calendário de ação política e o fortalecimento do Instituto Mauá¹¹⁹. Assim, configurando um novo tipo de metodologia de ação empresarial, no qual o pleito de interesses junto à classe política deveria vir assistido de estudos prévios, de múltiplas questões, eleitas conforme a necessidade e demanda do setor empresarial.

Curiosamente colocado às primeiras páginas do documento-resumo da plenária, o registro de encerramento da V Pleninco sintetiza o propósito pactuado entre as instituições de representação empresarial presentes, o de uma ação política próxima do poder legislativo:

O empresariado fluminense quer fortalecer sua atuação política, através do apoio a candidatos que defendam os interesses da economia do estado ou da candidatura de empresários nas eleições deste ano para o Congresso Nacional. Essa ação política, porém, não pode parar numa eleição, que é realizada a cada quatro anos. Ela deve ser permanente, através de uma postura mais contundente e adequada à posição que o estado do Rio de Janeiro ocupa no cenário econômico e político nacional. Em suma: o estado precisa ter voz mais ativa e posição de maior destaque nos meios políticos da Nação. Com este objetivo, o empresariado fluminense resolveu cerrar fileiras e trabalhar com dedicação. A luta está, apenas, começando, mas já se vislumbram resultados compensadores. O consenso obtido na V PLENINCO é o primeiro resultado promissor¹²⁰.

¹¹⁷ Participou, na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1974, do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), cujo currículo era voltado para a formulação da política nacional e planejamento governamental. Foi presidente do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro de 1980 a 1983. Fontes: http://www.esg.br/uploads/2010/10/cemc_hist.pdf e <http://www.simperj.org.br/quemsomos.aspx>. Acessado em 08/05/2014.

¹¹⁸ V Pleninco. Nota 45. p 106.

¹¹⁹ *Ibidem*. p. 107-108.

¹²⁰ *Ibidem*. p 6.

Com a vitória de seu candidato na eleição de 1989, o empresariado tinha expectativas positivas para o ano de 1990. Esperava-se que o novo governo resolvesse os problemas macroeconômicos do país, tirando o país da recessão, embora soubessem dos sacrifícios a serem realizados para a conquista da estabilidade econômica. Figura de grande expressão, Artur João Donato, presidente da Firjan, saiu em defesa do consenso entre capital-trabalho-Estado para a retomada do desenvolvimento econômico em nível regional e nacional. Isso indica o propósito do estabelecimento de um consenso, que estava sendo arquitetado, inicialmente em nível estadual. Daí a ideia da formação de um pacto social, anterior à assunção de Collor, que incluísse a classe trabalhadora de alguma maneira. A FIRJAN tinha a exata noção que uma política de arrocho salarial prejudicaria o parque produtivo. Para a Federação, era momento de alavancar a economia do estado por meio da formação de um mercado interno no país.

A V Plenário teve como pano de fundo o estabelecimento de um consenso, recorrente na retórica de Donato. O empresariado fluminense dotado de instrumentos financeiros e intelectuais traçou uma estratégia de defesa da coerência estruturada da região do estado do Rio de Janeiro, já que um novo ciclo de acumulação de capital espremia a economia brasileira forçando-a a se adaptar às transformações de escala mundial. Essa era a única maneira da ordem capitalista nacional manter seu *status quo*.

É interessante destacar que a reunião plenária da indústria e comércio teve como participante um banco estatal, o BANERJ, o que denota o interesse de empréstimos subsidiados para consecução dos projetos apresentados pela AD-RIO. Apesar da mudança de padrão de acumulação de capital, nos parece que o modelo keynesiano ainda estava presente na cabeça dos empresários do Rio de Janeiro e dos intelectuais que lhe davam apoio estratégico. O que levava à exposição de uma contradição, a abertura de mercado com privilégios.

Como faces da mesma moeda estavam, de um lado, a necessidade investimentos externos para o aumento da produção e consequente aumento de competitividade em nível global; e do outro, a abertura do mercado de capitais que poderia deteriorar a economia nacional por meio da especulação do capital fictício. Nesse sentido, o *modus operandi* dos empresários foi pautado pelo pleito da adoção de uma espécie de híbrido, o qual abarcava preceitos neoliberais mais a participação do Estado em questões de cunho financeiro em favor do capital nacional. Desta forma, como citado anteriormente, o governo Collor procurou investir, ainda que forma indireta, no estado do Rio de Janeiro por meio de projetos voltados para pesquisa, ciência e tecnologia, do saneamento do BANERJ e até mesmo, através da

liberação de linhas de crédito via BNDES, nos casos de comprometimento de contenção de despesas do governo estadual, como aconteceria durante a gestão de Brizola.

Os projetos e proposições da V Pleninco foram ao encontro do ideário neoliberal, na medida em que objetivam o aumento dos níveis de competitividade da indústria e apoiavam a abertura da economia. Isso significa que os empresários do Rio de Janeiro queriam a inserção do Brasil no mercado global com vistas à realização de acumulação de capital extrafronteira nacional e obtenção de investimentos externos. Para tanto, deveriam concorrer com seus pares de outros países. Esse é o ponto no qual se insere a ideia conservação da burguesia interna organizada. A defesa de seu *status quo* e sua sobrevivência no campo econômico deveriam se dar, em sua concepção, a partir do apoio estatal, revertido em subsídios, isenção de impostos, empréstimos de bancos estatais e investimentos em infraestrutura. Esse conjunto facilitaria a constituição de complexos industriais e criaria novos nichos de produção, tendo como desdobramentos o aumento da competitividade industrial e o aumento do valor agregado da produção, desta maneira aumentando as taxas de lucro.

O Polo Petroquímico fora assunto recorrente no final da década de 1980 e fez parte da pauta da plenária. Sua instalação era vista, por políticos e empresários fluminenses, como solução para a recessão, pois desencadearia o estímulo à produção de todo um segmento industrial e, indiretamente, reaqueceria setores como o da construção civil, que seria responsável pela implementação da infraestrutura, além de criar empregos no setor de serviços. Nesse ponto, Collor atendeu ao maior anseio do estado nomeando Lins de Barros como vice-presidente da Petroquisa. Ainda em consonância com a entrada de capital no estado, grande parte dos investimentos da Secretaria de Ciência e Tecnologia foi destinada ao Rio de Janeiro de forma indireta. Cabia às instituições de pesquisa e universidades públicas elaborarem projetos conforme o delineamento do governo. O estado angariou boa parte do aporte financeiro por deter um grande número dessas organizações em seu território. Toda essa conjuntura contemplou objetivos traçados na V Pleninco.

A V Pleninco também tracejou uma nova forma de ação política do empresariado fluminense. Ficou acordado durante a plenária, que a melhor estratégia seria acompanhar de perto os projetos de interesse do Rio de Janeiro no Parlamento, e também sistematizar uma participação política mais ativa, por meio de filiação a partido político e, até mesmo, candidatura a cargos do executivo e legislativo. Os ares da transição democrática fizeram os empresários perceberem que a “política do pé do ouvido” cujo objetivo era pleitear benesses diretamente a um Secretário de Estado ou Ministro de Estado não teria mais serventia diante da ampliação dos participantes no processo político decisório. O funcionamento das

instituições (aqui frisamos as de cunho legislativo) daria uma outra dimensão aos processos de negociação. Nesse aspecto, os empresários do estado do Rio de Janeiro decidiram participar de forma mais incisiva no processo decisório, ampliando sua participação no âmbito do poder legislativo, traçando alianças com o poder executivo, como no caso do governador Leonel Brizola em 1991, e apoiando Collor na sua política macroeconômica.

Entendemos o alinhamento de Collor com os anseios do empresariado fluminense como ponto-chave para manutenção de sua governabilidade. Na medida em que o novo Presidente da República fazia planos de investimentos no estado, tornava a classe política fluminense e seu empresariado aliados, ainda que de ocasião. Vale ressaltar que Lula obteve mais votos que Collor no Rio de Janeiro, o que não tornava a região um ponto de apoio político ao governo, a princípio. Quando o novo governo passa interagir de forma mais dinâmica com os interesses do estado, cria uma relação de simbiose. Embora fosse de cunho altamente centralizador, o que não agradara ao empresariado, Collor lançou mão da barganha para sustentá-lo no poder.

2 - O PLANO COLLOR I

Neste capítulo, apresentaremos as rupturas e continuidades no modo de ação empresarial frente às transformações ocorridas nas décadas de 1970 e 1980. Pluralismo, recessão, dívida externa e estabilidade econômica foram temas recorrentes na década de 1980. Seus desdobramentos e efeitos iriam influir de forma incisiva no governo Collor, cuja assunção fora no início da década de 1990.

Outro ponto abordado é o Plano Collor I. Procuramos demonstrar sua origem, implementação e efeitos no setor produtivo, de modo a facilitar a compreensão sobre tema por meio do olhar da classe empresarial industrial e de outras frações da classe dominante. Os interesses em jogo após a implementação desse plano de estabilização econômica, iriam reverberar na forma de apoio, desconfiança e embate, assim configurando um quadro adverso, o qual o governo Collor deveria enfrentar até o impeachment.

Podemos inferir que estudar a FIRJAN, aqui entendida como grupo de poder econômico, ajuda na análise do desenho de cursos de ação imediata na conjuntura político-econômica naquele dado momento. Utilizar, como fonte primária, os discursos proferidos em veículos de comunicação pertencentes a estes grupos, torna possível a identificação de prioridades de sua agenda política e seus anseios referentes ao governo em voga.

2.1. Rupturas e continuidades na classe empresarial frente ao neoliberalismo

Antes de discorrer sobre o modo de ação da classe empresarial na década de 1990, em particular, durante o governo Collor (1990-1992), é preciso esclarecer as práticas do empresariado no campo político e econômico no período precedente, com o fim de vislumbrar suas rupturas e continuidades frente à abertura política na década de 1980 e às proposições orquestradas por agências multilaterais, como FMI e o Banco Mundial, que consistiam em disciplina monetária e fiscal, liberalização, privatização e desregulamentação e ajuste fiscal¹²¹, todas partes do projeto neoliberal.

No período precedente ao contexto supracitado, o empresariado brasileiro caracterizou-se sob a forma corporativista, ou seja, essa parcela da sociedade se constituía de forma segmentada, setorial, sem um projeto de convergência, procurando satisfazer seus anseios mais imediatos. Eli Diniz resume o empresariado como ator político da seguinte

¹²¹BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. “A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?”. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 1991. p. 4.

forma – “(...) o empresariado definiu sua identidade e seu perfil enquanto ator político fora da arena parlamentar-partidária, desenvolvendo um estilo de ação tópico, calcado na defesa de interesses particulares e de curto prazo.”¹²²

Esse empresariado industrial se consolidou num contexto de centralização política e esvaziamento do parlamento entre as décadas de 1930 e 1940, por meio do modelo corporativo de intermediação de interesses. A partir de 1945, já era possível identificar a consolidação econômica desta fração¹²³ da classe dominante, conquistando, assim, espaço político em relação à outra camada, representada pelo setor agroexportador. É nessa conjuntura que os empresários adaptaram-se ao corporativismo varguista, conjugando organizações oficiais (sindicatos, federações e confederações patronais) com associações setoriais independentes¹²⁴, formando um sistema dual de interesses. Esse sistema tinha aproximação com o aparelho burocrático estatal, fato que permitia a abertura de arenas de negociação entre a elite técnica do Estado e empresários. O executivo era o lócus privilegiado de discussão das demandas da classe empresarial e perdurou, sob viés de acumulação de capital de substituição de importações, até o final da década de 1970. Seus desdobramentos foram a marginalização da mediação partidária, a fragmentação de articulação de demandas, a falta de negociação interclasses (entre empresários e trabalhadores) e a perspectiva de resolução de interesses de curto prazo, excluindo projetos de médio e longo prazo.

O modo de ação do empresariado fora impactado pela abertura política e pelo esgotamento do modelo de substituição de importações. Segundo Brasílio Sallum Júnior, o epicentro da crise do Estado desenvolvimentista reside na incapacidade de pagamento da dívida externa no início da década de 1980¹²⁵. Isso evidenciou a necessidade de mudança no caráter do padrão de acumulação de capital, engendrando a necessidade de um rearranjo da articulação da classe empresarial com a nova perspectiva, o neoliberalismo. Os desdobramentos desse novo contexto econômico consistiam na mudança do paradigma keynesiano para economia monetarista e na ascensão e organização das classes populares, visto o enfraquecimento do Estado no campo econômico.

O arcabouço teórico da via econômica neoliberal foi construído pelo famigerado *Consenso de Washington*, cuja formação dá-se por meio da crise do consenso keynesiano e pelo surgimento, e afirmação como tendência dominante, de uma nova direita, neoliberal, a

¹²²DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. Lideranças empresariais e problemas de estratégia liberal no Brasil. XVI Encontro Anual da ANPOCS, Minas Gerais, 1992, p. 2.

¹²³POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. p. 15.

¹²⁴DINIZ, Eli, e BOSCHI, Renato. Op. Cit., nota 122. p. 4.

¹²⁵SALLUM JÚNIOR, Brasílio. “Metamorfoses do Estado Brasileiro no início do século XX”. In: revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 52, junho. 2003. p. 36.

partir das contribuições da escola austríaca (Hayek, Von Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps, Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen)¹²⁶, como afirma Luís Carlos Bresser Pereira.

O neoliberalismo iria reforçar todos os preceitos pertencentes à sociedade de mercado e, ao contrário da afirmação de seus doutrinadores, este tipo de sociedade não é a evolução de um processo histórico, mas sim, uma intervenção política e sistemática recorrente¹²⁷. O *Consenso de Washington* é um exemplo claro de intervenção político-econômica dos países centrais (tríade EUA- Europa- Japão) nos países periféricos. Como reforço a esta argumentação, podemos lançar mão da seguinte afirmação de Karl Polanyi, “o caminho para o livre mercado foi aberto, e manteve-se aberto, em virtude do enorme crescimento de um intervencionismo contínuo, centralmente organizado e controlado.”¹²⁸

Esses vieses teóricos mencionados anteriormente são utilizados, em larga medida, pelo EUA e por suas instituições de caráter estratégico político-econômico (Departamento de Estado, FED(Federal Reserve, espécie de Banco Central) e Tesouro), agências multilaterais, ministérios de finanças dos demais países do G-7 (Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Canadá e Itália) e pelos presidentes dos vinte maiores bancos internacionais¹²⁹. Não resta dúvida, sobre seu caráter proeminente de influência sobre nações que dependem de capital externo para desenvolvimento e pagamento da dívida externa, como o Brasil.

A dívida externa não é citada de forma direta no *Consenso de Washington*, pois a fórmula para cumprimento de acordos de pagamento reside na estabilização da economia que se desdobraria em crescimento econômico, desta forma gerando recursos para pagamento da dívida. Assim, podemos depreender que a estratégia objetiva a inserção das nações periféricas neste novo modelo de acumulação de capital, no qual a lógica está no processo de globalização. Com efeito, a sociedade, as orientações ideológicas e a ordem política de diferentes países são impactadas por esse novo arranjo econômico, que se aprofunda na década de 1990¹³⁰.

Segundo Bresser Pereira, os estados latino-americanos, dentre eles o Brasil, não se endividaram por causa da indisciplina fiscal. O que ocorrera foi a intervenção do Estado com

¹²⁶BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. Op. Cit., nota 121. p. 4.

¹²⁷GARLIPP, José Rubens Damas. Op. Cit., nota 100. p.17.

¹²⁸*Ibidem.* p.17.

¹²⁹BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. Op. Cit., nota 121. p. 3.

¹³⁰DINIZ, Eli. O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: *Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 21.

o fim de desenvolver a economia segundo o modelo Keynesiano, vislumbrando gerir um modelo de substituição de importações, cujo cerne é a proteção da indústria nacional e o investimento em infraestrutura, que funcionou com eficácia entre as décadas de 1930 e 1980. Consoante entendimento de Bresser, o endividamento está relacionado com o déficit da poupança pública (que é igual à receita menos as despesas correntes, nestas já incluídos os juros da dívida externa), o qual vai minar a capacidade de investimento do Estado em virtude do pagamento dos juros da dívida externa. Esse déficit foi o fator que levava ao aumento do déficit público (que é igual à receita corrente do governo menos todos os seus gastos, inclusive os de investimento) do Brasil. A tabela abaixo exemplifica a relação entre investimento, poupança e déficit públicos em relação ao PIB entre o início e o final da década de 1980:

Investimentos, poupança e déficit público na América Latina - Países selecionados						
	Investimento Público (%)		Poupança Pública (%)		Déficit Público (% PIB)*	
	1980	1988	1980	1988	1980	1988
Argentina	8,9	7,9	2,8	2,2	-2,6	-
Brasil	2,4	3,0	1,1	-12,6	-6,7	-4,3
Bolívia	1,2	2,7	-6,7	-2,0	-9,1	-4,2
Chile	2,6	3,5	6,4	11,2	3,5	3,9
Colômbia	6,6	7,7	0,7	1,1	-2,0	-1,5
México	9,6	4,4	1,5	-0,9	-3,6	-3,5
Peru	3,0	0,5	2,0	-3,6	-2,4	-4,8
Venezuela	1,3	3,2	7,3	-0,4	0,0	-7,4

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para as NFSP, também Banco Central do Brasil e Banco do México.

* Bolívia, Peru e Venezuela: apenas governos central; Chile: governo central e entidades descentralizadas e municípios; Brasil: não inclui empresas estatais; Argentina, Bolívia, Chile e Venezuela: investimento público não inclui transferências de capital.

Este quadro de investimento, poupança e déficit públicos traz à luz o significativo declínio da poupança pública durante a década de 1980. Tal déficit deve-se a manutenção dos investimentos e, até mesmo, um discreto aumento dos mesmos, o que nos faz inferir que foi uma opção de Estado manter os níveis de investimento. Concomitantemente, é mister observar o aumento dos juros durante a mesma década, fato este que implicou a crise da dívida externa, como podemos observar a seguir:

Dívida externa e juros pagos na América Latina: países selecionados		
Dívida externa/ Exportação	Transferência de recursos	Juros do Governo central
	(% do PIB)	(%do PIB)

	1980	1988	1980	1988	1980	1988
Argentina	2,8	5,3	-2,2	5,2	0,1	1,2
Brasil	3,2	3,1	-2,2	6,7	3,0	5,8
Bolívia	2,6	5,9	5,4	8,3	1,4	3,8
Chile	1,9	2,3	-4,2	5,6	0,8	2,4
Colômbia	1,3	2,6	0,6	6,7	0,0	1,4
México	2,2	3,5	-2,3	8,4	1,7	12,0
Peru	2,1	4,9	0,0	1,9	3,6	4,3
Venezuela	1,5	3,0	7,0	-4,8	1,2	2,7

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os dados referentes ao Brasil incluem as empresas estatais (fonte: Banco Central do Brasil).

Mas, qual seria a origem desse aumento de juros que depreciou de forma significativa as finanças do Estado brasileiro e, conseqüentemente reduziu sua capacidade de investimento durante a década de 1990? A resposta encontra-se ainda na década de 1970, num cenário de grande liquidez do mercado financeiro. Sobre a questão, Cristiane Laidler discorre da seguinte forma:

A liquidez dos anos setenta não apenas permitiu, mas praticamente empurrou as economias em desenvolvimento a buscar recursos externos para financiar a manutenção de sua industrialização. Sem restrições desde 1971, a oferta de dólares se expandiu e permitiu um acúmulo de moedas nos mercados *offshore* maior do que era possível reciclar com lucratividade e segurança. Na disputa por clientes os bancos competiam para fornecer créditos a países considerados capazes de honrar seus compromissos e dignos de confiança.¹³¹

Para compreendermos de forma profícua essa liquidez, devemos recuar à criação do sistema BrettonWoods, cuja finalidade era resolver problemas críticos no sistema financeiro internacional ainda em 1944¹³². Fazem parte desse sistema as instituições financeiras globais FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial. Na conferência realizada em Bretton Woods ficara estipulado o padrão dólar-ouro, cujo funcionamento consistia na cotação fixa do dólar em ouro. Cada onça troy de ouro correspondia a 35 dólares. Os EUA deveriam manter suas reservas de ouro equivalentes ao montante de moeda nacional em circulação para o funcionamento do padrão dólar-ouro. Contudo, ainda na década de 1960, os parceiros dos EUA perceberam que não havia como os americanos manterem o ritmo de importações e investimentos externos e ainda garantir ouro para lastrear o dólar. Houve pressões também da indústria norte-americana exigindo a desvalorização do dólar. Ou seja, esse padrão tornara-se inviável do ponto de vista econômico tanto no âmbito interno dos EUA, quanto no externo.

¹³¹LAILLER, Cristiane. “A “crise da dívida” e o Estado na América Latina”. *Anpuh- XII Encontro Regional*, 2006. Site: www.rj.anpuh.org, acessado em 10/10/2012.

¹³²The Bretton Woods Committee. <http://www.brettonwoods.org/page/about-the-bretton-woods-institutions>, consultado em 04 de agosto de 2013.

Assim, no início da década de 1970, o padrão dólar-ouro seria cancelado pelo então presidente Nixon¹³³.

Segundo Sydenham Lourenço Neto, o primeiro choque do petróleo é uma reação ao fim do padrão dólar-ouro. O preço do ouro foi liberado. O barril de petróleo em 1972 custava em média U\$ 1,82, enquanto a onça de ouro equivalia a U\$ 120 em 1973. Neste mesmo ano, após reunião da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) o preço do barril disparou alcançando U\$ 22. Embora não tão bem sucedida, a ocorrência do primeiro choque do petróleo vislumbrava restabelecer a relação anterior petróleo-ouro¹³⁴.

Em 1979, o preço do ouro já estava em torno de U\$ 600, houve o segundo choque do petróleo com a OPEP reduzindo as cotas de produção dos seus países membros e o preço do barril de petróleo alcançaria o valor de U\$ 89, fato que se desdobrou numa recessão mundial, pois essa fonte de energia considerada barata no início da década de 1970, em menos de 10 anos alcançou o teto histórico de seu valor de mercado. É a partir desse ponto, que nos remetemos novamente à liquidez no mercado financeiro mundial. Devido ao aumento substancial do preço do petróleo na década de 1970, os países produtores de petróleo passam a investir o excedente de capital no mercado financeiro, especialmente o europeu, esse fato refletiu na manutenção taxas de juros no mundo em torno de 2% com a canalização de petrodólares para bancos europeus. Essa taxa baixa de juros estimulou o endividamento, em especial de países de terceiro mundo, dentre eles o Brasil, para manter o chamado “milagre econômico”¹³⁵.

Entretanto, em 1979, os países endividados com juros baixos sofreriam uma guinada significativa em suas contas. Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve, estabeleceu um choque de juros, elevando a taxa de juros dos títulos americanos a um patamar de 20%. A ação secou a liquidez do mercado financeiro, haja a vista a segurança e rentabilidade na compra de títulos do Tesouro Americano. Essa catalisação de capital para os EUA inaugurou uma nova fase do capitalismo internacional, a do dólar flexível. Dado o aumento dos juros no mercado financeiro, os países que rolavam suas dívidas como estratégia de crescimento econômico perderam sua capacidade de pagamento, o resultado foi a moratória de México e Brasil na década de 1980¹³⁶.

¹³³LOURENÇO NETO, Sydenham. Muito além do petróleo: O fim de Bretton Woods e a crise dos anos 70. *Revista História e Luta de Classes*. 2013. Nº 16. p. 3.

¹³⁴*Ibidem*. p. 5.

¹³⁵*Ibidem*. p. 6.

¹³⁶LOURENÇO NETO, Sydenham. *Op Cit*. Nota 133. p. 8.

No caso brasileiro, como vimos anteriormente, por opção política interna, o Estado decidiu manter o modelo keynesiano de desenvolvimento, destarte recusando-se a lançar mão do expediente de recessão durante a década de 1970. Como exemplo, tivemos investimentos no setor de transportes (desenvolvimento da construção naval e aeronáutica; implementação do metrô nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo; implementação de trens em algumas capitais do país e recuperação da rede ferroviária) e outros setores ligados à indústria de bens - de - capital, petroquímica, siderúrgica, fertilizantes, celulose, de metais não ferrosos, dentre outros¹³⁷. Comparando estes gastos com os dados da tabela que usa como fonte o BID, conseguimos ratificar que o déficit da poupança pública e o déficit público estão atrelados à persistência do modelo de substituição de importações.

Como a poupança interna não era suficiente para manutenção desses níveis de investimento, o que ocorreu foi a busca de recursos, poupança externa, por meio do mercado financeiro internacional que cobrara juros cada vez mais altos. Esse fator iria se desdobrar num aumento sensível da dívida externa em relação ao PIB (observar tabela que utiliza como fonte o PNUD e UTAL) e obrigar o Brasil fazer reformas profundas em sua política econômica na década de 1990. A pressão do FMI seria a cadência das transformações trazidas no governo do então Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

As transformações no campo econômico, em maior ou menor medida, e a conseqüente inserção no sistema internacional são ditadas pela intervenção do Estado, representado pelas elites dirigentes que tomam decisões levando em consideração fatores externos e internos¹³⁸. A maleabilidade da escolha da trajetória a ser seguida no campo político-econômico faz parte do cálculo político conjugado com critérios técnicos ou econômicos¹³⁹. Nesse sentido, Christopher Lloyd consegue delinear o *modus operandi* dentro dessa lacuna de opções políticas. Segundo o autor, existe o dualismo da função social, nela o agente, ou indivíduo, reproduz e transforma seu ambiente social. Tal função social, implica na capacidade das pessoas escolherem cursos de ação, provocando alterações em estruturas sociais. Contudo, como limitador dessas escolhas, existem os limites estruturais (ideológicos, políticos, culturais e sociais)¹⁴⁰. A partir do exposto, conclui-se que o dualismo da função social tem o efeito dinamizador de servir-se como estruturante e estrutura. Em resumo, a estrutura corresponde a regras, papéis e relações que resultam do comportamento coletivo, interativo e

¹³⁷CERQUEIRA, Ceres Aires. Dívida externa brasileira. Processo negocial, 1983-1996. *Brasília: Banco Central*, 1997. p. 19.

¹³⁸DINIZ, Eli. *Op. Cit.*, nota 130. p. 20.

¹³⁹*Ibidem*. p. 26.

¹⁴⁰LLOYD, Christopher. Estruturalismo metodológico. In: *As estruturas da História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1995. p.116.

socialmente produtivo, enquanto o estruturante apreende as crenças e os conhecimentos sociais intersubjetivos sobre o real poder coercitivo da própria estrutura.

Podemos entender que todo Estado Capitalista tem a função precípua de orientar a economia para o mercado, desta maneira, conseguimos apreender os pontos cruciais das reformas econômicas, dentre eles estão: a confiança na moeda e na economia, ambas garantidas pelo Estado, gerando um cenário de estabilização que serve de estímulo à entrada de investimentos para o desenvolvimento, segunda a lógica do mercado.

Nesse contexto, se faz necessário desnudar o significado do conceito de mercado que, para José Rubens Damas Garlipp, é diferente da referência assumida em outros momentos da história, sendo demarcado pelo sistema de mercado ou economia de mercado. Com o objetivo de conseguir compreender melhor seu significado, utilizaremos a observação de Polanyi sobre a questão: “(...) é justamente esse sistema autorregulado de mercado que queremos dizer com economia de mercado(...)uma economia dirigida pelos preços do mercado”.¹⁴¹

Total da dívida em Bilhões de dólares e percentual do PIB				
Países	1980	1990	1980	1990
Argentina	27,2	62,2	35,3	44
Bolívia	2,7	4,3	108,1	8,7
Brasil	71	120	30,3	25,8
Chile	12,1	19,2	43,8	63,4
Colômbia	6,9	17,2	20,2	42,8
Equador	6	12,1	51,1	113,3
México	57,4	104,4	25,7	39,7
Paraguai	1	2,1	20,8	40
Peru	9,4	20,1	45,4	59,2
Uruguai	1,7	4,4	16,4	47,2
Venezuela	29,3	33,2	42,4	68,3

Fontes: PNUD, UTAL

Como ilustração e reflexo do delineamento desta conjuntura na classe empresarial brasileira ainda na década de 1970, temos um grupo de empresários paulistas e gaúchos (eleitos pelo Fórum da Gazeta Mercantil como os empresários mais influentes do país) se dando conta da crise econômica e do peso do Estado militar em 1978, e agindo por meio da assinatura do manifesto chamado de ‘documento dos oito’, no qual se exigia a aceleração do processo de democratização, a abertura econômica e a redução da participação do Estado na

¹⁴¹POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 58-59.

economia¹⁴². Com efeito, é possível depreender que essa fração da classe dominante era desejosa por uma situação plural com vistas às transformações no contexto sócio-político-econômico.

Em meio ao advento pluralismo representativo erigido na década de 1980, a estrutura de representação de interesses empresários industriais foi levada a um nível maior de complexidade, no qual novas entidades surgiram, como IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) e os Institutos Liberais (do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul). Essas entidades questionavam as velhas lideranças empresariais e, concomitantemente, formulavam propostas globais, as quais tinham o fim de ir além dos interesses setoriais. Suas propostas eram pautadas na defesa da economia de mercado e da livre iniciativa.

Em contrapartida, esse maior pluralismo da estrutura de interesses industriais, teve como resultado um surto modernizador que tinha o objetivo de aumentar a eficácia das organizações em defesa da posição de classe¹⁴³. Contudo, a falta de uma entidade mais abrangente, capaz de catalisar interesses múltiplos, fez com que interesses setoriais continuassem a se sobrepor aos de maior amplitude. O que se conclui deste quadro é a interlocução Estado-Empresário passando a ser exercida via congresso sob velhos interesses setoriais, e não mais via aparelho burocrático do executivo, como o Conselho Monetário Nacional, Conselho Interministerial de Preços, Conselho de Desenvolvimento Econômico, dentre outros¹⁴⁴.

É importante frisar que o corporativismo foi o fator impeditivo da criação de organizações de 4º grau, voltadas para a representação simultânea de diversos setores econômicos como agricultura, indústria e serviços. Até mesmo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), organização de nível de 3º grau, teve suas funções esvaziadas em virtude do corporativismo e da subordinação cada vez maior ao Estado. Como resultante dessa prática, organizações de nível estadual puderam se destacar, como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que, já na década de 1960, destacava-se no cenário nacional¹⁴⁵.

O advento da transição democrática, a qual propiciou a entrada de outros atores no jogo político, engendrou a participação plural no que tange aos interesses empresarias, como

¹⁴²DREIFUSS, *Op. Cit.* nota 27, p. 43.

¹⁴³POULANTZAS, Nicos. *Op. Cit.*, nota 123, p. 15.

¹⁴⁴DINIZ, Eli. *Op. Cit.*, nota 130, p. 36.

¹⁴⁵DINIZ, Eli. Neoliberalismo e Corporativismo: As duas faces do capitalismo industrial no Brasil. In: Seminário Political representation in the post authoritarian, Latin America Program, 1991, p. 13.

já exposto. Entretanto, não houve o desmonte da estrutura corporativa¹⁴⁶. Paradoxalmente, este mesmo Estado centralizador, tecnocrático que tomou decisões no campo político e econômico, as quais se desdobraram na crise financeira da década de 1980, manteve o status de lócus privilegiado de discussões-e decisões- no campo econômico e político, tomemos como exemplo os planos de estabilidade econômica (Bresser, Verão, Collor I e II). O insulamento burocrático utilizou como instrumentos as medidas provisórias.

Sobre as questões do corporativismo e do neoliberalismo, a classe empresarial se inseriu num quadro ambivalente, no qual estão conjugadas linhas de rupturas e mudanças. Advogou-se pelo mercado e pela desestatização, idealizando uma menor participação do Estado na economia, contudo, a mesma classe pleiteava a concessão de incentivos, isenções e subsídios para garantir o crescimento industrial¹⁴⁷. Em síntese, o capitalismo industrial no Brasil operou sob via neoliberal com privilégios.

Nessa conjuntura, a FIRJAN adotou a tática de adaptação ao novo ditame liberal por meio de uma ação política mais participativa junto ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Interessava à instituição a criação de um ambiente favorável ao mercado tendo em vista a entrada de capital estrangeiro no país. Mas, em contrapartida, tinha a noção exata de que a sobrevivência de seus associados, à iminente abertura comercial, dependia da modernização da legislação e da cooptação dos trabalhadores.

O eixo capital-trabalho-Estado, pano de fundo recorrente na retórica do presidente da FIRJAN, seria colocado em evidência a quase um mês da assunção de Collor em reunião conjunta entre o Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos e o Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas, ambos pertencentes à entidade supramencionada.

Os Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que versavam sobre a proibição de dispensa do trabalhador (nos casos de empregada gestante; de diretor de comissão de prevenção de acidentes e de empregado sindicalizado a partir do registro de candidatura a cargo de direção ou representação sindical) de autoria do deputado Amaury Muller do PDT-RS; a participação de empregados nos lucros das empresas de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, PSDB-SP; e a tributação sobre serviços de qualquer natureza sob responsabilidade dos municípios cuja autoria era do Deputado Federal do PDT do Rio de Janeiro, Cesar Maia, foram os temas sobre os quais se debruçaram os integrantes dos Conselhos. Ressalte-se que as propostas de regulamentação não partem de partidos de direita, naturalmente ligados ideologicamente aos empresários.

¹⁴⁶DINIZ, Eli. *Op. Cit.* Nota 145. p. 14.

¹⁴⁷*Ibidem.* p. 3.

Ficou decidido por seus integrantes que deveria ser desenvolvido um movimento lobista para aprimorar os Projetos de Lei. Na ata, está registrada a intenção de impedir a aprovação da lei de participação dos empregados no lucro das empresas¹⁴⁸. Esse tema provocava ressalvas no empresariado fluminense, ainda que a retórica fosse atrelada à ideia de uma maior participação do trabalhador no desenvolvimento da economia. Assim, ficou demonstrada a faceta conservadora da classe empresarial, a qual atravancava uma possível elevação dos índices de produtividade por meio de acordos entre empresas e empregados. O velho costume de produzir a um baixíssimo custo, ou seja, por meio da depreciação da renda do trabalhador, ainda estava imbricado no pensamento empresarial.

A ação política da FIRJAN visava aprimorar a legislação em pauta de modo a atender aos interesses do capital. Perdedores, no que tange aos direitos sociais conquistados na Assembleia Constituinte de 1988, os empresários procuraram recuperar terreno evitando a regulamentação de temas sobre as relações de trabalho por meio de lobby parlamentar. O objetivo central era o de diminuir custos em meio ao cenário de recessão e de transição de padrão de acumulação de capital. As propostas dos deputados Amaury Muller e Cesar Maia, ambos de um partido de representação dos trabalhadores, causara incômodo por contemplar direitos trabalhistas e aumentar carga tributária das empresas. Daí a reação da FIRJAN em regulamentar os direitos que já eram previstos na Constituição em moldes mais condizentes com seus interesses.

2.2. O poder do capital e o ambiente institucional brasileiro

“Tanto os mercados quanto os Estados precederam em muito o capitalismo industrial. No entanto, este último esteve historicamente associado ao desenvolvimento de mercados integrados de capital.”¹⁴⁹

Stephen Gill e David Law entendem a relação Estado-mercado sob uma lógica na qual as instituições governamentais concebem proteção política ao mercado e este, por conseguinte, faz circular o capital dentro do Estado nacional, assim, propiciando o funcionamento da máquina estatal. Em resumo, há uma relação dialética entre Estado e mercado, pois para sobrevivência de ambos se faz necessário o diálogo mútuo.

¹⁴⁸ATA Nº 02/90. Reunião conjunta do Conselho de Assuntos Sociais e Trabalhistas e do Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos. *Firjan*. 1990. p. 1.

¹⁴⁹GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. In: GILL, Stephen. Gramsci, *materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, p. 163.

Contudo, os mesmos autores pontuam que ocorrem mudanças na década de 1980, haja vista as circunstâncias recessivas do período. Desta maneira, ocorreu o desdobramento dessa recessão na regulamentação estatal e na natureza e alcance dos mercados, ou seja, a dialética nessa década envolve questões nacionais e internacionais da ação estatal com o alcance global das atividades econômicas propiciadas pelo processo de globalização. Os avanços tecnológicos no processo de fabricação e nas comunicações propiciaram a mobilidade do capital sem precedentes na história, mas ação do Estado (como entidade institucional e social) também serve de delimitadora do poder estrutural do capital, na medida em que tem autonomia institucional e oferece ao capitalista bens e serviços políticos voltados para o regime de acumulação de capital¹⁵⁰.

Para compreender melhor a relação capital-Estado é necessário desnudar o aspecto estrutural do capital, o qual se desenvolve associando a dimensão material à normativa da sociedade. A normatização é pautada na premissa do crescimento econômico que deve estar associado a investimentos e inovações de empreendedores privados e é devidamente difundida por discurso que avoca no papel de legítimo, trazendo no seu bojo o modo de ação da fração superior da classe dominante. Essa ideologia é ventilada na sociedade por meio de pessoas e instituições. Ralph Miliband destaca os atores desse processo:

(...) jornais e outras publicações, o rádio, a televisão, o cinema e o teatro, igrejas, partidos, associações e lobbies, escolas, intelectuais e outros “administradores da aprovação” e, não menos importante, o Estado – em suma, tudo o que no sistema social dá uma contribuição, grande ou pequena, para o fortalecimento da ordem social e a contenção ou a derrota das forças contra-hegemônicas que um sistema de dominação e exploração necessariamente engendra. (...) ¹⁵¹

Em meio à aceitação dessas premissas pela sociedade, as declarações feitas por políticos e pela opinião pública, os governos tem de colocar no papel de dinamizador de um “clima empresarial” adequado, caso contrário, os investimentos cessam e pode haver recessão. A essência dessa argumentação reside na chamada teoria econômica da política “orientada para oferta”, influente nos EUA na década de 1980¹⁵².

A importância das corporações transnacionais na economia dos Estados é traduzida pelos dados coletados pelo Centro das Nações Unidas sobre Corporações Transnacionais. Segundo esta instituição, as 56 maiores transnacionais tiveram vendas entre 10 e 100 bilhões de dólares no final da década de 1980; 33 corporações transnacionais de países em

¹⁵⁰GILL, Stephen; LAW, David. *Op Cit.* Nota 149. p. 164.

¹⁵¹MILIBAND, Ralph. Análise de classes In: *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 485.

¹⁵²GILL, Stephen ; LAW, David. *Op. Cit.* Nota 149, p. 166.

desenvolvimento tiveram vendas de 1 bilhão de dólares, enquanto as 600 maiores companhias industriais responderam por 20 a 25% do valor agregado na produção de bens em países não comunistas. Destarte, o capital industrial e, principalmente, financeiro conseguem disciplinar indiretamente o Estado, por meio de lobbies ou outras formas “civilizadas” de pressão.¹⁵³

Endossando este novo paradigma de acumulação de capital, David Harvey delinea o papel das grandes corporações da seguinte forma:

A empresa multinacional, capaz de deslocar capital e tecnologia rapidamente para diversos lugares, controlando diferentes recursos, mercados de trabalho, mercados de consumo e oportunidades de lucro, enquanto organiza sua própria divisão territorial do trabalho, obtém muito do seu poder devido a sua capacidade de dominar o espaço e usar os diferenciais geográficos de uma maneira que a empresa familiar não é capaz.¹⁵⁴

Essas transformações no campo das forças de produção (indústria e mão de obra) as caracterizam de duas maneiras, desmaterialização da economia e concentração espacial seletiva e acumulativa do conhecimento. A primeira refere-se a uma espécie de desterritorialização facilitada das unidades de produção, onde uma empresa, que se localiza em determinado ponto do planeta, pode se deslocar para outro ponto com relativa facilidade devido à composição da fábrica ser de montagem e produção imediata, dentro desta característica está também o fluxo de capitais, este facilitado pela possibilidade de criação de moedas digitais e certificados eletrônicos capazes de se movimentar na velocidade da luz¹⁵⁵. A segunda característica, concentração espacial seletiva e acumulativa do conhecimento, funda-se no “conhecimento-instrumento” atrelado ao “serviço-produto” intimamente relacionados ao investimento em ciência tecnologia, isto significa que há uma inversão da ordem de custo de produção. Com o implemento das novas tecnologias, a confecção de um produto fica enxuta (confecção de sua parte material), entretanto, o “serviço-produto”, o qual significa o planejamento do produto encarece na medida em que em seu custo estão embutidos grandes investimentos em ciência e tecnologia.

A despeito da questão da intensificação da utilização de ciência e tecnologia nos meios de produção traz no seu cerne uma maior abrangência nas inovações científicas e na aceleração tecnológica, cada vez mais veloz, fato este que traduz grandes saltos tecnológicos em um menor espaço de tempo.

¹⁵³GILL, Stephen; LAW, David. *Op Cit.* Nota 149. p. 167.

¹⁵⁴HARVEY, *Op. Cit.* nota 56, p. 143.

¹⁵⁵DREIFUSS, *Op. Cit.* nota 91, p. 37.

Os agentes que impulsionam este processo de transformação tecnológica sem precedentes são as grandes corporações, as universidades de excelência, governos locais e regionais – além de alguns Estados nacionais. Em relação às grandes corporações, Dreiffuss afirma que o perfil dessas está configurado num investimento de atividades correlatas, num leque tecnológico amplo e em associações em torno de um *expertise* setorial, estas características reunidas remetem a um retorno aos primórdios da produção industrial de massa¹⁵⁶.

Este sistema produtivo “pesquisa-intensiva”¹⁵⁷ é potencializado pelas ações corporativas que transpõem as fronteiras nacionais estatais, as referências espaciais passam a ser megalópoles, macrorregiões e mercados ampliados, elas desdobram-se na reformulação da cultura, dos modos de viver e conceber o mundo e o tempo, haja vista a velocidade e multiplicidade das informações correntes e do estreitamento do espaço, já que os novos meios de tecnologia trabalham nesse sentido (o desafio de fazer o giro de capital o mais rápido possível para se obter um maior lucro se reproduz no cotidiano)¹⁵⁸.

No entanto, a diminuição da influência do Estado, numa perspectiva comparativa com as grandes corporações no que tange à busca de mercados, não o destitui de sua referência nacional sob um caráter estratégico chamado de cunho tecno político¹⁵⁹. Sua importância está na aliança entre competência técnica de produção e serviços irradiados a partir de uma matriz científica e de seu saber tecnológico¹⁶⁰, enfim, a estratégia significa produzir o conhecimento, a pesquisa, num país sede (origem daquela corporação) de modo que este Estado tenha influência, maior ou menor, sobre outros de acordo com seu grau de desenvolvimento tecnológico. No desenho macropolítico e econômico e no campo militar é clara a percepção de que Estado continua raciocinando com as corporações nacionais, a exemplo, podemos afirmar que alemães não constroem sua estratégia militar sobre as corporações britânicas ou chinesas¹⁶¹.

Nesse contexto, verificamos um paralelismo entre a atuação do Estado e das empresas, sejam domésticas ou exportadoras, na dinâmica da economia nacional ou internacional. Ou seja, o Estado controlando instrumentos monetários e fiscais e os fluxos de intercâmbio (de matérias-primas, produtos semi-acabados e finais, serviços, dinheiro, ideias e pessoas) com outras nações, enquanto as empresas fomentariam o comércio internacional por meio de seu

¹⁵⁶DREIFFUSS, *Op. Cit.* nota 91. p. 44-45.

¹⁵⁷*Ibidem.* p. 46-47

¹⁵⁸HARVEY. *Op. Cit.* Nota 56. p. 136.

¹⁵⁹DREIFFUSS. *Op. Cit.* Nota 91. p. 46.

¹⁶⁰*Ibidem.* p. 47.

¹⁶¹*Ibidem.*

próprio processo de internacionalização (busca de mercado externo, mas mantendo o mercado interno).

Outro eixo de atuação do capital são os Fóruns Internacionais e algumas organizações, que constituem um complexo de articulação econômico-política. Essa vertente do capital é caracterizada por redes financeiras transnacionais entre bancos comerciais, bancos centrais, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, concebendo um padrão de interação internacional da elite. Como exemplo de Fórum temos o Bank for International Settlements (Banco de Compensações Internacionais), já no que tange às organizações, podemos citar a Comissão Trilateral e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo Stephen Gill e David Law, o elemento que foi capaz de agregar e configurar os interesses do capital na segunda metade do século XX foi a formação de um bloco histórico internacional de forças sociais, centrado na aliança entre EUA e o “Ocidente”. O arcabouço ideológico abrange a internacionalização de princípios do *New Deal*, formas fordistas de acumulação de capital intensivo, o consumo de massas e o investimento direto em países estrangeiros, no que tange ao capital industrial. O capital financeiro de *Wall Street* também segue a orientação de busca por melhores oportunidades de investimento no globo e um papel cada vez mais abrangente para o dólar em concomitância com o aumento de investimentos em países estrangeiros. Esse bloco também é formado por partidos de centro, associações não comunistas de trabalhadores das grandes nações capitalistas e instituições de Estado¹⁶².

Em síntese, trata-se de compreender esse panorama por meio do que Gramsci chama de hegemonia, neste caso, pautada sob o viés burguês. Tal conceito, explicita que as relações de força em uma sociedade são exercidas a partir do consentimento, em vez de coerção. A hegemonia é traduzida pelo poder da classe dirigente por meio de uma liderança intelectual e moral que é exercida pelo bloco histórico (constelação de forças políticas e sociais), o qual representa o vínculo orgânico entre sociedade civil e política, açambarcando capacidades materiais, institucionais, intersubjetivas, teóricas e ideológicas. O bloco histórico é caracterizado por possuir poder no campo econômico e político, mas a perspectiva de dominação se dá em sua completude por meio de ideias e argumentos convincentes (plano ético-político), os quais são capazes de construir e catalisar suas redes e organizações políticas¹⁶³.

¹⁶²GILL, Stephen ; LAW, David. *Op. Cit.* Nota 149. p. 161.

¹⁶³*Ibidem.* p.158.

A teoria econômica política orientada para oferta (*supply-side economics*), arquitetada e ventilada pelo bloco histórico internacional, está presente nas estruturas materiais e normativas de instituições governamentais e sociais e nas sociedades civis de vários países, inclusive nos Estados fracos¹⁶⁴.

O Brasil se inclui neste conjunto de países onde bloco histórico internacional exerce sua influência. É evidente que as transformações no campo político (abertura política) e no econômico (planos econômicos de estabilização) estão em consonância com ideologia desta fração da classe dominante internacional. A onda de democratização ocorrida na década de 1980 conduziu a um amplo conjunto de reformas políticas e ao rompimento com o sistema autoritário no Brasil por meio da implementação de um regime poliárquico¹⁶⁵, pressuposto para a implantação da democracia e conquista da estabilidade. Segundo Robert Dahl, o conceito de poliarquia pode ser entendido das seguintes formas:

(...) como resultado histórico dos empenhos para democratizar e liberalizar as instituições políticas dos Estados Nacionais; como um tipo peculiar de ordem ou regime político, diferente em aspectos significativos não somente dos regimes democráticos de todo tipo, senão também das anteriores democracias em pequena escala; como um sistema de controle político em que os principais funcionários do governo são induzidos a modificar seu comportamento para ganhar as eleições em competência política com outros candidatos, partidos e grupos; como um sistema de direitos políticos; ou como um conjunto de instituições necessárias para o funcionamento do processo em larga escala.¹⁶⁶

Lançando mão do conceito de Dahl, Guillermo O'Donnell argumenta que o funcionamento da poliarquia é dado por um conjunto de instituições política formais, o Congresso e os partidos políticos, pelo poder judiciário e pela prática de eleições limpas¹⁶⁷. É nesse contexto que se insere a superioridade da poliarquia, Dahl enumera três razões para chegar a essa conclusão, são elas: 1- a liberdade, entendida como autodeterminação individual e coletiva, autonomia moral e liberdades específicas asseguradas; 2- desenvolvimento humano, ou seja, a capacidade de exercer a liberdade, bem como assumir suas escolhas; 3- forma mais segura na proteção de direitos individuais. Nesse sentido é importante perceber que o pano de fundo do regime poliárquico é a disputa pelo poder por meio da competição.

¹⁶⁴GILL, Stephen ; LAW, David. Op Cit. Nota 149. p.149.

¹⁶⁵DINIZ, Eli. *Op. Cit.* nota 130. p. 22.

¹⁶⁶DAHL. Robert. Democracy and its critics. *New Haven*. Yale University Press. 1989. p. 219.

¹⁶⁷O'DONNELL, Guilherme. Delegative Democracy. *In: Journal of Democracy*, vol.5, nº 1994, p. 9.

Ainda que de forma crítica, Wanderley Guilherme dos Santos acrescenta ao conceito de poliarquia, revelando que no Brasil existe um híbrido institucional composto de um lado por uma morfologia poliárquica, excessivamente legisladora e regulatória; e de outro, por um hobbesianismo social pré participatório e estatofóbico, representado pelo comportamento refratário do cidadão em relação a partidos e eleições e pelo seu descrédito nas instituições¹⁶⁸. Para Santos, a poliarquia existente nos países latino-americanos se difere da existente em países como a Inglaterra, onde a liberalização, alta participação política e a identidade política consolidada foram precedentes às soluções das questões sociais. No caso brasileiro, ocorreria uma inversão da formação da ordem, ou seja, as demandas relacionadas aos direitos sociais foram cedidas estrategicamente de modo a conter a competição e a ampliação da participação política. No Brasil, diferente da Inglaterra, desde a colonização, não houve a construção de uma identidade política. O elemento que aglutinou a nação foi dado pelas esferas administrativa e militar. Em síntese, isso reflete no comportamento do cidadão brasileiro em relação às instituições, no âmbito da participação da política formal, ou seja, a cidadania brasileira é pautada em direitos sociais, não em civis ou constitucionais. O cidadão só interfere quando lesado em seus direitos sociais, como por exemplo, o direito ao trabalho, a de participar do processo produtivo. Quando essa condição é posta em perigo ocorre uma movimentação de defesa nas classes menos abastadas. Esse é o cenário institucional sobre o qual políticos e agentes econômicos se debruçaram durante o governo Collor.

Eli Diniz aponta três fatores de déficit historicamente acumulados que devem ser superadas com o fim de vislumbrar um regime democrático duradouro, estável, são eles: déficit de inclusão social, representado pelos padrões de injustiça e iniquidade; déficit de capacidade de implementação do Estado, que corresponde a incapacidade estatal de produzir resultados; e déficit de accountability, ou seja, a falta de responsabilização dos governantes perante a sociedade¹⁶⁹. São esses déficits os pontos-chave para a compreensão da instabilidade política durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992).

O estatofobismo, ou seja, a repulsa à participação da política formal, é reflexo da falta de bens públicos para a maioria dos cidadãos, acostumados apenas com direitos sociais que não propiciam uma participação efetiva, tanto no âmbito das eleições, quanto no de serviços que deveriam ser prestados pelo Estado. Assim criou-se um terreno fértil para o conservadorismo aventureiro de Collor, promovendo uma mudança sem ruptura. Raimundo Faoro exemplifica o continuísmo desta cultura : “(...) inovar não é reformar, sabem os

¹⁶⁸SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 79.

¹⁶⁹DINIZ, Eli. *Op. Cit.* nota 130. p. 23.

conservadores de todos os tempos”¹⁷⁰. Por meio de continuísmo patrimonialista, é possível afirmar que Collor é fruto da transição democrática, constituída em moldes conservadores, sem rupturas. A Assembleia Constituinte criou controles que direcionaram a transição de forma segura e restrita. Nesse sentido, Faoro argumenta – “Quer dizer, economicamente, 89 consolida 64. E politicamente, 89 moderniza 64, com um instrumento tirado dentro do sistema, disciplinado pelo sistema e apoiado pelos agentes que manipulam a opinião.”¹⁷¹ Segundo Virgínia Fontes, a eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República deu início a uma redução regular e sistemática do teor igualitário da democracia no Brasil, conquistado por meio de lutas populares na década de 1980. Para tanto, a estratégia foi o engendramento da complexificação do padrão de dominação burguesa no Brasil, o qual passou a agregar normas de convencimento junto à autocracia burguesa e truculência no trato social. Fontes argumenta que há uma situação histórica e sociológica delicada, pois devem ser consideradas as circunstâncias externas; a dimensão externa-interna; a conexão interna das formas da imposição política capital-imperialista; e as circunstâncias internas com sua dinâmica própria¹⁷². Em síntese, podemos compreender o fenômeno social brasileiro contemporâneo da seguinte forma:

(...) um duplo movimento, um intenso impulso de concentração de capitais cujo foco foi simultaneamente interno e externo. Internamente, a concentração teve o respaldo na complexificação da economia brasileira, na rede associativa de entidades patronais brasileiras e em concentração monopólica incubada pela ditadura, embora associada ao capital internacional; externamente, resulta de brechas forjadas no interior da própria relação capital-imperialista. Como sua contraface, ocorreria uma intensificação de lutas sociais de cunho classista. Espremidas entre a subalternidade externa e as lutas internas, o movimento das burguesias brasileiras foi hesitante e evidenciava sua profunda desconfiança com qualquer procedimento democrático.¹⁷³

As urnas legitimaram, dentro de uma competição política democrática, na eleição de 1989 para a Presidência da República, a modernização conservadora, o capitalismo autoritário e a exclusão social¹⁷⁴. Nascia um novo governo com a marca do conflito institucional¹⁷⁵.

O perfil de forte centralização política do governo Collor foi expressa na redução do número de ministérios. No governo Sarney, eles perfaziam um total de quinze ministérios, já no governo Collor, esse número diminuiria para nove. A maior concentração ficou na área

¹⁷⁰FAORO. *Op. Cit.* nota 33. p. 107.

¹⁷¹*Ibidem.*

¹⁷²FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo Teoria e História*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010, p. 320.

¹⁷³*Ibidem.* p. 257.

¹⁷⁴VIANNA, Luiz Werneck. *De um Plano Collor a Outro*. Rio de Janeiro: Ed Revan, 1991. p. 23.

¹⁷⁵*Ibidem.* p. 14.

social, a qual passou de oito para quatro, o mesmo ocorre com as pastas ligadas à política econômica. Vale ressaltar a parca participação dos partidos aliados (PDS e PFL) que ocuparam apenas três ministérios. Os dois partidos aliados obtinham apenas 24,7% das cadeiras do congresso nacional¹⁷⁶, fato que leva-nos a uma dupla inferência: a primeira está atrelada ao pensamento do presidente, cujo conteúdo expressara completo desprezo pelas instituições¹⁷⁷; a segunda, se refere a pequena mobilidade legislativa que esse governo exercera.

O critério de escolha dos ministros era propalado por Collor como eminentemente técnico, em especial nas áreas que tangenciam a política econômica. Segundo Meneguello, o governo tinha a marca do conflito institucional e argumenta - “(...) desde o início o governo foi marcado por um perfil centralizado e não-partidário, no qual os poderes legislativo e executivo se distanciaram, definindo um funcionamento regular à base da medida provisória.”¹⁷⁸

Entendemos que em meio à profusão de ideias neoliberais por meio do bloco histórico internacional, à crise econômica e aos anseios das diversas frações da classe dominante, o ambiente institucional não era estável. Resquícios conservadores são observados principalmente no poder executivo, através do insulamento burocrático, que centralizava decisões de caráter técnico ou econômico com pouco debate com a sociedade civil ou partidos. Concomitantemente, a implementação do regime poliárquico tinha como obstáculos os déficits históricos e o descrédito nas instituições por parte da população.

2.3. Origens, implementação e efeitos do Plano Collor I

O programa de estabilização econômica anunciado pelo governo Collor em 16/03/1990 tinha o nome de Plano Brasil Novo, mas ficou conhecido como Plano Collor. Sua abrangência permeava a política de rendas, finanças públicas, reforma do Estado, política cambial e monetária. Entretanto, o ponto que ficou mais evidência foi a política monetária cujo objetivo era diminuir, de forma significativa, a moeda manual (dinheiro em poder do público) e a moeda escritural (depósitos à vista)¹⁷⁹ por meio do bloqueio da liquidez.

¹⁷⁶MENEGUELLO, Rachel. Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 113-114.

¹⁷⁷FAORO. *Op. Cit.* Nota 32. p. 103

¹⁷⁸MENEGUELLO. *Op. Cit.* Nota 176. p. 111-112.

¹⁷⁹RUCKERT, Isabel N., MOREIRA, Edison Marques. *Políticas Monetária e Fiscal: As Duas âncoras do Plano Brasil Novo. Indicadores Econômicos FEE.* Porto Alegre, v.21, nº 1, 1993. p. 42.

Se analisarmos de forma pontual os itens tangenciados pelo plano, conseguiremos entender melhor seus desdobramentos junto à sociedade. São eles o congelamento de preços por período indeterminado (não houve esforço do governo para impor o congelamento, com isso ele foi suspenso progressivamente a partir do segundo mês do programa); a nova lei salarial (medida provisória 154), prevendo reajuste por uma taxa de inflação esperada; o congelamento de salários dos servidores federais por seis meses; redução do número de ministérios, fechamento de vários órgãos e eliminação de diversos procedimentos burocráticos; eliminação de isenções e subsídios; o aumento das alíquotas de imposto de renda e imposto sobre produtos industrializados; a criação do Programa de Desestatização; a criação do regime de câmbio flutuante: os bancos foram autorizados a negociar entre si e com seus clientes, com Banco Central do Brasil apenas acompanhando o mercado e intervindo quando necessário; e liberalização das importações e redução de tarifas no que tange ao comércio exterior. Dentre as medidas mais polêmicas estava o bloqueio dos haveres financeiros acima de Cr\$ 50.000, sendo os mesmos liberados após dezoito meses em doze parcelas mensais¹⁸⁰.

A implantação do programa econômico foi feita sem criar uma situação que levasse à perda de reservas, ao agravamento do déficit público e à violenta especulação (diante da impossibilidade de contrair rapidamente a oferta de moeda). Desta forma, conseguiu surpreender a todos aumentando a demanda por moeda, sem fazer crescer, de imediato, a taxa de juros nominal. Isso foi possível porque logrou obter prontamente uma forte e generalizada queda na inflação esperada¹⁸¹.

Segundo Carlos Eduardo de Carvalho, o Plano Collor estava inserido num contexto peculiar, no qual a inflação elevada ameaçava escapar do controle das autoridades econômicas e transformar-se em hiperinflação aberta. Também existia a questão do malogro de três planos heterodoxos- norteados por choques econômicos- em 1986, 1987 e 1989 e um ortodoxo em 1985, toda essa memória recente somava-se a restrições externas e a crise financeira e fiscal do setor público.

Embora as medidas concebidas no Plano Collor fossem tomadas às pressas e sob forte pressão da escalada inflacionária da última fase do governo Sarney, a discussão sobre o bloqueio da liquidez já era assunto recorrente no debate econômico brasileiro em virtude dos

¹⁸⁰CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreira de. *Bloqueio da liquidez e estabilização: O fracasso do Plano Collor*. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, Unicamp, 1996. p. 20.

¹⁸¹CARNEIRO, Dionísio Dias. Plano Collor (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em: 24-10-2012.

sucessivos fracassos de tentativas de estabilização econômica. Boa parte destas discussões era realizada em círculos fechados, houve também consultas a economistas de várias tendências por parte da assessoria do governo eleito. Em resumo, as discussões sobre a política anti-inflacionária foram realizadas antes e depois do pleito eleitoral.

A assessoria de Fernando Collor de Mello era composta por Eduardo Modiano¹⁸², Luís Eduardo Assis¹⁸³ e José Francisco Gonçalves¹⁸⁴ inicialmente, posteriormente, entraram no grupo Antônio Kandir¹⁸⁵, Ibrahim Eris¹⁸⁶, Luís Otávio da Motta Veiga¹⁸⁷, Eduardo Teixeira¹⁸⁸ e Venilton Tadini¹⁸⁹. A futura ministra Zélia Cardoso de Mello¹⁹⁰ não participava

¹⁸²Doutor em administração, finanças e sistemas de Informação na Alfred P. Sloan School of Management, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Cambridge (EUA). Foi professor-assistente do Departamento de Economia da PUC-Rio e consultor da Companhia Vale do Rio Doce. Participou da elaboração do Plano Bresser. Conjugando a teoria acadêmica com a matemática e a computação, transformou-se num dos maiores especialistas brasileiros no desenvolvimento de modelos para projeções econômicas. Foi presidente do BNDES durante o governo Collor. Fonte: Verbete. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 01 de janeiro 2014.

¹⁸³Formado pela USP, com pós-graduação pela Unicamp, começou sua carreira na vida acadêmica, dando aula de teoria econômica na PUC e na FGV. Foi diretor de Política Monetária do Banco Central durante o governo de Collor. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/invest/in06099910.htm>. Acessado em 28-05-2014.

¹⁸⁴Graduado em Economia pela Faculdade Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), mestre e doutor em economia pela UNICAMP e professor do departamento de Economia da FEA-USP desde 1982. Participou da Secretaria de Tesouro Nacional durante o governo Sarney e foi assessor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento durante o governo Collor. Fonte: <http://www.valor.com.br/colunistas/Jos%C3%A9%20Francisco%20de%20Lima%20Gon%C3%A7alves/blog>. Acessado em: 28/05/2014.

¹⁸⁵Fez parte do corpo docente da Unicamp e, a convite do secretário de Planejamento do governo Sarney, João Sayad, colaborou como consultor na preparação do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Entre 1985 e 1986 trabalhou como consultor do Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Em 1987 ministrou aulas na Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, como professor-visitante, e atuou também como assessor da Secretaria de Planejamento e Controle no Rio de Janeiro, durante o governo de Wellington Moreira Franco (1987-1991). Durante o governo Collor, foi Secretário Especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fonte: MONTEIRO, Maria Carmina (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de (org.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 25/05/2014.

¹⁸⁶Trabalhou como professor da Universidade de São Paulo (USP) até 1979, quando foi convidado a assessorar o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Neto. Após ter deixado o governo, em 1981, atuou como consultor em diversas empresas do mercado financeiro. Foi presidente do Banco Central durante o governo Collor. Fonte: CRUZ, Ednilson (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de (org.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 25/05/2014.

¹⁸⁷Membro do Conselho Monetário Nacional no ano 1986, assumiu a presidência da Comissão de Valores Mobiliários naquele mesmo ano. De 1989 a 1990 exerceu a presidência de várias empresas coligadas à holding Anglo-American Corporation do Brasil (conglomerado britânico que atua no ramo de mineração). Durante o governo Collor foi presidente da Petrobras. Fonte: VELLOSO, Verônica (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de (org.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 25/05/2014.

¹⁸⁸Foi secretário adjunto de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, integrando a equipe do ministro Dílson Funaro e de seu sucessor, Luís Carlos Bresser Pereira. Permanecendo no ministério até 1988, participou da elaboração dos planos de estabilização econômica do governo Sarney conhecidos como Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão. De 1989 a 1990 dirigiu o Instituto de Economia do Estado de São Paulo. Durante o governo Collor, foi o Secretário Executivo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Fonte: VELLOSO, Verônica (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de (org.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 25/05/2014.

¹⁸⁹Ex- colega de mestrado e amigo pessoal de Zélia. Foi diretor do BNDES durante o governo Collor.

¹⁹⁰Foi professora da USP. Foi filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No governo do

regularmente das discussões e não se sabe se ela discutia as propostas em estudo com pessoas de fora do grupo¹⁹¹.

É preciso enfatizar que as primeiras reações ao Plano Collor foram de surpresa e perplexidade, contudo o repúdio foi bem menor do que era esperado. A maior parte dos economistas que se manifestou em público elogiou o plano, adjetivando-o de consistente, arrojado e corajoso¹⁹². A equipe econômica era bem eclética. Ela foi composta por professores de universidades renomadas de diferentes matrizes teóricas, como USP, PUC, Unicamp e FGV; alguns de seus integrantes também haviam participado da burocracia no governo Figueiredo (1979-1985) e no de Sarney (1985-1990), além de prestar consultoria ou administrar empresas privadas de grande porte. Contudo, a assessoria de Collor não era detentora de capital científico¹⁹³. O poder desse tipo de capital é capaz de determinar a estrutura do campo científico em um dado momento, trazendo mudanças às estruturas objetivas. Nesse sentido, significa dizer que a mudança de paradigma econômico de acumulação de capital proposta pelo Plano Collor I só foi bem aceita pela comunidade científica, ou seja, por seus pares, devido à presença de ideias de Luiz Gonzaga Belluzzo em seu conteúdo, como veremos mais adiante neste trabalho.

No campo político, o centro, por meio do PSDB demonstrou apoio cauteloso e críticas moderadas às ações do governo, a fala do então senador Fernando Henrique Cardoso traduz essa posição:

“O plano de Collor foi fundo em questões que até hoje ninguém mexeu, com o imposto sobre a renda agrícola e o fim dos fundos ao portador, além de dar uma cacetada na ciranda financeira. Mas nós também estamos preocupados com a recessão que as medidas podem provocar, trazendo desemprego, e com a política salarial.”¹⁹⁴

Já a reação da esquerda não foi uniforme. Leonel Brizola assumiu uma posição crítica logo de início, entretanto cautelosa, em contrapartida, o principal economista de seu partido, o

presidente José Sarney (1985-1990), colaborou, a partir de 1986, com o ministro da Fazenda Dílson Funaro, a quem conheceu por intermédio de seu primo João Manuel Cardoso de Melo, principal assessor econômico do ministério. Designada para chefiar a Secretaria de Programa Financeiro do Setor Público, órgão subordinado à Secretaria do Tesouro encarregado de acompanhar a situação financeira de estados e municípios, exerceu a função até Funaro deixar o ministério, em abril de 1987, quando se demitiu. No mês seguinte, formou com dois amigos a ZLC Consultores Associados, firma de consultoria e planejamento voltada para o setor público que teve no governo de Alagoas seu maior cliente, graças ao relacionamento que tinha estabelecido com o então governador Fernando Collor de Melo quando trabalhava na secretaria.

¹⁹¹CARVALHO. *Op. Cit.* Nota 180. p. 27.

¹⁹²*Ibidem.* p. 29.

¹⁹³BORDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico.* São Paulo: UNESP. 2004, p. 24.

¹⁹⁴*Jornal da Tarde*, 19/03/1990, p.17 Apud CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreira de. *op. cit.*, nota 180. p. 29.

então deputado federal César Maia dava apoio enfático ao programa e garantia seu voto na aprovação das medidas. No PT o tom era parecido, a declaração de Aloizio Mercadante, principal assessor de Lula, foi emblemática: “Nós teríamos feito a mesma coisa”¹⁹⁵. Segundo Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, coordenador do programa de governo do PT nas eleições de 1989, as primeiras manifestações de Lula e do PT defendiam que as medidas não podiam ser criticadas de forma absoluta, nem do ponto de vista da direita. Era colocado em destaque que o Plano Collor estaria “contra a especulação financeira” e conteria medidas acertadas na área de política fiscal, embora insuficientes. Outro ponto abordado era o questionamento da eficácia da retenção do dinheiro em aplicações e contas bancárias, e não o bloqueio por si mesmo. Ainda sobre esse ponto, Lula manifestou-se da seguinte forma: “Os grandes aplicadores já transformaram seus recursos em ouro, dólar e estão investindo fora do Brasil”¹⁹⁶.

O editorial do *Jornal do Brasil* publicado em 19/03/1990, intitulado de “PT Aplauda o Programa e Apresenta Sugestões” comentava as posições do PT sobre o Plano Collor desta maneira:

Na avaliação preliminar do partido, o governo acabou misturando pequenos poupadores com grandes especuladores, que, de acordo com Mercadante, migraram de outras aplicações para a caderneta de poupança, com a recusa de Collor de propor medidas preventivas de intervenção no mercado financeiro ao governo anterior, no período entre a eleição e a posse. Achamos que a política fiscal prevista no programa é adequada e não vamos fazer coro com os descontentes, que não aceitam o fim da especulação financeira, avisou o economista antecipando o espírito com que o PT vai se apresentar ao Congresso no exame das medidas implantadas pelo governo. Gente de direita, como o senador Roberto Campos e o deputado Delfim Netto, estão indignados e já começam a defender os interesses dos especuladores, afirmou Mercadante, adiantando que o PT vai tentar aprovar uma taxaço, pelo imposto territorial rural, para incluir no ajuste os latifúndios improdutivos, que também ficaram de fora. (...) Mercadante definiu as medidas do governo como tecnicamente engenhosas, mas politicamente desastrosas. Para o economista, outros aspectos como ausência de uma definição clara da política externa e de uma reforma financeira mais detalhada que permita apontar os canais para a retomada de investimentos públicos e privados. (...) Na reunião de ontem, os economistas e membros da Executiva do Partido dos Trabalhadores salientaram a necessidade de diferenciar as posições do partido das críticas dos empresários que, na opinião do assessor econômico do PT, estão fazendo terrorismo com o nítido objetivo de bombardear o fim da especulação financeira e eliminar vários aspectos positivos do programa de estabilização econômica.¹⁹⁷

Parece-nos exagerado o título desse editorial quando afirma que o PT aplaudiu o programa do governo, pois ele fazia parte da oposição ao governo Collor. Contudo é relevante

¹⁹⁵ *Jornal da Tarde*, 19/03/1990. *Op Cit.* Nota 194. p. 30.

¹⁹⁶ *Jornal do Brasil*, 17/03/1990, p. 5. *Apud* CARVALHO. *op. cit.*, nota 180. p. 30.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

a análise de seu conteúdo, que esboça a dinâmica desse partido dentro dessa conjuntura difusa, na qual a classe dominante brasileira ainda parecia estar em um processo, ainda não finalizado, de alinhamento e consenso devido aos diversos interesses de posições de classe¹⁹⁸. Sobre esse ponto, é possível depreender que o PT avaliava o bloqueio de aplicações financeiras, nesse caso sem distinção entre grandes e pequenos investidores, como positiva na medida em que afetara a especulação financeira, vista como forma espúria de acumulação de capital por qualquer entidade de esquerda adepta de um discurso contra hegemônico. Esse raciocínio ganha força quando retrocedemos para o momento em que Lula perde as eleições em 1989. Naquele mesmo ano, o Partido dos Trabalhadores deu origem ao Governo Paralelo do PT, cujos objetivos eram avaliar, fiscalizar e trazer propostas ao governo Collor¹⁹⁹.

No que tange à direita parlamentar, percebemos que não ocorrem críticas fortes ao Plano Collor I, entretanto houve manifestações que retrataram um quadro de frustração, vejamos a fala de Amaral Netto, líder do PDS (Partido Democrático Social) à época, ao *Jornal do Brasil*, em 17/03/1990, e ao *Jornal da Tarde*, em 19/03/1990, respectivamente: “Conheço o Collor há dez anos e nunca imaginei que tivesse coragem de fazer isso. (...) Não ser de esquerda é o trunfo de Collor.” “É o preço que estou pagando por Collor ter nos livrado do PT”

Se compararmos o leque de ações inseridas no Plano Collor I com as falas dos representantes do centro, da direita e da esquerda expostas nesse trabalho, podemos inferir que Fernando Collor como Presidente da República tenta encarnar o que Gramsci chama de Cesarismo Moderno, ou seja, ele encara o papel de governante num cenário onde ele próprio presume a existência de uma crise hegemônica, na qual as forças sociais estão em confronto aberto e só uma grande personalidade política é capaz de provocar “progresso” e a estabilidade do campo político. Sobre essa questão, argumentamos que o conceito Gramsciano opera sobre a dialética revolução restauração²⁰⁰ e que no Brasil a classe dominante encontrava-se em fase de rearranjo e adaptação à política econômica neoliberal, portanto não há uma ruptura dentro da classe que implicasse a emergência de uma grande personalidade heróica. O desejo desta classe era de orquestrar formas de combate ao discurso contra hegemônico de movimentos sociais, catalisados pelo Partido dos Trabalhadores desde a década de 1980, o que Collor não conseguiu. Desta forma, entendemos as ações de Collor estavam em desalinho, até certo ponto, com a mesma direita que o levou ao Palácio do

¹⁹⁸POULANTZAS, Nicos. *Op. Cit.* Nota 123. p. 14.

¹⁹⁹MATUSCELLI, Danilo Enrico. A crise do Governo Collor e a tática do PT. Dissertação de mestrado. 2005. p. 104.

²⁰⁰GRAMSCI, Antonio. *Op Cit.* Nota 4. p. 77.

Planalto. Seu comportamento político centralizador pautado num leque reduzido de negociações, foi capaz de enfraquecer sua imagem frente à sociedade em pouco tempo de governo, como debateremos mais à frente deste trabalho.

A FIRJAN por meio de seu veículo de comunicação, Revista Firjan-Cirj Informa, expôs sua primeira impressão sobre o plano em março de 1990, confeccionando uma propaganda com o título provocativo de ‘Quem tem medo do presidente?’ na contracapa da revista. Seu conteúdo expressava apoio ao novo presidente da república:

Quem tem medo do presidente? O presidente Collor quer modernizar o país. Quer uma economia de mercado com empresas competentes e competitivas praticando a livre concorrência e estimuladas a investir na produção. Isso pode assustar a muita gente, menos à Firjan. Não é de hoje que a indústria do estado do Rio de Janeiro estava esperando esta mudança nas regras do jogo. Se as palavras de ordem são produtividade, modernidade e eficiência, o presidente pode contar com a gente. Para nós, o jogo já começou.²⁰¹

A partir desta propaganda, conseguimos enxergar que a Firjan, como instituição, apoia o governo e seu plano no primeiro momento, afinal, ele trazia no seu bojo temas como abertura comercial, diminuição do papel do Estado na economia e estabilidade econômica, temas pertencentes ao programa neoliberal. Estava clara a mudança no padrão de acumulação de capital, que segundo Fontes seria com a participação de capitais estrangeiros, assim exigindo rearranjos no interior da classe dominante brasileira e resultando no predomínio do capital monetário, associando estreitamente os interesses de todos os setores monopolistas: industriais urbanos ou rurais, fabris ou de serviços; comerciais; bancários e financeiros não bancários²⁰².

No entanto, esse aparente apoio incondicional da Firjan deve ser relativizado, pois o capital, ou membros da burguesia moderna, tem o mesmo interesse enquanto formam uma classe frente à outra, mas quando tem interesses opostos, antagônicos, se defrontam. Esta oposição de interesses decorre das condições econômicas da sua vida burguesa²⁰³. O impacto do plano Collor pode ter atingido de diferentes formas os diversos setores industriais, sendo mais benéfico para uns e mais prejudicial a outros. É nesse ponto que entra ação coletiva institucionalizada, como a Firjan, tentando agregar interesses difusos, construindo um papel hegemônico, ao menos em nível regional.

²⁰¹Revista *Firjan-Cirj informa*. Março. 1990. p. 2.

²⁰²FONTES. *Op. Cit.* Nota 173. p. 258.

²⁰³MARX, Karl. Miséria da Filosofia. p 117 *Apud* BIANCHI, Álvaro. *Empresários e Ação Coletiva: Notas para um enfoque relacional do associativismo*. *Revista de Sociologia Política*, vol. 28: Curitiba. 2007. p. 121.

No estudo da estrutura devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)²⁰⁴. Lançando mão do conceito de relações de forças político ideológicas, conseguimos estimar o nível de homogeneidade, autoconsciência e organização de vários grupos sociais. Nesse sentido, entendemos que a Firjan se enquadra na dimensão na qual se observa a solidariedade de interesses econômicos de todos os membros da classe, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes²⁰⁵. Nesse ponto ainda não há identidade política entre eles. Portanto, a análise e reflexão sobre a posição desse grupo de empresários representados pela FIRJAN devem ser realizadas por princípios de metodologia histórica, avaliando a conjuntura.

Retomando a análise da Revista Firjan - Cirj Informa ainda em março de 1990, percebemos que a tônica do discurso empresarial é em favor do governo, a argumentação da classe empresarial perpassa por ideias otimistas e sugestões para o aperfeiçoamento do plano. Uma das notícias tinha o título de ‘Empresariado analisa fórmulas para aperfeiçoar o Plano Collor’, nela a classe empresarial pleiteava a inclusão na medida provisória nº 168 a inclusão de dispositivo que permitisse a livre transferência, total ou parcial, de contas e depósitos em cruzados novos, desde que os intervenientes fossem pessoas jurídicas, criando uma espécie de câmara de compensação entre empresas²⁰⁶. Isso evidencia o apoio ao plano, mas com ressalvas que atendessem os interesses de classe. Na mesma edição, há uma citação indireta e outra direta de discurso proferido pelo presidente da Firjan à época - “(...) o presidente Arthur João Donato afirmou não ter conhecimento de demissões em massa no Rio de Janeiro (...) até porque confia no sucesso do plano”. A fala direta estava expressa da seguinte forma: “(...) ou acreditamos no sucesso deste programa corajosamente implementado ou vamos morrer pela hiperinflação se ela voltar”²⁰⁷.

No âmbito interno, A FIRJAN estava em consonância com as afirmações de seu presidente. O Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas resolveu recomendar aos sindicatos patronais associados que evitassem demissões de seus empregados em função do novo plano econômico, e sugeriu que fossem adotadas soluções alternativas para premente redução de custos. O Conselho também tocou a questão da ação política. Decidiu-se pressionar o Congresso Nacional, especialmente a bancada do Rio de Janeiro, para a

²⁰⁴GRAMSCI. *Op. Cit.* nota 4. p. 41.

²⁰⁵*Ibidem.* p. 36.

²⁰⁶*Firjan-Cirj Informa.* Março de 1990. p. 1.

²⁰⁷*Firjan-Cirj Informa.* Março de 1990. p. 4.

aprovação da Medida Provisória que contemplava o Plano Collor I²⁰⁸. A ata da reunião do Conselho, contudo, não dispôs quais parlamentares seriam procurados para a realização do pleito da entidade. Dispomos apenas de evidências, que podem servir identificar quais parlamentares tinham aproximação com o objetivo da FIRJAN nesse dado momento.

A bancada do Rio de Janeiro no Congresso Nacional era composta em maior número por parlamentares de oposição, destacando-se o PMDB e o PDT, com um total de vinte e cinco deputados. A base de apoio a Collor, composta por deputados do PFL e PDS, tinha apenas oito deputados. A partir desse quadro é possível perceber que o apoio à aprovação da Medida Provisória seria difícil se entendido apenas por meio de uma perspectiva dicotômica de oposição-situação. Uma análise mais minuciosa do perfil dos parlamentares e dos interesses que circundavam os bastidores da política pode nos levar a um outro tipo de raciocínio. Como exemplo, tem-se o apoio de Cesar Maia, deputado pedetista, ao Plano Collor I. Acreditamos ser uma estratégia do PDT a exposição do apoio ao plano econômico apenas por seu principal economista, dessa maneira, seus pares partidários e, até mesmo Brizola, não seriam execrados pela opinião pública e eleitores. O próprio Brizola foi cauteloso ao criticar o Plano Collor I, o que infere uma ideia de autoconservação de sua imagem de esquerda, mas que também lhe deu fôlego para angariar apoio dos empresários do Rio de Janeiro na sua gestão como governador um ano depois. Outro exemplo refere-se ao dissidente do PMDB e militante no PSDB a partir de 1988, o deputado federal Ronaldo Cezar Coelho. Ainda que fizesse parte da oposição, deve ter apoiado o plano econômico em virtude de interesses ligados à indústria, dessa forma, seguindo a recomendação da FIRJAN no apoio ao Plano Collor I. O deputado era o maior acionista individual do Grupo Souza Cruz²⁰⁹, empresa de destaque no ramo de tabaco, cujo controle acionário pertence à British American Tobacco.

Entendemos que a pressão exercida pela FIRJAN na bancada do Rio de Janeiro pode ter permeado parlamentares da situação, como Francisco Dornelles, Rubem Medina, ambos do PFL, mas também alguns da oposição, vistos os motivos mencionados anteriormente. Deve-se levar em conta, em conjunto com essa argumentação, o anseio dos empresários do Rio de Janeiro no que tange aos investimentos a serem realizados pela União no estado, tido como solução para o esvaziamento econômico da região. O apoio a Collor e a sua política econômica eram vistos pontos fundamentais para a resolução dos problemas econômicos do

²⁰⁸ATA N° 03/90. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas*. Firjan. 1990. p. 1.

²⁰⁹MONTEIRO, Maria Carmina; SOUSA, Luis Otávio de & SILVA, Fabrício Pereira da. Ronaldo Cezar Coelho (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em: 25/06/2014.

Rio de Janeiro. Em meio a essa conjuntura, os posicionamentos dos políticos do Rio de Janeiro em relação à administração Collor eram muito mais táticos do que ideológicos ou partidários.

Presente à reunião do Conselho de Assuntos Sociais e Trabalhistas, Donato elogiou a postura do governo no combate ao déficit público, mas salientou alguns pontos que considerou essenciais para a sobrevivência das empresas na primeira fase de implantação do plano de estabilização econômica, saber: eliminação do teto de 3 milhões de cruzados novos para a concepção de empréstimos em linhas de crédito do Banco Central; obtenção, junto ao Banco Central, de recomendação aos bancos no sentido de que fossem concedidos empréstimos, mediante desconto de títulos e papéis correntes, para pagamento de folhas salariais de pequenas empresas; estabelecimento de contato com o Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, visando sanar maiores dificuldades na liberação dos recursos financeiros das empresas; e a recomendação de que as empresas não efetuassem demissões desnecessárias ou preventivas²¹⁰. Esse pleito foi encaminhado à Ministra Zélia.

A partir das ações da FIRJAN elencadas, entendemos que a entidade estava disposta a apoiar o governo Collor, ainda que o plano de estabilização econômica fosse polêmico. Houve um movimento no sentido de se adaptar a voga macroeconômica, mas, paralelamente, a entidade empresarial agiu de modo a corrigi-lo em pontos que considerava fundamentais. No centro de todas estas questões estava o aumento do volume de capital a ser movimentado pelas empresas para pagamento de suas dívidas. A contenção da movimentação de capital na economia era uma medida recessiva vista como fundamental, por parte da equipe econômica, para diminuição da inflação.

Embora estivesse apoiando as medidas econômicas, a FIRJAN buscou acompanhar os reflexos do Plano Collor I, e patrocinou eventos, em sua sede, que discutissem sobre o tema. A primeira a palestra realizada foi a do economista Carlos Geraldo Langoni. O economista comparou a reforma econômica de Collor aos programas revolucionários do pós-guerra na Alemanha e Japão, segundo ele, a essência da reforma é a combinação de um brutal ajuste fiscal com o choque monetário, os quais, em conjunto, representam uma elevadíssima transferência de renda do setor privado para o Estado. O economista também sinalizou como vulneráveis às ações do plano os setores financeiro, de construção civil, de bens duráveis (em especial, automóveis e bens de capital), em decorrência de intensa queda de demanda e das dificuldades provocadas pela contração de capital de giro e níveis de liquidez. Ao final da

²¹⁰ATA Nº 03/90. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas*. Firjan. 1990. p. 2.

palestra, ele advertia que se fossem criados obstáculos artificiais através da política salarial ou mesmo novas restrições às demissões, a deterioração das empresas seria ainda mais acentuada²¹¹.

A fala do economista Carlos Geraldo Langoni traduz o pensamento de uma corrente teórica que diverge da equipe do governo. O palestrante é PhD em economia pela Universidade de Chicago(1970), foi diretor e professor da Escola de Pós-Graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas-RJ (1973-1979), presidente do Banco Central do Brasil (1983-1989) e presidente da Projeta Consultoria Financeira SC Ltda (1989-1997), empresa associada ao grupo NM Rothschild que atuava(e ainda atua) nas áreas de assessoria estratégica, privatizações e cenários macroeconômicos²¹².

Julgamos importante abrir um breve parênteses sobre o grupo NM Rothschild. Este grupo tem como perfil prestar serviços de consultoria e, concomitantemente fazer investimentos. Seus clientes são corporações, governos, instituições e pessoas físicas. A partir da década de 1980, com a origem do fenômeno internacional da privatização, a empresa teve papel pioneiro na sua difusão²¹³.

As duas impressões divergentes sobre o Plano Collor revelam que existe uma multiplicidade de interesses em jogo. São investidores, sistema financeiro e industriais sendo levados a tomar posições através do conhecimento difundido por intelectuais orgânicos de diferentes correntes de pensamento. Segundo Nicos Poulantzas, essa fração intelectualizada da classe dominante cria instrumentos para firmar a burguesia enquanto classe detentora do poder, colocando-a no papel de organizadora da hegemonia²¹⁴. Poulantzas também sinaliza que o Estado capitalista não funda sua legitimidade em sua origem, nele estão comportadas uma série de fundações sucessivas na soberania, constantemente renovada, do povo-nação. O Estado exerce papel de organizador e regulador por meio do discurso da ação, com estratégia e tática imbricadas na ideologia dominante, porém a ciência-saber (conhecimentos econômicos, políticos e históricos) legitima na mesma medida o modo de produção capitalista. Em síntese, esse discurso abarca, por excelência, a junção do saber-poder, que é segmentado e fragmentado segundo os objetivos estratégicos do poder e as diversas classes às quais ele se dirige²¹⁵.

²¹¹*Firjan-Cirj Informa*. Março de 1990. p. 4.

²¹²<http://www.incompany.com.br/palestrante/perfil/Carlos-Langoni>. Acessado em: 23 de junho de 2013.

²¹³http://www.rothschild.com/our_history/. Acessado em 24 de junho de 2013.

²¹⁴POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1991. p. 59.

²¹⁵*Ibidem*. p. 56.

Cabe-nos discorrer de forma sucinta sobre a matriz teórica do Plano Collor, pois se a conjugarmos com a corrente divergente citada anteriormente neste trabalho, conseguimos desnudar o pano de fundo desse conflito dentro do campo científico, que segundo Pierre Bourdieu, é um campo de forças e de lutas, onde a disputa visa a transformação ou conservação do campo de forças²¹⁶. Ainda sobre a questão o autor afirma:

(...) as oportunidades que um agente singular tem de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital e crédito científico ou, mais precisamente, à sua posição na estrutura da distribuição do capital.²¹⁷

Os campos são lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas, nem tudo nele é possível e impossível em cada momento²¹⁸, ou seja, as estruturas científicas e suas estruturantes são intercambiáveis, o que revela que o sentido jogo pode mudar durante próprio jogo, dessa maneira a estratégia é orientar tanto para conservação, quanto para a transformação das estruturas²¹⁹.

Retomando a questão da matriz teórica do Plano Collor, Carvalho afirma que a medida provisória 168 e sua exposição de motivos nº 58, o discurso do presidente Fernando Collor e a entrevista coletiva da ministra Zélia Cardoso de Mello no anúncio do plano mostram semelhanças quase literais com o texto “Crise e Reforma Monetária no Brasil” de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Júlio Sérgio Gomes de Almeida. Segundo o autor, esse texto circulou amplamente no segundo semestre de 1989 e, naquele momento, era o único trabalho que apresentava proposta de reforma monetária e bloqueio de haveres financeiros, sendo o seu teor tomado por alguns elaboradores do plano do governo²²⁰.

À época da confecção do texto supramencionado, Luiz Gonzaga Mello Belluzzo era professor titular do Instituto de economia da Unicamp e Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, enquanto Júlio Sérgio Gomes de Almeida lecionava como professor adjunto da UFRJ e do Instituto de Economia da Unicamp, o que denota crédito e capital científico de ambos, por conseguinte, revelando a influência de suas ideias nas forças do campo científico.

²¹⁶BOURDIEU. *Op. Cit.*, nota 193. p. 22.

²¹⁷*Ibidem.* p. 25.

²¹⁸*Ibidem.* p. 27.

²¹⁹*Ibidem.* p. 29.

²²⁰CARVALHO. *Op. Cit.* nota 180. p. 32.

A partir da análise comparativa entre as correntes do pensamento econômico do governo e de seus críticos, conseguimos refletir sobre as tomadas de posição da classe empresarial em diferentes momentos do governo Collor. Usando o referencial teórico fornecido por Bourdieu, o conceito de habitus, entendemos que existe uma luta dentro do campo científico que tem como objetivo comum a transformação da estrutura econômica, a divergência, daí a disputa, estava em torno de como se daria a mudança de modelo de acumulação de capital e as respectivas implicações durante o processo. A estratégia de convencimento de ambas as correntes são fundadas numa “realidade” dotada de todos os meios de impor seu veredito por meio de uma série de métodos, instrumentos e técnicas de experimentação coletivamente acumulados e coletivamente empregados²²¹. A FIRJAN, como parte interessada neste processo, procurou definir suas estratégias de ação política e econômica a partir da perspectiva dialética entre as correntes de pensamento econômico em disputa nesse primeiro momento do governo Collor, sem desconsiderar outros elementos conjunturais, especialmente aqueles atrelados ao esvaziamento econômico do Rio de Janeiro.

O conjunto de proposições imbricado no Plano Collor I reverberou na relação Capital-Trabalho. Amplamente discutida na Assembleia Constituinte, a disputa entre empresários em trabalhadores ecoava no início do novo governo. O objetivo principal da classe trabalhadora era de ter um aumento real do poder de compra por meio uma política salarial consolidada em formato de lei, assim garantindo sua fiel execução com aval das instituições. Na outra ponta, o empresariado defendia seus interesses de maneira a manter seu status quo. Para esta classe, o mais interessante seria a negociação empresa-empregado. Travestida num modelo moderno de relações de trabalho, facilitaria os acordos coletivos em virtude da segmentação que provocaria na classe trabalhadora. A ideia era esvaziar as funções dos sindicatos para enfraquecer o poder de negociação dos trabalhadores, e diminuir a participação do Estado, como árbitro por meio de suas instituições, nos processos de negociação salarial.

Segundo apontado em reunião do Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas, em abril de 1990, alguns Tribunais Regionais do Trabalho estavam acolhendo acordos coletivos sobre a redução da jornada de trabalho sem a participação dos sindicatos²²². Essa prática vai tentar ganhar corpo por meio da proposta do Ministro do Trabalho e Previdência, Rogério Magri, a qual discorria sobre as negociações, em nível nacional, entre

²²¹BOURDIEU. *Op. Cit.* nota 193. p. 33.

²²²ATA Nº04/90. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas*. Firjan. 1990. p. 2.

empresas e com seus empregados num prazo de dez dias úteis e, concomitantemente, previa a suspensão das demissões nesse mesmo período²²³.

A reação da Firjan foi positiva, aprovando as intenções do governo de manter a livre negociação salarial. Nessa conjuntura, o estratagema utilizado foi a manutenção da definição do salário mínimo pelo governo executivo federal, ou seja, pelo Presidente da República, representante legítimo dos interesses das classes mais abastadas. Os outros salários seriam discutidos entre os sindicatos patronais e dos trabalhadores. Qualquer atitude contrária àquela aceita por meio de deliberação do conselho era entendida como prejudicial à política anti-inflacionária posta em voga recentemente. Isso sinalizava que a diretriz de apoio ao governo era firme e consistente. A única ressalva do conselho foi em relação ao sistema de estabilidade no emprego, que não fora aceito por seus integrantes²²⁴.

Na contramão dos objetivos patronais, estavam os Projetos de Lei que versavam sobre política nacional do salário-mínimo e a unificação das datas-base²²⁵. O substitutivo impetrado pelo Deputado Federal Célio de Castro, do PMDB-MG, ao PL 1482/89 previa um aumento substancial do salário mínimo e sua duplicação a cada dois anos. Segundo sua proposta, seria criada a Comissão Permanente do Salário Mínimo e Política Salarial. Seu regimento interno seria de incumbência da Câmara de Deputados, o que não agradou ao Senado, que refutou a criação da comissão nos moldes apresentados à época, criando uma lacuna, pela qual a política de salário-mínimo continuou a ser ditada por meio de Medidas Provisórias, exclusivas do Poder Executivo Federal²²⁶.

O projeto de lei que previa a unificação das datas base, de autoria do Deputado Federal do PT-RS, Paulo Paim, foi mal recebido no meio empresarial. Obviamente pelo fato de agregar uma grande massa de trabalhadores no processo de negociação salarial. Caso aprovada, a articulação entre sindicatos poderia fortalecer aqueles com menor poder de negociação e, paralelamente, aumentar o dos grandes, provocando uma simbiose que repercutiria, possivelmente, em aumentos mais consistentes de salários.

A reação da FIRJAN foi exercida pelo envio de telex para os líderes do Congresso Nacional e parlamentares da bancada do Rio de Janeiro. O conteúdo da mensagem afirmava que o Projeto de Lei do Deputado Célio de Castro inviabilizava o Plano Collor I e não

²²³ATA N°05/90. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas*. Firjan. 1990. p. 1.

²²⁴*Ibidem*. p. 2.

²²⁵É o período do ano em que patrões e empregados representados por seus respectivos sindicatos se reúnem para repactuar os termos dos seus contratos coletivos de trabalho. Neste período, os trabalhadores podem, de maneira coletiva através do sindicato, reivindicar a revisão de salário, apontar a manutenção do acordo, além de incluir novas cláusulas.

²²⁶FERNANDES, Edvaldo. O papel do Congresso Nacional na inversão da curva declinante do salário mínimo. Textos para discussão n° 79. Brasília. *Centro de Estudos da Consultoria do Senado*. 2010. p. 5-6.

observava a relação capital-trabalho. Quanto ao de autoria de Paim, a federação afirmara ter o ponto de vista contrário ao do deputado²²⁷. O lobby dos empresários funcionou. Os projetos não foram adiante.

2.4. O malogro do Plano Collor I e o Pacto Social

O bloqueio da liquidez exercido pelo Plano Collor I durou apenas seis meses. Com essa vertente sendo derrotada em setembro de 1991, o Banco Central do Brasil mudou bruscamente a política monetária e cambial, retomando na prática o regime que caracterizou os anos de alta inflação. Neste lapso de tempo, identificamos dois períodos distintos. O primeiro estende-se da implantação das medidas até meados de maio sendo marcado pela volta da inflação a níveis de 10% ao mês e por uma rápida monetização. O segundo período inicia-se na segunda metade de maio, quando foi anunciada uma nova política, dita “ortodoxa”, a qual visava controlar a oferta de moeda e suprimia instrumentos típicos da convivência com moeda indexada e inflação elevada²²⁸. Esse quadro se manteve até a implementação do Plano Collor II em janeiro de 1991.

Um dado importante que não pode passar despercebido é o modo que as grandes empresas lidaram com o bloqueio. Esses grupos empresariais procuraram expandir seu endividamento de curto prazo, com tais recursos ampliavam seu financiamento a clientes e fornecedores, fato este que sustentava a demanda na sua cadeia produtiva e reduzia os efeitos de contração do bloqueio dos haveres financeiros. O expediente utilizado foi facilitado porque as grandes empresas tinham realizado ajustamentos nos anos anteriores, o que as deixava em boa situação patrimonial, destarte podiam aumentar em muito seu endividamento com os bancos sem comprometimento do equilíbrio financeiro²²⁹.

O ajustamento financeiro das grandes empresas é reflexo do enfrentamento de um quadro de dificuldades iniciado ainda na década de 1980, que apresentava forte restrição de financiamento externo, permanente instabilidade macroeconômica e regime de inflação elevada. O ajuste consistiu em amparo do setor público; e na redução de endividamento, extremamente oneroso, face à forte deterioração da oferta e à elevação do custo de crédito,

²²⁷ ATA Nº07/90. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas*. Firjan. 1990. p. 2.

²²⁸ CARVALHO. *Op. Cit.*, nota 180. p. 74.

²²⁹ *Ibidem*. p.171.

tanto no plano internacional quanto no plano doméstico e à aceleração das desvalorizações cambiais. A ampliação da margem de lucro, através da aceleração dos aumentos dos preços e da compressão dos custos. Essas ações conjugadas propiciaram a esse empresariado a redução de capital de giro e, concomitantemente, o colocou na condição de aplicador de recursos financeiros. Em meados da década de 1980, as empresas líderes do setor privado dispunham de um grande volume de capital para utilização em aplicações financeiras, isso as preparava para um ambiente de grande instabilidade. Em síntese, isso significava que as empresas tinham um padrão de gestão no qual se privilegiava a riqueza velha (sem inovação e investimento em ciência e tecnologia), em detrimento de esforços de retomada dos investimentos com inovação, visando a criação de capacidade produtiva nova²³⁰.

O padrão de gestão supracitado foi ameaçado pelo bloqueio da liquidez de haveres financeiros exercido nos seis primeiros meses do Plano Collor I. Na medida em que o plano eliminou o colchão de liquidez das empresas, restringindo a movimentação de suas aplicações, causou desequilíbrio em suas finanças²³¹. Com o malogro desse plano de estabilização econômica, podemos inferir que o governo Collor passa a ter uma relação mais tênue não somente com a classe empresarial, mas com os trabalhadores. Os efeitos negativos das ações do governo vão reverberar durante o mandato de Collor, mesmo nos momentos de acerto, como veremos adiante neste trabalho.

Como exemplo de efeito negativo do Plano Collor I, a seguir demonstraremos o discurso de Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, dirigido à ministra Zélia Cardoso de Mello na sede da instituição, em 29/11/1990. A oratória enumerava três condições adicionais para o sucesso da modernização do setor industrial: “1- O Estado não pode supor que sua única função é gerar pressão competitiva sobre as empresas... afinal muitas das ineficiências empresariais tem origens em ações e omissões do Estado, desde infraestrutura, até a pesquisa, educação, saúde e normatização; 2- A modernização envolve riscos e incertezas. O risco é típico da vida empresarial, mas alteração constante das regras por parte do governo afeta o cálculo da empresa...; 3- A modernização leva tempo...”²³²,

A materialização da insatisfação com o governo Collor é demonstrada pela formação de um pacto social entre as principais entidades que representavam a classe empresarial e duas da classe trabalhadora, nesse grupo não foi incluída a CUT (Central Única dos Trabalhadores) principal representante dos trabalhadores em nível nacional. As instituições

²³⁰CARVALHO. *Op. Cit.*, nota 180. p. 172.

²³¹*Ibidem*.

²³²*Revista Firjan-Cirj informa*. Nº 51, semana de 21 a 21/12/1990.

que assinaram o referido pacto são a CNI (Confederação Nacional da Indústria), CNC (Confederação Nacional do Comércio), Frente Ampla Agropecuária Brasileira, CGT (Central Geral dos Trabalhadores), CNT (Confederação Nacional do Transporte), CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) e Força Sindical. O acordo entre estas partes se materializou na formulação de dois documentos intitulados de ‘Brasil: O país que queremos’ e ‘Esforço nacional pela estabilização: caminho para o desenvolvimento’, ambos foram assinados em Brasília, na data de 4 de dezembro de 1990²³³.

No primeiro documento, que se inicia expondo os princípios norteadores do pacto social, as partes envolvidas reconhecem que entidades sindicais, centrais sindicais e entidades empresariais são instrumentos legítimos de representação. Seu objetivo era permeado pelo desejo de promover uma democracia participativa, garantidora do livre exercício do direito dos cidadãos e que, simultaneamente, promovesse espaço de participação em todos os níveis, sem abusos ou coerções do Estado e do poder econômico²³⁴.

Esse objetivo tem como pano de fundo a insatisfação com o perfil altamente centralizador de decisões do presidente, o qual não se encaixava num cenário de abertura política iniciado, e ainda em processo, desde a década de 1980. A inflexibilidade do governo Collor e seu alto grau de gestão centralizada promoveram um embate com partidos políticos e com entidades de classe (grupos de empresários)²³⁵. Para Eli Diniz, esse seria o ponto nuclear da crise de Estado no Brasil, pois ocorre um hiato entre as esferas de poder e o mundo dos interesses²³⁶, essa lacuna se insere no déficit de *accountability*, ou seja, a falta de responsabilização dos governantes perante a sociedade.²³⁷

O documento também permeia o que de políticas imprescindíveis, nela estão inclusas a política de rendas, política de produção, política fiscal e tributária, política social e política de inserção na economia internacional. No que tange ao assunto estabilidade econômica, as instituições reconheceram que a mesma é condição essencial à implementação de um projeto de desenvolvimento que permitisse uma melhor qualidade de vida a todos os cidadãos. Ao final, foram cobradas definições sobre os limites e a velocidade dos ajustes, com o fim de minimizar seus custos para a sociedade e para estrutura produtiva²³⁸.

²³³Revista Firjan-Cirj informa. Nº 49, semana de 07 a 13/12/1990.

²³⁴Ibidem.

²³⁵BIANCHI, Álvaro Gabriel. O ministério dos industriais : A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Tese de doutorado. 2004. p. 238.

²³⁶DINIZ, Eli. *Op Cit.* Nota 20. p. 55.

²³⁷DINIZ. *Op Cit.* Nota 122. p. 23.

²³⁸Revista Firjan-Cirj Informa. Nº 49, semana de 07 a 13/12/1990

O segundo documento, intitulado de ‘Esforço nacional pela estabilização: caminho para o desenvolvimento, em seus pressupostos lançava uma crítica implícita ao bloqueio da liquidez de haveres financeiros durante o Plano Collor I por meio do pedido de reconhecimento de que a queda brusca da inflação em curto espaço de tempo, baseada exclusivamente em rígida política monetária, trazia como consequência o grande risco, senão a certeza, da desestruturação econômica social.

Outro ponto dos pressupostos perpassava pela questão da dívida externa, o apelo era para que ela não prejudicasse os objetivos do entendimento nacional²³⁹. Chegou-se ao consenso, naquele dado momento, de que a sociedade brasileira permaneceu acomodada pelo crescimento por meio do endividamento externo durante muitos anos, isso escamoteava conflitos no seio social. Com a ruptura dos mecanismos de financiamento externo, os embates internos foram, pouco a pouco, se explicitando. O instrumento utilizado para mitigar os problemas internos foi o processo inflacionário, por meio do qual o sistema econômico alternou momentos de crescimento e de recessão. Entretanto, no início da década de 1990, o sistema econômico dava sinais de que não havia mais como acomodar conflitos por meio da inflação. Esse é um dos pontos-chave do entendimento, a busca de soluções para o desenvolvimento econômico de maneira a reduzir conflitos econômico-sociais.

Em sua sistemática, o documento pretendia estabelecer acordos entre trabalhadores, empresários e governo no âmbito do Fórum do Entendimento Nacional com metas de redução da inflação futura. Como condições necessárias para o alcance do proposto, as instituições entendiam que os poderes legislativo e executivo deveriam cooperar para que, em 1991, a administração federal atingisse o equilíbrio entre receita e despesa mediante modificações da política tributária, corte de despesas não prioritárias e racionalização da máquina administrativa, preservando a dignidade do servidor público. O conteúdo deste documento também discorria sobre a intenção de uma política monetária austera e adequada com juros suportáveis. Finalizava advertindo o poder executivo das três esferas (federal, estadual e municipal) para que não aumentassem seu endividamento com emissão de títulos²⁴⁰. O cerne do pacto social, segundo Vianna, opera sobre o seguinte ponto de vista:

A recessão política expõe o empresariado a uma situação darwiniana de seleção natural, anulando a principal vantagem com que o governo contava entre as elites econômicas: sua identificação, no longo prazo, com objetivos da reforma liberal. A perspectiva da recessão como remédio heróico cristaliza a crise no curto prazo,

²³⁹Revista Firjan-Cirj Informa. Op Cit. Nota 239.

²⁴⁰Revista Firjan-Cirj Informa. Nº 49, semana de 07 a 13/12/1990

induzindo o empresariado a ações estranhas e inéditas à sua história, como o caminho do pacto, à margem do governo, com o sindicalismo. Verifica-se então, uma política de veto da classe dos capitalistas ao governo mantenedor da ordem capitalista(...) ²⁴¹

A participação da Força Sindical neste pacto social merece destaque, pois a sua própria formação é a resultante de uma nova tática patronal que tinha o objetivo de desmontar por dentro a organização dos trabalhadores. Suas proposições tangenciavam um discurso pró-capital e a intensa difusão de sindicalismo de resultados. Os desdobramentos principais de sua criação seria uma nova modalidade de subalternização para os trabalhadores no Brasil, em contexto representativo. A estreita relação dessa entidade com o grande empresariado e a consolidação da redução do comportamento sindical a um segmento de trabalhadores dentro de uma dinâmica corporativa, de cunho imediatista e espetacular, reconfigurou a sociedade civil no Brasil²⁴². Diante do exposto, entendemos que a Força Sindical surge em apoio a entidades patronais frente a um momento econômico sensível, o fracasso do Plano Collor I, catalisando uma parcela significativa da massa de trabalhadores para sua esfera de influência, fato que serviria como barganha para pressionar o governo altamente centralizador de Fernando Collor. Assim o grande empresariado conseguiria atingir dois objetivos: o primeiro seria combater o discurso contra-hegemônico da CUT, e o segundo seria o estabelecimento do consenso com a aristocracia operária²⁴³, a Força Sindical, e, conseqüentemente, com os sindicatos que ela representava. É necessário frisar que o pacto social é assinado em dezembro de 1990 e a data oficial de criação da Força Sindical é 8 de março de 1991, ou seja a Força assina o pacto antes mesmo de sua oficialização, o que caracteriza a emergência dos empresários frente ao governo Collor. É importante ressaltar que a aparelhagem sindical dessa entidade era permeada pela conformação e modelação ao neoliberalismo²⁴⁴.

O Pacto Social foi permeado por muitas divergências, dentro e fora da classe empresarial, e também entre os sindicatos dos trabalhadores, CUT, CGT, e Força Sindical²⁴⁵. Diante dessa conjuntura, o empresariado do Rio de Janeiro agiu de forma a encurtar suas relações com o governo federal. O acordo sobre o estabelecimento de uma política salarial deu a tônica das discussões. Havia um embate entre governo, com o propósito da continuidade de uma política econômica recessiva, empresários, avessos a aumentos que

²⁴¹VIANNA. *Op. Cit.* nota 174. p.113.

²⁴²FONTES. *Op. Cit.* nota 172. p. 259.

²⁴³POULANTZAS, Nicos. *Op. Cit.* nota 122, p. 15.

²⁴⁴FONTES. *Op. Cit.* nota 175. p. 260.

²⁴⁵FILHO, Calino Pacheco. O Plano Collor, os salários e o pacto social. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.18, nº 3, 1990, p. 48.

reduzissem seus ganhos, mas dispostos a manter o poder de compra do salário-mínimo, e trabalhadores desejosos por salários que repusessem as perdas impostas pela inflação.

Edgard Arp, presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos da FIRJAN, em entrevista à imprensa, afirmou que o pacto social dentro do contexto, permeado por série de propostas encaminhadas ao governo, não era tão relevante, era dispensável, ainda que ocorresse um acordo entre trabalhadores e empresários, argumentando que a política monetária, taxa de juros, dentre outros mecanismos econômicos utilizados pela equipe econômica, não seriam mudados face às reivindicações. Para ele, o mais importante seria a solução a ser dada à política salarial²⁴⁶, denotando, assim, apoio às ações de Collor.

O governo apresentou a proposta de prefixação de preços e salários como saída para o estabelecimento de uma política salarial que desse fôlego a economia, após os vieses e reveses do ano de 1990. A atitude provocou reações contrárias no meio empresarial. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi contra, já a FIRJAN, saiu em apoio à medida²⁴⁷. O entendimento sobre as divergências entre a FIESP e a FIRJAN está além das medidas técnicas adotadas pela equipe econômica de Collor. Havia um ressentimento dos empresários paulistas em relação ao Presidente da República devido a seu ataque às altas taxas de lucro das empresas brasileiras²⁴⁸, fato este que gerou um desconforto dessa elite com Collor. Reforçado pela memória recente do bloqueio de ativos financeiros e congelamento de preços, o discurso representou um novo embate com elite paulistana, iniciado ainda em campanha presidencial. Num ambiente econômico marcado pela instabilidade, isso denotou o desprezo por uma perspectiva de consenso por parte do governo, desta maneira, criando resistências dos empresários de São Paulo a medidas econômicas que propusessem algum tipo de sacrifício à indústria.

A FIRJAN procurou manter uma relação de parceria com o governo federal, apoiando a política econômica do governo, e sugerindo ajustes para adequá-la às especificidades do processo produtivo. Mas o pano de fundo para um comportamento cordial residia no esvaziamento econômico pelo qual o Rio de Janeiro estava passando desde a década de 1980. A entidade almejava revitalizar a economia do estado por meio do capital estrangeiro, mas também vislumbrava a captação de investimentos federais. Dentre os projetos do empresariado fluminense que deveriam ter incentivos do Palácio do Planalto, estava a construção de um Polo Petroquímico, que reaqueceria a economia, trazendo mais

²⁴⁶*Jornal do Comércio*. 06/12/1990. p. 3.

²⁴⁷*Jornal do Comércio*. 03/12/1990. p. 7.

²⁴⁸BIANCHI. *Op. Cit.* Nota 235. p. 224.

investimentos e criaria um mercado interno, a partir da criação de empregos. A concretização desse projeto era vista como central para a resolução de problemas econômicos do estado. Collor tinha consciência dos interesses dos empresários do Rio de Janeiro, nesse sentido procurou manter uma relação simbiótica com a FIRJAN, realizava direta, ou indiretamente, investimentos no estado e, em troca, recebia apoio na sua política econômica.

Benito Paret, presidente da Associação Fluminense de Pequena e Média Indústria (Flupeme), importante segmento da indústria fluminense, declarou: “Precisamos de uma fórmula que permita a manutenção do poder aquisitivo dos salários, seja ela qual for, prefixação, gatilho ou mecanismos de recuperação da inflação passada”. O empresário também afirmara ser justa a reivindicação de reposição das perdas anteriores nos salários, realizada pela CUT, contudo, ponderava que as empresas não tinham condições de atender aos trabalhadores, visto o cenário econômico recessivo. Apesar de toda argumentação, Paret dissera que a orientação dada pela associação consistia na correção dos salários de modo a não ocorrer perda de seu poder aquisitivo. Ciente da necessidade da manutenção de um mercado consumidor assinalou, “Sem salário, não só aumenta a injustiça social, como a economia não anda”²⁴⁹.

Cesar Moreira, vice-presidente da FIRJAN, afirmara que a prefixação de preços e salários era uma excelente ideia. Mas salientou que ela deveria ser uma solução de curto prazo, pois ela restringia a liberdade de mercado. O apoio dado pelo empresariado fluminense, segundo ele, era exercido em função de um esforço em conjunto para superar as dificuldades²⁵⁰.

As divergências entre paulistas e cariocas não encerram na questão da política salarial. Mario Amato fazia duras críticas à política econômica da Ministra Zélia dizendo que o seu significado era igual à fome, angústia e miséria. Em contrapartida, os empresários do Rio de Janeiro ofereceram um jantar em homenagem à ministra na Câmara. Organizaram o evento, os líderes das principais entidades empresariais do estado, dentre elas, a FIRJAN. O cunho da recepção fora completamente amistoso e de apoio ao Plano Collor. Augusto Diniz, presidente da Câmara Americana de Comércio, retrucou às críticas dos empresários paulistas: “Estamos aqui para não deixar o espírito paulista nos contagiar”²⁵¹.

Em discurso de homenagem, que continha mais de vinte páginas, João Pedro Gouveia Vieira Filho, vice-presidente do Grupo Ipiranga, sintetizou o sentimento dos empresários

²⁴⁹*Jornal do Comércio*. 03/12/1990. p. 7.

²⁵⁰*Ibidem*.

²⁵¹*Caderno de Economia. O Estado de São Paulo*. 20/12/1990. p 1.

fluminenses: “... não foram em vão os esforços despendidos, as angústias sofridas e as noites mal dormidas”. Curiosamente, a organização do jantar começou exatamente no dia em que estava sendo divulgado, em São Paulo, o documento dos participantes do pacto social pedindo alterações na política econômica. Alguns comentários durante o evento se remetiam ao fato de haver nenhum empresário do Rio de Janeiro presente na reunião do pacto social²⁵².

A ausência no pacto social reforça a ideia da preferência desses empresários por uma aproximação cada vez maior com o governo federal em detrimento de alianças com outros segmentos da classe dominante. Percebe-se nesse evento que a intenção desse grupo ia além do imediatismo econômico. Havia ali, também, a construção de relações no âmbito político regional. Como exemplo, podemos citar a presença do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, cujo partido era o PDT. Entendemos que esse fato está inter-relacionado com a tentativa do estabelecimento de relações amistosas com o Governador eleito, Leonel Brizola. Esta é a chave de entendimento dos objetivos dos empresários do Rio de Janeiro. Aproximando-se do governador, a concretização dos projetos de investimento no estado poderia acontecer de forma mais fluida. O cerne da questão era estabelecer pontos de apoio aos seus objetivos, por meio dos governos do estado e federal, e do apoio parlamentar.

No início da década de 1990, o Brasil havia agravado sua situação econômica, assim acumulando um grande déficit público, que deveria ser resolvido em função da necessidade da retomada de investimentos para a sobrevivência da burguesia interna. O modo de acumulação de capital desenvolvimentista dava sinais de esgotamento. O neoliberalismo era a solução para a manutenção do sistema capitalista no âmbito interno. Nesse sentido, emergiam os interesses dos empresários para adoção do novo modelo econômico. O desafio seria encontrar meios técnicos que satisfizessem a transição sem prejudicar o capital nacional. No entendimento da classe empresarial industrial, a solução seria a abertura de mercado com privilégios, como incentivos, isenções e subsídios. A discussão acerca desse anseio seria central para o apoio ao governo e a suas medidas econômicas, conseqüentemente.

²⁵²Caderno de Economia. *O Estado de São Paulo*. 20/12/1990. p 1.

Dada a conjuntura, a FIRJAN procurou operar sobre o eixo capital-trabalho-Estado para o atendimento aos seus interesses. No campo econômico, apoiou o plano econômico vislumbrando a abertura da economia e a conseqüente entrada de capital estrangeiro em forma de investimento. No campo político, estabeleceu uma ação ativa e sistemática no Congresso Nacional com o objetivo da aprovação do Plano Collor I. Concomitantemente procurou estabelecer aproximação com o mundo do trabalho desestimulando demissões no estado do Rio de Janeiro. Contudo, a instituição manteve, em paralelo, a consulta recorrente a economistas de diferentes vertentes, de maneira que a possibilitasse a fazer sugestões de ajustes às medidas econômicas implementadas pelo governo.

O esvaziamento econômico do Rio de Janeiro também é decisivo no apoio da FIRJAN a Collor. Os investimentos federais no estado eram vistos como fundamentais para o reaquecimento da economia fluminense. Deste modo, até mesmo, políticos de oposição faziam coro a favor do Plano Collor I, pois o apoio político ao governo federal seria capaz de resolver a situação econômica do estado. Collor, já no início de seu governo, dava indícios que construiria o Polo Petroquímico, visto como solução para os problemas econômicos que a FIRJAN vislumbrava resolver desde a metade da década de 1980.

Embora os temas estabilização econômica, inflação e canais de diálogo com o governo, por meio de uma democracia participativa, sejam temas recorrentes do pacto social assinado no final do ano de 1990, demonstrando as primeiras fissuras do governo Collor, como déficit de inserção social e instabilidade econômica, a FIRJAN continuou sua aproximação estratégica com o governo Collor. A eleição de Leonel Brizola iria fortalecer a objetivo dos empresários do Rio de Janeiro, na medida em que o novo governador estabelecia um diálogo amistoso com o presidente no início do ano de 1991.

Dentro do cálculo estratégico dos empresários, o que mais incomodava havia sido quebra do padrão de gestão empresarial, pautado em aplicações no mercado financeiro ao invés de investimento no processo produtivo. Isso enfraquecera a capacidade dos empresários em lidar com cenários instáveis, gerando desconforto de empresários ligados à FIRJAN em relação ao governo, contudo, esse fator não foi capaz de ir além de comentários nos bastidores. Mas era patente o receio de novo choque com novas mudanças nas regras no campo econômico que prejudicassem atividade industrial brasileira.

3 - O PLANO COLLOR II, A NOVA TENTATIVA DE ESTABILIZAÇÃO

Nesse capítulo iremos discorrer sobre a execução do Plano Collor II e seus desdobramentos no campo político, econômico e social. De forma pormenorizada, analisaremos a articulação da Firjan diante do ambiente macroeconômico imposto fazendo correlação com análise de políticos e economistas. Os desdobramentos de ações político-econômicas, como a antecipação da data do plebiscito para escolha de forma e sistema de governo, o programa de privatização, a reeleição, o voto distrital e o uso recorrente de Medidas Provisórias também serão objeto de análise. Por fim, dedicamos um tópico que trata da demissão da ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Melo, e da busca de Collor por um entendimento com agentes econômicos e políticos.

3.1. A aliança entre Brizola e os empresários do Rio de Janeiro

No início do ano de 1991, foi lançado, de forma oficial, o movimento Frente Rio. Criado por integrantes do Clube de Engenharia²⁵³ e visto como suprapartidário, tinha como objetivo o combate à recessão econômica no estado do Rio de Janeiro. Hildebrando Araújo Góes Filho²⁵⁴, presidente do clube à época, afirmara que o movimento tinha condições de se transformar num poderoso instrumento de defesa do estado contra a recessão²⁵⁵. A proposta da Frente Rio vislumbrava unir esforços e mobilizar os segmentos da população que ainda não estavam engajados na luta em defesa do Rio de Janeiro. O plano foi enviado às principais entidades de classe do estado, a saber, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, FIRJAN, Flupeme e ACRJ.

Hildebrando argumentara que o estado estava, historicamente, perdendo sua expressão econômica, social, cultural e política. Acrescentava que a crise, pela qual o país passava, acentuava esse quadro no estado, agravando seu esvaziamento econômico, que se desdobrara na deterioração da qualidade de vida da população. Nessa conjuntura, a Frente Rio poderia

²⁵³Fundado em 24 de dezembro de 1880, por Conrad Jacob Niemeyer, o Clube de Engenharia é uma instituição que agrega engenheiros e técnicos com o objetivo de oferecer um espaço democrático para a discussão de questões relacionadas ao desenvolvimento nacional e a capacitação técnica dos engenheiros. Ao longo de seus 130 anos, transformou-se em um polo de informação, referência no exercício de pensar o desenvolvimento do Rio de Janeiro e de todo o país, congregando engenheiros e industriais. Fonte: <http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/o-clube-de-engenharia-e-sua-historia/3>. Acessado em 25/03/2014.

²⁵⁴Filho de Hildebrando Araújo Góes, que havia sido prefeito da cidade do Rio de Janeiro na década de 1940.

²⁵⁵*Jornal do Comércio*. 09/01/1991. p. 7.

criar um consenso entre diversos segmentos da sociedade, desta maneira, adensando capacidade de participação do Rio de Janeiro nos rumos política nacional.

Estavam presentes no lançamento do movimento o presidente do BANERJ, Márcio Fortes; a Secretária de Cultura, Aspásia Camargo; o presidente regional do PT, Jorge Bittar; o reitor da PUC-RJ, padre Laércio Dias Moura; o presidente da Flupeme, Benito Paret; vice-governador eleito, Nilo Batista; dentre outras personalidades da sociedade fluminense. O que caracterizava uma grande adesão, tanto de detentores do capital, seja político ou econômico, quanto de intelectuais.

Nilo Batista achou positiva a união de uma boa parcela da sociedade civil para dizer “não à recessão”. Conclamou-a para que isso fosse realizado na prática, buscando a definição de uma nova espinha dorsal, que atraísse investimentos por meio de um compromisso com a transformação. Acrescentou que o novo governo iria estimular a economia informal lícita e as microempresas, as quais, para ele, eram a base da economia do estado. Já Hildebrando, lembrou que seria possível reaquecer a economia, gerando renda e empregos, se fossem retomados os investimentos nos poços de petróleo no estado. Segundo ele, já estavam sendo desenvolvidos projetos em conjunto com a AD-RIO, que seriam apresentados ao Governador eleito Leonel Brizola.

Ratificando uma posição de defesa da coerência regional estrutural²⁵⁶, Paret afirmou:

“Precisamos encontrar caminhos e alternativas para enfrentar a política recessiva. É só observar para constatar que não há ninguém representando o Rio de Janeiro no entendimento nacional. Temos que provar nossa capacidade de organização, e muito me alegra ver todos os setores presentes aqui a esta convocação. Assim, acredito que teremos condições de defender o espaço do nosso estado”²⁵⁷

Também presente no evento, Eweton de Carvalho, Secretário Geral da CUT, concordou com Paret ratificando que o movimento Frente Rio era o embrião do entendimento regional e afirmava,

“Nós também estamos cansados de ficar só na retórica, queremos esta frente como o fórum de negociação, um espaço para que possamos discutir e participar efetivamente. Espero que num futuro breve, os trabalhadores possam atuar lado a lado com as demais entidades”²⁵⁸.

A análise dos discursos dos envolvidos no evento leva-nos a inferir que a política recessiva do governo incomodava e influenciava o direcionamento das ações de atores

²⁵⁶HARVEY. *Op. Cit.* nota 56. p. 150.

²⁵⁷*Jornal do Comércio*. 09/01/1991. p. 7.

²⁵⁸*Ibidem*.

políticos e econômicos no Rio de Janeiro. Mas também observamos que não há uma crítica objetiva ao governo Collor. O que existe é a identificação de um problema – a recessão – e a tentativa de estabelecer mecanismos, em âmbito regional, para mitigar seus efeitos. Nesse sentido, a articulação política de grupos de poder no estado não os colocava em uma situação constrangedora com o Presidente da República. Assim, ao passo que o estado criava um consenso regional, dando volume aos seus projetos de desenvolvimento econômico, articulava o estreitamento de relações com o governo central, elemento chave para consecução dos investimentos pretendidos para os mais diversos setores da economia da região.

O projeto de desenvolvimento econômico pretendido pelos empresários do estado teria como aliado Brizola, governador eleito. Antes de sua posse, foi o principal convidado de um evento realizado na Associação Comercial do Rio de Janeiro que contou com a presença de vários empresários, dentre estes, estava Arthur João Donato, presidente da FIRJAN. Brizola foi recebido na portaria pelo vice-presidente da FIRJAN, Guilherme Levy, que fez questão de lembrá-lo das boas relações do empresariado com o governador durante o seu primeiro mandato, entre 1983-1987, e criticou o Governador Moreira Franco: “praticamente abandonou o estado nos últimos dois anos”. Já no auditório da ACRJ, foi aplaudido. Donato teceu-lhe elogios, lembrou da atuação de Brizola para que o estado recebesse royalties pela exploração do petróleo na Bacia de Campos. O presidente da FIRJAN também pediu ao novo governador que assumisse a liderança de agilizar a economia do Rio de Janeiro e entregou-lhe um documento em que o empresariado fazia várias reivindicações que abrangiam o desenvolvimento urbano, saúde, indústria, comércio, transporte, serviços, ciência e tecnologia, entre outros itens²⁵⁹.

Durante o evento, Brizola criticou o governo num tom cauteloso,

“Já está na hora de se fazer uma concessão ao governador Brizola, não para modificar o Plano Collor num todo, mas em parte. A Argentina já tomou todas as medidas econômicas que agora estão sendo experimentadas pelo nosso governo federal e o resultado foi pior”.

Acrescentou dando ênfase à necessidade de união entre o governo estadual e os empresários, no entanto, ressaltou que ela deveria ser sem rasteiras e preconceitos²⁶⁰. Em seguida listou os pontos de sua administração para os quais desejava a colaboração dos empresários. O primeiro foi a questão da privatização da Light, que em sua concepção deveria

²⁵⁹*Diário do Comércio e Indústria*. 31/01/1991. p. 8.

²⁶⁰*Monitor Mercantil*. 31/01/1991. p. 3.

ser estadualizada, por ser considerada instrumento de política de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, e ratificava o argumento afirmando, “Uma política energética é indispensável para o desenvolvimento da economia regional”. O segundo ponto foi a recuperação das finanças do BANERJ, já o terceiro discorria sobre o gás natural de Campos, o qual, no seu entendimento, deveria servir ao desenvolvimento econômico fluminense²⁶¹. A partir da exposição realizada por Brizola, notamos que seus objetivos estavam de acordo com os da V Pleninco. As questões relativas à estadualização da Light e ao uso do gás natural de Campos denotam a intenção de uma política enérgica contemplada por subsídios em nível regional, o que poderia reduzir os custos da produção industrial. Quanto ao BANERJ, o governador eleito entendia que sua recuperação poderia beneficiar a indústria por meio da liberação de linhas de crédito para investimentos em infraestrutura, necessários para o aumento da competitividade industrial fluminense.

No âmbito político, Brizola buscou entendimento com Collor. Ainda em janeiro de 1991, reuniu-se com o Presidente da República no Palácio do Planalto com o fim de discutir sobre problemas pelos quais o Rio de Janeiro estava passando. Na pauta estavam as questões da estadualização da Light; o saneamento financeiro do BANERJ; o desbloqueio do acesso dos órgãos estaduais às linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); manutenção do status de empresa estatal da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); dentre outros²⁶².

Em uma primeira análise, entendemos que a perspectiva política do pedetista passava por uma aliança com o governo federal, e tinha como horizonte investimentos da União no estado do Rio de Janeiro. A ajuda financeira ao BANERJ e a obtenção de crédito via BNDES revelam a intenção de injetar o capital em infraestrutura, este seria pago num prazo elástico e traria desdobramentos positivos à indústria regional, como à criação de empregos e a facilitação da escoação da produção, o que aumentaria os níveis de competitividade. Quanto à CSN, podemos inferir que sua continuidade como estatal manteria os custos dos insumos industriais em um patamar vantajoso para indústria fluminense. Fato que não ocorreria se a empresa fosse para as mãos da iniciativa privada, pois, nesse caso, quem regularia o preço seria o mercado.

Todo esse leque de articulações com a classe empresarial do Rio de Janeiro e com o governo federal demonstra o novo posicionamento governador eleito frente às elites. Com um

²⁶¹ *Monitor Mercantil*. 31/01/1991.

²⁶² *Caderno de Política. O Estado de São Paulo*. 25/01/1991. p. 5.

tom de discurso mais ameno, buscou um entendimento com Collor o que induziu aos empresários a apoiá-lo. Brizola jogou com a recessão econômica ao seu favor.

Seu peso político ficou ainda mais em evidência durante seu encontro com a Ministra Zélia, um mês depois de se encontrar com o Presidente da República. A pauta da reunião abrangia desde problemas financeiros do estado do Rio de Janeiro até a negociação da dívida externa, ora elogiada pelos pedetistas. No entanto, o pano de fundo do encontro tinha o cunho político, a aprovação do Plano Collor II. Temia o governo federal que a bancada do PDT no Congresso Nacional vetasse alguns pontos importantes da Medida Provisória que discorria sobre o novo plano econômico. Ainda mais, depois do encontro de Brizola com Mario Amato, presidente da FIESP, adversário do plano econômico e crítico do governo²⁶³.

Os encontros de Brizola com Collor e Zélia surtiram efeito antes de sua posse. O BANERJ foi saneado por um ajuste no mercado financeiro patrocinado pelo governo federal²⁶⁴. A outra conquista, foi a liberação de recursos para a construção da Linha Vermelha, importante via que ligaria a Avenida Brasil à Rodovia Presidente Dutra, o que facilitaria o fluxo rodoviário entre a Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro. Esse trajeto tornaria também mais rápida a chegada à Ilha do Fundão (localização da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e ao Aeroporto do Galeão. Satisfeito com atuação de Brizola, Donato enviou-lhe um telegrama cumprimentando-o,

Registro, desde logo, com satisfação e renovada esperança. O fato da liberação de recursos destinados a projetos prioritários como, por exemplo, a Linha Vermelha, cuja concretização agora felizmente se vislumbra, mercê de vossa decisiva atuação junto a Senhora Ministra da Economia.²⁶⁵

Já empossado no cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro. Brizola participou de um jantar em homenagem ao presidente do BANERJ, João Carlos Brandão. Nele estavam presentes membros da elite fluminense, banqueiros, donos de redes de comércio, políticos, além do Secretário Executivo do Ministério da Economia, João Maia. Em clima amistoso, o Leonel Brizola crítico das elites foi substituído por um risonho e brincalhão, aparentava estar decidido a seduzir representantes de tradicionais famílias cariocas. Durante o evento, Donato elogiou o governador: “O novo Brizola está fazendo bem ao Rio”. E ele o respondeu: “Eu sou o velho Brizola”, e assegurou que o PDT iria continuar sendo o mesmo²⁶⁶. Isso ratifica a

²⁶³ *O Globo*. 25/02/1991. p. 3.

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ *Jornal do Comércio*. 02/03/1991. p. 2.

²⁶⁶ Caderno de Economia. *O Estado de São Paulo*. 19/04/1991. p. 3.

mudança de paradigma estratégico do pedetista, o qual contemplara a aproximação com as elites, mas sem se desvincular de sua via ideológica permeada por ideias de esquerda.

3.2 Implementação e objetivos do novo plano econômico

Ao fim do mês de janeiro de 1991, fora implementado o Plano Collor II. Este plano representou uma nova tentativa de estabilização econômica, principalmente no que tange ao controle da inflação, que já girava em torno de 1.140,267 % ao ano no mês²⁶⁷ de lançamento do referido plano. O governo, diante da pressão da sociedade civil (principalmente empresários e sindicatos, como vimos anteriormente), temerosa de um novo choque econômico, procurou apresentar o Plano Collor II como continuidade do primeiro. Seus objetivos eram um ajuste fiscal mais duradouro que possibilitasse a retomada de investimentos e o resgate da dívida social.²⁶⁸

Para tanto, o governo implementou o congelamento de preços e salários e o tarifaço (reajuste das tarifas públicas duas a três vezes superiores à inflação corrente). Fica evidente que ocorreu uma nova socialização de perdas, pois o plano atingiu de forma incisiva a renda da classe trabalhadora, já depreciada por perdas salariais recorrentes. Outro ponto que merece destaque na política de renda foi o ato de vincular os salários ao custo da cesta básica (não divulgado à época, o que dava margem para mais distorções salariais), cuja elevação repercutiu no custo de vida. Assim, era factível, por parte do governo, um arrocho salarial, cuja função era manter um ambiente recessivo para conter o processo inflacionário. Como mecanismo de controle dessa política de renda, o governo constrangeu a iniciativa de empresas em conceder antecipações salariais, ameaçando-as a serem postas no fim da fila do descongelamento de preços²⁶⁹. Isto revela que o governo procurou utilizar o enfraquecimento do capital de algumas empresas a seu favor. O Plano Collor I, por meio do bloqueio da liquidez, debilitou as contas dos agentes econômicos, pondo fim ao padrão de gestão pautado em aplicações financeiras, que gerava um colchão de liquidez num ambiente econômico constantemente instável.

A desindexação e a reforma financeira foram as principais medidas do Plano Collor II. A extinção de vários índices de preços tinha o claro objetivo de combater a inércia inflacionária, trabalhando no sentido de desconstruir a memória relativa à inflação precedente. Para o governo, essa prática era fundamental na medida em que impedia a reprodução da inflação pretérita no presente, dessa forma, segundo a aceção da equipe econômica, seria

²⁶⁷ <http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1991.aspx>. Acessado em 5 de novembro 2013.

²⁶⁸ HERRLEIN JR, Ronaldo. “Crônica de uma morte anunciada”: Notas intempestivas sobre o Plano Collor II e a estabilização econômica. *Revista da FEE*. 1991. p. 96.

²⁶⁹ HERRLEIN JR, *Op. Cit.* nota 268. p. 99

criado um ambiente econômico estável, propício a investimentos com um maior nível de confiança.

A outra vertente do Plano Collor II foi a da reforma financeira. Esta foi materializada por meio da criação de fundos de investimento, cujo mais proeminente foi Fundo de Aplicações Financeiras, que ficou mais conhecido como “Fundão”. Paralelamente à criação desses fundos, foram extintos o “overnight” e os fundos de curto prazo. Destarte, fica evidente que a intenção era de alongar os prazos de operações financeiras, deslocando a riqueza do giro especulativo de curto prazo para reestruturação industrial e realização de projetos sociais, ambos anseios de empresários e de camadas da população com menor poder aquisitivo. Nossa interpretação é de que essa vertente tenha sido encarada pela equipe econômica como alternativa à escassez de investimentos, principalmente estrangeiros, visto o esgotamento do modelo de Indústria de Substituição de Importações (ISI).

A diferença fundamental do “Fundão” em relação aos fundos extintos era sua carteira, a qual era compulsoriamente composta por: 2% de depósitos à vista; 43 % destinados a setor público federal; 10% de aplicações em Títulos de Desenvolvimento Econômico, cuja responsabilidade fora dos bancos de investimento ou de desenvolvimento; 3% para o Fundo de Desenvolvimento Social; e 42% de aplicação livre em títulos privados (CDBs, letras de câmbio e debêntures) ou títulos de governos estaduais. Por meio dessa composição criava-se um mercado cativo para títulos públicos no mercado.

Nessa conjuntura, os títulos estaduais não tinham privilégios. No entanto, caso dispusessem a executar seus orçamentos de forma austera, ou seja, com um controle maior dos gastos, poderiam colocar seus títulos na faixa de aplicação de títulos públicos federais, dessa maneira, não precisando concorrer com títulos privados da faixa de aplicação livre, o que seria prejudicial, pois teriam que aumentar os juros para atrair investidores, já que a sua confiabilidade era reduzida em relação aos títulos privados.

Essa configuração do “Fundão” obrigava os estados a realizarem um maior controle fiscal, o que coadunava com a política macroeconômica imposta pelo governo Collor, a qual tinha como corolário o controle dos gastos públicos. De certa maneira, o Governo Federal conseguiu instituir uma forma de controle eficaz sobre os gastos dos estados por meio desse fundo.

Seguindo os pressupostos dessa política de austeridade fiscal, Leonel Brizola, em abril de 1991, assinou um contrato com o Ministério da Economia para a rolagem da dívida mobiliária do estado, a qual se referia a títulos estaduais emitidos pelo governo. A dívida girava em torno de 1,5 bilhão de dólares. O acordo consistia na emissão de títulos do Banco

Central, chamados de Letras do Banco Central, junto aos credores do governo estadual. Isso faria com que o prazo da dívida fosse alongado a juros mais baixos, já que as taxas de rentabilidade desse tipo de título eram mais baixas. Em contrapartida, o governo estadual deveria resgatar 16% do estoque da dívida em 1991, 17% nos anos de 1992 e 1993, e 18% em 1994; não emitir novos títulos, exceto os de alongamento de prazo de pagamento; não contrair empréstimos garantidos pelas receitas futuras sem autorização do Banco Central; pagar sua dívida externa junto à União até 1994; e limitar os gastos com funcionalismo até 65% de sua receita²⁷⁰.

A assinatura do contrato teve como efeitos a reabertura do acesso dos órgãos estaduais às das linhas de financiamento do governo federal e a captação de dinheiro a curto prazo. Esta ocorreria por meio BANERJ, que foi autorizado pelo Banco Central a emitir títulos estaduais no mesmo limite de volume de papéis federais no Fundão. E pela manutenção de títulos do estado do Rio de Janeiro nos fundos das instituições financeiras federais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal²⁷¹. Em síntese, o Governo do Estado do Rio de Janeiro conseguiu uma boa parcela de investimentos da União, fato que ia ao encontro dos objetivos traçados na V Pleninco.

As medidas adotadas pelo Plano Collor II foram complementadas com um novo ajuste fiscal, o qual consistiu em cortes substanciais nos gastos públicos do governo federal, são eles: a indisponibilidade de 90% da verba de custeio, excetuando apenas despesas com pessoal, pagamento de juros e amortizações; utilização de apenas 5% da verba para investimento; proibição de contratação de servidores, assim como promoções; restrição de repasses de verbas para projetos, sendo exigida uma contrapartida mínima de 30% dos estados e municípios; e corte de recursos para projetos que fossem entendidos como fora do escopo de ação do Governo Federal.

O Fundão não resolveu as questões da reestruturação industrial e da realização de projetos na área social, na medida em que não conseguiu captar recursos suficientes. Mas foi capaz de provocar a criação da Frente de Governadores, sustentáculo de ação política junto ao Congresso Nacional, cujo fulcro encontrava-se nos estados da região centro-oeste. Seu articulador fora o governador do Distrito Federal Joaquim Roriz (PTR) que tinha o apoio de alguns governadores do PMDB. O objetivo central dessa Frente era renegociação da dívida pública dos estados considerados aliados²⁷².

²⁷⁰ *Jornal do Brasil*. 20/04/1991. p. 3.

²⁷¹ *Jornal do Brasil*. 20/04/1991. p. 3.

²⁷² MENEGUELLO. *Op. Cit.* nota 176. p. 114.

No campo político, outra frente de atuação do governo foi a criação de um bloco governista em janeiro de 1991 sob a insistência do presidente Fernando Collor. Esse bloco fora composto pelos partidos aliados, PFL e PRN, tinha o objetivo de obter apoio na Câmara de Deputados, fazendo frente ao PMDB na votação de projetos de lei e medidas provisórias de interesse do governo. Na concepção do governo, o bloco teria força para indicar relatores, destarte impedindo alterações na legislação sugerida pelo governo, o que era comum, haja vista sobre a maioria do PMDB no Congresso Nacional. Sua articulação foi realizada pelos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP), Humberto Souto (PFL-MG) e pelo senador José Ignácio Ferreira (PST-ES). Contudo, o governo tinha noção que poderia não abarcar a maioria em votações de seu interesse, por isso apoiou Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) para mesa diretora da Câmara de Deputados, com vistas no bloqueio da entrada de Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Segundo a declaração de Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP), a entrada de Ibsen na mesa diretora facilitaria os interesses do governo²⁷³. O apoio a um deputado do partido de oposição traz à luz o reconhecimento, por parte do governo, de que não tinha força suficiente para impor seus projetos sem a flexibilização de outros interesses políticos. A formação de um bloco governista é aqui entendida como uma tentativa de formar uma espécie de contrapeso, que visava o embate com o peso político de partidos de maior envergadura, como no caso do PMDB.

3.2 A articulação da Firjan frente ao governo

Em meio a essa conjuntura, a FIRJAN articulou-se internamente, realizando debates para auxiliar seus associados, e promovendo discussões em seus Conselhos de Economia e de Assuntos Sociais e Trabalhistas; externamente, fazendo proposições para a mitigação dos impactos do Plano Collor II na indústria. A seguir, discorreremos de forma pormenorizada sobre a articulação e ações desta entidade empresarial.

No dia 5 de fevereiro de 1991, a Firjan promoveu debate sobre o Plano Collor II em sua sede, na cidade do Rio de Janeiro. A discussão sobre a referida questão teve como convidados os economistas Edmar Bacha²⁷⁴ e João Paulo de Almeida Magalhães²⁷⁵. O Chefe

²⁷³Caderno de Política. *O Estado de São Paulo*. 16/01/1991. p 6.

²⁷⁴Bacharel em ciências econômicas (UFMG) e doutor em economia (Yale University - USA). Iniciou a carreira de professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi presidente do IBGE(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) durante o governo Sarney e um dos fundadores do PSDB. Disponível em

do Departamento Econômico da CNI, José Augusto Coelho Fernandes, também compôs a mesa de debate. Esta discussão torna-se mais significativa na medida em que nos damos conta que a composição da mesa é de caráter misto, de um lado temos um representante de uma vertente acadêmica de raciocínio mais matematizada, pautada numa versão monetarista mais ortodoxa, cujo representante é Edmar Bacha; do outro lado, está João Paulo de Almeida Magalhães, cuja vertente é o estruturalismo, a qual valoriza a abordagem dos aspectos históricos e sócio-políticos dos processos econômicos²⁷⁶, formando uma identidade com o pensamento desenvolvimentista, no qual o Estado tem um papel mais ativo. Nesse sentido, importa-nos aqui destacar que houve consenso na avaliação do Plano Collor II, embora tenha sido realizada por representantes de escolas econômicas de vertentes opostas.

A fala de Edmar Bacha, durante o debate, traduz o pensamento de que o plano seria mal sucedido: “A inflação deverá ser de 30% em fevereiro e, em março, deverá chegar ao patamar de 12%. Em abril, só cairá um dígito”²⁷⁷. É consenso em qualquer manual de economia, de que a inflação cai após o congelamento de preços, contudo também é sabido que a queda dos nível inflacionário é artificial e, após breve período, retoma a sua escalada, caso não sejam resolvidos aspectos estruturais da macroeconomia. O economista também citou o tarifaço como elemento que iria provocar alta do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) nos meses de fevereiro e março. Já o representante da CNI, José Augusto Coelho Fernandes, pontuou que as indústrias estavam em menos condições de absorver as medidas econômicas do que na época do Plano Collor I, quando tiveram a oportunidade de aumentar os preços, o que não ocorrera como o Plano Collor II, em virtude do congelamento de preços²⁷⁸.

O Plano Collor II também fez parte da pauta das reuniões dos Conselhos Empresariais de Assuntos Sociais e Trabalhistas, e de Assuntos Econômico. Em reunião realizada no dia 21 de fevereiro de 1991, o Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos discutiu a situação econômica brasileira, tangenciando questões como a melhora e flexibilização após vinte dias de implantação do novo plano econômico do governo. Nesta reunião, ficou acordada a elaboração e posterior apresentação de medidas concretas ao governo federal²⁷⁹.

Na reunião do Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas, realizada em 26 de fevereiro de 1991, o impacto do Plano Collor II nas relações de trabalho fez parte da

<http://www.imil.org.br/author/edmar-bacha/>. Acessado em 05 de outubro de 2013.

²⁷⁵ Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris I (doutorado de Estado) e ex- professor titular da UFRJ e da UERJ. Disponível em <http://www.desenvolvimentistas.com.br/desempregozero/2009/05/entrevista-joao-paulo-de-almeida-magalhaes/>. Acessado em 05 de outubro de 2013.

²⁷⁶ LOUREIRO, Maria Rita. Os Economistas no Governo. Rio de Janeiro. FGV Editora. 1997. p 84.

²⁷⁷ *Revista Firjan-Cirj Informa*. Semana de 8 a 14 de fevereiro. Número 5. 1991

²⁷⁸ *Ibidem*.

²⁷⁹ ATA Nº 01/91. *Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos*. Firjan. 1991. p 2.

pauta. Foram discutidas as propostas de modificação do plano que foram pleiteadas pela CNI ao Congresso Nacional. Também foi sugerida a atenção das entidades empresariais no sentido de reivindicar sua participação na indicação de representantes para a Comissão do Governo que seria formada para o exame da reforma da CLT(Consolidação das Leis Trabalho). Existia a preocupação com a possibilidade de trabalhadores e empresários serem chamados, ou não, a participar das discussões pelos órgãos governamentais que representavam a Comissão²⁸⁰.

O presidente da FIRJAN também teceu críticas ao novo plano econômico. Segundo Donato, havia um desarranjo econômico brasileiro, no qual as indústrias estão perplexas e com os negócios paralisados após a edição do Plano Collor II. Paralelamente, criticava pontualmente a devassa fiscal, a alta taxa de juros e os altos impostos. Partindo de uma linha de defesa econômica do estado do Rio de Janeiro, destacava a importância da implantação do Polo Petroquímico, recuperação da CSN e da reativação da indústria naval²⁸¹.

Esse leque de discussões supramencionadas tem sua materialização no ofício enviado por Donato, em 4 de março de 1991, à Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello. O referido documento fazia críticas sutis às ações do governo no campo econômico e, concomitantemente, pleiteava participação por meio de sugestões que partiam da premissa de enquadrar o novo Plano Econômico na realidade da indústria, em especial a fluminense. A seguir, discorreremos sobre a abordagem do ofício.

Inicialmente, o documento sinaliza que é resultante da vontade da maior expressão do setor produtivo fluminense. Fato relevante, pois a economia do Rio de Janeiro e, por conseguinte, seu parque industrial, figuravam entre os maiores do país. Ocorre também o reconhecimento da política anti-inflacionária, vista como acertada, estando afinada com anseios da sociedade e da classe empresarial. Num segundo momento, pede-se para que seja objeto de apreciação algumas considerações.

A primeira pondera sobre a falta de sintonia do Plano Collor com a realidade do mercado. Seguiu-se argumentando que esse fato poderia prejudicar a dinâmica do processo comercial e de produção, destarte prejudicando o sistema econômico. A instituição assinalou que em experiências internacionais e em planos econômicos que se assemelhavam ao do Brasil, era imprescindível a aplicação de um sistema de “feedback”, capaz de propiciar elementos indispensáveis no auxílio do combate da inflação exercido pelo governo. Esses elementos seriam dados por indicadores da situação conjuntural específica de alguns setores.

²⁸⁰ATA N°01/91. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas*. Firjan. 1991. p 2.

²⁸¹*Diário do Comércio e Indústria*. p. 3.

A Firjan sugeriu a análise das diversas etapas de toda cadeia produtiva, com vistas à compatibilização de custos e flexibilização de preços. Sem essa observação, e com continuidade da adoção do congelamento de preços, ambas por parte do governo, o cenário previsto era de desabastecimento e de deterioração da estrutura financeira das empresas.

Outro ponto de crítica era a manutenção da alta taxa de juros, que reconhecidamente é instrumento clássico de política anti-inflacionária por ser fator de contenção de demanda. Nesse sentido, argumentou-se que num cenário recessivo, como o do Brasil, a alta taxa de juros contribuíra para o aumento dos custos das empresas, assim aumentando a pressão inflacionária. Ainda sob esse viés argumentativo, foi expressa a capacidade ociosa de 40% do parque industrial que, somadas às expressivas perdas da massa salarial, não representaria a formação de “bolha” de consumo, daí o pleito da redução da taxa de juros, o que diminuiria os custos de produção.

O documento termina pleiteando um encontro com a Ministra da Fazenda, no qual pudessem ser mostrados os dados de setores específicos do empresariado industrial fluminense indústria fluminense, os quais demonstravam as dificuldades em relação ao Plano Collor II²⁸². Nesse sentido, o objetivo era debater e formular propostas alternativas para colaboração com a política anti-inflacionária.

3.3. Debate político econômico

O debate sobre o Plano Collor II pode ser ampliado por meio de entrevistas concedidas por políticos renomados na área de economia. Em março de 1991, o Jornal Estadão publicou em sua coluna de economia as opiniões dos deputados federais Roberto Campos²⁸³ (PDS-RJ), Francisco Dornelles²⁸⁴ (PFL-RJ), Delfim Netto²⁸⁵ (PDS-SP), Aloizio Mercadante²⁸⁶ (PT-SP) e

²⁸² *Revista Firjan-Cirj Informa*. Semana de 15 a 21 de março. Número 9. 1991. p 7

²⁸³ Diplomata de carreira, tendo ingressado no Itamaraty em 1939; presidente do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) entre 1958-1959; ministro do Planejamento de 1964 a 1967 e Deputado Constituinte em 1987-1988. Cursou Economia na Universidade de George Washington, concluindo-o em 1946. Cf. KELLER, Vilma e LEMOS, Renato. Roberto de Oliveira Campos (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 01 de janeiro 2014.

²⁸⁴ Ministro da Fazenda em 1985; Deputado Constituinte em 1987-1988; obteve o grau de mestre e, posteriormente, de doutor em Direito Financeiro pela UFRJ em 1975 e 1977, respectivamente. Cf. VELASQUEZ, Musa Clara, COUTO, André Faria e CORREIA, Maria Letícia. Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 01 de janeiro 2014.

²⁸⁵ Ministro da Fazenda entre 1967-1974; ministro da Agricultura em 1979; ministro chefe da Secretaria de Planejamento entre 1979-1985. Cf. MAYER, Jorge Miguel; LEMOS, Renato e CORREIA, Maria Letícia.

César Maia²⁸⁷ (PDT-RJ). A coluna também tratou da contestação de Luiz Gonzaga Belluzzo à análise de Mario Henrique Simonsen²⁸⁸ sobre o novo plano econômico.

Roberto Campos declarou-se pessimista em relação ao futuro do plano, prevendo seu fracasso num curto intervalo de tempo. O deputado também afirmou que a inflação deveria cair inicialmente, mas que voltaria depois de maneira mais impetuosa e numa economia desorganizada. Também sinalizou que o congelamento de preços proposto iria agravar o desemprego, pois as empresas nacionais e estrangeiras adiariam investimentos por falta de confiança nos indicadores econômicos. O que mais chama atenção em sua fala sobre o Plano Collor II é a seguinte afirmação: “é uma grave recaída no intervencionismo”²⁸⁹.

Na mesma linha de raciocínio de Campos, Francisco Dornelles declarou: “A edição do Plano Collor II mostrou claramente a divisão da equipe econômica entre coração e razão. A razão era o discurso liberal, de abertura de mercado, pisado e repisado no pós Plano Collor I. O coração era estatizante, intervencionista.”²⁹⁰

Segundo Dornelles, em poucos momentos da história econômica do país houve esse tipo de intervencionismo que atribui à formação acadêmica da equipe econômica do governo.

Antônio Delfim Neto (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 01 de janeiro 2014.

²⁸⁶Ingressou na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP) em 1973 e logo firmou-se como liderança do movimento estudantil na oposição à ditadura militar. Integrou a tendência “Refazendo” — uma das mais representativas em São Paulo nos anos 1970 — e participou da reconstrução do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Em 1975, presidiu o Centro Acadêmico de sua faculdade e tornou-se monitor do Departamento de Economia da USP. Formou-se em 1976 e nos dois anos seguintes fez o mestrado em economia na Universidade de Campinas (Unicamp). Na mesma época, participou de pesquisas realizadas pela Fundação Osvaldo Cruz (1977) e pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), em São Paulo (1978-1980). Cf CORREIA, Maria Letícia. Aloizio Mercadante (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 01 de janeiro 2014.

²⁸⁷Ingressou na Universidade Federal Fluminense como professor licenciado em macroeconomia, lecionando até 1976. Neste período foi diretor do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ). Em 1982, saiu do grupo Klabin e filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), onde assumiu a coordenação econômica da campanha de Leonel Brizola, candidato da agremiação ao governo do Rio de Janeiro. Teve atuação decisiva na descoberta do esquema Proconsult, montado para fraudar a contagem de votos nessa eleição, em benefício de Wellington Moreira Franco, candidato do Partido Democrático Social (PDS). Com a vitória de Brizola, Maia ocupou o cargo de secretário de Fazenda no período 1983-1986. Cf XAVIER, Libânia e DANTAS, André. Cesar Epitácio Maia (Verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 01 de janeiro 2014.

²⁸⁸ Em 1960, matriculou-se na Faculdade de Economia e Finanças da Universidade do Rio de Janeiro pela qual se graduaria em 1963. Ainda em 1960, tornou-se consultor da Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas (Consultec) — sociedade de estudos econômico-financeiros fundada no ano anterior por Jorge de Melo Flores, Mário Pinto, Lucas Lopes e Roberto Campos —, para a qual Simonsen entraria como sócio posteriormente. Em 1961, ainda estudante, foi contratado para exercer as funções de professor e consultor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nesse mesmo ano, juntamente com Júlio Bozano, fundou a firma de serviços financeiros Bozano, Simonsen & Cia. Ltda., posteriormente Banco Bozano, Simonsen, com sede no Rio de Janeiro. Foi ainda, entre 1961 e 1965, diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, em 1962 e 1963, diretor da Credisan — Crédito, Financiamento e Investimento S.A. Foi ministro da Fazenda (1974-1979) e ministro do Planejamento em 1979.

²⁸⁹Caderno de Economia. *O Estado de São Paulo*. 03 de março de 1991. p 17

²⁹⁰*Ibidem*. p 1

Previa um aumento no déficit público, resultante da sistemática de correção do salário mínimo, o que se desdobraria em descontrole dos gastos com a Previdência Social.

A análise de Delfim Netto pode ser traduzida por sua fala emblemática sobre o novo plano econômico: “é um delírio tecnocrático...quando elaborou e adotou a MP 295, a equipe econômica do governo imaginou que o Estado pode ter controle sobre o mercado. Esse comportamento é típico de quem está delirando.”²⁹¹

O único elogio feito por Delfim ao Plano Collor II, porém sem entusiasmo, foi em relação ao Programa de Competitividade Industrial. Contudo, o deputado questionou os efeitos práticos da medida, pois, para ele, não havia como investir sem saber a taxa de retorno, visto as incertezas do plano.

O que notamos na fala desses políticos da ala da direita é uma crítica incisiva à intervenção do Estado na economia, nesse dado momento, vista por eles como excessiva. Entretanto, como assinala Maria Rita Loureiro, razões de ordem histórica, associadas ao papel que o Estado sempre teve que assumir, no Brasil, como promotor e regulador do desenvolvimento, levaram à descrença de o mercado promover crescimento e gerar equilíbrio. A desconfiança é partilhada por economistas de diferentes vertentes, chegando ao ponto adotarem orientações teóricas de diferentes matizes, enquanto no governo²⁹². Os políticos supracitados fizeram parte de governos anteriores, Campos e Delfim foram ministros durante a ditadura militar (período cuja política econômica era pautada pelo desenvolvimentismo, este sinônimo de intervenção do Estado na economia), já Dornelles, foi Ministro da Fazenda do governo Sarney, período de crise do Consenso Keynesiano. Isso corrobora a ideia de Loureiro e, de forma concomitante, sinaliza a insatisfação de setores da direita com o governo Collor. Assim como no Plano Collor I, o Plano Collor II não estabeleceu um consenso entre o governo e a direita, assim expondo um conflito intraclasse. As diferentes frações da classe dominante continuavam a ter ideias divergentes no que tangia à política econômica.

Na esquerda, as avaliações sobre o Plano Collor II se divergiram. O deputado Aloizio Mercadante, cuja participação foi ativa nas negociações com o governo, acenava negativamente para o Plano Collor II, inclusive vislumbrando a adoção de um Plano Collor III. Para Mercadante, a reforma financeira, em especial a criação do Fundão fora improvisada e só agravaria a confiança do mercado financeiro. Na avaliação do então deputado do PT, quem ganhou com o Plano Collor II foi o Estado com a adoção do tarifaço, o qual reforçou os

²⁹¹Caderno de Economia. *O Estado de São Paulo*. 03 de março de 1991. *Op Cit.*p.1.

²⁹²LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro. FGV Editora. 1997. p. 78.

cofres das estatais. Contudo, ele avaliara que na outra ponta o grande perdedor fora o assalariado, que teve perdas com o novo choque econômico.

Contraditoriamente e indo de encontro às determinações de seu partido, o PDT, o deputado César Maia foi o único economista de renome no Congresso Nacional que defendeu o Plano Collor II. Em sua concepção, o congelamento de preços e salários foi um ato de coragem da equipe econômica, no entanto fez a ressalva de que o governo não conseguiu orientar os empresários para uma trégua de preços. Sob esse ponto vista, afirmou que era um bom momento para o entendimento nacional. O parlamentar também afirmou que todos sairão ganhando, sociedade e governo, com o novo plano econômico, sendo seu sucesso dependente apenas de uma boa gerência da equipe econômica.

No campo científico²⁹³, as divergentes análises de Belluzzo e Simonsen podem elucidar o pano de fundo sobre o qual as discussões sobre o Plano Collor II foram realizadas. Em entrevista concedida ao Jornal O Estado de São Paulo em 28 de fevereiro de 1991, Simonsen afirmara que “o confisco realizado não é tão doloroso, mas não deixa de ser uma agressão à propriedade privada”, continuando, ironizara a equipe econômica, remetendo-se a outros planos implementados no Brasil durante a década de 1980, afirmando que uma experiência malsucedida realizada várias vezes induz ao raciocínio de que provavelmente continue dando errado. Outro ponto abordado foi o Entendimento Nacional, que para ele deveria ser concebido a partir do estabelecimento de uma filosofia de aquisição de compromisso por parte do governo. Acrescentava que o compromisso deveria ser do empresário, da dona de casa, do trabalhador, do poupador, do capitalismo nacional e estrangeiro. O economista também discorreu sobre a relação entre governo, empresários e sindicatos, mencionando que o apoio dado ao plano econômico era meramente de caráter consultivo e não executivo²⁹⁴.

Belluzzo saiu em defesa do plano, inicialmente, declarando-se irritado com a posição elitizante daqueles que sempre estão ditando as regras. Em sua opinião, uma coisa era estar no governo e outra muito diferente é estar fora. Para ele a crise não era trivial e argumentava que não havia plano milagroso e nem tecnicamente perfeito. Sobre o embate com as ideias de Simonsen, argumentou que o economista e professor errou ao afirmar que o famoso economista Jonh Maynard Keynes, em seu Tratado das Probabilidades, racionalizou matematicamente o princípio da indução, o que na verdade ocorreu foi a crítica de Keynes às tentativas de matematizar os fundamentos da probabilidade. Tal embate acadêmico, deveu-se

²⁹³ BOURDIEU, op. cit., nota 193. p. 26.

²⁹⁴ Caderno de Economia. *O Estado de São Paulo*, 28/02/1991. p 72

a afirmação de Simonsen no que tangenciava à insistência da equipe econômica em provocar choques na economia.

Belluzzo defendeu o congelamento de preços como instrumento de contenção da inflação, a qual, em sua concepção, destruíra a confiança na moeda durante um processo que já perdurara dez anos. O economista também discorreu sobre a insistência de o governo prolongar a recessão, o que por sua vez criou pontos negativos contra o mesmo: “Quando não há luz no fim do túnel e a demanda cai, as empresas rapidamente passam a adotar uma atitude patrimonialista e defensiva, cortando a produção”. Como saída para esse impasse, ele propusera a construção de um amplo espaço político de negociação. Em sua opinião, não bastara o incentivo à participação de trabalhadores e empresários, era indispensável convocar a participação política da sociedade no Congresso Nacional. Dando continuidade, afirmou que o sucesso do Plano Collor II dependeria do avanço do governo neste processo. Dentre suas afirmações e proposições, duas merecem destaque na medida em que explicitam o que se entendia, pelo menos para ele, como condições fundamentais para alavancagem da economia do Brasil:

“Se o país quiser saltar para o Primeiro Mundo, não basta importar máquinas modernas, mas é preciso modernizar as relações de trabalho e produção. Isso significa, por exemplo, aceitar a maior participação dos trabalhadores na gestão das empresas.”

“Para ter sucesso, porém, o Plano terá de ser compartilhado... numa sociedade como a nossa é impossível executar uma política econômica que não tenha o apoio dos setores mais importantes da sociedade.”²⁹⁵

A análise do debate acadêmico entre Belluzzo e Simonsen traz à luz embate de diferentes correntes de pensamento econômico, a da visão pós-keynesiana da inflação e a monetarista ortodoxa, respectivamente. A primeira faz parte de uma série de grupos “alternativos” à corrente de interpretação neoclássica da obra de Keynes, a qual até a década de 1960 constituíra *mainstream* do campo da ciência econômica, ou seja, era o pensamento econômico de caráter dominante em nível internacional. No Brasil, a visão pós-keynesiana da inflação tem como principais ícones Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo, professores da UFRJ e Unicamp, respectivamente.

Já a segunda corrente, monetarista ortodoxa, faz parte de um conjunto de teorias monetaristas, em especial aquelas cunhadas por Milton Friedman na Universidade de Chicago. Esse viés de pensamento econômico ganha força a partir da década de 1970 com a

²⁹⁵ Caderno de Economia. O Estado de São Paulo. 03 de março de 1991. p 17

situação de inflação e recessão que caracterizou a economia mundial naquele momento. Um detalhe importante sobre as teorias monetaristas está na sua própria elaboração, pois a mesma foi constituída por críticas internas do próprio grupo que dominava o campo da ciência econômica internacionalmente. No Brasil, um dos seus principais centros de difusão foi a EPGE-FGV, cujo diretor, à época do Plano Collor II, era o próprio Mario Henrique Simonsen.

Para pontuarmos as diferenças entre essas duas correntes econômicas, se faz necessária a descrição das características das universidades utilizadas como centro de difusão dessas ideias. A EPGE-FGV é uma instituição de caráter privado que valoriza o papel do mercado no sistema econômico, sua concepção econômica é de que o mercado deve funcionar com a participação mínima do Estado. Tem forte adesão ao *mainstream* em voga em universidades norte-americanas. Além disso, seus membros estabelecem laços estreitos com empresas privadas, particularmente com bancos, nos quais atuam como consultores. Na outra ponta, a Unicamp pode ser definida como um pólo menos internacionalizado, ligado com mais proximidade a ideias estadistas, pois seus membros trabalham, em geral, em agências governamentais e empresas públicas. Sua orientação tem caráter político-econômico, sendo seus membros críticos do discurso neoliberalismo, acreditando na eficiência do mercado para alocação de recursos e distribuição de riqueza.

Em síntese, o debate sobre o Plano Collor II no meio político e acadêmico deixa evidente a marcação de posições. Ala da direita é esmagadoramente a favor de proposições do pensamento econômico internacional dominante. Todos os entrevistados pelo Jornal O Estado de São Paulo deixaram de forma evidente o incômodo com a intervenção do governo no mercado. A esquerda também questionou o Plano, mas com outra abordagem, a qual consistia nas perdas de massa salarial para a classe trabalhadora. Dissonante na esquerda, apenas o então deputado federal Cesar Maia, que fez elogios à nova política econômica. Sua posição, provavelmente, tinha relação com a aproximação, ainda que velada, entre Collor e Brizola. Maia é somente mais exemplo de político brasileiro que utiliza táticas de manutenção ou de inserção no *status quo* de dominação, o que esvazia o conteúdo partidário ideológico, seja de esquerda ou de direita²⁹⁶.

O único ponto de convergência que percebemos nas declarações, em especial de Simonsen e Belluzzo, é relativa à questão de um entendimento entre empresários, classe trabalhadora e governo. Parece-nos como questão fundamental o consenso entre classes,

²⁹⁶ FIORI, José Luis. Sonhos Prussianos, crises brasileiras – leitura política de uma industrialização tardia. Ensaios FEE.1990. p. 59.

dominante e subordinada, e de posição de classe²⁹⁷, pois num país com a envergadura econômica do Brasil dentro de uma conjuntura democrática,urgia a obtenção do apoio da sociedade como um todo, independente da matriz utilizada na política econômica. Nesse sentido, entendemos que o governo desgastava sua imagem perante a sociedade na medida em que estabelecia poucos canais de comunicação. Não havia o estabelecimento de um consenso, mas sim uma socialização das perdas com vistas à estabilidade econômica.

Nessa conjuntura política econômica, o único ramo empresarial que tendeu a ter menos perdas foi o financeiro. A reforma financeira implementada pelo Plano Collor II beneficiou os bancos de maior porte na medida em que ela propiciou, por meio de regulamentação expressa na Medida Provisória 295, maiores ganhos em volume de aplicações, na taxa sobre o Fundão e no aumento de depósitos à vista. Essa conclusão fora do economista Paulo Guedes²⁹⁸ que á época era economista do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc) e diretor do Banco Pactual²⁹⁹. Consoante sua análise, os pequenos bancos, corretoras e distribuidoras teriam poucas alternativas para sobreviver no mercado. Seriam elas a especialização em determinados segmentos, atuar por meios de fundos de menor porte ou unir-se a outras instituições. O economista também sinalizou que a reforma eliminou a incipiente competição que começara a existir no setor e criticou a mudança expondo as diferenças de rentabilidade para grandes e pequenos investidores. Para Guedes, as taxas de administração cobradas pelos bancos seriam integrais para os pequenos investidores e devolvidas pela metade para os grandes. Isso seria reflexo do baixo nível de competitividade no mercado financeiro. Outro economista, João Luiz Mascolo, também do Ibmecc, criticou o novo Plano Econômico afirmando que a reforma do sistema financeiro foi uma verdadeira “estatização do mercado”, argumentou dizendo que os bancos perderiam rentabilidade e, como desdobramento desse contexto, passariam a especializar-se em administração de carteira de ações, ouro e outros³⁰⁰.

Dentre os bancos a serem beneficiados com a reforma financeira estavam o Itaú, Bradesco e Unibanco, todos mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo³⁰¹, pivô de

²⁹⁷POULANTZAS. *Op. Cit.* nota 123, p. 15.

²⁹⁸Economista com Ph.D pela Universidade de Chicago, EUA. É fundador e sócio majoritário do grupo financeiro BR Investimentos e um dos quatro fundadores do Banco Pactual. Disponível em <http://www.imil.org.br/autor/paulo-guedes/>. Acessado em 01 de janeiro de 2014.

²⁹⁹Foi fundado em 1983 no Rio de Janeiro como uma corretora de valores. Em seus 30 anos de história, tornou-se o principal Banco de investimentos da América Latina. Disponível em <https://www.btgpactual.com/home/QuemSomos.aspx/NossaHistoria>. Acessado em 05 de janeiro de 2014.

³⁰⁰Caderno de Economia. *O Estado de São Paulo*. 03/03/1991.

³⁰¹Criado em 1987, cuja liderança era realizada por um grupo de empresários, dentre eles estava Roberto Konder Bornhausen, que fora presidente do Unibanco³⁰¹ até 1988. Essa instituição tinha um caráter de articulação e ação político ideológicas. Sua criação ocorreu no Rio de Janeiro em 1983, mas logo expandiu-se para outros

articulação político ideológica. Sobre essa questão, é importante ressaltarmos a ênfase do discurso neoliberal de importantes executivos do setor bancário, a exemplo temos a manifestação de Alcides L. Tápias³⁰² em 1991:“(...) a economia de mercado é mais do que uma filosofia. É uma técnica de administração da economia (...) O Estado intervencionista, o Estado empresário(...) transformou-se mundialmente numa relíquia de museu.”³⁰³

Ele prosseguiu o discurso afirmando que o neoliberalismo estava influenciando a realidade mundial e atualizando o capitalismo, abrindo espaço para um mundo novo, no qual o mercado joga um papel fundamental: “...internacionaliza a produção e consumo por força da competição que premia a eficiência e baliza o novo desenvolvimento.”

Com o fim de ampliar o debate sobre os impactos da política macroeconômica, iremos ilustrar a manifestação do presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos³⁰⁴, José Carlos Jacintho de Campos, durante o Plano Collor II. Em março de 1991, Campos afirmou seu credo liberal e sua convicção de que a equipe econômica do governo precisava mudar:

“O caminho liberal é a solução para a crise brasileira com uma economia de mercado e não o dirigismo econômico. O que se precisa é a reformulação do pensamento econômico da equipe econômica, passando de heterodoxa e dirigista para uma economia liberal.”³⁰⁵

O que notamos de convergente nos discursos de Tápias e Campos, representantes de grandes, médios e pequenos bancos, é a questão do dirigismo econômico presente nas ações do governo Collor. Entendemos que existe um consenso na análise do modo de ação do governo, fato que configura a construção de uma imagem parcialmente negativa do mesmo, pois havia anseios por liberalismo com pouca intervenção do Estado. O vínculo entre alguns bancos de grande, médio e pequeno porte ao Instituto Liberal, tornou o discurso homogêneo, ainda que naquele momento o grande empresariado financeiro fosse beneficiado, como no caso da reforma financeira imposta pelo governo Collor.

É importante salientar que o Ibmecc realizou uma pesquisa sobre o relacionamento entre o empresariado financeiro e o industrial, no intervalo entre os anos de 1978 e 1982.

estados. Seus mantenedores são grandes bancos e grupos industriais, comerciais, de construção civil, além de empresas estrangeiras.

³⁰² Alcides L. Tápias foi presidente da FEBRABAN de 1991 a 1994.

³⁰³ MINELLA, Ary Cesar. O Discurso Empresarial no Brasil: Com a palavra os Senhores Banqueiros. Ensaios FEE. 1994. p. 520.

³⁰⁴ Instituição que representava bancos de médio e pequeno porte.

³⁰⁵ MINELLA, Op. Cit. nota 303. p. 522.

Foram entrevistados por amostra 251 empresários da indústria de transformação, e identificou-se uma avaliação negativa sobre o empresariado financeiro. Dentre esses empresários, apenas um terço considerou uma relação de cooperação com o empresariado financeiro. Para 54 empresários, o empresariado financeiro, em comparação com o industrial, possuía mais segurança, garantias ou privilégios nas suas atividades. Em resumo, para uma parcela do empresariado industrial, o governo concedia maiores facilidades e mais proteção aos empresários financeiros.³⁰⁶

Ainda que o discurso dos empresários do setor industrial e financeiro tenha passado a ser mais convergente a partir da eleição de José Sarney, nota-se que a macroeconomia durante o governo Collor atingira de forma diversa essas duas vertentes do capital presentes no Brasil. Marx traduz de forma célebre esse tipo de antagonismo intercapitalista:

“se todos os membros da burguesia moderna tem o mesmo interesse, enquanto formarem uma classe frente a outra classe, eles tem interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si. Esta oposição de interesses decorre das condições econômicas de sua vida burguesa.”³⁰⁷

Todo esse contexto exemplifica a adoção, por parte do governo, do receituário neoliberal, cujo produto precípua é alta concentração de capitais. Por seu turno, o processo de globalização é alavancado pelo capital financeiro. Sua base de sustentação encontra-se no sistema bancário; nos fundos de pensão e fundos mútuos de ação; e as seguradoras que, na década de 1990, juntas, perfaziam, um volume de capital maior que o da atividade propriamente industrial³⁰⁸. A formação desses fundos tem impacto direto sobre a produção industrial, pois sua atuação é voltada para áreas específicas do ramo industrial, sendo racionalizada pelas necessidades do capital. Desse modo, somos capazes de inferir que a alta concentração de capital contida nesses mesmos fundos é capaz de direcionar a economia numa escala de imposição de preços de mercado de determinado produto; decidir as áreas de concentração de pesquisa em ciência e tecnologia; além de exercer uma forte influência no plano ideológico, este disseminado pelo rápido fluxo de informações e pelo estreitamento, pelo maior contato de diferentes culturas. Como arcabouço teórico para inferência retro mencionada, podemos lançar mão de duas proposições, de Dreiffuss e Gramsci, respectivamente:

³⁰⁶ MINELLA. *Op. Cit.* nota 303 p. 524.

³⁰⁷ BIANCHI. *Op. Cit.* nota 235. p. 121.

³⁰⁸ DREIFFUSS. *Op. Cit.* nota 91. p. 157.

A globalização traz consigo a concentração de capitais, reforçada por processos de associação e incorporação de diversos tipos (funções de iguais, absorções de hostis) e outras variadas razões: adição de valor às posições dos acionistas, redução dos custos, ganho de escala, tomada de posição em novos mercados, penetração regional ou nacional, alcance multinacional, aumento da produtividade, ganhos operacionais, novos produtos, aumentos de receita, etc.³⁰⁹

Um elemento “imponderável” é a posição “ideológica” que um país ocupa no mundo em cada momento determinado, enquanto considerado representante das forças progressistas da história (exemplo da França durante a Revolução de 1789 e o período Napoleônico).³¹⁰

Apesar do grande peso político do capital financeiro, o capital industrial buscou espaço no cenário econômico brasileiro. A articulação do presidente da FIRJAN circunscrevia o incentivo a atividades que proporcionassem a criação de um mercado interno de consumo junto a políticas de subsídios à indústria nacional. A recuperação da CSN, a implantação do Polo Petroquímico e o incentivo à indústria naval são exemplos do objetivo desse industrial. O caso da indústria naval está ligado de forma mais próxima a Donato pelo fato de ser dono, à época, do Estaleiro Caneco. Nesse sentido, em meio a uma conjuntura econômica desfavorável à indústria nacional, Donato advertia o governo Collor:

“O governo deve tomar medidas para permitir o crescimento das atividades de uso intensivo de mão de obra, em grande parte desenvolvidas pelo capital nacional”. A crítica tinha como pano de fundo a exclusão da isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) no segmento de indústria naval³¹¹.

Não menos importante, o Fundo de Marinha Mercante, administrado pelo BNDES, também era um ponto de discórdia com o governo federal. Donato reclamava que esse fundo poderia gerar recursos, em forma de financiamento, para indústria naval, no entanto o dinheiro fora revertido para outras áreas³¹². Diante deste cenário, a estratégia de combate a recessão econômica no estado encontrava-se prejudicada, uma vez que este segmento industrial tinha o potencial de criação de empregos bastante significativo.

Entendemos que as ações da FIRJAN partem de um pressuposto desenvolvimentista, diferente daquele adotado pelo governo Collor. O empresariado fluminense e o governador Leonel Brizola articulavam entre si um modelo econômico, no qual o governo tinha um papel

³⁰⁹DREIFUSS. *Op. Cit.* nota 91. p. 158.

³¹⁰GRAMSCI. *Op. Cit.* nota 4. p. 55.

³¹¹*Hora do Povo*. 26/04/1991. p. 3.

³¹²Caderno de Negócios. *Jornal do Brasil*. 05/05/1991. p. 9.

altamente participativo. A política energética em nível regional, a luta pela manutenção do status de estatal da CSN, pleiteada por Brizola ao Presidente da República, e o fortalecimento financeiro do BANERJ são exemplos da participação do governo estadual na economia. Seguia-se, desta maneira, o ideário Keynesiano de desenvolvimento no qual a intervenção do governo servia para tratar dos defeitos do sistema capitalista e evitar sua própria destruição³¹³.

3.4 A gerência de Estado e seus desdobramentos

Todo esse leque de acontecimentos no âmbito da economia somada a uma memória recente do Plano Collor I, colocaram em evidência a discussão sobre questões relativas à gerência de Estado e, até mesmo, formas de governo, como Presidencialismo e Parlamentarismo. No que tange a este prisma de questões relevantes para o Estado, a FIRJAN entrevistou 44 parlamentares, dentre estes deputados e senadores. A esse conjunto chamou de elite parlamentar, contudo não mencionou nomes e nem partidos, apenas que havia naquele grupo parlamentares reeleitos e novos. As entrevistas foram realizadas no início de fevereiro de 1991 por meio de um questionário, cujas questões foram classificadas pela Firjan como cruciais para a vida do país. Segue abaixo o questionário e a síntese das respostas:

POSTURA E RELAÇÃO AO GOVERNO COLLOR		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
INDEPENDÊNCIA	12	27,30%
APOIO	6	13,60%
OPOSIÇÃO MODERADA	12	27,30%
OPOSIÇÃO SISTEMÁTICA	9	20,50%
APOIO CRÍTICO	3	6,80%
SEM RESPOSTA	2	4,60%

ANTECIPAÇÃO SOBRE O PLEBISCITO SOBRE A FORMA DE GOVERNO		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
A FAVOR	26	59,10%
CONTRA	11	25%
INDECISOS	7	15,90%

³¹³OMAR, Jabr H. D.. O papel do governo na economia. Rio Grande do Sul: Revista FEE, vol.29, nº 1. p. 220.

FORMA DE GOVERNO		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
PARLAMENTARISMO	35	79,50%
PRESIDENCIALISMO	5	11,40%
SEM RESPOSTA	4	9,10%

REELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
A FAVOR	8	18,10%
CONTRA	31	70,50%
SEM RESPOSTA	5	11,40%

MONOPÓLIO DO PETRÓLEO		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
A FAVOR	36	81,70%
CONTRA	7	15,90%
SEM RESPOSTA	1	2,40%

POSIÇÃO DO GOVERNO SOBRE A DÍVIDA EXTERNA		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
APOIAM	29	65,90%
NÃO APOIAM	12	27,30%
SEM RESPOSTA	3	6,80%

VOTO DISTRITAL		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
A FAVOR	33	75%
CONTRA	7	15,90%
SEM RESPOSTA	4	9,10%

(OS ENTREVISTADOS INDICARAM SUA PREFERÊNCIA PELO MODELO MISTO, VIGENTE NA ALEMANHA, ONDE METADE DAS VAGAS SÃO PREENCHIDAS EM VOTAÇÕES DISTRITAIS E METADE PELO VOTO PROPORCIONAL, EM ELEIÇÃO POR LISTAS)

LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
A FAVOR	23	52,30%
CONTRA	12	2,20%

SEM RESPOSTA	9	20,50%
--------------	---	--------

MEDIDAS PROVISÓRIAS		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
A FAVOR	10	22,80%
CONTRA	31	70,40%
SEM RESPOSTA	3	6,80%

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO DO GOVERNO COLLOR		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
APOIO INTEGRAL	9	20,50%
APOIO PARCIAL	30	68,10%
CONTRA	3	6,80%
SEM RESPOSTA	2	4,50%

AVALIAÇÃO DO GOVERNO COLLOR		
	Nº DE PARLAMENTARES	PORCENTAGEM
EXCELENTE	1	2,20%
BOM	14	31,80%
REGULAR	10	22,80%
RUIM	14	31,80%
PÉSSIMO	3	6,80%
SEM RESPOSTA	2	4,60%

Fonte: Revista Firjan-Cirj Informa, nº 7, semana 01/03/1991 a 07/03/1991

Antes de discorrer e debater os dados expostos nessa pesquisa de opinião, é mister fazer alguns comentários sobre a metodologia e confiabilidade do questionário utilizado para realização das entrevistas concedidas pelos parlamentares. Julgamos oportuno salientar que a Firjan não deixa claro o que considera como elite parlamentar. Podemos inferir que sejam homens com grande influência no Congresso Nacional e, concomitantemente, com boas relações com o empresariado industrial do Rio de Janeiro, entretanto, como assinalado, é só uma inferência. A entrevista também não explicita nomes e nem legendas partidárias, às quais esses parlamentares pertencem. Fato este que deixa obscuro o caráter ideológico, ou até mesmo tático, dos entrevistados. Outro ponto relevante é o número de parlamentares entrevistados, pois seu quantitativo é pequeno em relação à totalidade deputados e senadores nas duas casas do Congresso Nacional.

A partir do exposto, entendemos que, independente da confiabilidade ou da metodologia da entrevista, o pano de fundo da aplicação do questionário é abertura de um debate para questões relativas à política econômica do governo Collor, ao passo que também trabalhava sobre a face de crítica à gestão governamental, sobre a qual eram propostas soluções, estas colocadas de forma sutil no conteúdo do mesmo. Nesse sentido, a intenção da Firjan era o direcionamento de opinião de seus afiliados para o estabelecimento de um consenso. É notório que esta entidade empresarial das indústrias do Rio de Janeiro tem o objetivo de fortalecer seu discurso frente ao governo central, mas sem o confronto direto. Como assinalado por Maria Antonieta P. Leopoldi, a Fiesp, a CNI e a FIRJAN perderam seus papéis de organismos de representação da indústria durante o regime militar, nesse período foi estabelecida uma relação direta entre empresário e governo, sem contudo eliminar o sistema corporativo, do qual essas instituições fazem parte³¹⁴. O advento da Nova República criou condições para a retomada do papel de protagonista dessas instituições industriais. O desdobramento dessa conjuntura traduz-se na construção de um projeto hegemônico por parte da Firjan, tracejado na V PLENINCO realizada em 1990, cuja proposição precípua permeava a participação no processo decisório de forma competente, organizada e permanente por meio de um ideário com bases doutrinárias e programáticas explícitas e definidas³¹⁵. Ressalte-se que, por se tratar de um processo em construção, evitava-se o confronto direto com o governo em questão, no caso, o de Fernando Collor de Mello. Daí nossa ideia de que os dados da entrevista, na verdade, funcionam como crítica e, concomitantemente, como proposta para correção de problemas de âmbito nacional, ainda que de forma embrionária.

Passemos agora a análise dos dados propriamente. Com o intuito de facilitar a compreensão das questões abordadas na entrevista, procuramos formar blocos temáticos em assuntos que são em linha direta conexos, enquanto os outros foram analisados separadamente. Começamos pelo tema postura em relação ao governo. Consoante os dados apresentados, 47,8% dos parlamentares entrevistados faziam parte da oposição ao governo, o que evidencia o enfraquecimento da imagem do governo Collor diante desse grupo. Essa situação é acentuada quando computada a percentagem de parlamentares com postura independente, a qual chegara a 27,3%, expressando uma margem de oposição que poderia chegar a quase 80%. Isso evidencia que boa parte do programa de governo e, consequentemente, suas ações, não eram entendidas de um ponto de vista favorável.

³¹⁴ LEOPOLDI, Maria Antonieta Leopoldi. Política e Interesses na Industrialização Brasileira: As Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000. p 300

³¹⁵V PLENINCO. *Op Cit.* Nota 45. p 105.

A insatisfação com o governo Collor fica mais evidente no bloco de temas que debateremos, a saber, avaliação do governo, reeleição, forma de governo e antecipação de plebiscito. No que tange à avaliação, notamos um percentual superior a 38% dos entrevistados que consideraram ruim ou péssimo o governo, o qual se somado ao percentual daqueles que o consideram regular chega a mais 60%. Esta conjuntura reflete na alta percentagem de parlamentares contra a reeleição Collor. Traduzido em números, a rejeição da ideia de ter Collor como presidente por mais um mandato foi de 70,5%, ainda que ele estivesse no segundo ano de seu mandato. As ideias de parlamentarismo e antecipação de plebiscito, temas do questionário proposto pela Firjan, são aqui entendidas como propostas que visavam uma via alternativa de resolução da questão do descontentamento com o governo Collor. Como podemos observar, o parlamentarismo teve preferência esmagadora, perfazendo um total de 79,5%. Sobre esse ponto, é importante salientar que o parlamentarismo era tido como solução para evitar rupturas institucionais e somente o PSDB, à época, tinha um programa parlamentarista como sistema de governo, entretanto possuía uma bancada reduzida no Congresso Nacional, com 35 deputados³¹⁶. A questão do parlamentarismo vai além das observações supramencionadas. Como descreveu Francisco de Oliveira, a mudança do sistema de governo presidencialista para o parlamentarista era pouco provável, pois a estruturação da política brasileira era pautada, desde de suas raízes municipais, pela busca de comandos nos executivos municipais, estaduais e federal. O executivo aqui em questão trata-se de um poder forte, quase imperial. Além disso, na população brasileira não existia nenhuma tradição parlamentarista. Sobre a questão abordada Oliveira conclui :

No fundo, o que o parlamentarismo pretende é fazer corresponder as estruturas de poder político institucionalizado às estruturas de poder econômico sediadas em São Paulo; daí a constante reclamação a respeito da sobre-representação dos estados menos populosos, leia-se mais pobres. O PSDB aparece, portanto, como um partido que se pretende a vanguarda de uma racionalidade burguesa que, nas condições concretas do Brasil, é puramente abstrata³¹⁷.

No que tange ao tópico plebiscito sobre forma de governo, é notório que existe uma forte tendência a favor de sua antecipação, haja vista que 59,1% disseram que eram a favor desse pleito, enquanto 15,9% demonstraram-se indecisos. Todavia importa-nos discorrer sobre o assunto de forma mais pormenorizada. Inicialmente, é mister informar que o plebiscito estava previsto Carta Magna ratificada e aprovada em 1988, na parte que é chamada de Ato das Disposições Constitucionais. Segundo a orientação constitucional, o plebiscito

³¹⁶OLIVEIRA, Francisco de. Collor: A Falsificação da Ira. Rio de Janeiro. Imago Editora. 1992. p. 92.

³¹⁷OLIVEIRA. *Op Cit.* Nota 316. p. 107.

deveria ser realizado em 7 de setembro de 1993. Nessa ocasião a população deveria optar entre sistemas de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) e formas de governo (república ou monarquia constitucional)³¹⁸. Essa disposição constitucional foi encarada como elemento de barganha política frente ao governo Collor. Diante de uma política macroeconômica malsucedida, como o Plano Collor I e de rumores que o Plano Collor II não atingiria seu objetivo principal, a estabilidade econômica, a ideia de antecipar o plebiscito ganhou fôlego no meio político.

Não é por acaso que a Proposta de Emenda à Constituição da República visando a antecipação do plebiscito tenha sido apresentada por José Serra, à época, deputado federal do PSDB pelo estado de São Paulo³¹⁹. Como já assinalado, esse partido aspirava por uma posição de vanguarda no cenário nacional, buscando o fortalecimento do poder político dessa região onde tinha maior visibilidade. Como de praxe na Câmara de Deputados e no Senado Federal, o assunto foi discutido por uma Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional em questão. Em 19 de novembro de 1991, essa mesma Comissão realizou um debate, cuja intenção era de ampliar a discussão sobre o tema, nele estava presente Paulo Lopo Saraiva, Coordenador da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Consoante a argumentação desse representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a antecipação do plebiscito não poderia ocorrer, pois uma regra transitória expressa na Constituição não poderia ser objeto de Emenda Constitucional. Aprofundando o caráter explicativo de sua argumentação, o jurista também afirmou que a vontade do legislador constituinte seria desrespeitada, pois o Ato das Disposições Transitórias está fora do arcabouço constitucional, portanto não podendo sofrer modificação por meio de Emenda. Para ele, caso fosse aprovada, ocorreria um clima de insegurança jurídico-constitucional³²⁰. Em consonância com o jurista da OAB, o voto de Helio Bicudo, renomado jurista engajado em causas ligadas aos direitos humanos e deputado federal pelo PT, perante à Comissão de Constituição e Justiça, traz à luz a questão do descumprimento do ordenamento jurídico constitucional:

A vontade normativa que se contém numa disposição transitória tem fundamento muito empírico e deve ser obtida no limite da matéria de sua previsão. Parece-me que não se pode mudar a conformação de uma disposição transitória em princípio

³¹⁸Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

³¹⁹Revista de informação legislativa, v.29, nº 115, jul./set. de 1992. p 39. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/176045>. Acessado em 8 de janeiro de 2013.

³²⁰Revista de informação legislativa, v.29. *Op Cit.*Nota 319. p. 40.

geral, deve-se considerar tal disposição sempre como especial, como excepcional, dada a razão específica que não permite uma interpretação extensiva³²¹.

Não nos cabe fazer uma discussão sobre a seara do direito, no entanto é importante indicar que as argumentações contrárias à aprovação da Emenda Constitucional tinham grande peso, afinal uma partia da OAB, a qual tinha como princípio balizar a defesa do Estado de Direito, da Constituição e das Leis. Já a outra, era de um representante de um partido de oposição ao governo.

Avançando um pouco no tempo, percebemos que a ideia de antecipação do plebiscito, gestada no início de 1991, materializa-se em 25 de agosto de 1992. Curiosamente, o Presidente da República, Fernando Collor, é afastado do cargo no dia 29 de setembro de 1992, ou seja, um mês e quatro dias depois da aprovação da Emenda Constitucional que antecipava o plebiscito sobre a escolha de forma e sistema de governo, em virtude do Esquema PC, o qual será debatido mais a frente.

Em síntese, entendemos que a oposição engendrou uma perspectiva de mudança no sistema de governo, aproveitando-se das lacunas ocasionadas por uma gestão governamental com poucos canais de comunicação e, em última instância, pela crise de governabilidade que assolava Fernando Collor durante o ano de 1992. Foi muito conveniente para os parlamentares, estes interessados em maior participação nas decisões no cenário nacional, a antecipação do plebiscito que seria realizado no dia 7 de setembro de 1993 para o dia 21 de abril do mesmo ano, ainda que isto fosse uma afronta à Constituição, ao Estado Democrático de Direito. A partir do exposto, é possível depreender que, no âmbito da política brasileira, a Nova República ainda carregava o estigma da Ditadura Militar implementada em 1964, ou seja, os políticos podiam transgredir a Lei Maior do Estado sob a lógica de sua própria defesa, nesse caso o inimigo era o “autoritarismo eleito”³²² de Collor, apesar da existência de um movimento popular em favor do plebiscito.

Retomando a análise das entrevistas, iremos agora partir para os temas monopólio do petróleo, programa de privatização, dívida externa e liberalização do comércio exterior. Sobre este último, a pesquisa demonstrou que 52,3% eram favoráveis à abertura comercial. Esse resultado deve-se a aceitação, por parte da FIRJAN, da adoção de um novo padrão de acumulação de capital, o qual iria suprir o papel que antes era exercido pelo Estado Brasileiro, ou seja, o de financiador, mas agora com grande aporte de capital estrangeiro a ser investido

³²¹ *Ibidem.* p. 42.

³²² OLIVEIRA. *Op. Cit.*, Nota 316. p 93

de forma direta, sem intermediação do Estado. Contudo, para usufruir desse mesmo capital, tornava-se necessária a adoção de mudanças estruturais no campo macroeconômico, é aqui entram as questões relacionadas à privatização e dívida externa.

No que tange à dívida externa, o largo apoio às medidas de Collor, segundo a pesquisa, 65,9 %, entendemos que deve-se à adoção do receituário neoliberal, este proposto pelas agências de fomento internacionais, como FMI e Banco Mundial, o qual consistira num ajuste fiscal austero por meio da diminuição do leque de ações do então famigerado Estado Empresário. A dívida externa, nesse sentido, está inter-relacionada com o programa de privatização adotado pelo governo, visto que o peso do Estado, segundo a visão neoliberal, estava, em parte, nos subsídios concedidos por empresas estatais. Com efeito, havia uma sobrecarregava nas contas públicas, pois a manutenção de tais subsídios estavam atrelados a empréstimos que estas mesmas empresas deveriam tomar no exterior.

Os dados presentes na pesquisa demonstram duas categorias de apoio ao programa de privatização são elas, o apoio parcial, que representava 68,1% dos entrevistados, e apoio integral, cuja aprovação fora de 20,5%. Tal cenário denota a satisfação com o programa, contudo ocorrem nuances dentro desse processo, as quais devem ser investigadas com maior cautela. Inicialmente temos o seu marco legal, a lei 8031/90, a qual criou o Programa Nacional de Desestatização. Em seu primeiro artigo, ela traz a ideia central do programa, cujo alinhamento era evidente com os anseios do empresariado, segue a transcrição: reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público; permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada; contribuir para a modernização do parque industrial do país, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia; permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; e contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o programa³²³.

Ainda que o Plano Collor I, alicerce do PND (Programa Nacional de Desestatização), tenha fracassado, deixando cenário macroeconômico instável (inflação alta e recessão), tal programa de venda de empresas estatais continuou servindo de elemento sinalizador de

³²³PINHEIRO, Armando Castelar e GIAMBIAGI, Fabio. As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor. *Texto para Discussão, nº 261, IPEA*.1992. p. 261.

reformas estruturais, daí o apoio expresso pelos parlamentares entrevistados. Segundo Ben Ross Schneider, Collor incorporou a privatização na estratégia política global de seu governo, assinala também que o Presidente assumiu a política de privatizações sem fazer parte de um governo propriamente neoliberal, sem pressões de partidos de direita e sem que uma tecnocracia neoliberal tivesse se apoderado do Estado³²⁴. Isso reforça o argumento de que Collor fazia parte de um viés atrelado a uma modernização conservadora.

A conjuntura internacional, o apoio de empresas privadas e de administradores públicos (nesse caso, executivos de grandes empresas estatais) somados a campanha de Collor para a Presidência da República conseguiram estabelecer um determinado consenso acerca das privatizações. O discurso liberal e, concomitantemente, crítico ao Estado e à corrupção, criou uma lacuna para que grupos interessados na reforma do Estado pudessem abrir a discussão sobre questão do papel do Estado na economia. Isso só foi possível após a vitória de Collor na eleição de 1989³²⁵. Entretanto, não podemos caracterizar o governo de Fernando Collor como resultado de uma coalizão de direita articulada e pragmática. Sua ascensão ao poder no Palácio do Planalto apenas naturalizou o debate a difusão de ideias liberais, dentre elas, a política de privatização. Nesse sentido, é preciso deixar claro que as ideias antiliberais como corporativismo, ISI (industrialização por substituição de importações), teorias da dependência e o estruturalismo ainda estavam em circulação, destarte a reação contra o Estado desenvolvimentista na década de 1980 não conduziu diretamente ao endosso de um Estado mínimo³²⁶. Tal afirmativa explica o apoio da FIRJAN ao governo de Leonel Brizola. O governador pretendia conceder subsídios e crédito à indústria lançando mão da estadualização da Light e fortalecendo as finanças do BANERJ, dentre outras ações de caráter desenvolvimentista. Assim, fica claro que o interesse dos industriais no capital estrangeiro não implica, necessariamente, no abandono de incentivos concedidos pelo Estado.

Sobre o monopólio do petróleo, a pesquisa identificou que 81,7% dos parlamentares entrevistados eram a seu favor. A informação parece contraditória quando a comparamos com o largo apoio às privatizações. Mas, se analisarmos detidamente a questão, notamos que a Petrobrás não estava na lista das empresas que faziam parte do PND. Além disso, os gestores e empregados públicos dessa corporação estatal formaram um grupo coeso que se opôs à privatização das empresas do ramo petroquímico, tal resistência dificultou a articulação do governo no processo de venda, diferentemente das empresas do setor siderúrgico, nas quais

³²⁴SCHNEIDER, Bem Ross. A privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista?. *Revista de Economia Política*, vol.12, nº 1(45), janeiro-março de 1992. p 6.

³²⁵*Ibidem.* p. 12.

³²⁶*Ibidem.* p. 17.

parte de seus gestores e empregados foram favoráveis à desestatização, devido à situação financeira e ao histórico de utilização do setor por parte do governo para auxiliar no combate à inflação (contenção dos preços dos produtos siderúrgicos)³²⁷. Outro ponto que merece destaque nessa conjuntura, é a assunção das usinas siderúrgicas por burocratas comprometidos com o programa de privatização, durante o governo Collor³²⁸.

Outro ponto que nos serve de argumento, é o anseio pela implantação de um Polo Petroquímico no Rio de Janeiro, objetivo traçado na V Plenário e visto como solução para a economia regional em recessão. Com o monopólio mantido, as chances de instalação do Polo seriam maiores, por se tratar de uma questão eminentemente política, cuja decisão final dependia da Presidência da República. Collor havia nomeado Ricardo Lins de Barros, importante empresário do ramo petroquímico no Rio de Janeiro e integrante da FIRJAN, como vice-presidente da Petroquisa. Entendemos que essa ação reforça a ideia de manutenção do monopólio.

Caso fosse quebrado o monopólio, empresas estrangeiras disputariam espaço com as de capital nacional no Polo Petroquímico, o que não era interessante para os empresários desse segmento, os quais não tinham, naquele momento, de competir pelo mercado. Toda essa conjuntura pode ter levado esses parlamentares a adotar uma postura defensiva no que tocava a quebra do monopólio do petróleo.

Passemos para os dois últimos temas das entrevistas, a saber, medidas provisórias e voto distrital. No que tange a este último, cuja porcentagem favorável foi de 75%, fica visível o desejo de fortalecer o poder político em nível regional. A preferência dos parlamentares por um sistema misto de votação, na qual metade das vagas é destinada ao voto proporcional, objetivava fortalecer os partidos, assim, na concepção dessa parcela da classe política, haveria uma maior aproximação entre o eleito e sua base eleitoral, ao passo que os partidos seriam forçados a apresentar projetos de longo prazo, ou seja, ajustados às necessidades em sentidos micro e macroregional. O que se observa como intenção é o fortalecimento das regiões e dos partidos.

Entendemos que a intenção era de fortalecer os partidos frente ao Poder Executivo, uma vez que trata-se de uma questão fisiológica, mais que ideológica, haja vista às estruturas de poder consolidadas na política brasileira. Sobre este ponto, temos, como exemplo, o modo de ação político centralizador do Poder Executivo, pautado pela implementação recorrente e

³²⁷VELASCO JR, Licínio. A privatização no Sistema BNDES. *Revista do BNDES*, Nº33, Junho de 2010. p 350.

³²⁸ALMEIDA, Gelsom Rozentino de & LOURENÇO NETO, Sydenham. Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente. Canal 6 Editora. São Paulo. 2012. p. 42.

sistemática de Medidas Provisórias³²⁹. Esse instrumento legal, que a princípio deveria ser utilizado em situações excepcionais, passou a ser tomado como procedimento rotineiro. Apesar de ter sido criado pela Constituição de 1988, ele é um artifício legal do executivo que foi concebido em substituição aos decretos-lei do regime militar (1964-1985). Nesse contexto, a governança econômica utiliza como principal artifício a Medida Provisória, a qual faz parte da continuidade da tradição centralista e imperial do presidencialismo brasileiro³³⁰.

Carregado de personalismo e clientelismo, o governo Collor extinguiu inúmeros conselhos e comissões de natureza consultiva e deliberativa, nos quais se garantia a participação de interesses empresariais, como, por exemplo, o CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial) e o Concex (Conselho Nacional de Comércio Exterior). Os ministérios ligados à área econômica também passaram por uma reforma administrativa com o fim de concentrar e centralizar, de forma mais incisiva, o poder decisório na burocracia econômica governamental. Destarte, foi criado o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, o qual englobava os antigos Ministérios da Indústria e Comércio e da Fazenda mais a Secretaria de Planejamento³³¹.

É nessa conjuntura que os parlamentares entrevistados reprovavam o uso recorrente de Medidas Provisórias. Como podemos observar, 70,4% eram contra a sua utilização de forma constante. Deste modo, depreendemos que havia uma sinalização, por parte desses políticos, de anseio por participação e interlocução nos processos decisórios. Antes alijada de uma participação política mais ativa durante o Estado Militar, a fração política pertencente ao Congresso Nacional procurava externar sua insatisfação frente ao governo Collor e servir de locus de discussão de assuntos de interesse nacional. Não é de se estranhar que o número de entidades empresariais credenciadas no Congresso só aumentou nos biênios (1989-1990) e (1991-1992). Dentre elas estavam a CNI; FIRJAN; FIESP; FEBRABAN; ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores); ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica); além de empresas individuais³³². Nesse conjunto de circunstâncias, a FIRJAN, consoante as discussões da V PLENINCO, passou a exercer participação política por meio da aproximação com parlamentares e, até mesmo, com o

³²⁹ Lei que entra em vigor imediatamente após sua promulgação, sendo avaliada pelo Congresso Nacional posteriormente. No caso de a Medida Provisória abarcar um tema referente à macroeconomia, é dedutível que seus efeitos possam ser irreversíveis, tendo em vista o lapso de tempo para sua análise, o qual é de sessenta dias.

³³⁰ DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato e SANTOS, Fabiano. *Elites Políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo. Fundação Konrad Adenauer Centro de Estudos. 2000. p 61.

³³¹ *Ibidem*. p. 62.

³³² *Ibidem*. p. 65-66.

Governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que serviu de elemento de ligação para o diálogo com o Palácio do Planalto.

3.5 A demissão de Zélia Cardoso de Melo e a busca por um entendimento

A demissão da ministra Zélia em 8 de maio de 1991, pode ser vista como um divisor de águas na administração de Fernando Collor. Foi um pouco mais de um ano à frente do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e dois Planos Econômicos de Estabilização, Planos Collor I e II. O primeiro foi malsucedido, baixou a inflação inicialmente, mas seis meses depois ela já voltado a subir. Seu índice acumulado estava cerca de 400%, enquanto a taxa de desemprego era de 5,23%. O PIB encolheu, de forma inédita, 4,6%, enquanto a renda per capita regrediu aos níveis de 1979³³³. Já o Plano Collor II, inicialmente, também reduziu a inflação de 21,9% em fevereiro para 5,8% em março de 1991, o que já era previsto por especialistas, pois congelamento de preços e de salários seria capaz de conter a demanda. A questão central era como ficaria o cenário macroeconômico pós-congelamento.

A sociedade demonstrou-se pouco disposta a repetir seu comportamento do ano anterior. Segundo Alberto Tosi Rodrigues, a sociedade passou a discutir com interesse crescente os subprodutos políticos do governo Collor³³⁴. Como demonstrado anteriormente, plano econômico recebeu mais críticas do que elogios.

Esse é o cenário político e econômico em que a ministra sofreu sua demissão. Conhecemos três vias de explicação para a sua dispensa do governo. A seguir demonstraremos cada uma. A primeira corresponde à intransigência da equipe econômica. Políticos, ministros e amigos do Presidente da República apresentaram um diagnóstico negativo sobre Zélia e seus colaboradores. A síntese do que foi relatado a Collor pode ser vista na declaração do deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL na Câmara, ao Jornal O Estado de São Paulo. Esse aliado do governo observou que presidente precisava recompor o diálogo com todos os segmentos da sociedade, em especial com os agentes econômicos³³⁵. Destaca Rodrigues que Collor dissera, desde antes de sua posse, que o cargo de ministro da economia seria ocupado por ele próprio, buscando personalizar a iniciativa de derrubara inflação de

³³³ LEMOS, Renato. Zélia Cardoso de Melo (verbetes). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em: 24 out. 2012.

³³⁴ RODRIGUES, Alberto Tosi. O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994. Ijuí. Editora UNIJUÍ. 2000. p. 150.

³³⁵ Caderno de Política. *O Estado de São Paulo*. 19/05/1991. p 7.

modo radical. Ao demitir a ministra e sua equipe econômica, o Presidente buscava transferir ou dividir a responsabilidade e, de forma concomitante, minimizava a afronta aos demais poderes, à Constituição e às elites empresariais e sindicais³³⁶.

A segunda destaca um problema intragoverno, ou seja, as relações entre o “super” Ministério da Economia, Planejamento e Fazenda e outros estavam inseridas num amplo processo de desgaste. Segundo publicação do Jornal O Estado de São Paulo, um político aliado do Planalto, cujo nome não foi revelado, afirmara que o presidente sentia o controle do governo se esvaindo por entre seus dedos. O jornal também destacou a insatisfação generalizada dos ministros e secretários em relação à equipe econômica. Uma queixa comum era de que o “super ministério” não se limitava ao zelo da chave do cofre, e frequentemente invadia o espaço de ação de outros ministérios. O ministro da Justiça e articulador político do governo, Jarbas Passarinho, queixava-se da falta de margem de manobra para negociar com o Congresso³³⁷. Nosso entendimento é de que tudo indicava para uma transferência da característica falta diálogo e negociação, inerentes à personalidade de Collor, para a ministra Zélia.

A terceira e última faz parte da interpretação realizada por partidos de oposição. Segundo o deputado Roberto Freire do PCB, “o que o ocorreu foi um freio de arrumação, ou seja, a recomposição de Collor com a base responsável por sua eleição, nitidamente de direita”. O deputado explicou sua proposição: “A direita ganhou a eleição e, como não governava, decidiu virar o inimigo público número um dos discursos do presidente”³³⁸.

Acreditamos que os três vieses explicativos não são excludentes entre si. Dessa maneira, entendemos que o desgaste causado pela recessão e falta de negociação com outros atores políticos e econômicos (Congresso nacional, sindicatos e empresários) causaram embates dentro da própria cúpula governamental. A austeridade econômica somada à falta de diálogo impediu negociações do governo com seus pares no Poder Legislativo, por conseguinte, dificultou ou impediu a adesão das classes subalterna e dominante aos sacrifícios impostos pelo Plano Collor II. Mesmo com o nível de inflação em processo de queda entre os meses de fevereiro e março, analistas apontavam para o seu crescimento nos meses subsequentes, como já demonstrado, assim, contribuindo para a retirada de Zélia e sua equipe econômica do Ministério da Economia. Todo esse contexto engendrou uma atitude mais “soft” do governo com a classe dominante. Naquele momento, Collor buscava apoio,

³³⁶RODRIGUES. *Op. Cit.* nota 334. p. 151.

³³⁷Caderno de Política. *O Estado de São Paulo*. 19/05/1991. p 7.

³³⁸Caderno de Política. *O Estado de São Paulo*. 19/05/1991.

acreditando ter transferido a imagem negativa de seu primeiro ano de governo para a ministra de seu “super Ministério”. Seu sustentáculo junto à grande burguesia, era o seu projeto neoliberal³³⁹.

A seguir, iremos expor um quadro comparativo entre os dois tipos de discurso, o radical ou roxo - que exemplifica a fase mais imoderada de Collor em relação a políticos e empresários - e o soft, orquestrado dentro de uma perspectiva de busca de consenso com atores econômicos e políticos. Ambos foram publicados no Jornal O Estado de São Paulo como melhores momentos da retórica do presidente, apresentando de forma bem clara a mudança da postura de Fernando Collor de Mello e, conseqüentemente, de seu porta-voz.

A busca do entendimento <i>Melhores momentos da retórica dura que marcou o primeiro ano do governo Collor e da retórica mais amena da nova fase</i>		
	O melhor do roxo	Entra em cena o soft
Estilo	“Bateu, levou.” <i>Do porta-voz Cláudio Humberto, em novembro passado</i>	“Esta é uma nova fase demarcada por um novo estilo. Ele é mais soft.” <i>Do presidente Collor, nesta semana, na Espanha</i>
Empresários	“A declaração do presidente da Fiesp é a manifestação isolada do mais genuíno coronelismo empresarial.” <i>De Cláudio Humberto, em novembro passado, ao rebater as críticas de Mário Amato ao Plano Collor 1</i>	“O presidente anda tão soft que é capaz de receber o presidente da Fiesp.” <i>De Cláudio Humberto, nesta semana, na Espanha</i>
Governadores	“Sou um candidato sem apoio de governadores, deputados, senadores, banqueiros, grandes empresários ou militares.” <i>De Collor, em agosto de 1989, durante a campanha presidencial</i>	“Esses encontros são importantes, pois permitem a troca de idéias e a soma dos nossos conhecimentos e experiências em favor do Brasil.” <i>De Collor, em abril passado, depois de reunião com os governadores do Nordeste na qual acertou a liberação de Cr\$ 196 bilhões para a região</i>
Política	“Minha candidatura não tem nada a ver com esse quadro emporcalhado em que se encontra toda a política nacional.” <i>De Collor, em março de 1989, durante a campanha presidencial</i>	“Eu me elegi contra virtualmente todas as instituições que costumam ser poupadas pelos candidatos. Agora é o momento de reconstruir pontes entre o Executivo e essas instituições.” <i>De Collor, ao completar um ano de mandato</i>
Brizola	“Ele é o Escadinha da política brasileira, uma figura apodrecida.” <i>De Collor, sobre o governador Leonel Brizola, em agosto passado</i> “Collor é um filhote da ditadura.” <i>De Brizola, dezenas de vezes durante a campanha presidencial</i>	“O governador Leonel Brizola tem espírito público, é um homem que pensa no País.” <i>De Collor, em março passado</i> “Congratulo-me com o presidente por essa iniciativa. Grandes países como o nosso dificilmente poderiam resolver seus problemas senão com diálogo entre o governo federal e os estados e municípios.” <i>De Brizola, ao comentar a proposta de entendimento nacional, em março, antes de assumir o governo do Rio</i>
Cultura	“Vou até o inferno para livrar a cultura brasileira de feudos.” <i>De Ipojuca Pontes, pouco depois de ser empossado secretário de Cultura</i>	“Eu precisava restabelecer as pontes com os intelectuais.” <i>De Collor, ao explicar a troca de Pontes pelo diplomata Sérgio Paulo Rouanet</i>
Subsídios	“Não quero o capitalismo sem riscos e o que mais quero é dar uma cascalhada nessa área, acabando com subsídios, cartórios e privilégios.” <i>De Collor, em maio de 1989</i>	“A subvenção orçamentária clássica pode ser um método eficaz e transparente de incentivo à cultura.” <i>De Collor, ao liberar verbas esta semana</i>
Entendimento nacional	“Todos vocês sabem que nesse presidente da República ninguém coloca uma canga. Nesse presidente da República que não tem medo nem de cara feia, nem de assombração.” <i>De Collor, em novembro passado, num momento em que o governo era criticado até por deputados governistas</i>	“Os pactos de Moncloa, reunindo governo, empresários e sindicatos constituem viva fonte de inspiração para o entendimento nacional que estamos procurando amadurecer no Brasil.” <i>De Collor, nesta semana, na Espanha</i>

Fonte: *O Estado de São Paulo*. 1991, p.7.

Fora anunciado em 15 de maio de 1991, em Madri, pelo porta-voz da Presidência da República, Cláudio Humberto Rosa e Silva, uma nova fase do governo Collor, cujo estilo passaria a ser soft. Estava decretado o fim do estilo “bateu, levou”, o qual foi uma das características principais de Collor durante seu primeiro ano de mandato. Esse movimento fazia parte da tentativa de Collor de sair de seu isolamento em relação à classe política e aos agentes econômicos. O “novo estilo”, por meio do discurso, buscava alterar a concepção de postura do governo frente a políticos e instituições e, paralelamente, retratava-se, ainda que

³³⁹ OLIVEIRA. *Op. Cit.* Nota 316. p. 148.

nas entrelinhas, com figuras importantes no cenário nacional, como por exemplo, Mario Amato, Presidente da Fiesp, e Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro.

O discurso do mandatário da República também era carregado do que ele considerava como entendimento nesta nova fase quando cita o Pacto de Mançloa, realizado na Espanha em 1977, na transição do regime ditatorial para a democracia. Discorrendo resumidamente sobre este ponto, o referido pacto consistia em dois acordos, um estabelecia um programa de saneamento e reforma da economia, já o segundo, consistia num programa de ação política e jurídica. Havia adesão da classe dominante e de partidos de esquerda, já o movimento operário foi deixado de lado durante a reforma, ocorria, assim, a subordinação no processo de negociação com a estrutura parlamentar. Nesse sentido, houve embates entre governo e movimento operário no país, gerando grande agitação social. Tentando conter a forte pressão da classe trabalhadora, o Ministro da Economia e das Finanças, Enrique Fuentes Quintana, aceitou aumentar salários de forma moderada dentro de uma perspectiva de orçamento equilibrado. UGT (Unión General de Trabajadores), CNT (Confederación Nacional del Trabajo) e algumas seções do CCOO (Confederación Sindical de Comisiones Obreras) rejeitaram a proposta³⁴⁰. Em síntese, o entendimento pretendido por Collor é calcado numa base conservadora que tem o objetivo de controlar as reivindicações classe trabalhadora por meio parlamento, num claro movimento de interesse de classe. Como aponta Oliveira, esse interesse de classe constituído é pautado pela destruição da sociabilidade criada ao longo de duas décadas por novos atores da área social, a nova classe operária e os novos sindicatos, e uma rica e diferenciada classe média emergente no interior de uma economia em que as relações com o Estado ganharam em complexidade. Essa sociabilidade construiu uma teia de relações público-privado que, vista pela dialética da mercadoria e sua negação, os direitos sociais, exigia maior transparência³⁴¹. O cenário exposto faz parte do processo democrático que as elites tem desejo de controlar em sua completude, julgando ser a democracia a certeza de todos os seus anseios, mas ela própria é a incerteza. Norbert Lechner elucidada bem essa questão:

Os procedimentos democráticos (eleições regulares, princípio da maioria) não garantem que determinada medida ou meta programática se perdue no tempo. Em consequência, a transição democrática não pode findar-se num pacto substantivo sobre determinados objetivos mas somente numa pacto institucional acerca de procedimentos. Por outro lado, tampouco os procedimento formais dão uma segurança absoluta. O relativismo dos valores relativiza também as regras do jogo³⁴².

³⁴⁰ <http://madrid.cnt.es/noticia/los-pactos-de-la-moncloa>. Acessado em 01 de fevereiro de 2014.

³⁴¹ OLIVEIRA. *Op. Cit.* nota 316. p. 94.

³⁴² LECHNER, Norbert. Responde a democracia à busca de certeza?. São Paulo. *Revista Lua Nova*, nº14. 1988. p. 25.

Na conjuntura política brasileira, devemos atentar para as forças emergentes, representadas pelo PT e CUT. Ambas instituições faziam oposição sistemática ao governo Collor, o PT, diferente dos partidos de esquerda da Espanha, dificilmente apoiaria o presidente com bases num entendimento que deixasse a classe trabalhadora à mercê de negociações sob uma via institucional, ou seja, somente por meio legais controlados pelo Congresso Nacional, o que acabaria esvaziando o caráter combativo do movimento operário.

O Plano Collor II foi materialização da busca por um reequilíbrio macroeconômico de curto prazo, pensamento recorrente na classe política brasileira durante a década de 1980 e início da de 1990. Segundo José Luís Fiori, esse é o principal obstáculo à reforma liberal pretendida para economia brasileira. Sob esta ótica, o autor afirma que a transição para o mundo do mercado acabou sendo barrada pelo próprio mercado³⁴³. A posição liberal jacobina do governo, ou seja, a imposição de reformas de caráter liberal a agentes econômicos que sempre obtiveram privilégios do Estado causou um descompasso na macroeconomia e nas relações políticas do governo com seus pares. O primeiro efeito do modus operandi do governo Collor foi a estagflação³⁴⁴, diminuição da capacidade produtiva com aumento de preços, esta é uma resposta racional do mercado. O segundo efeito foi a crítica da opinião pública à política recessiva. Ela é adensada por políticos tanto de direita, quanto de esquerda, gerando um quadro de insatisfação que começara a influenciar a população. Tal descontentamento, no âmbito político e social, teve como resultante a perda do governo Collor na eleição de 1990 para representantes na Câmara de Deputados, a aliança formada por PRN, PFL e PDS só conseguiu 33,8% das cadeiras³⁴⁵. Ainda que o governo federal estivesse lançando mão do expediente da renegociação das dívidas estaduais com a União por meio do Fundão, isso não foi capaz de assegurar uma influência incisiva no âmbito nacional. Os acordos do governo com Congresso Nacional também não foram suficientes para estabelecer

³⁴³FIORI, José Luís. Poder e credibilidade: o paradoxo político da reforma liberal. São Paulo. *Revista Lua Nova*, nº25. Abril de 1992. p. 187.

³⁴⁴Resultante da conjugação de baixo crescimento econômico com altos índices de inflação e desemprego.

³⁴⁵GUEDES, Barbara & RIBEIRO NETO, Artur. Fontes institucionais da corrupção no Brasil. In: ROSENN, K. S., DOWNES, R. (Org.). *Corrupção e reforma política no Brasil, O impacto do impeachment Collor*. FGV. 2000. p. 25.

uma imagem positiva de Collor frente a agentes econômicos e a própria população. Enfim, existe uma ausência de objetivos éticos maiores ou de um projeto nacional de longo prazo, capaz de mobilizar os vários segmentos sociais para um esforço de austeridade coletiva³⁴⁶. Consoante a análise de Fiori, faltou a Collor objetivos que fossem além do imediatismo do mercado, em síntese, existia a ausência de metas que regulassem e o orientassem para além de si mesmo. O trecho a seguir traduz esse pensamento em relação à gestão de Fernando Collor:

Poder real, isto é, poder político para desmontar as instituições, mas sobretudo para estabelecer e sustentar normas e metas constantes. O poder, portanto, de estabilizar expectativas econômicas e políticas, como única forma de promover um comportamento não imediatista dos agentes econômicos, os quais, confiantes no poder que sustenta as novas regras, podem, respeitando as imposições do mercado, fazer cálculos de longo prazo e maximizar vantagens por meio de iniciativas de maturação lenta³⁴⁷.

A ausência de poder real, levou Collor a tentar um entendimento com os agentes econômicos e a classe política. Como estratégia, adotou um discurso mais “soft” e demitiu a ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Melo e sua equipe. Collor acreditava que era possível delegar o insucesso do Plano Collor I e as medidas econômicas austeras, que aprofundaram a recessão durante o Plano Collor II, a então ministra demitida. Ainda sob esse prisma, ocorreram três movimentos por parte do governo que procuravam tirar Collor do isolamento e construir uma imagem positiva, são eles a criação do Projeto, do Programa de Competitividade Industrial e das Câmaras setoriais, que serão debatidos no próximo capítulo.

Como na implementação do Plano Collor I, o estabelecimento do Plano Collor II fez com que o Governo Federal se dispusesse com as camadas inferiores da população, pois cortou de forma abrupta os gastos sociais do orçamento e, concomitantemente, aprofundou a recessão, por meio do ajuste fiscal, da contenção dos salários e da manutenção das altas taxas de juros, gerando insatisfação em frações da classe dominante, como a dos empresários ligados à Firjan. Esses são seus efeitos mais visíveis. Conforme assinalado por Herrlein Jr, a inflação durante o governo Collor funcionara como epifenômeno, ou seja, ela fora um mecanismo de defesa dos capitais que transferiu o ônus da crise aos capitais menos potentes e aos trabalhadores em geral³⁴⁸. Destarte, estava ocorrendo a segunda ruptura de Collor com uma fração da classe dominante e com as classes subordinadas. O desgaste do governo era

³⁴⁶FIORI, *Op. Cit.* nota 296. p.194.

³⁴⁷FIORI, *Op. Cit.* nota 296. p. 194.

³⁴⁸HERRLEIN JR. *Op. Cit.* nota 268. p. 104.

intenso, pois Collor estava um pouco mais de um ano à frente da Presidência da República. Já era factível imaginar uma crise de governabilidade.

4- EMENDÃO E CPI DO PC: CORRELAÇÕES EXISTENTES

O presente capítulo trata das ações orquestradas pelo governo Collor após o malogro dos Planos Collor I e II. O Projeto de Reconstrução Nacional e as Câmaras Setoriais são exemplos de uma mudança de postura de governo, frente às frações da classe dominante, em busca de consenso e governabilidade. Nessa conjuntura, optamos por fazer uma análise do contexto econômico a partir dos anseios e proposições da FIRJAN. A crise política causada pelo escândalo do famigerado “Esquema PC” também é analisada a partir da perspectiva da entidade industrial fluminense.

4.1 O Projeto de Reconstrução Nacional e as Câmaras Setoriais

Em 14 de março de 1991, foi lançado o Projeto Brasil que posteriormente seria chamado de Projeto de Reconstrução Nacional. O objetivo de Collor era costurar um entendimento com empresários, sindicatos e políticos e trabalhadores por meio de uma linha-mestra cujo conteúdo abarcava questões relativas ao papel do Estado, economia, educação, seguridade social e ciência e tecnologia dentre outras. No cálculo do Presidente da República, essa seria a melhor alternativa após o malogro na economia no primeiro ano de governo. As pressões advindas da sociedade e de agentes econômicos obrigavam-no a apresentar soluções para os problemas em voga, sendo a inflação o de maior intensidade, pois prejudicava uma maioria esmagadora da população brasileira. A instabilidade macroeconômica também afetara em cheio múltiplos interesses do capital. Seus representantes, frações da classe dominante brasileira, aspiravam pela manutenção do status quo, de seus privilégios, contudo, a globalização e a crise da dívida externa seriam fatores determinantes para a transformação do contexto econômico-social. Em meio a essa conjuntura, Collor deveria lidar com o fracasso de seu primeiro ano de governo procurando formas de manter a governabilidade e o estabelecimento de um consenso, pelo menos entre ele a classe dominante. O primeiro passo foi a criação do “Projetão”, composto de 48 projetos de lei, 9 decretos e 7 emendas à

Constituição. O objetivo principal era proceder uma reforma do Estado, mudar a organização da economia e resgatar a dívida social.

Na sede da Firjan, seu presidente, Arthur João Donato, em entrevista coletiva elogiou a ação do governo, sinalizando sua satisfação afirmou:

O Projetão é um trabalho relevante. Não discuto seu mérito. Mas é importante que seja apoiado por toda a sociedade. Todos nós clamávamos por metas que nos devolvesse a esperança de um Brasil melhor. O que existe de concreto no país, hoje, é o Projetão. É preciso que se estabeleça uma atuação convergente, pois a atuação paralela não nos conduzirá a nenhum resultado positivo³⁴⁹.

No que toca à fala de Donato, podemos inferir que existe a preocupação do estabelecimento de um consenso. Ávidos por investimentos estrangeiros, essa parcela do capitalismo industrial brasileiro empenhou-se no apoio ao Projetão, mas sem perder de vista o cenário macroeconômico que dilapidava uma boa parte de seu lucro, pois os altos índices de inflação e seus desdobramentos, como por exemplo, os juros altos, impactavam o processo produtivo. A perda do poder de compra do trabalhador, corroído pelo processo inflacionário, e a redução de postos de trabalho numa economia em recessão representavam a outra face da mesma moeda. Em síntese, a manutenção do mercado consumidor brasileiro de bens fabricados pela indústria estava ameaçado pelos baixos salários e por uma política macroeconômica recessiva, sem investimentos, antes assumidos através de empréstimos do governo federal. Sobre a questão salarial é mister salientar que o empresariado criticava a dilapidação de renda classe trabalhadora com intuito de forçar o governo a reduzir a carga tributária imputada às empresas, dessa maneira seria possível promover volumes compatíveis de acumulação de capital como o de períodos anteriores, ainda que num ambiente macroeconômico de recessão, de falta de investimentos.

O Projetão tratava como prioritários para reconstrução nacional, dentre outros temas, a reestruturação da economia, a organização sindical e as formas de financiamento da economia nacional e capital estrangeiro. Para efeito desta pesquisa, abordaremos apenas os três temas supramencionados. Sobre a questão da reestruturação da economia o governo argumentara da seguinte forma sobre o cenário a ser enfrentado:

A limitação da concorrência e o excesso de regulamentação também facilitaram a prática de margens de lucros abusivas. Na ausência de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e a busca de ganhos de produtividade, a manutenção de margens elevadas dependia igualmente da prática de salários baixos e do uso predatório de recursos naturais. Contudo, margens de lucro elevadas são também reflexo do risco

³⁴⁹ Revista Firjan-Cirj Informa, nº10, semana 22 a 28/03/1991.

envolvido no gerenciamento das atividades empresariais em um cenário de forte instabilidade. Neste quadro perverso estão algumas das principais causas do aprofundamento da concentração de renda no Brasil, e também da inflação, na medida em que a iniquidade distributiva gera uma tensão permanente no mercado de trabalho, alimentando a espiral preços salários.³⁵⁰

Esse diagnóstico dado pelo governo não era nenhuma novidade para as partes interessadas (empresários e intelectuais de partidos de esquerda e de sindicatos). O cerne da questão era como se daria a transição do modelo ISI para o modelo neoliberal. Em seu primeiro ano de mandato, Collor ensaiava uma modernização autoritária induzida pelo processo de perseguição de progresso à americana, comum à nossa Tradição Republicana³⁵¹, o que indicava objetivo de reformas de cima para baixo. Contudo, a diminuição da popularidade do governo e a falta de sustentação política no Congresso Nacional ensejariam mudanças na estratégia de ação do governo. Dentre elas, está a busca de um consenso, o qual pudesse realinhar a direita que serviria como base robusta aos objetivos almejados por Collor em sua administração. Destarte como primeiro passo o governo reconhece, pelo menos formalmente, a necessidade da participação ativa de agentes econômicos, públicos e privados. O governo julgou oportuno afirmar que a expansão do parque produtivo e os investimentos em ciência e tecnologia deveriam ser realizados pela iniciativa privada, enquanto o Estado deveria prover um ambiente macroeconômico estável, infraestrutura e instituições que dessem suporte ao aumento da produtividade das empresas³⁵².

Como argumento para o aumento da produtividade, o governo afirmara que abertura comercial, já imposta no primeiro ano de seu mandato, seria capaz de colocar pressão concorrencial sobre os produtos brasileiros forçando a diminuição de preços no mercado e facilitaria a importação de equipamentos e tecnologia. Esse processo resultaria na reestruturação do parque produtivo e no aumento das exportações, visto a inserção do Brasil mercado internacional. Na pauta governamental ainda existia a intenção da desoneração de impostos federais para produtos industriais e semi-industriais voltados para exportação.

Entendemos essa linha de argumentação do governo como controvertida. Como ensina Ha-Joon Chang, existe um padrão histórico extraordinariamente persistente de desenvolvimento econômico por meio de proteção à indústria nascente, isso válido tanto para Grã-Bretanha do século XVIII, quanto para a Coreia do século XX³⁵³. Embora tenha ocorrido

³⁵⁰ Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. Brasília. Senado Federal. 2008. p 47

³⁵¹ VIANNA, Luiz Werneck. *Op cit*, nota 174, p 11.

³⁵² Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. *Op cit*, nota 180, p 48.

³⁵³ CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo.

a diversificação e a ampliação da estrutura industrial brasileira, com a indústria de transformação ampliando sua participação no PIB de 19% em 1955 para 30% em 1990, fazendo com que o PIB crescesse em média 6,3% a.a. e ocorresse um incremento na diversificação das exportações, cuja pauta era de 1% para produtos manufaturados em 1955 e, no final da década de 1980, correspondera a cerca de 50%³⁵⁴, o Brasil não foi capaz de tornar sua indústria em detentora de capacidade técnico-científica suficiente para concorrer no mercado internacional com empresas altos investimentos em ciência e tecnologia. Quase toda tecnologia utilizada no país, com raras exceções, pertencia aos grandes conglomerados internacionais, pertencentes aos países da tríade Europa-EUA-Japão. Isso nos leva a uma outra questão, que tipo de indústria com bases em território nacional seria cabível a esse contexto, no qual os altos investimentos em ciência e tecnologia se fazem necessários para competição dentro de um mercado globalizado?

Podemos inferir que a resposta à questão supramencionada está no estudo realizado pelo BNDES. Sua linha de argumentação indica que o crescimento das importações gerou uma alocação mais eficiente dos recursos, o que gerou maior ganho de escala de produção e especialização, assim apontando para um caminho no qual a indústria nacional perderia espaço para as empresas transnacionais produtoras de bens de consumo, o que torna inteligível o aumento do nível das importações não significar a desindustrialização do país. Havia o interesse em produzir no Brasil lançando mão da nova lógica do capital, que era delineada pela redução dos custos de produção facilitada pelas novas tecnologias (principalmente às atreladas à tecnologia da informação) para multiplicação cada vez mais veloz do capital em escala planetária. Nesse contexto, o parque industrial brasileiro era atrativo por possuir mão de obra barata e abundância de recursos naturais, além de um número expressivo de empresas transnacionais em território nacional. Aqui, importa destacar que a AD-RIO, agência de fomento de projetos no Rio de Janeiro, era patrocinada tanto por indústrias nacionais, quanto por estrangeiras, nos levando a inferência de que havia um diálogo prévio e consensual sobre as mudanças no campo macroeconômico, inclusive no que tocava o aumento das importações.

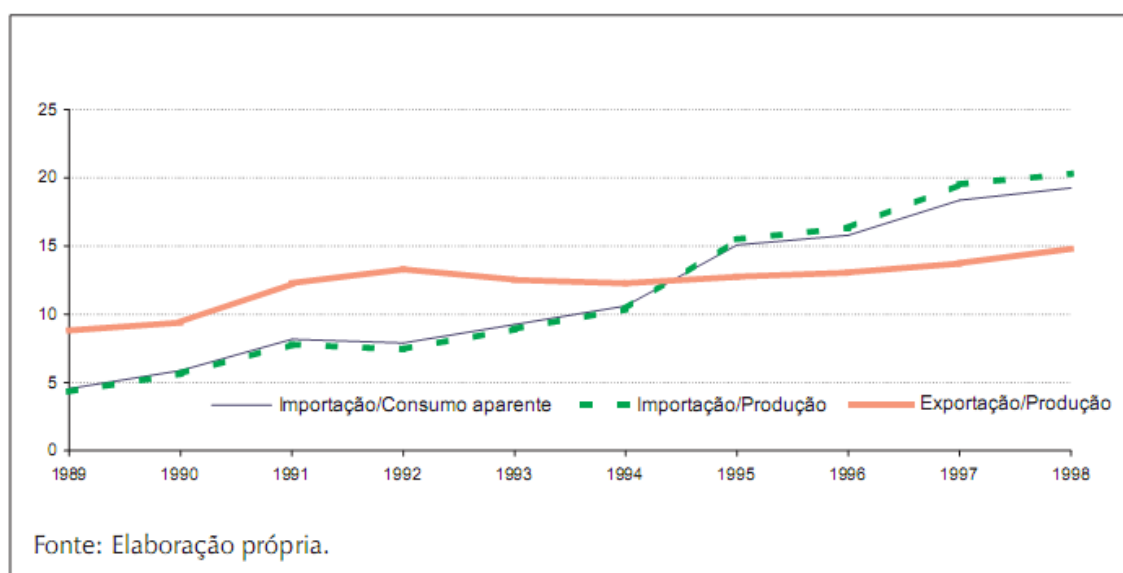
Em uma perspectiva de comparação com outros países a despeito da penetração das importações, ele aponta para uma redução multilateral das barreiras comerciais a

Editora Unesp. 2004. p 115.

³⁵⁴ MOREIRA, Maurício Mesquita. A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se Pode Dizer?. p 295.
www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_b.pdf

manufaturados³⁵⁵. Nesse sentido, a competência crucial (que constitui a capacidade de discernir corações tecnológicos, de oferecer produtos essenciais ou produtos-idéias, capazes de impulsionar novas correntes de produtos, tecnologias e métodos, em síntese, se especializar em determinado tipo de atividade mediante a capacidade-síntese de aprendizado coletivo intracorporativo)³⁵⁶ resume bem o novo caráter das corporações, tornando a dinâmica de importações cada vez mais intensiva, já que os grandes conglomerados, as transnacionais de diferentes países se especializam de forma funcional, criando seus corações tecnológicos, como exemplo desta nova faceta da economia podemos citar a Olivetti, que na década de 1970 fabricava máquinas de escrever, já na década de 1990 se define como grande produtora em larga escala de computadores. O gráfico e a tabela (ambos do estudo do BNDES)³⁵⁷ expostos a seguir traduzem essa penetração de importações no Brasil e em outros países.

GRAFICO 1
Coeficientes de Comércio da Indústria Manufatureira – 1989-1998 (%)



³⁵⁵ *Ibidem*. p 298.

³⁵⁶ DREIFUSS. *Op cit*, nota 27. p. 47-48.

³⁵⁷ MOREIRA. *Op cit*, nota 354. p 298.

TABELA 1
Coeficiente de Penetração das Importações* na Manufatura: Países Selecionados – 1970-1990

Países	1970	1980	1989-1990
Austrália	15,6	19,2	24,8
Canadá	24,6	30,7	35,1
Dinamarca	41,1	43,7	50,2
Finlândia	27,9	27,8	31,4
França	14,5	21,3	29,9
Alemanha	13,4	19,8	26,8
Itália	15,7	20,0	21,3
Japão	4,0	5,5	6,3
Holanda	42,0	53,0	70,2
Noruega	39,8	38,7	42,9
Suécia	29,5	35,9	41,3
Reino Unido	14,6	22,9	30,0
Estados Unidos	4,4	8,7	13,9
México**	–	40,5	88,1***

Fontes: OECD (1994) e Dussel Peters (1997).

* Importações sobre consumo aparente.

** Importações sobre a produção.

*** 1995.

Observamos, a partir do gráfico 1, um crescimento gradativo das importações junto à produção interna, isso corrobora a idéia de que não ocorreu a desindustrialização no Brasil (pelo contrário, o correlação com o PIB foi positiva) com a abertura da economia, embora, ambas tenham se mantido em níveis estáveis de 1991 até o início de 1992, talvez por dois planos econômicos malsucedidos. Quanto à tabela, percebemos que o Brasil, com o coeficiente de penetração de importações em cerca de 7% em 1990, ainda se encontra fora do padrão internacional (cujo coeficientes de importação e de exportação são altamente elevados)³⁵⁸, do qual se excetua o Japão, explicitando um grau tímido de abertura da economia. Todo esse leque de mudanças em âmbito global denota que o capital passou a migrar para áreas onde houvesse maior facilidade de multiplicação. O processo produtivo passou a ser mais flexível, sem as amarras de um Estado nacional, contudo, isto não significa dizer que os investimentos não pertencem a uma base territorial determinada, pois os grandes conglomerados industriais do planeta são administrados pelos países mais ricos do globo. Significa afirmar, com efeito, que as transformações do capitalismo continuavam sendo orquestradas por centros de difusão de poder político e econômico, assim perpetuando o modelo que obrigava os países da periferia, dentre eles o Brasil, a se submeter aos seus interesses. A contrapartida dada aos países periféricos eram os investimentos, os quais mantinham o status quo da classe dominante, ao passo que fortaleciam e mantinham a ordem capitalista.

³⁵⁸MOREIRA. *Op cit*, nota 354, p 304.

A respeito das exportações, observa-se a partir do gráfico 1, que houve ganhos de produtividade, desta forma, alavancando a importância do mercado externo para os produtores de manufaturados. O reflexo dessa abertura da economia para a indústria está relacionado a um direcionamento de especialização do parque produtivo de acordo com a quantidade disponível de recursos no país, desta maneira ocorre a especialização intra-indústria (onde um país compra de outro produtos do mesmo gênero, de maneira a dinamizar a concorrência, por conseguinte, criando mecanismos de especialização no processo industrial). O estudo também aponta para perda de terreno do segmento de bens de capital, considerado categoria-chave na difusão e geração do progresso técnico³⁵⁹. Depreendemos, a partir do exposto, que a opção de política industrial brasileira perpassa pela sua inserção no mercado internacional em moldes conservadores. Como ensina Oliveira, (...) o subdesenvolvimento não era, exatamente, uma revolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos³⁶⁰.

Assim entendemos o subdesenvolvimento como parte estruturante da sociedade brasileira, sendo ele a opção das frações da classe dominante, ou seja, ocorre uma revolução produtiva, mas sem uma revolução burguesa. Não existe um projeto emancipador da burguesia nacional, não há nenhum esforço para liquidar o patrimonialismo e nem resolução para o agudo problema do financiamento interno da expansão do capital. O endividamento externo sempre foi a “solução”, fato que configura a financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro. Como outrora, a opção de Collor foi a de cadenciar a conservação de um Estado dependente de apoio internacional, no qual a burguesia interna renuncia a um projeto nacional³⁶¹. Em outras palavras, o Projeto, no que tange à economia, não passara de mais um projeto conservador, cujo objetivo principal era a manutenção do *status quo* da classe dominante, ainda que sob essa nova via de desenvolvimento, o neoliberalismo.

Podemos entender melhor essa opção pelo subdesenvolvimento por meio da análise dos níveis de investimentos em ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento mais indicadores de produtividade do Brasil e de países desenvolvidos. O Brasil, no início da década de 1990, investia a cada ano menos de 30 dólares por habitante em P&D- e menos de 10 dólares em C&T, enquanto no Japão o investimento era de 619 dólares, 576 na Alemanha, 507 nos EUA, 390 na França e 296 na Grã Bretanha. As empresas pertencentes aos países da Triáde Japão-Europa-EUA respondiam, à época, por 95% do investimentos em P&D de

³⁵⁹ *Ibidem*. p 328.

³⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista, O Ornitórrinco. São Paulo. Editora Boitempo. 2003. p 127.

³⁶¹ *Ibidem*. p 132.

médio e curto prazo, enquanto toda a América Latina era responsável por apenas 1% de toda produção científica mundial³⁶². A defasagem de produtividade entre os países em desenvolvimento e os altamente desenvolvidos é muito elástica. Isto significa afirmar que caso os países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, queiram aumentar seus índices de produtividade com intuito de alcançar os dos países altamente desenvolvidos, seria necessário impor níveis tarifários muito mais altos que aqueles aplicados pelas nações industrializadas no passado³⁶³. No caso brasileiro, Chang afirma que a defasagem de produtividade do país com as nações industrializadas é de cerca de 5 para 1³⁶⁴, ou seja, para a indústria brasileira chegar ao nível daquelas dos países desenvolvidos, seria necessário um incremento de produção 5 vezes maior do que o realizado. Evidentemente, com poucos investimentos esse patamar de desenvolvimento não seria alcançado, o que reforça a ideia de opção pelo subdesenvolvimento com subordinação aos ditames do mercado internacional. Como síntese dessa conjuntura, Dreifuss afirma:

O que está em jogo é a criação de novas formas de subordinação, determinadas pelo “desconhecimento científico” e pela “incapacidade tecnológica” acumuladas no eixo Sul-Sul, junto com a abertura precipitada e vulnerável de seus mercados nacionais, junto com um ajuste estrutural traumático das socioeconomias, que trazem consigo o fim das pretensões de estabelecer sistemas de equidade social neste formato de modalidade de produção. Esse *new deal* é acertado por mecanismos de poder global que controlam condicionantes materiais e ambientais de criatividade científica e de aplicação tecnológica. Isso afeta a inovação produtiva e a renovação econômica dos países de industrialização tardia e também os com parques científicos tecnológicos precários ou inexistentes, atingindo em cheio as emergentes economias de serviço.³⁶⁵

Outro eixo de atuação governamental na política industrial foi o Programa de Competitividade Industrial (PCI). Na verdade, este programa foi uma resposta às críticas dos agentes produtivos ao cerceamento de sua participação nas decisões que implicavam diretamente no segmento industrial. Naquele momento, o governo se dispôs a dialogar com algumas lideranças políticas e empresariais selecionadas, até então, todas as decisões eram tomadas no seio da equipe econômica do governo, sob o comando da Ministra Zélia Cardoso de Melo. Destarte, o PCI emergiu como resultado das negociações entre agentes burocráticos e membros da comunidade acadêmica, aos quais foram incorporados alguns políticos e

³⁶² DREIFUSS, René Armand. *Op cit*, nota 27, p 216.

³⁶³ CHANG, Ha-Joon. *Op cit*, nota 353, p 118.

³⁶⁴ *Ibidem*. p 120

³⁶⁵ DREIFUSS, René Armand. *Op cit*, nota 27, p. 217-218.

empresários ligados a empresas nacionais e estrangeiras. O objetivo do programa era eliminar distorções e privilégios associados ao regime de comércio exterior e à política de incentivos, concomitantemente ele deveria estimular a capacitação tecnológica e apoiar o incremento da qualidade e da produtividade das empresas industriais, num claro movimento de ajuste de alocação de recursos. Diante da grande monta do tema e sob o signo do fracasso da política econômica do Plano Collor I, o governo foi obrigado a negociar com o empresariado, porém sob bases ainda restritivas.

O PCI foi bem recebido pela indústria fluminense. O presidente da FIRJAN, Arthur Donato elogiou o programa afirmando que ele traria mais investimentos, modernizaria, e criaria mais empregos no setor industrial. E complementou:

“Em primeiro lugar essas medidas surgiram como um desafogo, gerando expectativas otimistas no meio industrial. Foi um ato que serviu pra abrir perspectivas para o setor, pois possibilitará que se modernize a economia. Posso dizer, falando em nome dos industriais do Rio de Janeiro, que as medidas tiveram uma enorme repercussão.”³⁶⁶

O programa do governo foi ao encontro dos interesses dos industriais do Rio de Janeiro, os quais, por meio da FIRJAN, já haviam estabelecido o ano de 1991 como ano da competitividade da indústria fluminense. O programa de competitividade da FIRJAN foi elaborado pelo Centro Técnico de Estudos Sócio Econômicos (Centec), órgão da instituição, e tinha duas linhas de atuação, uma voltada para a economia interna das empresas e outra para a externa. Dentre as ações planejadas estavam a construção de um Centro de Treinamento Empresarial (CTE), na cidade de Petrópolis, voltado para o treinamento de empresários e dirigentes empresariais com o apoio do Senai-RJ; a implantação da Câmara de Investimentos do Rio de Janeiro, com participação do BNDES, BANERJ, Banco do Brasil, AD-RIO, Finep, e Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiutec); e a criação de uma rede internacional de negócios integrando a FIRJAN-CIRJ, através de um terminal de computador, a 350 centros de negócios, localizados em 14 países³⁶⁷. Essas ações reforçam o argumento que o empresariado industrial do Rio de Janeiro apoiava, em boa parte, as ações do governo em função dos investimentos estatais a serem aplicados no estado. A desregulamentação financeira gradativa debatida na V Pleninco também toca o objetivo da FIRJAN de realizar negócios com outros países. Não menos importante, o treinamento de

³⁶⁶ Monitor Mercantil. 01/03/1991. p. 3.

³⁶⁷ Jornal do Comércio. 21/02/1991. p. 14.

pessoal ligado a cargos de liderança nas empresas denota uma atitude de adaptação à mudança de paradigma de competição industrial, que seria permeado por novas técnicas de gestão inter-relacionadas com o processo de globalização.

Outro instrumento que ampliou a base de negociação entre governo, trabalhadores e empresários foram as Câmaras Setoriais. Elas surgiram no final da década de 1980, como tentativa de estabelecer diagnósticos de competitividade setorial, identificar as causas das distorções existentes e indicar as estratégias para seu equacionamento, tinham o papel de discussão da política industrial em nível setorial³⁶⁸. No governo Collor, as câmaras serviram de instrumento na política de preços durante o fim do congelamento imposto pelo Plano Collor II. Entretanto, no segundo semestre de 1991, o governo redefiniu seu papel por meio da criação das cartas-compromisso com cada setor, englobando o desenvolvimento de programas do governo, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e o Programa de Competitividade Industrial (PCI), todos no âmbito dos setores³⁶⁹.

Com o advento da portaria MEFP nº 762, de 9 de agosto de 1991, a qual delegou a Secretaria Nacional de Economia (SNE), a definição da competência e abrangência das Câmaras Setoriais e a designação dos membros componentes das mesmas, houve um avanço no papel das Câmaras que a partir daquele momento começaram a substituir as cartas-compromisso por acordos setoriais, os quais tinham abrangência não só sobre a negociação, mas também sobre questões estruturais de médio e longo prazo³⁷⁰.

Dentre essas questões estruturais, estavam, além de metas de qualidade e produtividade, questões ligadas ao comércio exterior, ao sistema tributário, à desregulamentação e às relações capital-trabalho. Para alcançar este foco de intenções, as Câmaras teriam conexão com a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC), posteriormente substituída pelo Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (Consec), que elaboraria as diretrizes dos parâmetros de negociação, ao passo que caberia ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) fornecer subsídios às questões relacionadas à qualidade e competitividade.

Podemos entender as Câmaras Setoriais, a partir de 1991, com parte de um processo de flexibilização no caráter das decisões da política industrial, um a vez que expressou a coordenação de esforços de diversos técnicos e dirigentes de agências governamentais, além

³⁶⁸ ANDERSON, Patrícia. Câmaras Setoriais: Histórico e Acordos Firmados – 1991/95. Brasília. Ipea. Texto para Discussão, nº667. p 1

³⁶⁹ ANDERSON, Patrícia. *Op cit*, nota 368, p 1.

³⁷⁰ *Ibidem*. p. 4.

de refletir a combinação de ações entre Executivo e Legislativo, ambos empenhados em trazer uma resolução para administração da saída do congelamento, este imposto pelos Planos Collor I e II, além da negociação sobre preços e salários da cadeia produtiva³⁷¹.

Esse ponto de inflexão do governo em relação aos empresários fica mais evidente nas palavras da Secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck³⁷² durante o simpósio “Empresários e Governo: realidade e perspectiva de um relacionamento”, organizado pela FIRJAN em maio de 1991:

“O processo de descongelamento de preços será conduzido pelas Câmaras Setoriais. E, ultrapassada esta fase, sem prazo fixado, os preços passarão a ser classificados nas categorias tabelados, monitorados e livres, submetidos a um compromisso de autorregulação assumido por cada setor.”³⁷³

Dentre os acordos firmados, o primeiro foi da câmara do setor de brinquedos, realizado em fevereiro de 1992. O acordo consistia no aumento da produtividade interna (meta- cerca de 45% até 1995) com redução do preço do produto final; elevar as exportações do setor de 23 milhões de dólares em 1990 para 86 milhões de dólares em 1995; aumentar o número de empregos de 29 mil em 1991 para 33 mil em 1992; além de repassar para os consumidores os ganhos decorrentes da redução da carga tributária e do aperfeiçoamento do processo de produção. A contrapartida do governo fora a seguinte: redução da alíquota do IPI (imposto sobre a produção industrial) de 20% para 10%; revisão do cronograma de antecipação da redução das alíquotas do imposto de importação (ficando as alíquotas em 55% em outubro de 1992, 40% em julho de 1993 e 20% em março de 1994; e estipulara as mesmas normas de segurança para brinquedos estrangeiro e importados.

³⁷¹ *Ibidem.* p. 7-8.

³⁷² Mestre em Economia da FGV - Rio de Janeiro (1972) e doutora em Economia pelo Boston College (1975). Sua formação acadêmica demonstra que sua via de pensamento era monetarista, corrente econômica predominante nos países centrais à época, fato este que demonstra a proximidade de Collor com interesses internacionais. Foi Secretária de Emprego e Salários do Ministério do Trabalho e Secretária Executiva do Conselho Interministerial de Salários Estatais-CISE (1985-88); Secretária de Planejamento Econômico e Social da SEPLAN (1988-89); e Ministra do Trabalho (1989-90). É notório que ela teve um papel importante na gestão de Sarney. Havia rumores na época de que estava ocorrendo uma “sarneyzação” da equipe econômica, após a saída de Zélia.

³⁷³ Revista Firjan-Cirj informa. Nº 20, semana de 06 a 13/06/1991.

Dados sobre o Setor de Brinquedos — 1990/95

Item /Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Participação da Produção Nacional na Oferta (%)	88,6	90,4	81,9	79,5	65,5	39,2
Queda de Preços Médios da Indústria Nacional (%)	-	5	6	15	15	40
Número de Funcionários do Setor Nacional	32.250	27.410	22.370	22.500	24.200	15.000
Alíquota de Importação (%)	85	65	40	30	20	20

Fonte: Abring.

Podemos observar, a partir da tabela exposta acima, que a durante o governo Collor a participação da indústria nacional na produção de brinquedos girava entre 88,6% e 81,9%, os preços caíram, porém não houve a criação de empregos proposta no acordo.

Outro acordo firmado foi o da câmara setorial de produtos têxteis e de confecções. Nele o governo se comprometera a reduzir a alíquota de IPI incidente sobre produtos têxteis como tecidos de lã, veludo, seda e linho, que foi realizado em decreto nº497, 22 de abril de 1992, também fora reduzida a alíquota de importação para teares a jato de ar, o qual, segundo o setor, serviria para a sua modernização. Em contrapartida, o setor privado comprometeu-se em implementar o Subprograma Setorial de Qualidade e Produtividade e programas buscando implementar as exportações brasileiras de produtos têxteis.

A câmara setorial do complexo automotivo fechou seu primeiro acordo(ela teve um total de três) ainda no governo Collor. Como ponto de apoio para a negociação foram apresentados diagnósticos temáticos no Seminário sobre Reestruturação e Modernização do Setor Automotivo Brasileiro, os quais se dividiam em três: 1- forte redução de produção e vendas durante a década de 1980; 2- a relação cronicamente negativa entre trabalhadores, governo e empresários, fato este que fazia o setor ter um fraco desempenho; 3- dada a rápida modernização das indústrias automobilísticas japonesa e coreana, caso providências não fossem tomadas, a indústria automobilística brasileira estaria fadada ao sucateamento.

Diante desse contexto, o acordo foi feito dentre os seguintes pontos: redução dos preços veículos em 22%, a qual seria alcançada mediante as reduções de IPI E ICMS mais a redução das margens de lucro do setor produtivo; manutenção do nível de emprego até 31 de julho de 1993; reabertura de consórcios com novas regras; implementação de programas de financiamento; elaboração de um programa de incentivo às exportações.

Em síntese, observamos uma movimentação do governo Collor no sentido de dar maior participação a trabalhadores e empresários nas questões relativas à política industrial,

contudo, tal movimento de abertura só se inicia no ano de 1991 e é interrompido com o processo de impeachment.

O padrão de financiamento da economia é uma questão vista como prioridade no Projeto de Reconstrução Nacional. No referido documento, o governo argumentava que a redução de fundos e o crescente desequilíbrio das contas públicas tornou o sistema financeiro um veículo de transferência da poupança do setor privado para o público, visando suprir as necessidades deste de recursos. Essa conjuntura teve como reflexo a queda substancial da taxa de investimento da economia e a obsolescência do parque industrial brasileiro³⁷⁴. Como solução foram propostas reformas, algumas já realizadas por meio dos Planos Collor I e II, que seriam capazes de viabilizar a mudança de padrão de financiamento da economia brasileira.

No que tange ao financiamento de curto e médio prazo não houve alterações significativas. Os bancos de carteira comercial continuariam a atender as demandas desse nicho de mercado. As mudanças mais significativas estavam no financiamento de longo prazo. Segundo a proposta do governo, essa perspectiva de financiamento se dividia em quatro segmentos, a saber: mercado de capitais; fundo de aplicações financeiras; financiamento imobiliário e financiamento público. O segmento de mercado de capitais era visto como fundamental para captação de recursos de longo prazo, consoante o Projeto Brasil, iria capitalizar as empresas e democratizar a propriedade³⁷⁵. Em virtude de sua importância, foi elaborado um Plano Diretor que tinha os objetivos de desregular, fomentar e criar um ambiente mais favorável a esse segmento de financiamento. Destacamos a seguir algumas linhas mestras desse Plano Diretor: apoio à participação dos empregados nos lucros das empresas; revisão de questões tributárias, como tratamento conferido aos dividendos; mais agilidade e maior eficácia da justiça sobre questões dos mercados financeiro e de capitais, no sentido de proteger investidores e reprimir as irregularidades; flexibilização das regras para captação de poupança externa, visando a abertura gradual do mercado ao exterior, com livre fluxo de capitais e investimentos³⁷⁶. Esse tipo investimento coadunava com os projetos propostos pela V Plenário. Os empresários do Rio de Janeiro pretendiam a partir da desregulamentação financeira gradual, transformar o estado num centro financeiro internacional.

³⁷⁴ Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. Brasília. Senado Federal. 2008. p 66

³⁷⁵ Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. p.67

³⁷⁶ *Ibidem*. p. 67.

O segundo segmento de financiamento, o FAF (Fundo de Aplicações Financeiras), substituiu os fundos de curto prazo e o overnight. O cerne de sua atuação era a captação de cotas por meio de instituições financeiras. Os recursos adquiridos seriam utilizados para projetos agrícolas, os de elevado interesse social e para o PCI (Programa de Competitividade Industrial). O terceiro segmento, financiamento imobiliário, trazia no seu bojo modificações estruturais. Para o governo, o Sistema Financeiro de Habitação tinha uma captação de recursos inadequadas, que se limitavam ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e à caderneta de poupança visto o ambiente macroeconômico instável. Como resolução, foi proposta a atuação do Estado apenas para os segmentos de baixa renda, sendo os demais atendidos pelo setor privado. O quarto e último segmento de financiamento é o do setor público. Dentre os financiadores estão o sistema BNDES e o Banco do Brasil. Segundo o governo, o critério para cessão de capital pelo BNDES deveria estar em consonância com o objetivo de assegurar a competitividade da estrutura produtiva e os investimentos em infraestrutura³⁷⁷. Sobre este último, já havia, à época, um Projeto de Lei que visava a regulamentação da concessão de serviços públicos, fato que evidencia o ensaio da participação do setor privado em questões que antes eram estritamente de Estado, como por exemplo, a manutenção e conservação de rodovias. Nessa conjuntura, os papéis do Banco do Brasil eram o de ofertar crédito agrícola e de capital de giro mais a realização da execução financeira de programas governamentais.

O capital estrangeiro é outro ponto sobre o qual se debruça o Projeto Brasil. O tema se desmembra em tratamento da dívida externa e investimento direto estrangeiro. Sobre o primeiro, o governo procurou justificar a necessidade de refinanciamento da dívida externa como maneira de favorecer a atração de capital estrangeiro, assim reestabelecendo relações com a comunidade internacional e, concomitantemente, suprimindo necessidades complementares de capital e tecnologia, ambos fundamentais para o desenvolvimento³⁷⁸. Após a assunção de Marcílio Marques Moreira como novo ministro da Economia, Fazenda e Planejamento esse processo de negociação da dívida externa tomou contornos decisivos. Sua política econômica, chamada de “feijão-com-arroz”, tinha como objetivo fechar um acordo com o FMI e uma proposta fiscal emergencial para o ano de 1992. Além disso, gozava de grande credibilidade junto ao empresariado, corrobora está afirmação as seguintes palavras de Mário Amato, então presidente da Fiesp: “(...) a equipe econômica é ótima e deve prosseguir

³⁷⁷Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. p 73.

³⁷⁸*Ibidem.* p. 68-69.

com suas reformas(...) a única preocupação é separar a crise política da condução econômica.”³⁷⁹

O objetivo de fechar o acordo com o FMI fora cumprido pelo então ministro, contudo, se faziam necessárias reformas ligadas ao ajuste fiscal como contrapartida de injeção de capital estrangeiro no país. A meta acordada com o Fundo fora a de reduzir o déficit nominal de 36% do PIB em 1991 para 18% em 1992 e cerca de 5% em 1993.³⁸⁰ O processo negocial com o FMI ocorreu de modo a corresponder as expectativas desta agência multilateral. A visita ao Brasil, realizada por uma Missão desta instituição, durante o ano de 1991, ajudou na construção de uma imagem brasileira positiva. Na ata de sua diretoria, relatavam que o Brasil tomara medidas de liberalização do sistema de comércio e cambial e também mencionavam a diminuição gradual das tarifas, assinalavam também que o plano econômico do governo brasileiro era capaz de assegurar o apoio da comunidade internacional. Em entrevista ao jornal *Estadão*, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, disse o seguinte com relação à visita do Fundo:

“É verdade que a missão do Fundo que visitou recentemente o Brasil conclui um entendimento com autoridades brasileiras sobre os elementos principais, não só os técnicos, para uma estratégia de estabilização econômica e recuperação em 1992 e 1993.”³⁸¹

Como forma de assegurar o apoio do FMI, o governo brasileiro confeccionou uma carta de intenções. Seu conteúdo expunha um programa de estabilização ortodoxo, no qual o caminho a ser seguido seria a austeridade fiscal, aperto monetário e, sobretudo, consistência macroeconômica. O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, a recebeu no dia 2 de dezembro de 1991, em Brasília. Reforçando o compromisso, o presidente Collor, em encontro com Michel Camdessus, disse: “O ajuste fiscal, para mim, Sr. Camdessus, não é uma determinação, é uma obsessão”.³⁸² Esse programa de estabilização, mais tarde ficaria conhecido como Emenda ou Plano Collor III³⁸³.

³⁷⁹ FILHO, Calino Pacheco. “Emprego e Salário: a queda do governo Collor e as novas perspectivas”. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.21, n.1, 1993, p 48.

³⁸⁰ DALMAZO, Renato Antônio. “A Política Fiscal: do “Superávit” de Caixa aos Tropeços e ao Retorno da Crise Fiscal”. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.21, n.1, 1993, p.44.

³⁸¹ MELLO e SILVA, Alexandra de, ROCHA, Dora. *Diplomacia, Política e Finanças de JK a Collor. 40 anos de história por um de seus protagonistas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p 297.

³⁸² *Ibidem*. p. 298-299.

³⁸³ *Ibidem*. p. 339.

O acordo com o FMI foi aprovado em 29 de janeiro de 1992 e o de reestruturação dos débitos com o Clube de Paris concretizado em 26 de fevereiro de 1992, ambos eram fundamentais para dar início às negociações com os credores privados. O paradigma de negociação fora delineado pelo Plano Brady. Este Plano, segundo Ceres Aires, previa a renovação da dívida e sua reestruturação mediante troca por bônus de emissão do país devedor. Seus termos envolvem o abatimento da dívida, seja pela redução de valor principal, seja pela redução dos juros da mesma. As garantias de pagamento, visando à adesão dos credores, eram dadas pelo caução dado pela compra de títulos da dívida do tesouro americano, no caso do valor global da dívida; e no caso da garantia de pagamento dos juros, o país devedor deveria pegar um empréstimo com uma das agências multilaterais (FMI; Banco Mundial ou Banco Interamericano de Desenvolvimento) e depositar o dinheiro numa conta especial. Todas essas ações deveriam estar agregadas ao receituário do *Consenso de Washington*.

O processo de negociação com credores da iniciativa privada evidenciou a mudança do perfil do sistema financeiro internacional. Nas décadas de 1970 e 1980, os bancos eram os atores principais nas relações financeiras internacionais, este fenômeno era chamado de bancarização, já na década de 1990, ocorre uma situação nova, chamada de securitização³⁸⁴, que, via de regra, significa a venda de créditos dos bancos para terceiros.

O processo de securitização mudou o perfil dos atores das relações financeiras internacionais, são eles os fundos de investimento, companhias de seguros, corporações e instituições não-financeiras³⁸⁵. Esse fato dificultou a negociação da dívida, visto a mudança de ótica do detentor do crédito comprado no banco, neste caso, podemos entender que o interesse é o resgate do valor gasto ou repasse do crédito para outrem. Isto diverge do pensamento de um banco cujo maior interesse é receber, entretanto, há uma margem maior de negociação, pois este tipo de instituição visa a manutenção da sua carteira de clientes.

Outro complicador no processo de negociação da dívida, além da multiplicação do número de credores, foi a diversificação de instrumentos de ativos financeiros controlados pelos bancos tais como: bônus, notas, notas estruturadas e derivativos. O processo de negociação da dívida com credores privados perdurou até o governo de Itamar Franco³⁸⁶. Podemos destacar, sobre a questão, que não houve mudanças na trajetória de negociação, ocorreu um continuísmo neste sentido. No âmbito da política externa, aos olhos dos credores

³⁸⁴ MELLO e SILVA, *Op Cit*. Nota 381. p 307.

³⁸⁵ *Ibidem*. p 309

³⁸⁶ CERQUEIRA. *Op cit*, nota 137, p 97.

internacionais e das agências multilaterais, o governo Collor caminhava segundo os preceitos do *Consenso de Washington*. Como prova empírica temos a conclusão de acordo preliminar, o *term sheet*, com credores privados em Toronto, em 21 de setembro de 1992, ou seja, apenas oito dias antes do afastamento de Collor da Presidência da República³⁸⁷.

Sobre o investimento direto estrangeiro, o Projeto vislumbrava sua atração por meio de medidas de estabilização econômica e pela mudança na legislação constitucional. O governo o entendia como principal instrumento de captação de capital que seria capaz de equacionar as contas do governo por meio da compra de empresas estatais e, concomitantemente, atenderia as demandas das empresas transnacionais residentes no país, as quais poderiam fazer transações financeiras entre as filiais no Brasil com as do exterior. Apesar de achar adequado o tratamento dado ao capital estrangeiro pela lei 4131 de 1962, pretendia-se ampliá-lo, mudando os artigos 170 e 171 da constituição federal³⁸⁸. A intenção era estender o conceito de indústria nacional às empresas estrangeiras que dinamizassem o processo produtivo, induzindo, desta maneira, o crescimento e o desenvolvimento tecnológico.

A proposta de mudanças de relação entre capital e trabalho também fez parte do Projeto. Sob o argumento de que os dissídios coletivos forçavam a uma cadeia transmissora de aumentos salariais, sem compromisso com a estabilidade econômica³⁸⁹, o governo concluía que o arcabouço institucional era arcaico e precisava de mudanças, visto as transformações econômicas ocorridas desde a implantação da CLT, na década de 1940.

A solução, segundo proposta do governo, seria a criação de um novo estatuto para as relações de trabalho. A nova legislação teria como ênfase a adoção de um contrato coletivo de trabalho³⁹⁰, em detrimento do contrato individual de trabalho, visto como paternalista³⁹¹. Entendia-se que a nova regulamentação poderia dinamizar acordos entre entidades ligadas aos trabalhadores e sindicatos patronais, especialmente em um ambiente econômico de recessão. A ideia central era de estimular a negociação direta entre capital e trabalho, retirando do Estado o papel de tutela nessa relação.

O Projeto de Reconstrução foi debatido no âmbito interno da FIRJAN. Em abril de 1991, em reuniões realizadas pelo Conselho de Assuntos Econômicos, o Centec apresentou

³⁸⁷ MELLO e SILVA; ROCHA. *Op cit*, nota 381, p 315.

³⁸⁸ Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. Brasília. Senado Federal. 2008. p. 74.

³⁸⁹ Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. Nota 388. p. 80.

³⁹⁰ É o instrumento normativo que resulta de uma negociação de âmbito mais amplo que o de uma categoria, podendo ser pactuado em um ou mais setores econômicos e profissionais, bem como em dimensão nacional. Fonte: actrav.itcilo.org/courses/.../05_A_CUT_pergunta_a_OIT_responde.doc

³⁹¹ *Ibidem*. p. 81.

um parecer técnico sobre seu impacto no campo macroeconômico. Chegou-se ao consenso de que as propostas do governo deveriam ser debatidas de forma mais profunda, levando em consideração o desempenho microeconômico no conjunto macroeconômico. Outro ponto que chama a atenção é o registro, em ata, da assunção, por parte do governo, da crise de ideias e da possibilidade de solução dos problemas nacionais, fato que gerou a manifestação de que o empresário tinha o direito de defender seu mercado, o qual estava sendo destruído junto com a renda do trabalhador, com a finalidade de desenvolver o país³⁹². Os desdobramentos dessa afirmativa aparecem na reunião realizada em junho de 1991 pelo mesmo Conselho. Dentre eles estava a realização de lobby para aprovação do Projeto de Lei que versava sobre a taxa de juros - o seu controle poderia diminuir a corrosão da renda e dos lucros das empresas. A discussão sobre a resolução dos problemas emergenciais do Rio de Janeiro também foi tema da pauta, dentre os quais estavam: incentivos fiscais do estado do Rio de Janeiro; incentivo à pequena empresa; regulamentação de um fundo de desenvolvimento econômico; e promoção e interação de pequenas e médias empresas com empresas de grande porte. A essas ações, deveria ser somada uma postura mais agressiva na defesa dos legítimos interesses do empresariado fluminense, com a revigoração do escritório da FIRJAN em Brasília³⁹³. Em resumo, não havia um consenso de que o Projeto seria a solução no campo macroeconômico.

No que tange à relação capital-trabalho, a FIRJAN tinha interesse na mudança da legislação em vigor. Os temas mais recorrentes nas reuniões do Conselho de Assuntos Sociais e Trabalhistas eram a participação dos empregados nos lucros das empresas e a negociação coletiva. Para materializar as mudanças pretendidas pela classe, o empresariado fluminense vislumbrava participar da comissão a ser formada pelo governo para reformar a CLT³⁹⁴. O interesse pela negociação coletiva não se esgotava em ações no âmbito político. Internamente a FIRJAN promovia discussões por meio de seminários, e articulava com entes políticos a possibilidade de aprofundar seu conhecimento sobre o tema.

Foi oferecido a FIRJAN, por meio do Consulado Norte-Americano do Rio de Janeiro, um programa a ser patrocinado pelos EUA que traria conferencistas daquele país ao Brasil. Nesse sentido, foi proposto pela entidade industrial a vinda do presidente da maior organização de trabalhadores dos EUA com intuito de apresentar a sua visão sobre a atividade sindical naquele país³⁹⁵. Nesse país, o contrato coletivo de trabalho é celebrado em nível de empresa, tendo a duração de 3 anos, podendo ser prorrogado em até 60 dias. O Estado

³⁹²ATA Nº 04/91. Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos. Firjan. 1991. p. 2.

³⁹³ATA Nº 05/91. Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos. Firjan. 1991. p. 2-3.

³⁹⁴ATA Nº 01/91. Conselho Assuntos Sociais e Trabalhistas. Firjan. 1991. p. 2.

³⁹⁵ATA Nº 05/91. Conselho Assuntos Sociais e Trabalhistas. Firjan. 1991. p. 3.

regulamenta-o indiretamente e as partes envolvidas exercem a fiscalização de sua aplicação. Esse era o modelo preferido pela Força Sindical³⁹⁶.

A organização de seminários era outra forma de entender a atividade sindical. Por meio de discussões, comparou-se a atividade sindical brasileira com a de outros países³⁹⁷. A citação, durante reunião do Conselho de Assuntos Sociais e Trabalhistas, da palestra proferida por Peter Lange, cujo tema fora : “Sindicatos, mudanças e crises: as estratégias sindicais na França e Itália (1945-1980)” nos chamou atenção, embora não tenha sido redigida na íntegra. É importante sinalizar que, na Itália, a negociação é realizada em nível nacional por suas três grandes confederações de empregados com uma empresa ou sindicato patronal. Concretizado o pacto social, o Estado organiza e estimula sua implementação. Os conflitos individuais são resolvidos pelas comissões de fábrica e, só excepcionalmente, são levados ao poder judiciário³⁹⁸. Assim nota-se que a FIRJAN analisava as possibilidades de mudanças na estrutura sindical por meio de uma perspectiva comparativa, sendo emblemática a costura de relações com o Consulado Norte-Americano. Em nosso entendimento, essa aproximação entre a entidade industrial e os EUA denota a preferência pelo padrão sindical americano, no qual a participação do Estado no acordo coletivo de trabalho é bem diminuta.

4.2 Reformas e Salários, dois pesos de uma mesma medida

Após a implantação dos Planos Collor I e II, o cenário macroeconômico continuava desfavorável, apesar da queda do nível de inflação que passara de 1140,267% acumulada ao ano, no mês de janeiro, para 374,479%³⁹⁹, no mês da saída de Zélia do governo, maio de 1991. Dois motivos permeavam a instabilidade econômica, a primeira era opinião de especialistas de diferentes matrizes teóricas que descrevia o plano econômico como paliativo, justificando que o congelamento seguraria a inflação enquanto perdurasse, após, o nível de inflação ascenderia novamente. Em dezembro de 1991 essa afirmativa foi comprovada, a inflação acumulada ao ano chegou ao patamar de 472,700%⁴⁰⁰. O segundo motivo residia na

³⁹⁶ FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. Contrato Coletivo de Trabalho: Utopia ou Realidade?. Palestra proferida na Comissão de Relações Trabalhistas do 58º encontro da empresas de construção de Belém. Belém. 1993. p. 54.

³⁹⁷ ATA Nº 05/91. Conselho Assuntos Sociais e Trabalhistas. Firjan. 1991. p. 2.

³⁹⁸ FRANCO FILHO. Op. Cit., nota 379, p. 53.

³⁹⁹ Fonte: <http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1991.aspx>. Acessado em 29/07/2014.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

falta alinhamento da política econômica com os demais segmentos da sociedade, como o Congresso Nacional e os agentes econômicos. Dessa maneira, mesmo após apresentação do Projeto, como maneira de surtir efeitos de apoio da sociedade, o governo Collor sofreria uma maior pressão por parte da FIRJAN, ainda que houvesse um pacto velado entre eles, o qual tinha a finalidade de despejar um grande aporte de investimentos no estado do Rio de Janeiro.

No segundo semestre de 1991, a FIRJAN procurou intensificar seu projeto de profissionalizar o empresariado para o fortalecimento da classe em meio ao cenário político e econômico instáveis por meio da criação do Centro de Treinamento Empresarial, que seria responsável pela formação política de novas lideranças empresariais. A temática que envolvia a crítica aos problemas econômicos do país passou a ser mais recorrente nas atas de reunião do Conselho de Assuntos Econômicos. Em reunião realizada em agosto de 1991, Donato sinalizou que existia um desentendimento entre governo e Congresso Nacional, o que agravava a situação econômica do país, contudo ainda vislumbrava a possibilidade de um pacto social. Os empresários também debateram, na mesma ocasião, sobre os impasses na economia, que não eram resolvidos e vistos com perplexidade pela classe empresarial, inclusive em nível de suas associações de classe. Afirmou-se que este fato impedia o desenvolvimento natural das empresas. A conclusão do Conselho era de que se esse problema só seria revertido com a conscientização empresarial a ser liderada, a nível nacional, pela CNI. Sobre esse aspecto, a FIRJAN estava afinada com a CNI, pois o Conselho Temático de Economia dessa entidade passou a ser presidido por Arthur João Donato, presidente da Firjan, o que formou um bloco de ações mais organizado, evitando comportamentos e atitudes dispersos em matérias de interesse do empresariado nacional⁴⁰¹.

Em outubro de 1991, o Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos debateu sobre o seguinte tema, “Um novo modelo de crescimento para o país: A classe empresarial em busca de um consenso”. Deliberou-se que a FIRJAN deveria manifestar-se de forma veementemente sobre a crise econômica pela qual passara o país por meio da CNI, a intenção era dar ressonância nacional à adoção das soluções necessárias que fizessem o país retornar ao equilíbrio econômico, só assim as empresas poderiam ter como meta principal o seu próprio desenvolvimento, segundo o Conselho. Os conselheiros também chegaram a um consenso sobre uma gama de assuntos que tocavam a economia brasileira, dentre eles estavam a adoção do aumento do padrão do poder aquisitivo dos brasileiros, o qual deveria ser proporcional ao progresso do país; a liberalização da economia, com a interferência do Estado somente em

⁴⁰¹ATA Nº 07/91. Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos. Firjan.1991.p 2-4.

casos excepcionais; a aceleração das privatizações; e planejamento familiar, visto o alto crescimento populacional, principalmente nas grandes cidades, o que dificultava proporcionar alguma espécie de bem-estar para essa população⁴⁰².

Seguindo uma linha mais ofensiva em relação ao governo federal, a FIRJAN divulgou editoriais e entrevistas que versavam sobre temas inerentes à conjuntura econômica em formato de temas mais pontuais, como o do da reforma tributária. Um dos primeiros dessa linha de raciocínio foi o texto intitulado de “Os salários brasileiros são injustos”, escrito por Albano Franco, presidente da CNI, entidade empresarial cada vez mais próxima da fluminense⁴⁰³. Nele, Franco comparava os encargos sociais brasileiros, na casa dos 85%, com os de outros países, como Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, EUA e Japão que estavam em torno de 50, 46, 37, 30, 27 e 22% respectivamente. Argumentava que a tributação brasileira encarecia excessivamente os custos de produção, isso refletia de forma incisiva em qualquer intenção de aumento de salários. Nesse sentido, Albano Franco sugeria uma negociação entre empregados, empregadores e governo, de modo a melhorar para as três partes⁴⁰⁴, segundo suas próprias palavras.

O ataque à alta carga tributária também fez parte do texto “A razão da crise”, inicialmente publicado no sumário econômico da Confederação Nacional do Comércio e, após na Revista Firjan-Cirj Informa. Em formato de editorial, citava um estudo do professor Stephan Kanitz⁴⁰⁵ da Universidade de São Paulo. O levantamento realizado demonstrava que do caixa da 500 maiores empresas do país, à época, saíam 44,2% em taxas, contribuições e impostos para o governo, enquanto 21,5 % iam para os salários dos trabalhadores. Nos EUA, a tributação era de 7,6% e 42,1% do faturamento eram gastos em salários. Dessa maneira procurou-se demonstrar de forma numérica o verdadeiro responsável pelo drama brasileiro, o Estado. Para Kanitz, a cobrança de tributos não era revertida na capacidade de investimentos em serviços públicos, o que provavelmente deu fôlego ao seu argumento. Temia-se também o aumento da carga tributária que poderia ser a resultante das negociações com o Congresso nacional sobre o emendão. O estudo lançava bases para um paradigma econômico que consistia no direcionamento de recursos para o setor privado produtivo em vez do setor público, redução do papel do Estado a partir das privatizações e da desregulamentação, e

⁴⁰²ATA Nº 10/91. Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos. Firjan.1991.p 1-2.

⁴⁰³A CNI nunca chegou a representar a indústria de todo país, sua base de representação estava no nordeste do país. A FIRJAN vislumbrava potencializar seus interesses conjugando-os com os da CNI, essa era a maneira de delinear uma política industrial a ser pleiteada junto ao governo federal.

⁴⁰⁴Revista Firjan-Cirj informa. Setembro. 1991. Nº 33. p. 2.

⁴⁰⁵Mestre em Administração de Empresas pela Harvard University, foi professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Fonte: <http://www.administradores.com.br/u/stephenkanitz/>.

resgate social com os recursos que o governo já dispunha. Todo esse arcabouço teórico fazia parte da corrente teórica monetarista ventilada por organismos de financiamento, como o Fundo Monetário Internacional. A argumentação do professor fazia sentido se alinhada com os interesses da classe dominante, pois investimentos no setor produtivo realmente seriam capazes de aumentar a produção e criar empregos⁴⁰⁶. Contudo é cabível lembrar que a obtenção de capital via empréstimo do FMI, BID, Banco Mundial ou até mesmo credores pertencentes ao Clube de Paris exigiam reformas estruturais na economia. Em geral essas reformas forçavam a redução da participação do Estado e aumentavam sua dívida pública, visto a taxa de juros cobrada pelos credores. Isto nos leva a crer que o pano de fundo é manter as empresas brasileiras dentro de uma ordem capitalista em plena transformação do padrão de acumulação de capital, mas por meio da exploração da parcela que vende sua força de trabalho. O governo aumentaria suas dívidas, tornando mais elástico o prazo de pagamento, entretanto enrijeceria seu poder de gastos com custos sociais. A maior parte da arrecadação iria para o pagamento da dívida externa, enquanto os trabalhadores poderiam ter aumento de renda, mas em condições ainda precárias de manutenção de emprego sem um ambiente econômico estável e sustentável a longo prazo por causa de impasses entre segmentos do âmbito político e agentes econômicos. Esse baixo nível de negociação do governo praticamente impossibilitava qualquer tipo de intervenção econômica que gerasse um ambiente confortável para investimentos dos empresários.

Em entrevista à Revista Firjan-Cirj Informa, Ricardo Lins de Barros, vice-presidente da FIRJAN comentou sobre a conjuntura econômica no país. Criticou mais do que elogiou as ações do governo no campo econômico. Essa mudança de postura em relação ao governo provavelmente tinha relação com sua exoneração da vice-presidência da Petroquisa, em março de 1991. Esse cargo na empresa estatal era tido como de fundamental importância para a instalação do Polo Petroquímico no estado do Rio de Janeiro, visto como solução para a recessão na região. Com a saída de Lins de Barros do cargo, a política amistosa entre a entidade empresarial fluminense e o governo começa a tomar outro rumo, como demonstra o conteúdo da entrevista. Nele, o vice-presidente da FIRJAN expunha que imperava no país uma crise de confiança na política econômica do governo e era necessária uma cirurgia profunda na estrutura do país, porque os paliativos, ou choques econômicos não resolviam os problemas econômicos. Criticou o tamanho do Estado visto a impossibilidade de uso da poupança externa, a alternativa mais imediata para investimentos era a poupança interna. No

⁴⁰⁶Revista Firjan-Cirj informa. Outubro. 1991. Nº 37. p. 10.

que tangenciava às demissões no estado do Rio de Janeiro, Lins de Barros justificou seu baixo número por duas vias explicativas, a primeira correspondia ao alto custo para demitir devido aos encargos impostos pela Constituição de 1988, já a segunda consistia na consciência do empresariado fluminense em manter sua mão de obra qualificada para manter seu índice de produtividade de maneira competitiva, segundo ele, a parceria entre capital e trabalho era fundamental para manter a indústria alinhada com as transformações em curso. Ao final da entrevista, criticou a articulação entre bancos e governo, como, por exemplo, o retorno da aplicação Over de 30 dias e a alta taxa de juros. Segundo o vice-presidente da FIRJAN, as mudanças no sistema financeiro só beneficiavam os bancos, que iriam auferir grandes lucros no mercado financeiro e, concomitantemente rolar a dívida do governo, enquanto os trabalhadores e empresários iriam pagar a fatura⁴⁰⁷.

A partir da crítica sobre o tamanho do Estado, o discurso relativo às reformas, em especial a tributária, foi ganhando força. Na oratória registrada no seu veículo de comunicação, Revista Firjan-Cirj Informa, percebesse um tom mais crítico em relação ao governo, contudo, há momentos de recuo quando o cenário parece ser mais favorável à indústria. Referindo-se ao emendão, Arthur João Donato expôs: “Com o pacote, o governo tratou de criar reformas definitivas... Estamos passando por um período sem precedentes. Diante de tantos percalços, nenhum de nós pode ter segurança quanto à sobrevivência das nossas empresas.”⁴⁰⁸

Na ótica da FIRJAN, existia uma linha muito tênue entre a crítica e os elogios pontuais às ações do governo. O pano de fundo eram as duas vias de padrão de financiamento do qual a atividade industrial necessitava, a externa, via mercado de capitais e agências de fomento internacional, e a interna, a qual, por meio das reformas, poderia advir da poupança pública. O financiamento interno precisava de uma grande articulação política para ser concretizado nos moldes desejados pelos industriais do Rio de Janeiro, o que era dificultoso visto a relação de constantes embates entre governo e Congresso Nacional. Já o externo, dependia da habilidade de Marcílio Marques Moreira, à frente da pasta da economia, fazenda e planejamento, além da articulação junto ao Congresso para abertura da economia ao mercado financeiro internacional. Em síntese, ambas as vias necessitavam, de alguma maneira, de uma boa articulação política interna. Nessa conjuntura, a FIRJAN aliou-se a Brizola de modo que fosse possibilitada uma costura de relações que propiciassem a ratificação das reformas desejadas, assim como parte da poupança pública fosse destinada ao estado do Rio de Janeiro. Alegava a

⁴⁰⁷Revista Firjan-Cirj informa. Setembro. 1991. Nº 34. p. 8-9.

⁴⁰⁸Revista Firjan-Cirj informa. Outubro. 1991. Nº 42. p. 1.

entidade industrial fluminense, que a poupança pública não havia registrado queda nos vinte últimos anos, mesmo com o país passando por altos índices de inflação e insolvência externa⁴⁰⁹.

Com o fim de retomar a atividade industrial em um nível competitivo, a FIRJAN reconhecia que o modelo de produtividade pautado em mão de obra barata, proteção de mercado, subsídios e matéria-prima em abundância havia se esgotado, sendo assim, entendia que o país deveria investir em pesquisa para o aumento da produção. A eliminação de distorções, que considerava clássicas, por meio de privatizações, propostas liberalizantes para o fim de monopólios e a eliminação das reservas de mercado junto a ideia de inserção do Brasil no mercado mundial também faziam parte do pensamento político econômico da entidade empresarial fluminense. A discussão sobre a criação de um centro financeiro internacional no Rio de Janeiro e o interesse em investimentos em infraestrutura numa parceria entre Eletrobrás, Telebrás e iniciativa privada⁴¹⁰, faziam face aos projetos da V Pleninco. Não por coincidência, todas essas medidas faziam parte do receituário neoliberal difundido no Consenso de Washington. O que explicita o desejo desses industriais em atrair investimentos para suas empresas, mas sob a condição de subordinação no mercado internacional, já que os níveis de produtividade no Brasil eram baixos em relação aos de empresas dos países centrais. O cerne da questão era manter suas empresas dentro da ordem capitalista vigente, fazendo-as sobreviver na mudança de padrão de acumulação de capital em voga naquele dado momento.

Os ânimos dos industriais do Rio de Janeiro ficariam mais calmos a partir da assinatura da carta de intenções com o FMI. Nela o governo se comprometeu a controlar a inflação, o que era de extrema relevância para o setor produtivo. A queda da taxa de juros também foi comemorada, pois implicava crédito para investimento na produção. Otimista em relação aos fatos, Donato explicitou em entrevista que: “hoje temos uma política econômica já definida e os choques heterodoxos, parece-me, não virão mais”⁴¹¹. O presidente da FIRJAN também afirmou que os investimentos iriam surgir conforme a economia fosse dando sinais de recuperação e expressou que o entendimento entre trabalhadores e empresários estava próximo de ser concretizado, para tanto, citou o exemplo da indústria naval no Rio de Janeiro, destacando a solidariedade entre empresários, trabalhadores com apoio do governo do estado

⁴⁰⁹Revista Firjan-Cirj informa. Janeiro. 1992. Nº 49. p. 2.

⁴¹⁰*Ibidem*. p. 2.

⁴¹¹Revista Firjan-Cirj informa. Janeiro. 1992. Nº 49. p. 6.

para recuperação do setor, ainda que num período de demissões, pois o que estava em jogo eram os empregos por meio da sobrevivência das empresas⁴¹².

4.3. A aliança entre capital e trabalho

A crise econômica enfrentada em 1991 trouxe à tona no início do ano de 1992 a intenção de uma aliança entre capital e trabalho. De forma recorrente e sistemática, a FIRJAN procurou construir um discurso do consenso, no qual pudesse articular com representantes de diferentes segmentos da política, dentre os quais estão Brizola e Collor, e da classe trabalhadora, quando em defesa da manutenção de empregos e valorização de salários. Estava claro, desde antes da eleição de Collor, que a FIRJAN pretendia estabelecer um eixo de atuação que contemplasse capital – trabalho- governo com a finalidade de manter a coerência estrutural do estado do Rio de Janeiro, fundamental para a manutenção das empresas de diversos segmentos econômicos e, por conseguinte, da ordem capitalista na região.

A aproximação com os trabalhadores foi materializada pelo programa “Valorização da parceria Trabalhador-Empresa”, criado pela própria entidade industrial. Ele consistia em um ciclo de palestras e discussões sobre produtividade, visando uma coesão entre empresários e trabalhadores por meio de medidas concretas. Participou da palestra de abertura o então presidente da Força Sindical, Luís Antônio Medeiros. Durante o encontro, o líder sindical dissera que a parceria entre trabalhador e empresa deveria ser uma prática e não apenas um discurso e acrescentava,

“Muitas empresas estão quebrando, e não é isso que querem os trabalhadores. Afinal, para o trabalhador, perder o emprego significa perder a própria esperança. Portanto, achamos que esse é o momento de parceria. Os problemas do país são sérios e a solidariedade deve sempre se expressar no momento de sofrimento. Amizade não é discurso, é gesto”⁴¹³

Medeiros, em sua fala, também explicitava ser adepto do sistema parlamentarista e do voto distrital, alegando que o parlamentarismo era capaz de retirar do poder o mandatário de país, de forma democrática. Dentro de uma perspectiva pró-capital, o sindicalista sugeriu a adoção de um contrato de trabalho semestral para evitar demissões, no qual a carga horária total de 1.144 horas deveria ser cumprida de forma flexível, de acordo com as necessidades da

⁴¹²*Ibidem.* p. 7.

⁴¹³ Revista Firjan-Cirj informa. Fevereiro. 1992. Nº 53. p.1.

empresa, tendo o empregado direito a receber somente pelas horas trabalhadas, e ressaltou, “ assim se empresa cresce, o trabalhador cresce, se for para o buraco, o trabalhador irá junto”⁴¹⁴.

A CGT também prometeu apoio à iniciativa da FIRJAN. Corroborando a mesma via de pensamento da Força Sindical, Vladimir Vicente de Barros, Diretor de Relações Internacionais da CGT, participou de encontro promovido pela entidade industrial, no qual também estavam presentes Arthur João Donato e o sociólogo Walter Pesch. No que tange à parceria empresa-empregado, o sindicalista expôs:

“(…) Só podemos enaltecer a esta iniciativa pioneira da FIRJAN de unir trabalhadores e empresas. Da nossa parte, o que podemos garantir é o apoio de 1532 sindicatos catalogados no computador da CGT. Afinal, quando não havia crise, não havia parceria. E, pelo jeito, a crise vai se agravar a tal ponto que a parceria será nossa única alternativa... Realmente, a hora é de pensarmos numa parceria permanente, não a que se cobra somente nos tempos de crise.”⁴¹⁵

Entusiasta do programa de aproximação entre empregados e empresas, o presidente da FIRJAN disse: “De tanto fazer tentativas em horas críticas, a gente se habitua e, assim, consegue estabelecer um diálogo. O importante é que haja um bom relacionamento, o que parece ser o caso agora”⁴¹⁶. Concordando com as palavras de Donato, Vicente Barros fez questão de afirmar que: “...não existe espaço para radicalismo...muitos líderes sindicais, como o Vicentinho da CUT, eram contra o capital estrangeiro e, hoje, torcem para que ele volte a ser injetado no Brasil”⁴¹⁷.

Walter Pesch encerrou o encontro com uma frase que sintetizava o sentimento presente entre o sindicalista e o industrial: “A empresa continua sendo uma sociedade fechada, ao contrário da sociedade, que está cada vez mais aberta”⁴¹⁸. Ao que tudo indica, havia uma predisposição da Força Sindical e CGT em manter uma parceria com os industriais do Rio de Janeiro com o objetivo de manter postos de trabalho. Contudo devemos ressaltar que a lógica de ação dessas entidades sindicais era pautada pela negociação via produtividade, deixando de lado a rede de proteção social conquistada pelos trabalhadores durante o século XX. No caso do Brasil, visando a proteção do emprego, sugeriu-se mudanças até mesmo na forma de contratação, o que poderia onerar desproporcionalmente a classe trabalhadora, impondo um risco inerente à atividade empresarial ao trabalhador, parte mais frágil no processo produtivo. Por fim, entendemos que, ainda em tempo de crise aguda do capital

⁴¹⁴ *Ibidem.* p. 3.

⁴¹⁵ *Revista Firjan-Cirj informa.* Fevereiro. 1992. Nº 55. p.1.

⁴¹⁶ *Revista Firjan-Cirj informa.* Fevereiro. 1992. Nº 55. p.1.

⁴¹⁷ *Ibidem.*

⁴¹⁸ *Ibidem.*

nacional, a parceria na verdade era uma forma de superexploração da força de trabalho⁴¹⁹ travestida no discurso de manutenção de empregos, mas com claros objetivos de retirada de direitos sociais conquistados na Carta Maior de 1988. Desta maneira, uma boa parcela da poupança pública seria deslocada para o setor privado, em detrimento da parcela menos favorecida da população, forçando o deslocamento do capital para o processo produtivo.

A CUT também participou dos encontros promovidos pela FIRJAN. O presidente da CUT no Rio de Janeiro à época, Washington da Costa, discursou tecendo a mesma linha de apoio dada pela CGT e Força Sindical à parceria entre empregados e empresários: “Anteriormente, existia um radicalismo muito grande por parte dos empresários. Mas, isto mudou. Penso que agora as duas partes estão preparadas para, através do debate, avançar mais ainda nas relações, até porque os atritos não levam a nada”⁴²⁰. E completou falando sobre a política do governo federal: “Entendo que o governo deveria desenvolver o país, melhorando os salários para, assim, aumentar o consumo interno”⁴²¹.

A questão dos salários a serem pagos foi bastante recorrente na fala tanto de empresários, quanto de sindicalistas. Havia convergência, na análise de ambos, sobre o papel da renda do trabalhador no processo produtivo. Sobre este ponto, havia o objetivo de se estabelecer uma relação simbiótica na qual os salários seriam capazes de manter a produção para o mercado interno e, concomitantemente, tornaria possível a sobrevivência das empresas por causa da demanda de produção criada. As palavras do vice-presidente da FIRJAN, Paulo Mário Freire, traduzem esse pensamento:

“Um bom salário representa a possibilidade de aumento do poder aquisitivo. Não acredito que um salário mínimo equivalente a 100 dólares iria criar desemprego. Penso apenas que, certamente, poderia aumentar a economia informal. O que precisamos entender é que somente com mais produção será possível aumentar a demanda... Precisamos urgentemente reativar o mercado”⁴²²

A partir das perspectivas de renda e manutenção de empregos, a articulação entre capital e trabalho ganha dimensão no campo político, além do econômico. Donato, defendendo o entrosamento de segmentos sociais, promoveu o Fórum “Rio – Século XXI – Sociedade Civil e Ação Política, no qual estavam presentes os presidentes da CUT e CGT no Rio de Janeiro, Washington da Costa e Rui Calandrini, respectivamente. Durante o evento, o

⁴¹⁹CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro. 2013. Volume 11, número 1. p.199.

⁴²⁰*Revista Firjan-Cirj informa*. Março. 1992. Nº 57. p.1.

⁴²¹*Revista Firjan-Cirj informa*. Março. 1992. Nº 57. p.1.

⁴²²*Revista Firjan-Cirj informa*. Maio. 1992. Nº 63. p.3.

presidente da FIRJAN discursou sobre a democracia: “...é preciso que se dê consistência e mais atenção aos objetivos que o cidadão espera”⁴²³. Esse posicionamento da FIRJAN em relação aos trabalhadores era tático, pois ao mesmo tempo que servia aos interesses mais objetivos das empresas, funcionava também como uma espécie de embrião para o que poderia ser um bloco de pressão sobre o governo. Em síntese, o deslocamento de capital da poupança pública para o setor produtivo poderia ser facilitado por meio da articulação, em âmbito político, entre trabalhadores e empresários.

Essa conjuntura de apoio mútuo entre capital e trabalho foi entendida por Donato da seguinte maneira: “A crise fez com que empresários e trabalhadores compreendessem que todos estão no mesmo barco”, e concluiu: “Não nos surpreendeu a disposição dos líderes sindicais em participar desses debates. O que queremos é aumentar a massa crítica de convergência de interesses que existam entre trabalhador e empresa”⁴²⁴.

4.4. Financiamento da produção e perspectivas

Após fechar um acordo com o FMI no final de janeiro de 1992, o governo federal passou a intensificar as medidas liberalizantes da economia, como a redução das tarifas aduaneiras. Tais ações tiveram o apoio dos industriais, apesar da aparente contradição. Os empresários sabiam quais mecanismos seriam necessários para a manutenção de um ambiente econômico estável nessa conjuntura. Apontavam para uma taxa de câmbio flutuante e incentivos à exportação, como o governo havia planejado inicialmente. Um programa de recuperação para empresas com déficit tecnológico e de produtividade também era previsto pelos empresários, mas o principal pleito dos industriais residia em não aumentar a carga tributária. Outro ponto importante, era o fato de a indústria considerar relevante a retomada do papel do mercado de capitais na canalização de poupança para o sistema produtivo⁴²⁵.

A busca por financiamento da produção não estancava na poupança pública e mercado de capitais. O capital em circulação no sistema financeiro nacional também fez parte do anseio da FIRJAN para investimento no processo produtivo. Apesar de ser o mais bem estruturado da América Latina, ele não participava do desenvolvimento e da operação

⁴²³ *Revista Firjan-Cirj informa*. Maio. 1992. Nº 66. p.1.

⁴²⁴ *Revista Firjan-Cirj informa*. Março. 1992. Nº 59. p.1.

⁴²⁵ *Revista Firjan-Cirj informa*. Fevereiro. 1992. Nº 55. p.2.

industrial do país, como constatou a entidade industrial por meio de um editorial publicado na Revista Firjan-Cirj Informa. Reclamavam os industriais, que não possuíam formas de financiamento de longo prazo disponíveis. As oferecidas pelos bancos eram insuportáveis, visto o seu alto custo, além de serem racionadas, ou seja, com pouco capital disponível para empréstimos. Para os industriais do Rio de Janeiro, o maior problema que ocasionava o parco financiamento do processo produtivo era o próprio governo, o qual era tomador de empréstimos para rolar a dívida pública a curto e médio prazos, visando seu equilíbrio orçamentário, dando uma taxa de retorno mais segura e rápida para os banqueiros. Isso tornou o governo o principal cliente dos bancos em detrimento do setor industrial⁴²⁶.

O reflexo desse cenário foi descrito de forma pormenorizada no relatório de auditoria da empresa Arthur Andersen, cujo objetivo central era o de verificar as expectativas do empresariado nacional para o ano de 1992. A auditoria constatou que apenas 48% dos empresários tinham a intenção de investir a longo prazo e, quando utilizado o indicador de empresas estrangeiras, esse número caía para 47%, chegando-se a conclusão de que a preferência para investimentos estava nos EUA, Europa e Ásia. A justificativa, segundo os empresários, mais uma recaía sobre a alta carga tributária e taxa de juros, transporte inadequado e burocracia deficiente para lidar com o comércio exterior. Outro problema apontado foi a expectativa de demissões, 27 % dos empresários entrevistados pretendiam demitir. Resumidamente, o âmbito de expectativa geral era do mesmo quadro de 1991, o de recessão. Para a solução, quase todos os entrevistados pregavam a reforma tributária⁴²⁷.

O longo período de inflação alta e queda de demanda, além de cinco congelamentos, três reformas monetárias, dezenas de modificações na legislação fiscal e nas regras do mercado financeiro, moratórias externas, sequestro de ativos financeiros, empréstimos compulsórios sem viabilidade de devolução, inadimplência com empreiteiros e investidores, dentre outros, forçou a adoção de uma administração defensiva, na qual as empresas abandonam as estratégias de longo prazo para resistir aos problemas de curto prazo. A recuperação da propensão a investimentos, segundo a FIRJAN, poderia ter como exemplo a mensagem do presidente dos EUA ao Congresso. Seu conteúdo contemplava o compromisso de não emitir resoluções que confundissem ou inibissem empresários e investimentos, e também tratava de uma ação de incentivos fiscais que pudessem proporcionar o nível de investimento privado. Retomando o caso brasileiro, sugeriam os industriais da FIRJAN a

⁴²⁶Revista Firjan-Cirj informa. Março. 1992. Nº 56. p.2.

⁴²⁷Revista Firjan-Cirj informa. Março. 1992. Nº 58. p.2.

racionalização da arrecadação, reduzindo a carga tributária e incentivando novos investimentos na produção⁴²⁸.

Sobre o incentivo à produção, o governo federal acabou agradando com o lançamento do draw-back⁴²⁹, ainda que de forma tímida. Nas palavras de Edgard Julius Arp, primeiro vice-presidente da FIRJAN, poderiam se considerar resultados favoráveis por causa da medida, endossando que as exportações teriam uma repercussão positiva com o incentivo dado aos produtos nacionais⁴³⁰. Essa disposição em apoiar ao governo fica mais em evidência com a reforma ministerial de 1992. Collor articulava uma coalizão que abarcara o apoio de partidos como PFL, PDS, PTB, PL, PRN e PDC, o que lhe conferiu apoio da ordem de 47% das cadeiras parlamentares, além da ampliação do apoio de governos estaduais⁴³¹. O organograma de ministérios também foi alterado, sendo criadas quatro novas pastas: Minas e Energia; Transporte e Comunicação; Trabalho e Administração; e Previdência Social. Todos foram destinados a ocupações partidárias, ao contrário do que acontecera nos dois primeiros anos de governo. Essas alterações expressavam uma dinâmica de controle partidário das pastas em troca de obtenção de apoio no Congresso Nacional⁴³².

A reforma ministerial teve como desdobramento o recrudescimento do pleito de reforma constitucional, que seria realizado através das propostas no emendão. Em entrevista concedida, Manuel Leite, vice-presidente da FIRJAN, elogiou a decisão do Presidente Collor de alterar os ministros e disse acreditar na política econômica conduzida pelo Ministro Marcílio Marques Moreira e acrescentava: “...cometemos muitos erros na Constituição de 1988. Espero vê-los corrigidos na reforma constitucional de 1993”⁴³³. Nesse sentido, os conselhos da FIRJAN elaboraram propostas de emendas, as quais foram condensadas e enviadas a CNI com o propósito de fazerem parte das sugestões sobre política industrial ao governo. O vice-presidente do CIRJ, Amaury Temporal presidiu a reunião onde foram debatidas as propostas e afirmou: “A Constituição requer uma revisão cuidadosa, para que se torne capaz de propiciar meios adequados ao desenvolvimento do país, no nível por todos desejado”⁴³⁴.

⁴²⁸*Revista Firjan-Cirj informa*. Março. 1992. Nº 59. p.2.

⁴²⁹Consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado. O mecanismo funciona como um incentivo às exportações, pois reduz os custos de produção de produtos exportáveis, tornando-os mais competitivos no mercado internacional. Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/Drawback/regime.htm>.

⁴³⁰*Revista Firjan-Cirj informa*. Março. 1992. Nº 59. p.6.

⁴³¹MENEGUELLO. *Op. Cit.* nota 176. p. 115.

⁴³²*Ibidem*. p. 116.

⁴³³*Revista Firjan-Cirj informa*. Abril. 1992. Nº 62. p.6.

⁴³⁴*Revista Firjan-Cirj informa*. Maio. 1992. Nº 65. p.3.

Em meio a esse sentimento de euforia quanto à reforma constitucional, Collor foi acusado por seu irmão, Pedro Collor, de fazer parte de um esquema de corrupção chamado de “Esquema PC”. Procurando tratar de sua imagem pública para manutenção de apoio, o mandatário da República convidou os presidentes da FIRJAN e da CNI para um café da manhã em Brasília, no dia 28 de maio. O encontro foi norteado pela entrega do documento “A indústria e a estratégia de estabilização” ao Ministro Marcílio Marques Moreira. Em discurso, Donato explicitou seu sentimento em relação à conjuntura econômica naquele dado momento: “Sentimos no Presidente uma grande disposição de ânimo para resolver os problemas de estabilização econômica, principalmente buscando o ajuste fiscal e enfatizando resultados que vem sendo obtidos em acordos internacionais”⁴³⁵

Durante o encontro, os empresários aproveitaram para formalizar o apoio ao Presidente da República face às denúncias feitas por Pedro Collor contra o empresário Paulo César Farias. Em reciprocidade a esse movimento desses empresários, Collor esteve presente na inauguração da Escola-Oficina do Senai-Rio na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, o que evidencia sua aproximação com a entidade industrial fluminense. A escola era fruto de um convênio entre a Senai-Rio e o governo do estado. O evento contou com a presença de Arthur João Donato e do governador Leonel Brizola⁴³⁶, com quem Fernando Collor vinha estabelecendo boas relações no campo político e econômico. A implantação de escolas voltadas para formação de mão de obra para indústria era uma das prioridades da V Pleninco, assim tornando relevante a presença de Collor na inauguração, do ponto de vista político.

4.5. Crise política e efeitos na economia

O início desta crise política dentro do governo Collor deu-se com a denúncia de seu irmão Pedro Collor, à revista *Veja*, na qual ele acusa Paulo César Farias, o PC, de comandar um grande esquema de corrupção com a conivência do mandatário da República⁴³⁷. A partir

⁴³⁵ *Revista Firjan-Cirj informa*. Junho. 1992. Nº 68. p.3.

⁴³⁶ *Revista Firjan-Cirj informa*. Junho. 1992. Nº 70. p.8.

⁴³⁷ LATTMAN-WELTMAN, F.. Fatos & Imagens, 29 de setembro de 1992: o impeachment de Fernando Collor. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FernandoCollor>. Acessado em 02/02/2014.

daquele momento, instaurou-se uma CPI que passou a investigar os crimes, ao passo que mobilizou a mídia e a opinião pública dentro de um contexto nacional.

O “esquema PC” compreendia um conjunto de empresas e de pessoas físicas responsáveis por toda movimentação financeira, bancária e demais operações negociadas diretamente por Paulo César Farias. Este esquema tinha vínculos com a administração pública e com algumas empresas privadas⁴³⁸. As empresas privadas (EPC – Empresa de Participações e Construções e a Brasil Jet) serviam de núcleo operacional do esquema PC. Elas se valiam das contas no BMC e no Banco Rural para o suprimento financeiro destinados à secretaria particular de Fernando Collor, a qual tinha como função, dentro desse esquema, pagar as contas do Chefe de Estado e de seus dependentes. Vale ressaltar, que o âmbito de atuação dessas empresas passou a não ser somente no estado de Alagoas, mas em nível nacional, após a posse de Fernando Collor⁴³⁹. Outra face do esquema, pode ser delineada a partir da análise da movimentação financeira exercida pela EPC nos bancos supramencionados, ela demonstra que, mesmo após o Plano Collor I, o qual promoveu a reforma monetária e impôs violenta redução de liquidez, o fluxo de pagamentos foi mantido. As movimentações naquele momento abarcavam a cobertura de gastos da família Collor e de determinados membros do governo. Outra questão a ser abordada pelo relatório foi o fato de algumas aplicações financeiras de Paulo César Farias terem sido diminuídas a um valor pífio comparado com o original, um pouco antes do lançamento do Plano Collor I, o que infere o conhecimento de informações privilegiadas adquiridas na cúpula governamental. Ainda discorrendo sobre as movimentações bancária do esquema, temos a EPC como principal consultora dos maiores conglomerados do país após a posse do governo Collor, fato este que proporcionou seu enriquecimento acelerado devido a informações privilegiadas advindas do governo. Uma outra parte do esquema atuou na campanha eleitoral de 1990, cuja intenção era formar uma base de apoio ao governo federal por meio do patrocínio de campanhas⁴⁴⁰.

Os reflexos desse evento político fortuito foram sentidos na economia. Desvalorizações de títulos bancários, moeda, ouro, ações implicaram uma postura defensiva de investidores. As perspectivas de ação e sucesso do governo nas reformas entendidas como essenciais foram também mitigadas. A reforma fiscal, entendida como instrumento principal de combate ao processo inflacionário, segundo a concepção da FIRJAN dificilmente ocorreria a curto prazo, como se imaginava antes da crise política. Nesse sentido, havia a cobrança, por

⁴³⁸MENDES, João Batista Petersen. A CPI do PC e os Crimes do Poder. Rio de Janeiro. Foglio Editora. 1992. p. 139.

⁴³⁹MENDES. *Op Cit.* Nota 438. p. 141.

⁴⁴⁰*Ibidem.* p. 139-145.

parte desses industriais, de que o governo deveria tomar uma posição, apresentando prazos concretos para as reformas e aplicação de investimentos estatais. No entendimento da FIRJAN, só esse tipo de atitude do governo poderia fornecer-lhe apoio dos legisladores e da própria sociedade⁴⁴¹.

Em 9 de julho de 1992, a FIRJAN publicou uma carta à imprensa na qual discorria sobre os problemas de âmbito político pelos quais o país estava passando. Dentre outras afirmativas, a entidade procurou dar apoio a apuração dos fatos, mas sem prejulgamento dos envolvidos, entendendo que a conjuntura poderia servir de amadurecimento para as instituições. Mas o que chama a atenção na carta é o posicionamento sobre a necessidade de manter o país trabalhando, em consonância com os anseios de seu povo e a política do governo que nomeara homens de reputação inatacável para os ministérios recentemente⁴⁴². A carta, destarte, funciona como elemento de apoio ao Presidente da República. O apoio dado a Collor, naquele momento de crise, denota a vontade desses industriais em manter a economia funcionando, e com um projeto de reformas que poderia ser consolidado a curto e médio prazos.

As intenções dos empresários do Rio de Janeiro ficariam mais claras num encontro com o Fernando Collor em Brasília. Estavam presentes trinta e três empresários fluminenses, dentre eles, Arthur João Donato, presidente da FIRJAN. Durante o encontro, Donato disse que prestigiava o progresso do país e que a crise política não deveria ser impeditivo para o desenvolvimento econômico e social. Na ocasião, Collor também pediu apoio dos empresários à política econômica⁴⁴³. Contudo, a finalização e entrega do relatório da CPI, no final do mês de agosto de 1992, mudaria definitivamente o rumo da aproximação entre Collor e a Firjan.

A economia entrava em retrocesso diante do aumento de volume do movimento pró-impeachment nos diversos pontos do país, conforme demonstra a afirmação de Donato: “... a política econômica não está apresentando resultados devido à crise política...Nós, empresários, queremos separar a crise política da crise econômica”⁴⁴⁴. A crise política não mitigou o pleito por reformas, ao contrário, adensou seu conteúdo. Segundo a FIRJAN, as reformas necessárias para a viabilização do país não eram de natureza administrativa, mas de ordem constitucional. Ensejando a mudança na Carta Maior, a entidade industrial pretendia mudanças no sistema financeiro nacional⁴⁴⁵, resgatando, assim, a questão do financiamento da

⁴⁴¹ *Revista Firjan-Cirj informa*. Julho. 1992. Nº 71. p.2.

⁴⁴² *Revista Firjan-Cirj informa*. Julho. 1992. Nº 72. p.1.

⁴⁴³ *Revista Firjan-Cirj informa*. Julho. 1992. Nº 73. p.5.

⁴⁴⁴ *Revista Firjan-Cirj informa*. Agosto. 1992. Nº 78. p.3.

⁴⁴⁵ *Revista Firjan-Cirj informa*. Agosto. 1992. Nº 78. p.2.

produção. Em sua concepção, as mudanças na constituição proporcionariam um ambiente econômico salutar para investimentos.

A crise política também foi tema de palestra proferida pelo cientista político Amaury de Souza na sede da FIRJAN. Durante o evento, Amaury apresentou dois dilemas que seriam impostos à sociedade: o primeiro, versava sobre a continuidade de Collor no governo, mesmo após a aceitação de abertura de processo de impeachment, o que deveria durar pelo menos seis meses; o segundo, seria o retrocesso à modernização da economia com a saída do Presidente da República, já que o Vice-Presidente, Itamar Franco, é contrário a algumas ações modernizadoras de Collor, como o programa de privatização das estatais. Diante da análise das duas situações, os empresários marcaram posição sobre o que pensavam daquele momento político. O primeiro foi Donato: “Não se pode e não se deve forçar a renúncia do Presidente Collor. Podemos, isto sim, fazer apelos para que ele renuncie”⁴⁴⁶. Já Amaury Temporal disse: “Existem federações tomando o mesmo posicionamento das ruas, o que consideramos errado”⁴⁴⁷. Enquanto, Antenor Barros Leal, vice-presidente da FIRJAN, afirmou:

“Não chegou ainda o momento em que uma crise política não afetará a economia em nosso país. A Itália e o Japão já passaram por várias crises políticas, sem que a atividade econômica fosse afetada. Espero que o julgamento do impeachment seja justo e rápido. A economia brasileira já é frágil e, além disso, já atravessa uma recessão.”⁴⁴⁸

Nota-se no discurso desses empresários uma preocupação com a ordem constitucional. O tratamento de respeito às leis parecia ser imprescindível para o resgate de confiança na economia. No entendimento desses industriais, as soluções dos problemas do Brasil partiriam de um quadro constitucional. No dia 3 de setembro de 1992, a FIRJAN apresentou um documento-síntese à CNI, no qual discorria sobre a situação político-econômica do país, pontuando ser inabalável sua confiança nas instituições democráticas⁴⁴⁹, o que demonstra uma linha de pensamento racionalizada a partir do Estado de Direito. O desejo de continuação da política econômica do governo, vista como modernizadora, também denota o objetivo de

⁴⁴⁶ *Revista Firjan-Cirj informa*. Setembro. 1992. Nº 80. p.1.

⁴⁴⁷ *Revista Firjan-Cirj informa*. Setembro. 1992. Nº 80. p.1.

⁴⁴⁸ *Ibidem*. p. 1.

⁴⁴⁹ *Revista Firjan-Cirj informa*. Setembro. 1992. Nº 81. p.3.

respeito às leis, independente da conjuntura política. Entendemos que isto significa um sinal para investidores terem confiança de realizar investimentos no Brasil.

Collor deixara o cargo de Presidente da República no final do mês de setembro. O funcionamento das instituições até sua saída foi considerado como parte da maturidade democrática adquirida pelo Brasil, segundo a FIRJAN. Após a assunção de Itamar Franco e posterior formação de ministérios, Donato teceu elogios ao novo Chefe do Poder Executivo:

“Eu sinto a disposição do Presidente Itamar em não desperdiçar tudo aquilo que foi utilmente trabalhado na linha da política econômica e que, agora, por força da credibilidade que o governo traz consigo, acho que vai poder aperfeiçoar. Depois dessa magnífica mobilização nacional em torno da moralidade, fica muito mais fácil conseguirmos, numa etapa seguinte, o consenso que levará o Brasil a se inserir no mundo moderno”⁴⁵⁰

A postura da FIRJAN, em relação ao novo governo, demonstra posicionamento tático da instituição, que vislumbrava a consecução de uma reforma constitucional, além da manutenção da política econômica orquestrada por Marcílio Marques Moreira. O interesse dos industriais do Rio de Janeiro circunscrevia a obtenção de formas investimento na produção, o que tornou-se inviável durante o governo Collor, visto a crise política pela qual passara durante o ano de 1992, o que gerava desconfiança e falta de segurança do mercado para injeção de capital no país.

O lançamento do Projeto de Reconstrução Nacional surgiu como alternativa ao malogro dos Planos Collor I e II. Além de ser um projeto potencialmente capaz de provocar transformações no campo macroeconômico, serviu como representação da disposição do governo Collor em tocar em pontos sensíveis, principalmente os de âmbito constitucional, que poderiam trazer benefícios ou, até mesmo, manter a sobrevivência de capitalistas nacionais dentro da ordem capitalista internacional. Tratava-se de manter a governabilidade e estabelecer o consenso com frações da classe dominante, dentre elas estavam os industriais da FIRJAN.

O chamado “Emendão” teve apoio da entidade empresarial fluminense. O pensamento de governo e empresários tinha convergência sobre temas como a reestruturação da economia, organização sindical e as formas de financiamento da economia nacional e capital estrangeiro.

⁴⁵⁰Revista Firjan-Cirj informa. Outubro. 1992. Nº 85. p.1.

A recessão pela qual a economia atravessara por quase uma década já causava reflexos na cadeia de produção, ameaçando empregos, suprimindo a demanda, por conseguinte, pondo em risco a sobrevivência das empresas. É nessa conjuntura que urgia a busca por soluções, dentro das quais o emendão passava a ser a opção mais imediata.

O projeto do governo trazia no seu bojo mudanças significativas para economia, mas sem perder de vista a submissão aos ditames dos países centrais. A transformação que seria operada com sua implantação tocava a mudança de padrão de acumulação de capital, passando do modelo desenvolvimentista para o neoliberal, desta maneira engendrando a opção pelo subdesenvolvimento. O cerne da questão seria o modo em que ocorreria a transição. A FIRJAN sabia dessas transformações em escala global, o que a forçou traçar um modelo de transição para setor produtivo nacional. Os baixos investimentos em ciência e tecnologia na cadeia de produção fizeram a entidade sair em busca de recursos para aumento da competitividade da indústria. Nesse sentido, a entidade norteou suas ações sob duas vias, a primeira era pautada pela ação política, presente no pleito de participação da política industrial nacional e na sua articulação com o governo do estado do Rio de Janeiro e com o próprio Presidente da República. Já a segunda, tocava investimentos de caráter imediato por meio de parcerias com instituições estatais de fomento.

O padrão de financiamento da economia foi assunto de recorrente interesse da FIRJAN. Interessa aos industriais o deslocamento de uma parte maior da poupança pública para a cadeia produtiva e obtenção de capital estrangeiro para o mesmo fim. Esta opção só seria concretizada a partir da adoção de reformas, em especial a fiscal, e com a estabilidade do ambiente macroeconômico, os quais seriam capazes de atrair investidores. Já a poupança pública poderia ser transferida por meio da redução de tributos e da exclusão da rede de proteção social do trabalhador conquistada na Constituição da República de 1988, encarada pelos empresários como dispendiosa e arcaica.

Em meio ao ambiente de estagflação, ou seja, com alto índice de desemprego e baixos salários, a solução encontrada pelos empresários convergia com a do governo, a ideia era flexibilizar a legislação trabalhista, retirando a rede de proteção do trabalhador. Com o objetivo de ter ressonância e estabelecer um consenso com as camadas das classes subordinadas, a FIRJAN criou o programa “Valorização da parceria Trabalhador-Empresa”. O argumento central do programa circunscrevia a luta pela manutenção de empregos e melhoria de renda do trabalhador. As entidades sindicais CGT, CUT e Força Sindical apoiaram a FIRJAN, numa clara demonstração simbiose entre empresários e trabalhadores, cuja defesa passava a ser a do processo produtivo. Essa dinâmica pró-capital, baseada no

conceito de competitividade e assunção dos riscos inerentes à produção por empresários e trabalhadores, serviria ao objetivo central dos industriais, transferir capital da poupança pública para o setor produtivo, numa clara dinâmica de superexploração do trabalhador, inerente a países subdesenvolvidos.

A crise política pela qual passou Collor só fez piorar o ambiente macroeconômico. O escândalo de corrupção teve força para desestruturar os planos de curto e médio prazo da FIRJAN. A instabilidade econômica e a relação cada vez mais extremada entre executivo e legislativo, após a entrega do relatório final da CPI do PC, forçaram os industriais a uma tomada de posição voltada para ordem constitucional, baseada no funcionamento democrático das instituições de um Estado de Direito. No cálculo estratégico dos empresários, o melhor para atração de investimentos seria a demonstração de que o país era capaz de respeitar suas próprias instituições e funcionar mesmo diante de uma investigação que tocava a figura do mandatário da República. As reformas pretendidas pela entidade empresarial não saíram de sua pauta após a saída de Collor do Palácio do Planalto, o que denota que seus anseios não estavam atrelados a uma figura ou partido político especificamente, mas sim aos interesses do capital.

Considerações Finais

No início desse trabalho, nossa questão central circunscrevia responder a maneira que se deu a ruptura entre a classe dominante e governo Collor, utilizando como objeto de pesquisa a FIRJAN, entidade ligada à indústria do estado do Rio de Janeiro. Procuramos respondê-la lançando mão da análise da conjuntura macroeconômica realizada pelo empresariado fluminense entre os anos de 1990 e 1992.

Recessão, dívida externa e instabilidade econômica eram temas que permeavam a conjuntura que o novo mandatário da República deveria enfrentar. O malogro de dois planos econômicos e o estilo centralizador de Collor seriam os primeiros sinais de um processo de ruptura com segmentos da política e sociedade e agentes econômicos. O escândalo do “esquema PC” iria potencializar as deficiências do governo, criar um ambiente economicamente instável para investimentos e dificultar a consecução da reforma constitucional, apontada como fundamental para a sobrevivência das empresas, segundo a FIRJAN.

O projeto hegemônico da entidade fluminense tinha muitas similaridades com as ações orquestradas pelo governo Collor desde o início de sua gestão. A V Pleninco é um exemplo. A análise da reunião plenária do empresariado do Rio de Janeiro coloca em evidência a defesa da coerência estruturada no estado como maneira de realizar a manutenção do status quo do capitalista regional, em meio a mudança de padrão de acumulação de capital, dentro uma

nova ordem capitalista. Contudo, também dialogava com interesses de empresas transnacionais presentes no estado, já que as mesmas também patrocinavam a AD-RIO, entidade responsável pela elaboração dos projetos de interesse do empresariado regional, dentre os quais estavam a formação de complexos industriais, a criação de um centro financeiro internacional, além da proposição de abertura comercial (a qual tinha duplo objetivo, acumulação de capital extrafronteira nacional e atração de investimentos externos).

O combate ao esvaziamento econômico do Rio de Janeiro também foi tema recorrente da V Pleninco. O maior projeto debatido, e visto como solução principal para os problemas que o estado vinha enfrentando desde a década de 1980, foi a construção do Polo Petroquímico, que segundo estudos da AD-RIO causaria um impacto da ordem de 1,4 bilhão de dólares na economia fluminense, desta forma dinamizando uma série de segmentos ligados ao parque produtivo e serviços.

A realização da construção do Polo Petroquímico dependia de apoio do governo federal. Nesse sentido, entendemos que a FIRJAN apoia Collor vislumbrando um projeto de fortalecimento econômico de ordem regional. Apesar de discursar sobre a mitigação do papel do Estado na economia, a entidade pleiteava investimentos do governo. Isso iria adensar seu apoio aos Planos Collor I e II, e ao Projeto de Reconstrução Nacional, ainda que tivesse ressalvas. É preciso explicitar que os pontos de divergência entre as ações do governo e a FIRJAN eram colocados a partir de uma perspectiva de cordialidade, sem críticas incisivas, o que reforça nosso argumento sobre o interesse do empresariado fluminense em apoiar Collor como medida tática, a qual tinha o objetivo de atrair investimentos para os estado do Rio de Janeiro.

A outra frente de ação da FIRJAN durante o governo Collor permeava a ideia de uma aliança Capital-Trabalhador. Nesse contexto, a cooptação dos trabalhadores se daria através da própria recessão econômica. No cálculo estratégico do empresariado, a perda do poder de compra do trabalhador e o desemprego seriam instrumentos de convencimento. O objetivo era manter o mercado interno e formar um bloco de pressão frente às ações do governo. Concomitantemente facilitaria a expropriação da rede de proteção do trabalhador, já que havia uma articulação para enquadrar o sindicalismo segundo perspectivas de produtividade. A parceria trabalhador-empresário seria um instrumento de compartilhamento de riscos inerentes ao processo produtivo. CGT, Força Sindical e, até mesmo, a CUT caminhavam nessa direção.

A FIRJAN criou mecanismos de ação também com o governo estadual, na gestão de Brizola. A aliança propiciou investimentos no estado, o que agradou aos empresários. Brizola

também era beneficiado na medida em que fortalecia sua imagem política. Enquanto Collor mantinha o apoio do empresariado fluminense, que persistira até a abertura do processo de impeachment pelo Senado Federal.

Dessa maneira, entendemos que o apoio a Collor tinha relação com a ocasião, ou seja, a estratégia da FIRJAN era manter uma relação amistosa com o governo federal a partir de interesses econômicos da região do estado do Rio de Janeiro. Os Planos Collor I e II enfraqueceram a capacidade de investimento das empresas e as tornou mais vulneráveis a um possível novo choque econômico. O que sustentava o governo, na concepção da entidade industrial, era a série de reformas propostas no Projeto de Reconstrução Nacional, vistas como solução para o aumento dos investimentos no parque produtivo. Conforme a crise política foi ganhando volume, as reformas passavam a ser inviabilizadas a curto prazo, pois a relação de conflito de Collor com o Congresso Nacional não tornavam o ambiente propício para a aprovação das medidas. Isso abriu uma lacuna no apoio da FIRJAN a Collor, afinal os seus projetos dificilmente iriam à frente com a crise de governabilidade. A saída encontrada, assim que a Câmara de Deputados aprovou a abertura do processo de impeachment, foi apoiar as instituições e, respectivamente a ordem constitucional, essa era a maneira de demonstrar ao mercado que o cenário macroeconômico se tornaria favorável à entrada de investimentos com Itamar Franco à frente da Presidência da República.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Firjan

Atas de Conselho

Nº 02/90. *Reunião conjunta do Conselho de Assuntos Sociais e Trabalhistas e do Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos.*

Nº 03/90. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas.*

Nº 04/90. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas.*

Nº 05/90. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas.*

Nº 07/90. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas.*

Nº 01/91. *Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos.*

Nº 01/91. *Conselho Empresarial de Assuntos Sociais e Trabalhistas.*

Nº 01/91. *Conselho Assuntos Sociais e Trabalhistas.*

Nº 04/91. *Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos.*

Nº 05/91. *Conselho Assuntos Sociais e Trabalhistas.*

Nº 07/91. *Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos.*

Nº 10/91. *Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos.*

V Pleninco

V Pleninco. FIRJAN RJ. 1990. p. 5.

Revista Firjan - Cirj informa

Nº 49, semana de 07 a 13/12/1990.

Nº 51, semana de 21 a 21/12/1990.

Nº 5, semana de 8 a 14/02/1991.

Nº 9, semana de 15 a 21/03/1991.

Nº10, semana de 22 a 28/03/1991.

Nº 20, semana de 06 a 13/06/1991.

Nº 33, semana de 01 a 06/09/1991.

Nº 34, semana de 07 a 13/09/1991.

Nº 37, semana de 01 a 07/10/1991.

Nº 42, semana de 23 a 30/10/1991.

Nº 49, semana de 02 a 08/01/1992.

Nº 53, semana de 07 a 14/02/1992.

Nº 55, semana de 21 a 28/02/1992.

Nº 56, semana de 01 a 07/03/1992.

Nº 57, semana de 08 a 14/03/1992.

Nº 58, semana de 15 a 21/03/1992.

Nº 59, semana de 22 a 30/03/1992.

Nº 62, semana de 23 a 30/04/1992

Nº 63, semana de 07 a 14/05/1992.

Nº 65, semana de 14 a 21/05/1992.

Nº 66, semana de 21 a 30/05/1992.

Nº 68, semana de 01 a 07/06/1992.

Nº 70, semana de 21 a 30/06/1992.

Nº 71, semana de 01 a 07/07/1992.

Nº 72, semana de 07 a 14/07/1992.

Nº 73, semana de 14 a 21/07/1992.

Nº 78, semana de 21 a 30/08/1992.

Nº 80, semana de 07 a 14/09/1992.

Nº 81, semana de 14 a 21/09/1992.

Nº 85, semana de 22 a 31/10/1992.

Revista da Associação Comercial

Nº 1240, 1988. p 22 - 23.

Constituição, Revistas e Projetos do Legislativo e Executivo

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Revista de informação legislativa, v.29, nº 115, jul./set. de 1992. p 39.

Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. Brasília. Senado Federal. 2008. p 47

Periódicos

Diário do Comércio e Indústria

Diário do Comércio e Indústria. 31/01/1991. p. 8.

Hora do Povo

Hora do Povo. 26/04/1991. p. 3.

Jornal do Comércio.

Jornal do Comércio. 06/12/1990. p. 3.

Jornal do Comércio. 03/12/1990. p. 7.

Jornal do Comércio. 03/12/1990. p. 7.

Jornal do Comércio. 09/01/1991. p. 7.

Jornal do Comércio. 09/01/1991. p. 7.

Jornal do Comércio. 02/03/1991. p. 2.

Jornal do Comércio. 21-02-91. p. 14.

Jornal da Tarde

Jornal da Tarde, 19/03/1990, p.17.

Jornal do Brasil

Caderno de Negócios. 05/05/1991. p. 9.

Jornal do Brasil, 17/03/1990, p. 5.

Jornal do Brasil, 19/03/1990, p. 2

Jornal do Brasil. 20/04/1991. p. 3.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil. 31/01/1991. p. 3.

Monitor Mercantil. 01-03-1991. p. 3.

O Estado de São Paulo

Caderno de Economia. 20/12/1990. p 1.

Caderno de Economia. 28/02/1991. p 72

Caderno de Economia. 03/03/ 1991. p 17

Caderno de Economia. 19/04/1991. p. 3.

Caderno de Política. 16/01/1991. p 6.

Caderno de Política. 25/01/1991. p. 5.

Caderno de Política. 19/05/1991. p 7.

O Globo

Caderno de Economia. 13/11/1989. p 19.

Caderno de Economia. 18/11/1989. p 29.

Caderno O País. 25/11/1989. p 5.

Caderno de Economia. 23/12/1989. p 27.

Caderno de Economia. 28/12/1989. p 24.

Caderno de Economia/negócios. 27/08/1990. p 19.

Caderno O Mundo/Ciência e Vida. 11/05/1990. p. 19.

Caderno Ciência e Vida. 20/06/1990. p 21.

Caderno de Economia. 25/02/1991. p. 3.

SITE

http://actrav.itcilo.org/courses/.../05_A_CUT_pergunta_a_OIT_responde.doc

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/180c1eb5eed4ca5d032565410063c53e?OpenDocument>.

<http://madrid.cnt.es/noticia/los-pactos-de-la-moncloa>.

<http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1991.aspx>.

www.abc.org.br/resultado.php3?codigo=goldemberg.

www.aafbanerj.org.br/home_memoria.asp.

www.ademi.org.br/article.php3?id_article=2558.

www.administradores.com.br/u/stephenkanitz/.

www.adrio.org.br/site/empresa.php.

www.antaq.gov.br/Portal/pdf/Portos/Itaguaí.pdf.

www.btgpactual.com/home/QuemSomos.aspx/NossaHistoria. Acessado em 05 de janeiro de 2014.

www.brettonwoods.org/page/about-the-bretton-woods-institutions.

www.canalciencia.ibict.br/notaveis/jose_pelucio_ferreira.html

www.desenvolvimentistas.com.br/desempregozero/2009/05/entrevista-joao-paulo-de-almeida-magalhaes/.

www.esg.br/uploads/2010/10/cemc_hist.pdf

www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F790101213013CD7D651D.htm.

www.foregon.com/glossario/104/andima.aspx.

www.ibefrio.org.br/secoes/page/4/Historia.

www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/10anos.pdf

www.iedi.org.br/artigos/iedi/quem/quem_somos.html.

www.imil.org.br/author/edmar-bacha/.

www.imil.org.br/author/paulo-guedes/.

www.incompany.com.br/palestrante/perfil/Carlos-Langoni.

www.istoedinheiro.com.br/noticias/772_os+efeitos+colaterais+da+lei+de+informatica.

www.jorplast.com.br/jpdez04/pag03.html.

www.monitormercantil.com.br/index.php?pagina=Noticias&Noticia=133911.

www.portalclubedeengenharia.org.br/info/o-clube-de-engenharia-e-sua-historia/3.

www.receita.fazenda.gov.br/aduana/Drawback/regime.htm.

www.rothschild.com/our_history/.

www.simperj.org.br/quemsomos.aspx.

www.telebras.com.br/inst/?page_id=41.

www.valor.com.br/colunistas/Jos%C3%A9%20Francisco%20de%20Lima%20Gon%C3%A7alves/blog.

www1.folha.uol.com.br/fsp/invest/in06099910.htm.

www2.concremat.com.br/Quem-Somos-Historia.aspx

www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/176045.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de & LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Canal 6 Editora. São Paulo. 2012. p. 42.

ANDERSON, Patrícia. *Câmaras Setoriais: Histórico e Acordos Firmados – 1991/95*. Brasília. Ipea. Texto para Discussão, nº667. p 1

AREND, Silvia Maria Fávero, MACEDO, Fábio. *Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso*. p. 202.

BIANCHI, Álvaro Gabriel. *O ministério dos industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. São Paulo: UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado). p. 238.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Jorge Zahar Editor, 2002 p. 22.

BORDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP. 2004, p. 24.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. “*A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?*”. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 1991. p. 4.

CALICCHIO, Vera. CIRJ (verbeta). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro. 2013. Volume 11, número 1. p.199.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Plano Collor (verbetes). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreira de. *Bloqueio da liquidez e estabilização: O fracasso do Plano Collor*. (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas), Unicamp, 1996. p. 20.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo. Editora Unesp. 2004. p 115.

CERQUEIRA, Ceres Aires. *Dívida externa brasileira. Processo negocial, 1983-1996*. Brasília: Banco Central, 1997. p. 19.

DAHL, Robert. *Democracy and its critics*. New Haven. Yale University Press. 1989. p. 219.

DALMAZO, Renato Antônio. “A Política Fiscal: do “Superávit” de Caixa aos Tropeços e ao Retorno da Crise Fiscal”. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.21, n.1, 1993, p.44.

DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 75.

_____. & BOSCHI, Renato e SANTOS, Fabiano. *Elites Políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo. Fundação Konrad Adenauer Centro de Estudos. 2000. p 61.

_____. & BOSCHI, Renato. *Lideranças empresariais e problemas de estratégia liberal no Brasil*. XVI Encontro Anual da ANPOCS, Minas Gerais, 1992, p. 2.

_____. *Neoliberalismo e Corporativismo: As duas faces do capitalismo industrial no Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 7, nº 20, Rio de Janeiro, 1992. p. 10.

_____. *Neoliberalismo e Corporativismo: As duas faces do capitalismo industrial no Brasil*. In: Seminário Political representation in the post authoritarian, Latin America Program, 1991, p. 13.

_____. Eli. *O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados*. In: *Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 21.

DREIFUSS, René Armand. *A Época das Perplexidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 29-30.

_____. *O jogo da direita na nova República*. Rio de Janeiro, Vozes. 1989. p. 285.

FAORO, Raymundo. Entrevista. In: REZENDE, Maria José. *As reflexões de Raymundo Faoro sobre a transição política brasileira nos anos de 1989 e 1990*. Política e sociedade. Nº 9. 10/2006. p. 105.

FERNANDES, Edvaldo. *O papel do Congresso Nacional na inversão da curva declinante do salário mínimo*. Textos para discussão nº 79. Brasília. Centro de Estudos da Consultoria do Senado. 2010. p. 5-6.

FILHO, Calino Pacheco. *O Plano Collor, os salários e o pacto social*. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.18, nº 3, 1990, p. 48.

_____. “Emprego e Salário: a queda do governo Collor e as novas perspectivas”. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.21, n.1, 1993, p 48.

FIORI, José Luís. *Poder e credibilidade: o paradoxo político da reforma liberal*. São Paulo. Revista Lua Nova, nº25. Abril de 1992. p. 187.

_____. *Sonhos Prussianos, crises brasileiras – leitura política de uma industrialização tardia*. Ensaio FEE.1990. p. 59.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo Teoria e História*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010, p. 320.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. *Contrato Coletivo de Trabalho: Utopia ou Realidade?* Palestra proferida na Comissão de Relações Trabalhistas do 58º encontro da empresas de construção de Belém. Belém. 1993. p. 54.

FURTADO, Celso. *O Longo Amanhecer Reflexões sobre a Formação do Brasil*. São Paulo. Editora Paz e Terra. p. 221.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 23-24.

GARLIPP, José Rubens Damas. *Marx, Keynes e Polanyi e a economia desregrada. Três contribuições críticas ao mercado auto-regulado*”. Anpec, Rio de Janeiro, 2006, p. 4.

GILL, Stephen; LAW, David. *Hegemonia global e o poder estrutural do capital*. In: GILL, Stephen. Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, p. 163.

GUEDDES, Barbara & RIBEIRO NETO, Artur. *Fontes institucionais da corrupção no Brasil*. In: ROSENN, K. S., DOWNES, R. (Org.). *Corrupção e reforma política no Brasil, O impacto do impeachment Collor*. FGV. 2000. p. 25.

LLOYD, Christopher. *Estruturalismo metodológico*. In: As Estruturas da História. Tradução de Maria Julia Goldwasser; revisão técnica, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar Ed., 1995.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3, p. 40.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 146.

HERRLEIN JR, Ronaldo. “Crônica de uma morte anunciada”: *Notas intempestivas sobre o Plano Collor II e a estabilização econômica*. Revista da FEE.1991. p. 96.

HOBBSBAWN, Eric. *O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?* In: *Sobre a História* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 39.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc Rio, 2006. p. 187.

LAILER, Christiane. “A “crise da dívida” e o Estado na América Latina”. Anpuh- XII Encontro Regional, 2006. www.rj.anpuh.org.

LATTMAN-WELTMAN, F.. *Fatos & Imagens. 29 de setembro de 1992: o impeachment de Fernando Collor*. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FernandoCollor>.

MENDES, João Batista Petersen. *A CPI do PC e os Crimes do Poder*. Rio de Janeiro. Foglio Editora. 1992. p. 139.

LECHNER, Norbert. *Responde a democracia à busca de certeza?*. São Paulo. Revista Lua Nova, nº14. 1988. p. 25.

LEMOES, Renato. Fernando Collor (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

_____. Zélia Cardoso de Melo (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Leopoldi. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: As Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000. p 300

LOBO, Eulália L. *História Empresarial*. In: *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 319.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro. FGV Editora.1997.

LOURENÇO NETO, Sydenham. *Muito além do petróleo: O fim de Bretton Woods e a crise dos anos 70*. Revista História e Luta de Classes. 2013. Nº 16. p. 3.

MATUSCELLI, Danilo Enrico. *A crise do Governo Collor e a tática do PT*. Dissertação de mestrado. 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. *Miséria da Filosofia*. Apud BIANCHI, Álvaro. *Empresários e Ação Coletiva: Notas para um enfoque relacional do associativismo*. Revista de Sociologia Política, vol. 28: Curitiba. 2007.

_____. *Teorias sobre la plusvalia*. Apud GARLIPP, José Rubens Damas. *Marx, Keynes e Polanyi e a economia desregada. Três contribuições críticas ao mercado auto-regulado*. Anpec, Rio de Janeiro, 2006.

MARQUES, Teresa Cristina. Artur João Donato (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

MELLO e SILVA, Alexandra de, ROCHA, Dora. *Diplomacia, Política e Finanças de JK a Collor. 40 anos de história por um de seus protagonistas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MILIBAND, Ralph. *Análise de classes*. In: *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

MINELLA, Ary Cesar. *O Discurso Empresarial no Brasil: Com a palavra os Senhores Banqueiros*. Ensaio FEE. 1994. p. 520.

MONTEIRO, Maria Carmina; SOUSA, Luis Otávio de & SILVA, Fabrício Pereira da. Ronaldo Cezar Coelho (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

MOREIRA, Maurício Mesquita. *A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se Pode Dizer?* www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conheciment_o/livro/eco90_b.pdf

O'DONNELL, Guilherme. *Delegative Democracy*. In: *Journal of Democracy*, vol.5, nº 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. *Collor: A Falsificação da Ira*. Rio de Janeiro. Imago Editora. 1992.

_____. *Crítica à razão dualista, O Ornitórrinco*. São Paulo. Editora Boitempo. 2003.

OMAR, Jabr H. D. *O papel do governo na economia*. Rio Grande do Sul: Revista FEE, vol.29, nº 1.

PINHEIRO, Armando Castelar e GIAMBIAGI, Fabio. *As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor*. Texto para Discussão, nº 261, IPEA.1992. p. 261.

- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
- _____. *O Estado, O poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí. Editora UNIJUÍ. 2000.
- ROSENN, K. S., DOWNES, R. (Org.). *Corrupção e reforma política no Brasil, O impacto do impeachment Collor*. FGV. 2000.
- RUCKERT, Isabel N., MOREIRA, Edison Marques. *Políticas Monetária e Fiscal: As Duas âncoras do Plano Brasil Novo*. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.21, nº 1, 1993.
- SALLUM JÚNIOR, Brasília. “*Metamorfoses do Estado Brasileiro no início do século XX*”. In; revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 52, junho. 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. *A queda de Collor: uma perspectiva Histórica*. In: ROSENN, K. S., DOWNES, R. (Org.). *Corrupção e reforma política no Brasil, O impacto do impeachment Collor*. FGV. 2000.
- SCHNEIDER, Bem Ross. *A privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista?* Revista de Economia Política, vol.12, nº 1(45), janeiro-março de 1992. p 6.
- VELASCO JR, Licínio. *A privatização no Sistema BNDES*. Revista do BNDES, Nº33, Junho de 2010. p 350.
- VIANNA, Luiz Werneck. *De um Plano Collor a Outro*. Rio de Janeiro: Ed Revan, 1991.